



Relatório Final

COMISSÃO DA

VERDADE

Universidade Federal do Espírito Santo
2016

Relatório Final

COMISSÃO DA VERDADE

Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUfes)

UFES

Vitória (ES), 2016

Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes

Reinaldo Centoducatte

Reitor

Ethel Leonor Noia Maciel

Vice-Reitora

Membros da Comissão da Verdade – CVUfes

Pedro Ernesto Fagundes

Coordenador da CVUfes e Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de Arquivologia

Paulo Velten

Subcoordenador da CVUfes e Professor do Departamento de Direito

Attilio Provedel, Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, Temístocles de Souza Luz

Professores

Rita de Cássia Rebello Loss

Técnica-administrativa em educação da Ufes

Bernardete Gomes Mian

Professora e representante da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes)

Wellington Pereira

Técnico-administrativo em educação e representante do Sindicato dos Trabalhadores da Ufes (Sintufes)

Marcello França Furtado

Discente e representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufes

Nevitton de Souza

Discente

Edição, editoração, revisão e projeto gráfico

Superintendência de Cultura e Comunicação (Supecc) da Ufes

Fotos

Arquivo da CVUfes

Capa: adaptação da foto “Inside Alcatraz 7”, de Freemages.com/Lauren J

Relatório Final

COMISSÃO DA VERDADE

Universidade Federal do Espírito Santo
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

U58r Universidade Federal do Espírito Santo. Comissão da Verdade.
 Relatório final Comissão da Verdade / Universidade Federal
do Espírito Santo. Comissão da Verdade ; [Pedro Ernesto
Fagundes, coord.]. - Vitória, ES : Ufes/Supecc, 2016.
 192 p. : il. ; 23 cm

ISBN: 978-85-63765-73-4

1. Ditadura. 2. Direitos humanos – Brasil. 3. Movimentos
estudantis. 4. Brasil - História - 1964-1985. I. Fagundes, Pedro
Ernesto. II. Título.

CDU: 94(81).088

Sumário

Apresentação.....	9
Introdução	11
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes): da Criação ao Golpe de 1964	13
Nota Metodológica	18
A Primeira Onda Repressiva na Ufes: o Golpe e a Universidade.....	22
A Segunda Onda Repressiva na Ufes: a Ditadura se Fecha	49
A Terceira Onda Repressiva na Ufes: Graves Violações dos Direitos Humanos no Espírito Santo	77
A Quarta Onda Repressiva na Ufes: a Universidade sob o Olhar da Repressão Política (1975-1985)	120
Conclusões	179
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	182

QUE PREVALEÇA A VERDADE. SEMPRE.

Esta publicação contém o Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUfes) e constitui, fundamentalmente, o resgate de um importante capítulo da história recente desta instituição de ensino. E é, igualmente, um componente da história política do Estado do Espírito Santo e do Brasil no século XX, mais precisamente no período de 1964 a 1985, em que o País viveu sob o imperativo de uma ditadura militar. Deve-se reconhecer o valioso esforço coletivo da CVUfes em seu complexo trabalho de pesquisa, para que aquele período da história fosse recuperado.

O resultado aqui apresentado está devidamente anexado ao grandioso trabalho produzido pela Comissão Nacional da Verdade, criada pela presidenta Dilma Rousseff por meio da Lei Federal nº 15.528. Os preceitos que inspiraram a criação da Comissão Nacional foram compartilhados no âmbito da Ufes, por considerá-los pertinentes e oportunos, na medida em que as perseguições, prisões e torturas no período citado constituíram um conjunto de ações políticas repressivas que atingiram fortemente a comunidade universitária, interferindo no funcionamento da instituição, em flagrante desprezo aos princípios democráticos do Estado de Direito.

Este trabalho começou a ser idealizado em 2011, quando recebemos documento oficial do Ministério da Educação informando sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade – instalada em 2012 –, em que havia orientação para a formação de comissão interna com objetivos semelhantes. Fizemos uma avaliação no âmbito da Administração Universitária e passamos a trabalhar na direção da proposta. Com engajamento e determinação, assumiu a condução do projeto a então vice-reitora, a professora Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, a saudosa Cida, que, para nossa tristeza, veio a falecer em setembro de 2013. A essa altura, muito por conta do seu empenho, a CVUfes estava instalada por meio da Portaria 478, de 27 de fevereiro de 2013.

Ao assumir a função de vice-reitora, a professora Ethel Leonor Noia Maciel deu continuidade ao compromisso da Administração Universitária. Acompanhou, incentivou e ofereceu o suporte institucional adequado ao funcionamento da comissão. A CVUfes foi criada com a seguinte composição: professores Pedro Ernesto Fagundes (coordenador), Paulo Velten (subcoordenador), Atílio Provedel, Bernardete Gomes Mian, Luiz Cláudio Moises Ribeiro e Temístocles de Sousa

Luz; os servidores técnico-administrativos Rita de Cássia Rebello Loss e Wellington Pereira; e os estudantes Marcello França Furtado, Nevitton Vieira de Souza e Thiago Soares Bermudes.

A CVUfes passou a trabalhar com o grande desafio de coletar as informações que estavam adormecidas, escondidas ou abandonadas, e que, ao serem sistematizadas, revelariam as dimensões daquele período histórico marcado pela violência, ameaça e constrangimento que pesavam sobre a Universidade. A comissão se dividiu em subgrupos para a coleta de documentos, pesquisa em acervos, formalização de depoimentos e organização e sistematização do material encontrado. Assim, a CVUfes buscou identificar eventos importantes do período; os membros da comunidade universitária que foram presos, ou que sofreram torturas, ameaças e perseguições; as ações repressivas diretas na Ufes; as exonerações, aposentadorias e expulsões.

Um trabalho árduo que exigiu metodologia, pesquisa de campo, análises documentais, sensibilidade e conhecimento para a coleta de depoimentos, além de elevada carga de perseverança e dedicação. O Relatório Final da CVUfes, disponibilizado nesta publicação, resulta do esforço desenvolvido nos últimos quatro anos de busca incessante para se contar a trajetória da Ufes, do Espírito Santo e do Brasil no período autoritário de vigência do regime militar. Assim, o que se pretende neste trabalho da CVUfes é revelar a história que estava ocultada ou distorcida, de modo que prevaleça a verdade. Sempre.

Reinaldo Centoducatte
Reitor da Ufes



APRESENTAÇÃO

Contexto legal: Lei de Acesso à Informação (LAI) e Comissão Nacional da Verdade (CNV), Leis nºs 12.527 e 12.528, ambas de 18 de novembro de 2011.

Institucionalidade: A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUfes) foi designada pela Portaria nº 478, de março de 2013. A partir da instalação da portaria e criação da CVUfes, em Vitória, Espírito Santo, Brasil, a comissão realizou diversas atividades incluindo parcerias com a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e com o Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (AN).

Objetivo: Recuperação de documentos e memórias da ditadura militar que envolveram especialmente estudantes e servidores públicos (professores e técnicos-administrativos em educação) da Ufes, por meio da coleta de depoimentos de pessoas da comunidade universitária que foram atingidas pela repressão política, além da pesquisa e do levantamento de todo um acervo documental de órgãos de repressão que funcionaram no Espírito Santo, especialmente um, chamado Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), que funcionou na Ufes entre o período 1971 e 1986.

Composição da comissão: Dez membros, a saber: Pedro Ernesto Fagundes (professor - coordenador); Paulo Velten (professor - subcoordenador); Attilio Provedel (professor); Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (professor); Temístocles de Souza Luz (professor); Rita de Cássia Rebello Loss (servidora técnico-administrativa); Bernardete Gomes Mian (professora - representante da Associação dos Docentes da Ufes); Wellington Pereira (servidor técnico-administrativo - representante do Sindicato dos Trabalhados da Ufes); Marcello Furtado (discente - representante do Diretório Central dos Estudantes da Ufes); e Nevitton de Souza (discente).



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, intensificou-se no Brasil o debate sobre o legado da ditadura (1964-1985), sobretudo em relação aos traumas causados pela violência política naquele período, especialmente após a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012. O Ministério da Justiça, por meio do Aviso nº 1.069, de 4 de julho de 2012, solicitou que todos os ministérios procedessem ao levantamento, à identificação e ao recolhimento – junto ao projeto “Memórias Reveladas”, do Arquivo Nacional – de documentos do período do regime militar que se encontrassem sob sua guarda.

Em agosto de 2012, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação (MEC), por meio do Ofício-Circular nº 11/2012/SAA/SE/MEC, remeteu a todos os reitores das universidades públicas, federais e estaduais, uma solicitação para que fosse realizado um “Levantamento e Identificação dos documentos do regime militar a serem recolhidos ao Arquivo Nacional”. A criação da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUfes), instalada por meio da Portaria nº 478, de março de 2013, está inserida nesse contexto.

Na prática, esses expedientes solicitavam que as universidades buscassem em seus arquivos documentos referentes à atuação dos chamados “órgãos de informação”, entre eles as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis) e as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), durante o regime militar.

Em resposta a essa demanda do MEC, em outubro de 2012, o Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) solicitou ao seu Departamento de Arquivologia que realizasse um levantamento em todos os centros de ensino da Universidade, com o objetivo de encontrar tais documentos. A conclusão dos trabalhos motivou a criação da CVUfes. Nesse contexto, apresentaremos, a seguir, um breve histórico sobre a Ufes.



Vista área do campus em meados da década de 1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESÍRITO SANTO (UFES): DA CRIAÇÃO AO GOLPE DE 1964

Criada originalmente em 1954, por meio da Lei Estadual nº 806, de 5 de maio de 1954, sob a denominação de Universidade do Espírito Santo (UES) e organizada em faculdades isoladas (Escola de Belas Artes, Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Odontologia e Escola de Química Industrial e Farmácia), a instituição foi federalizada pela Lei nº 3.838, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 30 de janeiro de 1961, nos últimos dias do seu mandato presidencial.

Em 1965, um decreto governamental instituiu a obrigatoriedade da incorporação da palavra “federal” em todas as instituições de ensino superior federalizadas. Surgiu assim o nome e a sigla atuais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ainda na segunda metade da década de 1960, a Ufes foi palco de uma reforma universitária que modificou parte da sua estrutura administrativa e acadêmica. Os anos iniciais da década de 1970, conhecidos na esfera nacional como “Milagre Econômico Brasileiro”, foram marcados pelo início das inaugurações dos prédios e transferências de cursos para o novo *campus* de Goiabeiras.

Contudo, esses eventos fazem parte da história oficial da Universidade. No presente estudo, serão apresentados fatos e acontecimentos que marcaram esse período dentro de seus *campi*. Haja vista que o golpe de 1964, ocorrido pouco mais de uma década após a criação da Ufes, além da repressão política direta contra integrantes da comunidade universitária, teve impactos diretos na formação da instituição.

Para tanto, basta constatar que, ao longo de seus 62 anos de existência, a Ufes vivenciou cerca de um terço desse período – 21 anos – em uma ditadura. Como destacado neste Relatório Final, essa fase da Universidade foi uma época de contradições. Isso porque, se, por um lado, existia o projeto de modernização da sociedade – em que a Ufes ocupava um lugar de destaque –, por outro lado, foi estruturada uma política de Estado voltada para a repressão e o silenciamento da sociedade.

Durante os trabalhos da CVUfes, constatou-se que a repressão política foi um dos alicerces do projeto de hegemonia do grupo político que assumiu o poder pós-1964. Dessa forma, pode-se compreender o papel estratégico das universidades na construção do ideal do “Brasil Grande” elaborado pelo regime militar.

A repressão serviu como um filtro político-ideológico no *campus*. Foi nesse contexto, marcado pela Modernização versus Repressão Política, que ocorreram momentos fundamentais na história da Universidade.

Ao longo de 26 meses de pesquisa documental e coleta de entrevistas, foi possível levantar informações mais aprofundadas sobre a história da modernização da Ufes que permite a seguinte constatação: seus estudantes foram o alvo principal da repressão política no Estado do Espírito Santo durante a ditadura militar.

ESTRUTURA REPRESSIVA E SEUS REFLEXOS NA UFES

Uma das primeiras medidas dos militares depois que tomaram o poder foi estruturar a criação de um órgão voltado para a vigilância, o monitoramento e o controle político da sociedade organizada. Assim, três meses após o golpe, foi estabelecido o Serviço Nacional de Informação (SNI). Entretanto, devido ao clima de suspeição anticomunista instalado no país na época, a ditadura iniciou a montagem de um amplo aparato repressivo para monitorar todos os setores da sociedade.

Com esse objetivo, foram criadas as chamadas Divisões de Segurança e Informação (DSIs), que passaram a atuar no interior dos órgãos governamentais, inclusive nos ministérios civis, sendo implantadas também em vários órgãos da estrutura estatal – especialmente no âmbito dos ministérios civis e militares.

Como consequência de sua história de atuação política, as universidades e, principalmente, os estudantes e a intelectualidade, passariam a ocupar espaço privilegiado nas atividades dos órgãos de repressão. Sendo assim, gradativamente, esse processo passaria a tomar corpo ao longo da segunda metade da década de 1960 e chegaria ao auge em meados dos anos 1970.

Para assessorar as atividades de vigilância junto às DSIs, foram criadas as chamadas Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis) em toda a estrutura estatal civil e militar, que incluiu autarquias, fundações, empresas estatais e demais órgãos públicos. Em tese, o objetivo era monitorar possíveis casos de corrupção e a atuação de “comunistas” dentro dos ministérios, repartições públicas e autarquias¹.

Assim, a estrutura repressiva ganhou musculatura administrativa e burocrática

1 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias*. Rio de Janeiro: Acervo, v. 16, p. 44.

para atuar em todas as esferas da sociedade. Uma das justificativas utilizadas pelos militares para a criação de tais órgãos, entre eles a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), foram as manifestações estudantis de 1968 – ano símbolo das manifestações do Movimento Estudantil nos níveis nacional e internacional. Isso porque, entre as prioridades do aparato repressivo, estava a vigilância no interior das universidades.



Manifestação estudantil no centro de Vitória, outubro de 1968. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo: DOPS/ES).

Com o objetivo de aprofundar a vigilância e a repressão política, os militares edificaram toda uma estrutura repressiva para monitorar diversos segmentos da sociedade. Assim, em outubro de 1970, por meio da “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, a cúpula do regime começou a estruturar e planejar o combate mais ostensivo aos “inimigos da ordem”².

A principal inovação da Diretriz foi a institucionalização do chamado Sistema Nacional de Segurança Interna (Sissegin). A partir da sua criação, houve uma centralização das operações de repressão política em nível nacional. Em outras palavras, as Forças Armadas iriam assumir o combate direto às “ameaças internas”.

Nesse sentido, foi criado o Destacamento de Operações de Informações-Centro

² FICO, Carlos. Como eles agiam. 2001, p. 115-135.

de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI). A ideia era centralizar e integrar a ação dos órgãos de repressão política. Dessa maneira, os serviços de inteligência da Marinha (Cenimar) e da Aeronáutica (Cisa), a Polícia Federal, as Polícias Militares e, principalmente, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) estaduais passariam a desenvolver seu trabalho de forma homogeneizada e sempre sob a coordenação do Exército.

Outro instrumento do regime militar usado para arrefecer os protestos estudantis e silenciar a comunidade acadêmica foi a criação de um suporte jurídico específico para o setor: o Decreto-lei nº 477, de 28 de fevereiro de 1969. O chamado “Decreto 477”, como ficou conhecido entre os estudantes, previa, entre seus artigos, a demissão de funcionários e a proibição de matrícula nas universidades, durante três anos, para os discentes tipificados como “subversivos”. Até mesmo os dirigentes das instituições de ensino superior que não adotassem nenhuma medida prevista na lei corriam risco de ser punidos pelo “Decreto 477”.

Assim, a montagem do aparato repressivo nas universidades foi marcada pelas seguintes ações: a) a criação da DSI/MEC em 1968; b) a entrada em vigor do Decreto 477 em 1969; e c) o funcionamento das chamadas Aesis/ASIs a partir de 1971, ponto culminante da estruturação de todo esse aparato. Importante destacar que, na Ufes, a ASI funcionou entre 1971 e 1986.

Ao longo dos trabalhos da Comissão da Verdade da Ufes, chegou-se à seguinte constatação: no período da Ditadura (1964-1985), ocorreram quatro grandes ondas repressivas no interior da Universidade, as quais envolveram estudantes e servidores públicos (professores e técnicos-administrativos em educação). Por ondas repressivas, entende-se aqui os momentos de maior produção de documentos, vigilância e outras ações que afetaram o cotidiano da instituição, como a proibição ou a suspensão de entidades estudantis, abertura de inquéritos contra estudantes e servidores, confisco de material e documentos, prisões etc.

Dessa forma, o Relatório Final da CVUfes foi estruturado com o objetivo de destacar essas quatro ondas repressivas, sendo divididas da seguinte forma:

1) a primeira onda repressiva ocorreu nos primeiros dias depois do golpe, entre abril e maio de 1964. O novo quadro político abriu caminho para investigações sumárias e diversos Inquéritos Policiais Militares (IPMs)³, que atingiram principalmente militantes estudantis, servidores públicos (civis e militares) e sindic-

3 É possível encontrar outras denominações para esse tipo de procedimento, tais como: Inquéritos Administrativos ou Processos Administrativos.

listas identificados com o governo deposto de João Goulart;

2) a segunda onda repressiva ocorreu entre 1968 e 1969, período marcado por manifestações estudantis; abertura de novos IPMs; prisão de estudantes capi-xabas durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ocorreu em outubro de 1968, em Ibiúna, São Paulo; fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufes; e novas prisões de lideranças estudantis no início de 1969;

3) a fase que marcou a implantação e o pleno funcionamento da ASI/Ufes coincide com a terceira onda repressiva na Universidade. Seu ponto máximo ocorreu entre dezembro de 1972 e março de 1973, época marcada por uma série de prisões e perseguições de professores e estudantes na instituição, sobretudo daqueles que tinham ligações com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB);

4) a quarta onda repressiva na Ufes aconteceu na época da retomada das atividades do Movimento Estudantil em nível nacional, a partir de 1976, com as mobilizações que pretendiam reorganizar a UNE e reivindicavam o retorno das liberdades democráticas para o país. Paralelamente, os estudantes da Ufes retomaram suas mobilizações a partir de atividades convocadas pelos diretórios acadêmicos, especialmente os do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e do Centro Biomédico (CBM), com posterior reabertura do DCE/Ufes no final de 1978.

O funcionamento de um amplo aparato repressivo na Universidade, capitaneado pela ASI/Ufes, efetivamente representou o estabelecimento de práticas rotineiras de atentado aos direitos dos integrantes da comunidade universitária. A CVUfes constatou, por exemplo, que agentes de vários órgãos ligados à chamada “Comunidade de Informações” da ditadura, tanto federais como estaduais, agiram livremente dentro dos *campi*. Dessa forma, a violência, a suspensão, a desconfiança, o sigilo e o silêncio passaram a compor o cotidiano da Universidade Federal do Espírito Santo.

Em resumo, a análise do conjunto documental indica que, a partir da criação da ASI/Ufes, o aparato repressivo adquiriu um importante instrumento para a coleta de informações dentro da Universidade. As prioridades do órgão eram a coleta de informações sobre atividades das lideranças estudantis e dos professores, o controle da nomeação para cargos, as viagens de docentes e discentes para eventos científicos, a censura de livros, a proibição de manifestações, o confisco de material considerado “subversivo”, entre outras.

NOTA METODOLÓGICA

Seguindo orientações da Comissão Nacional da Verdade, as atividades da CVUfes foram divididas em dois grupos de trabalho: o GT Acervo, que buscou recuperar, descrever, pesquisar e digitalizar, principalmente, a documentação da ASI/Ufes; e o GT Entrevistas, que realizou as oitivas de provas testemunhais.

Anteriormente à instalação oficial da CVUfes, em novembro de 2012, o Grupo de Estudo sobre a Repressão Política no Espírito Santo já havia encontrado os primeiros documentos específicos da ASI/Ufes no acervo do Departamento de Artes da Universidade. Aproximadamente 350 páginas de documentos foram recuperadas, as quais reúnem memorandos, ofícios, pedidos de informação, relação de livros censurados, solicitações de informação sobre o Diretório Acadêmico, entre outros.

A partir da criação da CVUfes e do início das atividades do GT Acervos, esse trabalho foi ampliado para outros centros de ensino da Universidade. Em parceria com o Sistema de Arquivo da Ufes (Siarq), foram descobertos conjuntos documentais da ASI/Ufes no Centro de Ciências da Saúde (CCS), no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), no Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), no Centro Tecnológico (CT) e no Centro de Educação Física e Desportos (CEFD).

Também foram realizadas pesquisas no Fundo SNI, custodiado no Arquivo Nacional (em Brasília e no Rio de Janeiro), e também nos arquivos públicos dos Estados do Espírito Santo (APEES) e do Rio de Janeiro (APERJ).

O GT Acervo enfrentou uma série de problemas. O primeiro grande obstáculo foi o fato de o antigo arquivo da Universidade ter sido arruinado em 1999 durante um incêndio. Tal sinistro teve como principal consequência a destruição da maioria do acervo documental da Ufes. Portanto, não havia um sistema de arquivos da instituição sobre o período da ditadura centralizado e minimamente organizado.

Dessa forma, foi preciso realizar um verdadeiro trabalho “arqueológico” nos diversos “arquivos improvisados”, na busca pela documentação da ASI/Ufes. Em resumo, a inexistência de uma política arquivística levou a CVUfes a realizar buscas em vários locais, tais como banheiros desativados, que haviam sido convertidos em “arquivos” no prédio da Reitoria, em almoxarifados, embaixo de escadas e em salas desativadas no ginásio de esportes do CEFD.

Felizmente, tal trabalho surtiu resultados, haja vista que o conjunto documental recuperado mostra que a prática repressiva no interior da Universidade teve como alvos principais os estudantes, os professores e os técnicos-administrati-

vos. Esses documentos, em sua maioria, tratam da vigilância dos militantes estudantis, da abertura de inquéritos contra servidores, do confisco de material e documentos, de prisões etc.

Toda essa busca permitiu que, até março de 2015, fossem recuperadas 1.400 páginas de documentos em quase todos os centros de ensino da Ufes. A princípio, esse conjunto documental passou por um processo de higienização, tarefa realizada por discentes dos departamentos de Arquivologia e de História, sob a orientação da CVUfes, nas dependências do Siarq. Os passos seguintes, que ocorreram em uma sala destinada especificamente para as atividades da Comissão da Verdade, foram de organização, descrição e digitalização dos documentos.



Estudantes de Arquivologia e História participam da coleta de materiais no Sistema de Arquivo da Ufes.

Por sua vez, o GT Entrevistas ficou responsável pela coleta dos depoimentos de pessoas da comunidade acadêmica que vivenciaram diretamente aquele período. Ao todo, foram 15 entrevistas com ex-estudantes, ex-professores e ex-funcionários. O critério para o convite aos depoentes foi o de estarem ligados a casos que envolveram graves violações dos direitos humanos, ou seja, pessoas que foram presas, torturadas, processadas ou expulsas da Universidade.

Inicialmente, os depoimentos foram realizados reservadamente no estúdio da Secretaria de Ensino a Distância. Em um segundo momento, ainda seguindo orientações da Comissão Nacional da Verdade, foram realizadas três audiências

públicas com ex-estudantes da Universidade atingidos pela repressão. Nas audiências, também privilegiamos relatos de pessoas que se enquadravam nos casos: todos que foram presos e sofreram torturas; pessoas que testemunharam possíveis invasões à Ufes; casos de exonerações, aposentadorias e expulsões ocorridas no interior da instituição.

A relação dos entrevistados pela CVUfes foi a seguinte:

- 1) Adriano Sisternas – depoimento reservado
- 2) Ângela Milanez – audiência pública
- 3) Carlos Sala Pissinatti – depoimento reservado
- 4) Cesar Ronald Pereira Gomes – audiência pública
- 5) Elizabete Madeira – audiência pública
- 6) Iran Caetano – depoimento reservado
- 7) Jayme Lana Marinho – depoimento reservado
- 8) João Amorim Coutinho – depoimento reservado
- 9) Jorge Luiz de Souza – depoimento reservado
- 10) Jussara Martins – depoimento reservado
- 11) Laura Coutinho – audiência pública
- 12) Marcelo Paes Barreto – depoimento reservado
- 13) Maria Magdalena Frechiani – audiência pública
- 14) Renato Viana Soares – depoimento reservado
- 15) Vitor Buaiz – depoimento reservado

Ainda sobre as entrevistas, dada a complexidade do trabalho com história oral, pretende-se realizar a transcrição e a sistematização de todos os depoimentos para que sejam disponibilizados à comunidade científica. Para cumprir tal tarefa, a Reitoria da Ufes nomeou, em março de 2016, uma comissão especial para cuidar do acervo da CVUfes. Tal comissão também incumbiu-se de finalizar a elaboração do presente Relatório Final.

A REDAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA CVUFES

Tendo como base os documentos recuperados, os acervos pesquisados e os depoimentos coletados, foi elaborado o presente Relatório Final, com a colaboração direta de Pedro Ernesto Fagundes, Rita de Cassia Ribeiro Loss, Paulo Velten, Alexandre Caetano e Leonardo Baptista. Tal tarefa somente foi possível a partir de diversas contribuições, sobretudo de discentes do Programa de Pós-Gradua-

ção em História (PPGHIS/Ufes), que adaptaram a temática de suas dissertações e teses em pesquisas sobre a história da Ufes durante a ditadura militar.

Por ser uma tarefa coletiva, é importante registrar que a elaboração do presente Relatório Final foi possível, na primeira fase do trabalho – coleta, organização e digitalização – graças à colaboração de diversos estudantes, principalmente do curso de Arquivologia da Ufes, que se revezaram nessas atividades. Foram eles Alana Müller de Souza, Danúbia Florindo, Eden Moraes Pinto, Gabriella Camisasca Cardoso, Guilherme Alves da Costa, Laura Silva Pimentel, Maycon Soave dos Santos, Natalia Dias Santos Santana, Penha Karoline Pulcheiro de Araújo e Shanna de Oliveira Rangel.



Integrantes da Comissão da Verdade da Ufes reunidos.

Também é preciso registrar que a redação final contou com a colaboração de diversos voluntários envolvidos ao longo da pesquisa: Alexandre Caetano, Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine, Diego Stanger, Dinorah Lopes Rubim Almeida, Gabriela Rodrigues de Lima, Herbert Soares Caçador, Karolina Dias, Leonardo Baptista, Marcello França Furtado e Ramilles Grassi Athaydes.

Outra contribuição importante foi prestada por Aline Amaral, jornalista e discente do curso de Arquivologia, e Monick Barbosa Ribeiro Faé, servidora do Gabinete da Reitoria, que atuaram na leitura e revisão do texto deste Relatório.

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Coordenador da pesquisa

A PRIMEIRA ONDA REPRESIVA NA UFES: O GOLPE E A UNIVERSIDADE

A DESTITUIÇÃO DO REITOR MANOEL XAVIER PAES BARRETO FILHO

Deflagrado o golpe civil-militar que destituiu o presidente João Goulart, em 2 de abril de 1964, o Conselho Universitário da Universidade do Espírito Santo (UES) se reuniu, sob o comando do reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho. No dia anterior, estudantes e funcionários foram às ruas de diversas cidades do país para protestar contra o golpe. Na manhã daquele mesmo dia, a sede da União Estadual dos Estudantes do Espírito Santo (UEE/ES), na época localizada na região central de Vitória, foi invadida por elementos ligados à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS), depois de uma turbulenta e tensa noite, marcada por uma vigília organizada pelas lideranças estudantis com o objetivo de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

No entanto, na ata da reunião do Conselho Universitário, a única referência sobre a situação de crise que havia se abatido sobre o país foi a decisão de adiar a realização do II Seminário de Professores Universitários, marcado para começar no dia 7 daquele mês.

O então reitor da Universidade, Manoel Xavier Paes Barreto Filho, chegou a fazer um relato de uma reunião com o Ministro da Educação, classificada por ele como “proveitosa”, pois havia conseguido a liberação do restante das verbas orçamentárias da UES, alcançando Cr\$ 42,06 milhões. Os conselheiros também discutiram sobre a contratação de instrutores, uma das categorias do magistério superior, para saber se eles seriam nomeados ou contratados, e definiram que, na sessão seguinte, fariam um reexame do pagamento das gratificações dos próprios conselheiros. Também foi aprovado um voto de regozijo pela instalação da Faculdade de Medicina, até então a unidade mais nova da Universidade. Nada mais que indicasse a grave crise institucional pela qual passava o país naquele momento.

Mas, a situação seria diferente na reunião seguinte, realizada em 8 de abril de 1964⁴, quando já havia rumores de uma possível intervenção na Reitoria da UES, já que Paes Barreto havia sido indicado para o cargo pelo deputado federal Ramon de Oliveira Neto, da ala Compacta do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB/

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores. Livro de atas do Conselho Universitário. Sessão de 8 de abril de 1964.

ES), o qual teria seu mandato parlamentar cassado pelo primeiro Ato Institucional da ditadura, depois conhecido como AI-1.

Na reunião, fazendo referência à “situação difícil que o Brasil atravessava e à atitude de outras universidades da federação que de alguma maneira haviam manifestado sua solidariedade ao Movimento Democrata Revolucionário”⁵, Paes Barreto propôs ao Conselho Universitário que fosse votada a redação de uma nota à imprensa, na qual seria afirmada a sua linha “democrática” e de toda a Universidade. Vários conselheiros se manifestaram, mas o Conselho avaliou que não era necessária a redação de qualquer nota à imprensa, alegando que a “linha democrática” do magnífico reitor era deveras “conhecida”.

Poucos dias depois, em 12 de abril de 1964, coube ao deputado federal Dirceu Cardoso, então parlamentar do Partido Social Democrático (PSD), em matéria publicada no jornal *A Gazeta*, informar que Paes Barreto Filho havia sido exonerado do cargo de reitor da UES pelo novo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e “atendendo o interesse da Segurança Nacional”⁶.

Foi também o parlamentar capixaba, cujo papel havia sido fundamental para a federalização da UES em 1961, que informou que o professor Fernando Duarte Rabelo seria o indicado de forma interina para a função, até que fosse enviada ao Governo Federal uma nova lista tríplice visando à escolha definitiva do novo reitor. Destituído, Paes Barreto não compareceu à reunião do Conselho Universitário realizada no dia seguinte, 13 de abril, presidida pelo vice-reitor, Alaor de Queiroz Araújo.

O vice-reitor informou que, até aquele momento, não tinha conhecimento oficial da intervenção, mas que haviam sido publicadas notícias nos jornais do país de que Paes Barreto fora afastado de suas funções, e ele teria procurado o professor Fernando Duarte Rabelo, também presente à reunião, o qual lhe havia informado que também não tinha conhecimento oficial de tal ato.

De acordo com Queiroz Araújo, Rabelo o aconselhara a assumir o cargo que havia sido transferido a ele devido à ausência do reitor. O futuro reitor ainda lhe relatou que entrara em contato com o então comandante do 3º Batalhão de Caçadores (BC), coronel Newton Fontoura Reis, transformado em “representante” do “Comando Revolucionário” no Espírito Santo, e este teria concordado que ele

5 Ibid.

6 PAES Barreto Filho não é mais reitor: anuncia Dirceu Cardoso. *A Gazeta*, Vitória, 1964, p. 3.

deveria aguardar as formalidades legais para assumir o cargo. Enquanto isso, a Reitoria deveria ser ocupada pelo vice-reitor, desde que esse continuasse a merecer a “confiança do Conselho Universitário”.

Fernando Duarte Rabelo confirmou as informações passadas por Queiroz Araújo e disse que se encontrava “à disposição da Universidade e aguardaria o ato oficial para assumir a sua posição” ⁷. Rabelo então propôs que o assunto fosse colocado em pauta e que fosse aprovado o voto de confiança do Conselho Universitário ao vice-reitor.

Por sua vez, o professor Affonso Bianco, diretor da Faculdade de Medicina, disse que havia participado, junto com os conselheiros Céphas Rodrigues Siqueira e Fernando Duarte Rabelo, de uma reunião com o representante do MEC, Hélio Monteiro de Tolledo Salles, em que foram discutidos vários aspectos da vida da Universidade e, posteriormente, sobre a mudança que se faria.

A votação da moção de apoio foi presidida pelo professor Fernando Duarte Rabelo, já que o vice-reitor em exercício preferiu, por ser uma questão de “foro íntimo”, abster-se de conduzi-la. O conselheiro Céphas Rodrigues Siqueira disse que “muito deveria desvanecer ao Egrégio Conselho a confiança que lhe foi depositada pelo Senhor Comandante e o seu interesse em manter-se afastado da Universidade” ⁸. Empolgado, ele propôs que os conselheiros fossem pessoalmente entregar a sua decisão ao comandante do 3º BC.

E assim foi feito. Depois de aprovada a “reafirmação” de confiança no vice-reitor Alaor de Queiroz Araújo, a sessão foi suspensa para que uma comissão de conselheiros se dirigisse até o 3º BC, na Prainha, em Vila Velha, para se avistar com o “chefe do comando revolucionário” no estado ⁹. A reunião foi encerrada somente com a volta da delegação. É importante lembrar que, naquela época, apenas a Ponte Florentino Avidos unia a ilha de Vitória ao continente, e que a atual Avenida Carlos Lindenberg ainda era realmente uma verdadeira rodovia ligando a capital a Vila Velha.

De acordo com Ivantir Borge (1995), uma portaria do MEC decretando a intervenção chegou a ser publicada, o que representava “uma anomalia direta e uma afronta direta ao artigo 84 da Lei de Diretrizes e Bases de 1961” ¹⁰. A intervenção

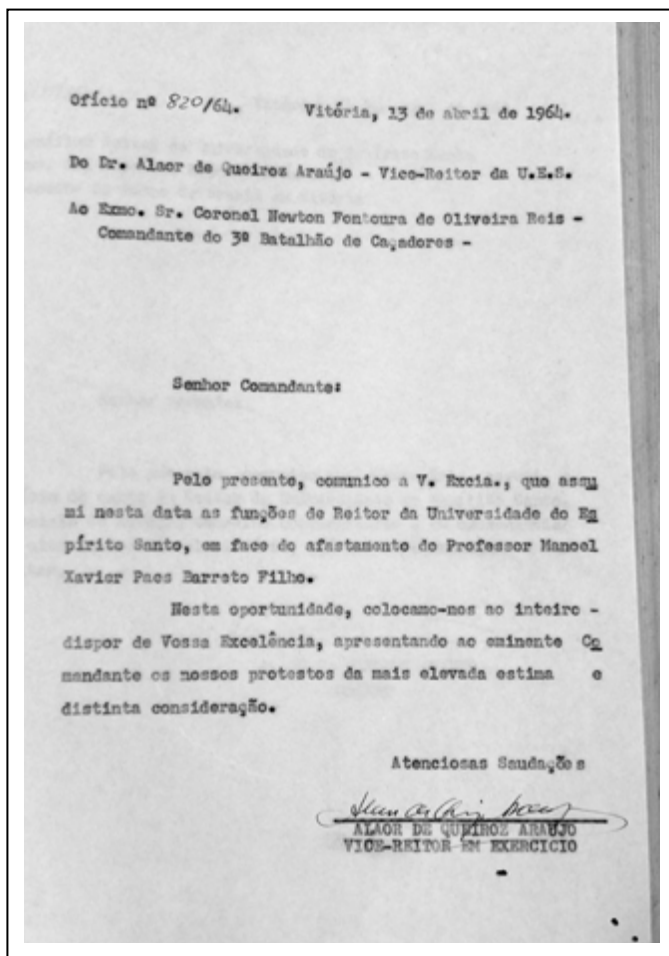
7 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores. Livro de atas do Conselho Universitário. Sessão de 13 abril de 1964.

8 Ibid.

9 A comissão do Conselho Universitário foi formada pelos professores Alberto Stange Júnior, Fernando Duarte Rabelo e o próprio vice-reitor Alaor de Queiroz de Araújo.

10 BORG, Ivantir. Ufes: 40 anos de história. Vitória: Ufes/SPDC, 1995, p. 44.

foi substituída por um decreto presidencial que exonerou Barreto Filho, baixado em 14 de abril de 1964 ¹¹.



Memorando sobre o afastamento do Reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho, 1964.

Na sessão de 27 de abril de 1964, o Conselho Universitário escolheu uma nova lista tríplice, formada pelos professores Fernando Duarte Rabelo, Serynes Pereira Franco e Beresford Martins Moreira. Dessa vez, coube ao professor Cristiano Wellfell propor que, pela “distinção” que o Conselho havia sido tratado pelo

11 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores. Livro de atas do Conselho Universitário. Sessão de 13 de abril de 1964.

“comando revolucionário”, que uma comissão fosse dar conhecimento da lista tríplice ao coronel Newton Fontoura Reis ¹².

Um mês depois, Duarte Rabelo foi nomeado pelo presidente da República para um mandato de três anos. No entanto, em meio à investigação do MEC sobre supostas irregularidades na Ufes ¹³, ele se afastaria do cargo por motivo de saúde, sem retornar à Reitoria, e depois se aposentando como professor da Universidade. Coube a Queiroz Araújo, que havia sido novamente eleito vice-reitor, completar o mandato como reitor.

Paes Barreto continuaria dando aulas na Ufes por mais 15 anos, o que demonstra que seu afastamento do cargo se deu muito mais como consequência da perseguição movida contra o deputado cassado Ramon de Oliveira Neto – que ainda enfrentou acusações feitas pelo deputado Osvaldo Zanello (PRP), seu adversário político em Colatina, as quais levaram, inclusive, à instalação de um IPM com o objetivo de investigar atividades comunistas naquele município e até a suposta existência de armas adquiridas pelo parlamentar.

Em depoimento reservado prestado à CVUfes, Marcelo Paes Barreto, filho do reitor destituído e que, na época, ainda era adolescente, lembra que, logo depois do golpe, seu pai recebeu um “enviado” do novo regime, o qual durante vários dias esteve e almoçou na casa da família, no bairro Praia do Canto. Embora não se recorde do nome de tal enviado, que pode muito bem ser o representante do MEC citado na ata da reunião do Conselho Universitário realizada em 13 de abril, Hélio Monteiro de Tolledo Salles, Marcelo Paes Barreto o descreve como um homem de terno preto, bigode muito grande, portando uma bengala e um chapéu.

Eu lembro da gente sentado e os dois conversando e um dos assuntos que ele mais falava era: ‘reitor, nós precisamos ver a Medicina que está bagunçada’. Me lembro de que papai falava assim: ‘Não, não está. Tenho o controle de tudo’. ‘Mas como que o senhor tem controle?’ Bom, eu não entendia bem as conversas, mas essas coisas ficaram guardadas na minha memória ¹⁴.

Marcelo Paes Barreto também se lembra de ter acompanhado o pai em visitas que foram feitas no mesmo dia, para que fossem mostradas algumas faculdades ao “enviado” da ditadura, como as de Medicina e de Odontologia. Ele também se lembra de ouvir o pai dizendo, em telefonemas para o ministro, que tinha o controle de tudo. Depois, durante um almoço na sua casa, o homem de terno preto

12 Ibid. Sessão de 27 de abril de 1964.

13 BORGGO, op. cit., p. 44-47.

14 Marcelo Paes Barreto. Entrevista à CVUfes, 16 abr. 2012.

disse para o reitor que ele teria que ir ao Rio de Janeiro, mas a mãe de Marcelo exigiu que o filho acompanhasse Manoel Xavier Paes Barreto, com receio de que acontecesse algo com ele lá.

Ao descermos no Aeroporto Santos Dumont, que era o único que tinha no Rio na época, eu tinha 15 anos e me recorro que papai falou: ‘Vamos comprar o jornal antes de ir embora’. Eu não posso dizer para onde eles iriam, claro que os dois sabiam. Acho que era o *Jornal do Brasil*, lá na banca estava na manchete: “O reitor do Espírito Santo pediu demissão”. Aí papai olhou e falou assim: ‘Mas eu não pedi demissão’. O homem bateu nas costas de papai e disse: ‘Vá com calma, se dê por satisfeito’. Até hoje tinha curiosidade de saber que processo era esse, que demissão foi essa.

Marcelo Paes Barreto disse ainda que seu pai tinha uma amizade muito forte com o presidente João Goulart, que costumava vir com frequência ao Espírito Santo, o que teria causado muita “ciúmeira” em alguns setores. Ele recorda que chegou a almoçar algumas vezes em Brasília e a participar de churrascos organizados pela equipe do presidente João Goulart num sítio localizado em Domingos Martins/ES.

Apesar de ainda adolescente, Marcelo se lembra de um personagem que era ligado aos militares: Alberto Monteiro¹⁵. “Ele era covarde. Esse pessoal faz isso, denuncia, mas foi lá dar um beijo, aquele amigo de Jesus. Eu me lembro de uma vez, que quando ele entrou lá em casa, minha mãe deu um estouro nele: ‘o que é que o senhor está fazendo? Por que o senhor está denunciando meu marido?’.”

A PERSEGUIÇÃO INSTITUCIONALIZADA NA UFES: AS COMISSÕES DE INQUÉRITO DA DITADURA

Como no restante do país, os primeiros momentos depois da consolidação do golpe de 1964 no Espírito Santo foram marcados por uma onda de prisões de lideranças sindicais, estudantis e populares. Na ausência de documentos, não se sabe ao certo quantas pessoas foram presas, tanto em Vitória como em municípios do interior. O que se sabe até então é que, entre os presos, estavam dirigentes da União Estadual do Estudantes (UEE), da Frente de Mobilização Popular (FMP), do Conselho Sindical e de diversos sindicatos, além de militantes identificados como integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo jornal, *Folha*

15 Para mais informações sobre a atuação de Alberto Monteiro, ver parte final do relatório.

Capixaba, teve a sede invadida e depredada, sendo depois proibido de circular.

De acordo com o depoimento reservado prestado à CVUfes pelo então presidente da UEE, o estudante de Odontologia Jayme Lanna Marinho ¹⁶, inicialmente, os presos foram levados para a Chefatura de Polícia Civil, que ficou superlotada. Posteriormente, devido à superlotação, alguns presos foram levados para o quartel do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), localizado na Praça Misael Pena, no Parque Moscoso, e para as dependências do 3º BC, atual 38º Batalhão de Infantaria do Exército (38º BI). ¹⁷

Nesse último local, Lanna Marinho relatou ter sido submetido, com outros presos, a episódios de tortura psicológica, com a encenação de fuzilamento durante a noite. Certa vez, ele e o estudante Roberto Cortês, também dirigente da UEE e da FMP, foram levados numa lancha e deixados por militares do 3º BC num barco em alto mar, sem água e comida, durante todo o dia. Segundo o relato do ex-líder estudantil, de forma debochada, eles foram orientados pelos militares a remar em direção à ilha de Cuba.

No entanto, a principal vítima da primeira onda repressiva na Universidade foi mesmo Aldemar de Oliveira Neves – de acordo com os documentos pesquisados –, na época professor da Faculdade de Medicina da UES e médico do antigo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (Ipase). Além de preso na Chefatura de Polícia Civil, e depois transferido para o Corpo de Bombeiros, o professor Aldemar de Oliveira Neves fez parte da lista dos primeiros brasileiros que tiveram seus direitos cassados pelo regime de exceção que se instalava no país, tendo seu nome incluído entre os punidos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), baixado em 8 de abril de 1964. Posteriormente, Oliveira Neves também seria demitido da UES e do Ipase, como consequência de sua cassação pelo AI-1.

A primeira onda repressiva do novo regime foi marcada pela perseguição daqueles acusados de ligação com a agitação comunista e de atentarem contra a paz social, por meio da instalação de IPMs e de investigações em todas as esferas da administração pública. A Universidade do Espírito Santo, que teve o reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho destituído do cargo, não ficaria fora desse processo.

Foram instaladas Comissões de Inquérito Administrativo na Reitoria e em cada uma das oito faculdades que compunham a UES. O processo foi desencadeado na sessão do Conselho Universitário realizada em 5 de maio de 1964, quando o

16 Jayme Lanna Marinho. Depoimento à CVUfes, 16 abr. 2012.

17 A partir da Portaria Ministerial Reservada, número 043, de 7 de setembro de 1972, passou a ser chamado de 38º Batalhão de Infantaria (38º BI).

reitor em exercício, Alaor de Queiroz Araújo, levou ao conhecimento dos demais conselheiros o conteúdo de um telegrama (A-511/64) e do Aviso 708/64, assinado por Flávio Suplicy de Lacerda, primeiro ministro da Educação da ditadura.

Para que a discussão fosse feita, o reitor determinou que a sessão fosse transformada em secreta, com a retirada do secretário e da funcionária administrativa que auxiliavam no registro da reunião ¹⁸. Depois de retomada a reunião, novamente com a presença do secretário e da funcionária, o Conselho Universitário aprovou a proposta do conselheiro Alberto Stange, ressaltando o reconhecimento do colegiado ao reitor, por ter trazido o assunto ao debate com os demais conselheiros, e a confiança do egrégio Conselho aos nomes que seriam indicados por Queiroz Araújo e pelo conselheiro e futuro reitor Fernando Duarte Rabelo para constituir a Comissão de Inquérito a que se referia o Aviso 708/64. Em terceiro lugar, foi assinalada a necessidade de não se perder de vista, no trabalho da comissão, o “objetivo” e os “propósitos” contidos no referido Aviso ¹⁹.

O processo foi então deflagrado por Alaor de Queiroz Araújo com a edição da Portaria 308, de 8 de maio de 1964, que previa a criação de uma comissão composta por cinco membros e presidida por ele próprio, com o objetivo de proceder à investigação sumária e apurar a responsabilidade de funcionários lotados nos órgãos da Reitoria da UES na prática de “crimes” contra o Estado ou o patrimônio público, e à ordem política e social. De acordo com o artigo 2º da referida portaria, os acusados deveriam ser intimados a apresentar documentos e defesas num prazo de 72 horas, prorrogáveis por 24 horas, assim mesmo, mediante requerimento fundamentado ²⁰.

De acordo com o artigo 5º da portaria, os autos da comissão deveriam ser enviados ao ministro de Educação no prazo máximo de 30 dias, contendo a instrução do processo e o parecer, no qual seria sugerida a sanção a ser aplicada ao “acusado”. Embora fizesse referência ao “amplo direito de defesa”, seguindo as determinações do Aviso 708/64, a portaria previa que o servidor que viesse a ser punido poderia apresentar recurso da punição somente ao presidente da República, manifestada ao reitor, num prazo de até 30 dias após a publicação do ato de punição.

18 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores. Livro de atas do Conselho Universitário. Sessão de 5 de maio de 1964.

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores. Livro de atas do Conselho Universitário. Sessão de 5 de maio de 1964.

20 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Reitoria. Portaria nº 308, de 8 de maio de 1964.

Infelizmente, no momento da redação do Relatório da CVUfes, ainda existe uma lacuna enorme em relação aos trabalhos das comissões de inquérito da UES, devido à ausência de documentação que ateste todo o seu desenvolvimento. Ao contrário do que previa a Portaria 308/64, o reitor em exercício, Alaor de Queiroz Araújo, não presidiu a comissão de inquérito da Reitoria, que era composta pelos professores Serynes Pereira Franco, Celso Calmon Nogueira da Gama Filho e Guilherme Ferreira de Sá, sob a presidência do primeiro. Não é possível saber a razão dessa mudança em relação à Portaria 308/64. Em 12 de junho do mesmo ano ²¹, a comissão comunicou o encerramento dos trabalhos e o envio dos autos da investigação para o MEC, por meio do reitor da UES.

AS COMISSÕES DE INQUÉRITO DAS FACULDADES

Apesar de inúmeras buscas, a CVUfes somente conseguiu localizar os autos referentes às comissões de inquérito de três das oito faculdades que compunham a então UES em 1964. Dos documentos que tivemos acesso, no caso dos inquéritos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) e da Faculdade de Medicina, que eram conhecidas por uma maior atividade política por parte dos estudantes, pode-se perceber que houve um movimento de apaziguamento, ao contrário do que aconteceu em outros setores da vida nacional, já que ninguém foi punido.

O próprio professor Aldemar de Oliveira Neves, considerado pelos órgãos de repressão como “notório agitador comunista”, foi poupado pela comissão de inquérito da Faculdade de Medicina, o que não impediu que ele fosse demitido da Universidade por ordem do reitor Fernando Duarte Rabelo.

Em 8 de maio de 1964, por meio da Portaria 314/1964, o reitor em exercício da UES, Alaor de Queiroz Araújo, delegou poderes ao diretor da Faculdade de Medicina, professor Affonso Bianco, para instalar sindicância e comissão de inquérito com o objetivo de apurar a responsabilidade de servidores da unidade pela prática de “crimes” contra o Estado ou o patrimônio público e a ordem política e social referidos no artigo 8º do AI-1.

Bianco baixou a Portaria 12, de 12 de maio de 1964, nomeando os professores Irineu Rodrigues, Zilmar de Andrade Miranda e Rosa Maria Costa Pêgo Paranhos

21 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Comunicado da Comissão de Inquérito Administrativo da Reitoria, de 12 de junho de 1964.

para comporem a comissão de inquérito da Faculdade de Medicina, sob a presidência do primeiro, estabelecendo um prazo de 20 dias para a conclusão dos trabalhos. A comissão iniciou os trabalhos em 19 de maio e, em dez dias, concluiu e entregou seu relatório.

Um ofício foi enviado à Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DOPS/ES), solicitando informações sobre os 28 professores que trabalhavam na unidade ²². Em resposta ao pedido ²³, o delegado Luiz Fernando Rodrigues, que chefiava a DOPS/ES naquela época, informou que havia “severíssimas restrições” ao professor Aldemar de Oliveira Neves, apontado como “elemento organizador de infiltração comunista, agitador nas organizações sindicais e que, na devida época, era um dos que se empenhava em conseguir assinaturas no sentido de pleitear o registro do Partido Comunista Brasileiro ²⁴”.

De acordo com o relatório da comissão, por Oliveira Neves ser professor na cadeira de Parasitologia e Doenças Infecciosas e Parasitárias, todos os servidores a ela ligados foram ouvidos. Também prestaram depoimento todos os alunos representantes de turma, o presidente e o ex-presidente imediato do Centro Acadêmico (CA) da Faculdade, assim como o próprio diretor da unidade, Affonso Bianco.

Apesar das acusações contidas no documento da DOPS/ES, os professores da comissão não sugeriam nenhuma punição contra o professor Aldemar Oliveira Neves. Pelo contrário, a Comissão de Inquérito concluiu que a Faculdade de Medicina da UES, apesar de “grandes e difíceis problemas” por que passava, havia se mantido isolada das “graves agitações” que teriam atingido determinados setores da vida nacional.

Professores e alunos, sem exceção, profundamente empenhados na solução dos problemas diários desta Faculdade que a cada dia instala novas Cadeiras, Disciplinas e Departamentos, numa carência de material e pessoal verdadeiramente espantosa, sobrava apenas e unicamente, o entusiasmo contagiante de todos, mestres e alunos, que o destino congregou sob esse teto para constituir a grandeza da Faculdade de Medicina da Universidade do Espírito Santo ²⁵.

22 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Comissão de Inquérito da Faculdade de Medicina. Ofício s/nº, de 19 de maio de 1964.

23 DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício nº 56, de 20 de maio de 1964.

24 Ibid.

25 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Faculdade de Medicina. Relatório da Comissão de Inquérito da Faculdade de Medicina. Vitória, 29 abr. 1964, p. 2.

Na FAFI, que era um conhecido reduto de estudantes ligados à Juventude Universitária Católica (JUC) e à Ação Popular (AP), organizações ligadas à esquerda católica, em 12 de abril de 1964, o diretor da unidade, professor Alberto Stange Júnior, baixou a Portaria nº 4, nomeando os professores Nilo Martins da Cunha, Antônio Dias de Souza e Michel Saade Jacob, para que, num prazo de dez dias, sob a presidência do primeiro, procedessem às sindicâncias necessárias, inclusive à abertura de inquérito para apurar as responsabilidades de servidores lotados na Faculdade pela prática de crime contra o patrimônio e de qualquer ato que atentasse contra a ordem pública e social a que se referia o artigo 8º do AI-15²⁶.

Demonstrando certa acomodação, a comissão de inquérito produziu um processo contendo 17 páginas, incluindo todos os documentos. Foram ouvidos três depoimentos: do próprio diretor da FAFI, professor Alberto Stange Júnior; da chefe da secretaria da Faculdade, Jéssia de Lima Pisa Barros; e do então presidente do DA e interventor da UEE, Hégner Araújo. Nenhum deles acusou ninguém e todos disseram desconhecer professores, funcionários ou estudantes que alimentassem ideias “subversivas”. No relatório de duas páginas, a comissão de sindicância concluiu pela “inexistência”, dentro da Faculdade, de simpatizantes ou adeptos de ideologias contrárias ao regime democrático vigente no país²⁷.

Os membros da comissão de sindicância garantiram ter feito uma “minuciosa” investigação nos arquivos da secretaria, do DA e da biblioteca da Faculdade, não tendo encontrado nada que viesse a depor contra as instituições democráticas. Eles também informaram ter solicitado ao DOPS/ES e à Chefatura de Polícia, como “complementação” de suas atividades, informações sobre o comportamento ideológico dos professores, assistentes, instrutores, funcionários administrativos, assistentes administrativos e substitutos, mas as informações não haviam chegado antes do encerramento dos trabalhos da comissão. Por meio do relatório da FAFI, foi possível verificar que havia um militar indicado para “acompanhar” os inquéritos e sindicâncias em nome do Comando Militar do Estado. Tratava-se do coronel Humberto Pinheiro Vasconcelos.

A situação na Escola de Belas Artes seria bem diferente. Embora fosse pequena, com poucos alunos e sem nenhuma tradição no movimento estudantil capixaba, a escola foi uma das poucas faculdades da UES onde ocorreram perseguições pela comissão de inquérito administrativo. Criada pelo diretor da unidade, professor Ra-

26 UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO. FAFI. Relatório da Comissão de Sindicância da Faculdade. Vitória, maio 1964, p. 3.

27 *Ibid.*, p. 8.

phael Samú, por meio da Resolução nº 1, baixada em 12 de maio de 1964, a comissão era inicialmente composta pelos professores Hilton Dei Guadagnin – que a presidia – e Marcelo Vivácqua, e pelo chefe da secretaria da escola, Renato Monteiro Simões, que mais tarde também seria professor e um integrante da direção da Universidade.

Posteriormente, Guadagnin e Simões foram substituídos pelos professores Paulo Diniz de Oliveira e Zenyr Alves de Albuquerque, tendo o primeiro assumido a presidência da comissão. Todos os alunos, professores e funcionários da Faculdade foram obrigados a prestar depoimento durante a investigação, algo que não aconteceu na FAFI e tampouco na Faculdade de Medicina.

A comissão de inquérito da Escola de Belas Artes “investigou” a queima de panfletos e de revistas de países do Leste Europeu, depois do Golpe de 1964, por parte da estudante Elizabeth Cabral, então presidente do Diretório Acadêmico (DA) da Escola. Outro foco da “investigação” foi a participação dos estudantes da Faculdade na famosa greve nacional promovida em 1962 pela UNE em defesa da presença de 1/3 da representação estudantil nos órgãos colegiados das faculdades e universidades do país. Um movimento realizado quase dois anos antes do golpe de 1964²⁸.

Assim, o relatório de comissão de inquérito acusou duas ex-alunas da Escola de Belas Artes, Heloísa Gomes de Almeida e Mirce Fornazier, de terem se apresentado de forma “extremada” durante a greve na Faculdade, devido a uma “nítida orientação externa”. Apesar de formada desde 1962, Almeida foi “acusada” de ter participado de congressos da UNE e da UEE e ainda de ser assinante do jornal *Brasil Urgente*, segundo o relatório, um veículo altamente “comunista e subversivo”, além de usar um emblema das Ligas Camponesas²⁹.

O próprio diretor da Escola de Belas Artes, Raphael Samú, acabou sendo “implicado” no relatório feito pela comissão de inquérito, que aponta uma “divergência” nas declarações dele e da presidente do DA sobre o episódio da queima do material “subversivo” que estava na entidade. Em depoimento no inquérito, Elizabeth Cabral contou ter pedido a opinião ao diretor sobre se deveria queimar as publicações e este teria dito que era uma “boa ideia”. Por sua vez, Samú afirmou que não havia emitido opinião e que teria dito apenas que já havia uma comissão de inquérito para resolver a situação.

De acordo com o relatório, na documentação retirada do DA e nos depoimentos prestados por diversos alunos, podia-se sentir uma “nítida orientação esquerdis-

28 UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO. Escola de Belas Artes. Relatório da Comissão de Inquérito Administrativo da Escola de Belas Artes, 30 maio 1964.

29 Ibid., p. 1.

ta” nas entidades estudantis e que essa “orientação esquerdista” vinha da UNE. O documento também acusa a Juventude Universitária Católica (JUC), sob a orientação dos padres Waldyr e Franz Victor, religiosos conhecidos como progressistas, de usar a chamada doutrina social da Igreja para divulgar ideias políticas.

Entre as sugestões apresentadas pela comissão de inquérito, estava a destituição da diretoria do DA, que deveria ser substituída por uma comissão formada por três alunos para realizar novas eleições para a entidade; vedação da participação de entidades estudantis em qualquer atividade de natureza política; investigação da participação da ex-aluna Heloísa Gomes de Almeida em movimentos de natureza “subversiva”; e que fossem “revistas” pelas autoridades a orientação político-social ministrada pela JUC e pela Juventude Estudantil Católica (JEC), ambas ligadas à Igreja Católica.

Da comissão de inquérito da antiga Faculdade de Ciências Econômicas da UES, somente conseguimos descobrir que ela foi criada pela Portaria nº 4, de 15 de maio de 1964, sendo composta pelos professores Antônio Lugon (presidente), Sebastião Júlio e Mário Ferreira Sacramento ³⁰.

Por meio de ofícios assinados pelo reitor Alaor de Queiroz Araújo, também foi possível constatar que os integrantes da comissão de inquérito da Escola Politécnica foram os professores Sebastião Magalhães Carneiro ³¹, Jorge Minassa ³² e Luiz Moreira Barbirato ³³. Os documentos eram dirigidos aos órgãos e empresas em que eles também trabalhavam na época, solicitando que fossem liberados para dedicar tempo integral à investigação pelo prazo de 30 dias, entre 15 de maio e 15 de junho daquele ano.

Logo depois de empossado como reitor nomeado pela ditadura, o professor Fernando Duarte Rabelo enviou para o ministro Flávio Suplicy de Lacerda, pelas mãos do novamente vice-reitor Alaor de Queiroz Araújo, os inquéritos administrativos montados pela Reitoria, pela FAFI, pela Faculdade de Direito e pela Escola Politécnica ³⁴.

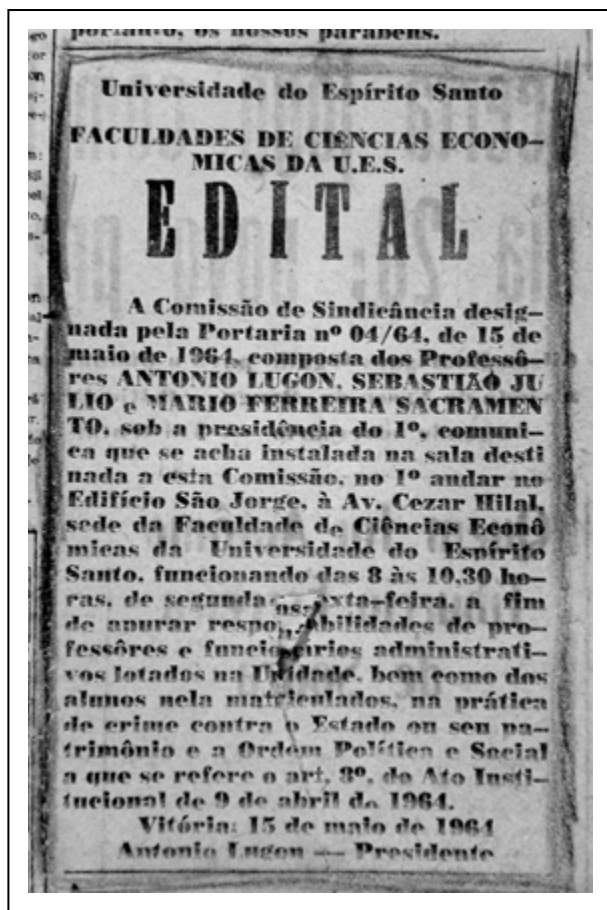
30 EDITAL. A Tribuna, 16 maio 1964.

31 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício nº 1028-R, de 18 de maio de 1964.

32 Id. Ofício nº 1029-R, de 18 de maio de 1964.

33 Id. Ofício nº 1030-R, de 18 de maio de 1964.

34 Id. Ofício nº 1446-R, de 24 de junho de 1964.



Edital da Comissão de inquérito da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufes, 1964.

Em 6 de julho de 1964, o reitor enviou para o subcomandante do 3º BC, tenente-coronel Humberto Pinheiro de Vasconcellos, os inquéritos administrativos produzidos na Escola de Educação Física e na Faculdade de Medicina, solicitando ainda que o oficial devolvesse os inquéritos das faculdades de Odontologia, de Ciências Econômicas e da Escola de Belas Artes, para que pudessem ser enviadas para o ministro da Educação ³⁵.

Diligente, em 7 de julho, o mesmo reitor informou ao marechal Estevão Taurino de Jesus, presidente da Comissão Geral de Investigações (CGI), formada pela ditadura para coordenar as centenas de investigações sumárias deflagradas país a fora, que os trabalhos de todas as comissões de inquérito da UES já haviam sido

35 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício nº 1540-R, de 6 de julho de 1964.

concluídos ³⁶. Foi novamente o vice-reitor Alaor de Queiroz Araújo ³⁷ o encarregado de entregar ao ministro Flávio Suplicy de Lacerda o restante dos inquéritos administrativos montados na UES (faculdades de Medicina, de Odontologia e de Ciências Econômicas, e das escolas de Belas Artes e de Educação Física).

Ao que tudo indica, nenhum dos inquéritos abertos na UES teve qualquer desdobramento político relevante, já que, em fevereiro de 1965, o reitor Fernando Duarte Rabelo acusou o recebimento dos autos das investigações feitas nas faculdades de Ciências Econômicas, de Medicina e de Odontologia, e nas escolas de Educação Física e de Belas Artes, que se encontravam no arquivo do MEC, por força de despacho do ministro Flávio Suplicy de Lacerda, de 9 de outubro de 1964, em face das conclusões da Comissão de Investigação Sumária.

No mesmo documento, Duarte Rabelo determinou que os autos dos demais inquéritos, referentes à Faculdade de Direito, à FAFI, à Escola Politécnica e à Reitoria, tivessem o mesmo desfecho, ou seja, todos deveriam ser colocados num mesmo volume para facilitar futuras consultas, caso fosse necessário ³⁸.

Além das comissões de inquérito, a CVUfes constatou que o ex-reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho foi alvo de uma denúncia do professor Jair Etienne Dessaune, que o havia antecedido no cargo, ambos professores da Faculdade de Direito, as quais teriam se agravado quando o segundo foi afastado abruptamente da Reitoria, em fevereiro de 1963, para dar lugar à Paes Barreto, indicado para o cargo pelo deputado federal Ramon de Oliveira Neto.

Entretanto, o processo nº 226577 foi devolvido ao MEC pelo reitor Fernando Duarte Rabelo ³⁹, o qual lembrou ao ministro Flávio Suplicy de Lacerda que os inquéritos administrativos abertos nas unidades para apurar denúncias de “subversão” e atos de improbidade já haviam sido entregues a ele.

A DEMISSÃO ARBITRÁRIA DO PROFESSOR ALDEMAR DE OLIVEIRA NEVES

Aldemar de Oliveira Neves, médico e professor da então UES, junto com o ex-reitor Paes Barreto, talvez tenha sido a principal vítima da primeira onda repressiva deflagrada pela ditadura na Universidade depois do golpe de 1º de abril. Em 13 de junho de 1964, Oliveira Neves teve seus direitos políticos cassados com

36 Id. Ofício nº 1573-R, de 7 de julho de 1964.

37 Id. Ofício nº 1573-R, de 7 de julho de 1964.

38 Id. Ofício nº 140-R, de 10 de fevereiro de 1965.

39 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício nº 1832, de 13 de agosto de 1964.

base no AI-1, o que seria o pretexto para sua demissão arbitrária da Universidade, determinada pelo então reitor Fernando Duarte Rabelo.

Em 1964, Aldemar de Oliveira Neves era médico parasitologista, com pesquisas publicadas em nível nacional, e também conhecido no Espírito Santo pela sua militância comunista. Nascido em 1905, em São Mateus, o médico foi prefeito do município em 1929. Mais tarde, aderiu ao PCB e participou de diversas lutas e campanhas lideradas pelo partido no período entre 1945 e o golpe de 1964. O médico presidiu o Centro Regional de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e, durante o período anterior ao golpe, foi diversas vezes preso por motivos políticos.

Intelectual respeitado, o médico participou do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), realizando pesquisas e escavações arqueológicas, chegando a publicar estudos como “Cerâmio da Sapucaia”, em 1943⁴⁰. Em 1958, visitou a União Soviética (URSS) e outros países socialistas, escrevendo um livro sobre suas experiências, que acabou não sendo publicado. Em 1962, foi lançado candidato a deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Apesar de preso logo depois do golpe, como afirmamos anteriormente, Aldemar de Oliveira Neves foi poupado no relatório da Comissão de Inquérito Administrativo da Faculdade de Medicina da UES. De acordo com um ofício do DOPS/ES, Oliveira Neves havia sido detido “várias vezes”, bem como processado em 16 de novembro de 1949, por infringência ao Decreto-lei nº 431. “Quanto aos últimos acontecimentos políticos nacionais, no que se refere ao esquema de subversão comunista que se articulava em todo país, tem ele também uma participação ativa, motivo por que temos em andamento diversas outras providências⁴¹”.

Mas, Aldemar de Oliveira Neves acabaria tendo seu contrato com a UES rescindido pelo reitor Duarte Rabelo, por meio da Portaria nº 434, de 25 de agosto de 1964, com efeito retroativo a 13 de junho do mesmo ano, data da publicação do decreto que cassou seus direitos políticos. Para isso, Duarte Rabelo teve que revogar outra portaria, baixada por ele mesmo, que havia prorrogado uma licença médica concedida ao médico para tratamento de saúde, com base num laudo assinado por três médicos e confirmado pela Junta Federal de Saúde, o qual mostrava que o professor era portador de uma cardiopatia grave.

Num despacho dado no processo referente à licença médica de Oliveira Neves,

40 INSTITUTO ALDEMAR DE OLIVEIRA NEVES. Vitória, s/d, p. 1-4.

41 DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício nº 56, de 20 de maio de 1964.

em 10 de julho de 1964, poucas semanas antes de demiti-lo, o próprio reitor havia reconhecido que ele tinha direito à licença médica, uma vez que ela havia sido solicitada antes da promulgação do AI-1⁴². No entanto, a posição de Duarte Rabelo mudou, depois que o então diretor da Faculdade de Medicina, Affonso Bianco, em 3 de julho de 1964, solicitou “esclarecimento e orientação” por parte do reitor sobre a posição do professor perante à Universidade.

Bianco alegou que a cadeira de Parasitologia e Doenças Infecciosas e Parasitárias, ministrada por Oliveira Neves, estava com seu funcionamento prejudicado, uma vez que o professor se encontrava afastado, por ter sido incluído entre os que tiveram os direitos políticos cassados⁴³. Ignorando o despacho anterior e a licença médica de Aldemar de Oliveira Neves, que estava em vigor e havia sido prorrogada, em despacho de 14 de agosto⁴⁴, o reitor Fernando Duarte Rabelo mandou suspender o contrato do professor com data retroativa a 13 de junho de 1964.

A Portaria nº 434/64 foi publicada no Boletim Oficial da UES em 28 de agosto de 1964 e, meses depois da demissão, em maio de 1965, a Universidade enviou um ofício ao professor Aldemar de Oliveira Neves solicitando que ele comparecesse à instituição para restituir os valores que havia recebido no período entre a portaria que efetivamente o demitiu e a data retroativa apontada no documento, chegando a ameaçá-lo de processo judicial.

Em carta dirigida ao reitor Fernando Duarte Rabelo⁴⁵, o professor Aldemar de Oliveira Neves ironizou as notórias contradições em três despachos diferentes do reitor publicados no Boletim Oficial da UES num prazo de nove dias. O primeiro (26 de agosto) cessou os efeitos do contrato com a Universidade; o segundo (28 de agosto) prorrogou a licença para tratamento de saúde; e o terceiro (4 de setembro) indeferiu o pedido de licença. “Vê-se, assim, nesses despachos, evidenciada a boa ‘ordem’ existente na ‘Casa de Orates’”⁴⁶.

Oliveira Neves mostrou que, apesar de ter seus direitos políticos cassados, não havia recebido o mesmo tratamento e nem sido demitido de forma retroativa dos cargos que também ocupava no Ministério da Saúde, como médico sanitарista, nem do Ipase, onde prestava serviços como adjudicado, dos quais foi, em outubro de 1964, respectivamente, colocado em disponibilidade remunerada e desligado.

42 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Processo nº 1445/64. Vitória, 1964, fl. 7.

43 Id. Processo nº 2672/64. Vitória, 1964, fl. 2.

44 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Processo nº 2672/64. Vitória, 1964, fl. 7.

45 Id. Processo nº 2771/65, Vitória, 195.

46 Ibid., fl. 3.

O que se dizer da sistemática administrativa posta em prática por essa Egrégia Reitoria e do gesto “magnânimo” do Magnífico Reitor da UES? Sem preconceitos ou juízo a priori, apreciando-se os fatos com justeza e a pragmática adotada somente uma conclusão se pode tirar – a medida tomada pelo Reitor – foi arbitrária, iníqua e desumana. Quanto ao móvel que o levou juntamente com seus assessores a tomar essa decisão, prefiro deixar de fazer um juízo temerário, para não ser apontado como injusto ⁴⁷.

Apesar do conselho da Assessoria Jurídica da UES para que fosse feita a cobrança judicial a Oliveira Neves, o reitor preferiu mandar arquivar o processo. O médico morreu na década de 1970, antes da Lei da Anistia de 1979. Em 1994, diante de uma campanha iniciada pelo então vereador de Vitória e ex-presos político Perly Cipriano, o Conselho Universitário da Ufes decidiu conceder ao professor e médico o título de “Professor Emérito Póstumo” ⁴⁸. O título foi entregue numa sessão solene realizada pelo Conselho em 29 de agosto daquele ano.

SERVIDORES E ESTUDANTE DA FAFI CONDENADOS E PRESOS POR PARTICIPAR DE GRUPO DOS 11 EM MUNIZ FREIRE

A onda repressiva depois do golpe militar de 1º de abril de 1964 também atingiria um estudante e dois servidores da UES, embora não exatamente por suas atividades na Universidade. O então estudante da FAFI Renato Viana Soares, líder estudantil em sua Faculdade, foi vítima de um IPM instalado no município de Muniz Freire, iniciado por conta de disputas políticas locais, que acabou levando à condenação dele e de outras oito pessoas, acusadas de terem participado, em seu município de origem, de um “Grupo dos 11”, cuja formação havia sido proposta por Leonel Brizola poucas semanas antes do golpe.

A origem do processo foi a aprovação de uma moção em apoio ao golpe de 1964 realizada pela Câmara Municipal de Muniz Freire numa sessão de 6 de abril daquele ano. O único voto contrário foi o do vereador Walfredo Ribeiro Soares (PTB). Em 9 de junho, o presidente da Câmara, vereador José Lima, enviou um ofício dirigido à Comissão de Segurança Nacional (CSN), encaminhando as manifestações de “solidariedade” dos vereadores e denunciando Soares por ter votado contra a moção, também o acusando de integrar um “Grupo dos 11” no município, do qual

47 Ibid., fl. 4-5.

48 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Resolução nº 49, de 1994.

faziam parte seis membros de sua família, dois deles servidores públicos ⁴⁹.

Com base no documento, por meio do Ofício nº 28-CIP, de 6 de julho de 1964, o chefe da 3ª Circunscrição de Recrutamento (CR), coronel Henrique Ramos de Moura, designado pelo comandante do 3º BC e da Guarnição Militar do Espírito Santo, coronel Newton Fontoura Reis, para coordenar os IPMs resultantes da aplicação do AI-1 no Espírito Santo, determinou a instalação de um inquérito para investigar as denúncias no município, nomeando como encarregado o 2º tenente Juracy Sarmento.

O IPM foi instalado em 14 de julho de 1964, nas dependências do Fórum do município e concluído em menos de duas semanas. Sobre Renato Soares, o tenente Sarmento fez questão de assinalar que se tratava de estudante da FAFI, em Vitória, “declaradamente subversivo” e filiado à UNE, com manias de liderança em todo meio que se encontrava e “grande admirador” da política anterior ao golpe. Rômulo Araújo, então vice-prefeito de Muniz Freire, foi “acusado” de ser ligado ao PTB e de ser admirador de João Goulart, Leonel Brizola e Fidel Castro. Os depoimentos mostram que o “Grupo dos 11” de Muniz Freire havia sido formado poucos dias antes do golpe e não chegou a realizar nenhuma reunião.

O IPM foi enviado para a 3ª Auditoria Militar do Rio de Janeiro e, em 19 de fevereiro de 1965, o Ministério Público Militar (MPM) ofereceu denúncia de uma página contra nove integrantes do Grupo dos 11 de Muniz Freire ⁵⁰. Sem mais explicações, o promotor do caso deixou de denunciar o vereador Walfredo Ribeiro Soares e outros dois integrantes do grupo, Lino Ribeiro Soares e Mário Ribeiro Soares.

Importante destacar que o Conselho de Sentença da 3ª Auditoria Militar do Rio de Janeiro, formado por um juiz togado e três militares, em julgamento realizado em 10 de setembro de 1965, acatou, por três votos a um, o pedido feito pelos advogados dos acusados sobre a incompetência da Justiça Militar para julgar o caso, determinando que os autos fossem para a Justiça Comum ⁵¹. No entanto, em 3 de novembro do mesmo ano, a decisão foi reformada pelo Superior Tribunal Militar (STM), atendendo a um recurso do MPM ⁵².

O processo foi enviado novamente para a 3ª Auditoria Militar do Rio de Janeiro, onde aconteceu o julgamento, realizado em 28 de janeiro de 1966. Os nove acusados não compareceram e foram julgados como revéis. Um advogado de ofício

49 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 35.332/66, fl. 8.

50 Ibid., fl. 2.

51 Ibid., fl. 217-218.

52 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 35.332/66, fl. 236-237.

foi nomeado no mesmo dia para ser o curador dos réus e fazer a sua “defesa”. No final, por maioria de votos, Jonatas Ribeiro Soares foi condenado a um ano de prisão, enquanto Renato Viana Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araújo, Carlinhos José de Arêas, Ilton Vieira, Ângelo Cizotto, Mauro Rodrigues de Oliveira e Néelson Bolzan receberam a sentença de seis meses.

O juiz togado José Garcia de Freitas votou pela absolvição dos acusados, por entender que a prova conseguida nos autos era insuficiente para motivar a condenação, a qual ficou por conta dos votos dos auditores militares. Renato Soares explicou que os nove acusados não compareceram ao julgamento, no Rio de Janeiro, porque a maioria não tinha dinheiro e, se fossem condenados, ficariam presos lá. “Aí foi combinado que ninguém iria comparecer. Eu fui lá depois, clandestino, para verificar o processo e a possibilidade de recurso. Só podia recorrer quem estivesse cumprindo a pena. Houve recurso, mas as penas foram confirmadas ⁵³”.

O então estudante cumpriu sua pena no Quartel do CBM, na Praça Misael Pena. Os outros oito condenados, inclusive o seu pai, Jair Ribeiro Soares, que foi demitido da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, ficaram presos no Fórum de Muniz Freire. Na prisão, Soares conta ter sofrido algumas ameaças e que houve uma tentativa de simular uma fuga sua, mas que ele conseguiu evitar. Com relação às aulas na FAFI, o ex-líder estudantil relata que os professores continuaram lhe dando presença e aceitavam os trabalhos que ele enviava, os quais eram levados por duas irmãs de caridade que estudavam com ele.

FUNCIONÁRIOS DA UFES DENUNCIADOS NO IPM DE COLATINA

O IPM de Colatina foi outro capítulo das arbitrariedades e da perseguição promovidas no Espírito Santo depois do golpe de 1º abril de 1964. No caso, o objetivo era investigar as atividades “subversivas” no município, tendo como principais alvos o deputado federal cassado Ramon de Oliveira Neto e o PCB. As denúncias envolviam desde um suposto pagamento da prefeitura local para os festejos do aniversário do PCB, em 1962, feito pelo então prefeito Paulo Stefenoni ⁵⁴; passando pela suposta existência de armas nas mãos de comunistas – denúncia apresentada pelo deputado federal Osvaldo Zanello (PRP/ES) – e pela existência de um campo de treinamento de guerrilha, até o funcionamento do “Grupo dos 11”.

53 Renato Viana Soares. Entrevista à CVUfes, 9 set. 2015.

54 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 37.574.

A realização de reuniões políticas, os discursos na Câmara Municipal de Colatina e a campanha eleitoral em favor de Ramon de Oliveira Neto, membro do grupo compacto do PTB, foram objetos de investigação. Dois vereadores foram cassados. Dois funcionários indicados pelo parlamentar petebista para trabalhar na Reitoria da Ufes foram indiciados por IPM, denunciados à Justiça Militar e tiveram que responder ao processo na Justiça Militar por cinco anos: Antônio Prest Sobrinho e Veridiano Fraga.

Outro servidor da Universidade indicado por Oliveira Neto, Wellington Freitas, também chegou a ser investigado e teve que prestar depoimento em Colatina, mas não foi indiciado. O 2º tenente Jair Ferreira foi encarregado para presidir o inquérito e se instalou nas dependências da Câmara Municipal de Colatina, promovendo um clima de perseguição no município. Mais de cem pessoas tiveram que prestar depoimento, algumas mais de uma vez.

Na denúncia feita à Justiça Militar, Antônio Prest foi apontado como membro do PCB pelo suposto presidente do diretório municipal do partido, o ferroviário Pedro Rodrigues Frade. Ele foi “acusado” de ter vendido o jornal *Folha Capixaba*, órgão oficioso do PCB no Espírito Santo, bem como de ter assinado um documento pela legalização do partido e participado de reuniões realizadas no estabelecimento comercial do vereador Adhemar Faria e na casa de Frade⁵⁵. Já Veridiano Fraga, na falta de provas mais consistentes, foi denunciado por ter sido citado por uma testemunha como tendo comparecido à festa de aniversário do PCB, realizada em 1962, na casa de Enéias Pinheiro de Souza, líder camponês da região norte capixaba. Além disso, foi apontado pelo presidente do partido no município como alguém “muito ligado” ao líder camponês⁵⁶.

No relatório final do encarregado do inquérito, Wellington Freitas foi citado por ter trabalhado na campanha do deputado federal Ramon de Oliveira Neto e declarado em seu depoimento que realizou o trabalho por ser casado e pai de quatro filhos. O IPM foi concluído em agosto de 1964 e, inicialmente, enviado para a Justiça comum, onde ficou paralisado por um ano. Em agosto de 1965, foi reativado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o qual concluiu que a Justiça estadual não era competente para julgá-lo. O IPM, então, foi enviado para a 1ª Auditoria Militar da Marinha, no Rio de Janeiro. Somente em fevereiro de 1966 o MPM fez a denúncia, reproduzindo quase na íntegra o relatório do tenente Jair Ferreira⁵⁷.

55 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 37.574/73, fl. 13.

56 *Ibid.*, fl. 20.

57 *Ibid.*, fl. 2-24A.

O processo somente foi julgado em 27 de agosto de 1969, depois de muitas idas e vindas, condenando 12 dos 39 acusados ⁵⁸. Nas alegações finais do processo, o MPM havia pedido a condenação de apenas cinco réus ⁵⁹. Dos 12 condenados, quatro foram imediatamente para a cadeia. O STM reduziu a condenação de dois dos presos e extinguiu a punibilidade de outros dois – tarde demais para estes dois últimos, que já haviam cumprido praticamente toda a pena ⁶⁰. Os outros sete condenados jamais foram presos, seriam anistiados em 1979, incluindo o líder camponês Enéias Pinheiro de Souza.

A UFES E REFORMA UNIVERSITÁRIA DA DITADURA

O relatório da CVUfes, no que se refere à implantação da reforma universitária da ditadura, baseou-se na monografia apresentada pelo historiador e jornalista Alexandre Caetano ⁶¹. Numa pesquisa sobre o Movimento Estudantil (ME) da Ufes, Caetano (2013) argumentou que a Universidade teria sido um dos laboratórios da reforma universitária impulsionada pela ditadura militar, com base na análise de atas do Conselho Universitário e de entrevistas com lideranças estudantis da época.

De acordo com o Estatuto da Ufes então vigente, a representação estudantil no Conselho Universitário era formada pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e por um representante eleito pelos estudantes. Na maior parte do período de elaboração e discussão do projeto de reestruturação acadêmico-científica da Universidade, que se prolongou entre 1966 e 1968, a representação estudantil naquele conselho foi formada por lideranças alinhadas com o governo.

Mas, mesmo depois que os estudantes ligados à esquerda conquistaram o DCE, o processo continuou tramitando na Ufes, embora o ME tivesse uma posição contrária aos chamados acordos entre o Ministério da Educação brasileiro e a United States Agency for International Development (USAID), conhecidos como MEC-USAID ⁶², instrumentos que contribuíram para que a ditadura militar esta-

58 Ibid. fl. 1355-1359

59 Ibid., fl. 1294-1298.

60 Um dos condenados que foi preso e cumpriu a pena foi Jair Storch que, em 1971, voltou a ser preso, quando ocorreu a queda dos militantes da Ala Vermelha do PCdoB no Espírito Santo.

61 CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 13-30.

62 De acordo com Luiz Antônio Cunha e Moacir de Góes (O Golpe da Educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 26), os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional,

belecesse as bases para a Reforma Universitária, enfim efetivada com a edição da Lei nº 5.540, em 28 de dezembro de 1968.

O processo de elaboração do projeto de reestruturação da Ufes começou com a vinda a Vitória de Rudolph P. Atcon, técnico da USAID e autor de um célebre relatório sobre a situação do ensino superior brasileiro, que seria conhecido pelo seu nome. Por meio de um ofício enviado a Atcon pelo reitor da Universidade, Alaor de Queiroz Araújo, descobrimos que, em maio de 1966, ele havia mantido “entendimentos” com o técnico da USAID no Rio de Janeiro, quando foi acertada a vinda dele à capital do estado, com o objetivo de “familiarizar-se com as dependências da Ufes, conhecer as diretivas da Universidade e conversar amplamente sobre todos os aspectos que as animam em torno da renovação de nosso plantel de estudos superiores”⁶³.

Não havia ainda um acordo fechado para que o técnico da USAID elaborasse o projeto de reestruturação, mas sim para que ele “sugerisse” medidas para a realização da “inadiável” reestruturação da Ufes, visando, na medida em que surgissem oportunidades e necessidades, a combinação, “de mútuo acordo”, de visitas subseqüentes para o tratamento de aspectos do planejamento integral da Universidade. Pelo texto do ofício, Atcon desembarcou em Vitória no dia 12 de junho para uma visita de uma semana, com passagens de ida e volta de avião e estadia em hotel pagas pela Reitoria, que ainda colocou uma importância de Cr\$ 1 milhão à disposição do técnico⁶⁴.

Depois da visita, em outro ofício enviado a Atcon, datado de 21 de junho de 1966⁶⁵, Queiroz Araújo solicitou que ele indicasse as “bases financeiras” para elaboração por parte dele do “planejamento integral” da Ufes. Não descobrimos, pelo menos até o momento, nenhum documento sobre quais teriam sido essas “bases”. O certo é que, pela Resolução nº 17, de 24 de junho de 1966, o Conselho Universitário aprovou a criação de uma Comissão de Planejamento, destinada a proceder à reestruturação da Universidade nos termos da Mensagem nº 6, do reitor Alaor de Queiroz Araújo, de 21 de junho de 1966.

O artigo 2º da Resolução estabelecia que caberia ao reitor a designação ou contratação dos membros que comporiam a comissão, em número não superior a cinco

isso é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. Entre 1964 e 1968 foram firmados 12 acordos.

63 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício nº 62-R, de 3 de junho de 1966.

64 Ibid.

65 Id. Ofício nº 650-R, de 21 de junho de 1966.

pessoas, pelo período de dois anos. Pelo artigo 3º, o reitor foi autorizado a destacar, do fundo destinado à Cidade Universitária, a importância de Cr\$ 50 milhões para atender às despesas iniciais dos estudos e planejamentos especificados na Mensagem nº 6/66, bem como às que fossem necessárias ao seu adequado funcionamento.

A Comissão de Planejamento foi inicialmente presidida pelo professor da Escola Politécnica, José Manuel da Cruz Valente, substituído posteriormente pelo professor Ivan Ramos de Medeiros, que faleceria em maio de 1967. Assim, assumiu a presidência Marcello Antônio Basílio. Também compuseram a comissão Stélio Dias, Manoel Ceciliano Salles de Almeida e Enildo Carvalhinho.

Atcon apresentou o projeto de reestruturação para a comissão em dezembro de 1966. O Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica da Ufes, elaborado com base na proposta do técnico da USAID, foi entregue aos membros do Conselho Universitário na reunião realizada em 4 de abril de 1967. No entanto, antes mesmo que o plano fosse aprovado pelo órgão colegiado superior, quando o técnico da USAID já ocupava a Secretaria Executiva do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o projeto foi transformado em livro e publicado pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina ⁶⁶.

Por meio da Mensagem nº 4, de 4 de abril de 1967, ao enviar o Plano de Reestruturação para apreciação do Conselho Universitário, o reitor Alaor de Queiroz Araújo esclareceu que a nova estrutura acadêmico-científica se encontrava dentro do espírito que norteava a política para o ensino superior preconizado pela ditadura militar no Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, suplementado pelo Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967 ⁶⁷. Os dois decretos-lei foram editados depois que a Comissão de Planejamento já havia sido criada pela Ufes e Atcon apresentado sua proposta de reestruturação da Universidade, que envolvia até um plano de zoneamento do *campus*.

No final da mesma reunião de 4 de abril de 1968, o reitor Queiroz Araújo determinou a distribuição do Volume I do Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica para os integrantes do Conselho Universitário, dando início à discussão do projeto naquele órgão, o que se estenderia até o mês de julho. Naquele momento, eram representantes discentes o presidente do DCE, Jorge Augusto Pires Encarnação, e o conselheiro Rodrigo Loureiro Martins, ambos identificados com po-

66 ATCON, Rudolph. Proposta para a reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1967.

67 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores. Livro de atas do Conselho Universitário. Sessão de 4 de abril de 1967.

sições próximas ao governo. Não há qualquer registro que essa discussão tenha sido levada para o conjunto dos estudantes.

Ainda segundo Caetano (2013), com a eleição de uma nova diretoria do DCE no final de maio de 1966, em pleito indireto, a representação estudantil mudou, com o então estudante de Direito Carlos Magno Gonzaga Cardoso assumindo a vaga como novo presidente da entidade. Segundo ele, Cardoso era conhecido por suas posições moderadas e conciliatórias, embora participasse de uma gestão mais à esquerda. Já o ex-presidente do DCE Jorge Augusto Pires Encarnação foi reconduzido ao Conselho na condição de representante discente. A discussão e a votação das emendas ao projeto começaram na sessão de 12 de julho de 1967 e se estenderam até 17 de julho de 1967.

Na sessão do Conselho Universitário realizada na tarde de 17 de julho de 1967, os conselheiros aprovaram o parecer do conselheiro Emílio Roberto Zanotti, favorável ao Plano de Reestruturação, com o voto contrário apenas do conselheiro João Luiz Horta Aguirre, representante da Faculdade de Odontologia, por questões estritamente corporativistas.

Os dois representantes estudantis Carlos Magno Gonzaga Cardoso e Jorge Augusto Pires Encarnação votaram pela aprovação do projeto. Lideranças estudantis da época, como José Cipriano da Fonseca e Antônio Caldas Brito, dizem que o presidente do DCE não teria discutido suas posições na diretoria da entidade. De qualquer forma, também não há nenhum indício de que o conjunto do ME tenha mobilizado os estudantes ou debatido melhor o tema.

No geral, as emendas aprovadas não alteraram nada de substancial no plano. Na mudança mais importante, os conselheiros aprovaram a emenda do conselheiro Nelson Abel de Almeida, que propunha a supressão do Departamento de Educação do Centro de Estudos Gerais (CEG) e acrescentava o Centro Pedagógico (CP) à estrutura de centros que seriam constituídos. Foi definida também a mudança do nome dado por Atcon ao Centro de Ciências da Saúde para Centro Biomédico (CBM). O Centro de Educação Física e Esporte recebeu o nome de Centro de Educação Física e Desportos (CEFD). O Centro de Ciências Sociais, por decisão do Conselho Universitário, receberia o nome de Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).

Uma emenda proposta pelo professor Ademar Martins definiu que o Centro Agropecuário, que ainda não havia sido criado, deveria ser localizado no interior, em cidade a ser definida após estudos prévios, na época de sua instalação ⁶⁸.

68 Na década de 1970, o Centro Agropecuário seria instalado no município de Alegre, na região

Como dissemos, não existe nenhuma referência de uma discussão mais aprofundada da parte do ME ou do conjunto dos estudantes sobre o projeto. Em nenhum momento, os representantes discentes afirmaram ter encaminhado propostas a serem discutidas com os estudantes.

1968: O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO RETORNA À UFES ⁶⁹

A discussão sobre o Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica no âmbito da Ufes não se encerrou em 1967. O Conselho Universitário voltou a apreciar o projeto pouco mais de um ano depois de sua aprovação pelo colegiado. Na sessão de 30 de julho de 1968, a primeira em que participava o novo presidente do DCE, César Ronald Pereira Gomes, então ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR (Caetano, 2013), o reitor Alaor de Queiroz Araújo levou ao conhecimento dos conselheiros o conteúdo do Parecer nº 360/68, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação (CES/CFE), a qual decidiu que o processo relativo ao Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica e a minuta de decreto, que se encontravam anexados para a sanção do presidente da República, fossem baixados em diligência.

Além de César Ronald, no final de maio daquele ano, havia sido eleito como representante discente no Conselho Universitário o estudante de Direito José Carlos Risk. Mostrando que havia pressa na apreciação dos questionamentos e pedidos de esclarecimentos feitos pela CES/CFE, o reitor Alaor de Queiroz Araújo encaminhou para o Conselho, além do parecer e da minuta do decreto, a Mensagem da Reitoria nº 4/1968, o relatório e o voto do conselheiro Emílio Roberto Zanotti, definido como relator da matéria ⁷⁰.

Na mensagem do reitor Alaor de Queiroz Araújo, pela primeira vez, foi revelado que um conselheiro do próprio CFE, Valnir Chagas ⁷¹, havia sido convidado pela

sul do Espírito Santo.

69 CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 21-24.

70 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores. Livro de atas do Conselho Universitário. Sessão de 30 de julho de 1968.

71 Raimundo Valnir Cavalcante Chagas (1921-2006), conselheiro do CFE de 1962 a 1976, foi um dos principais autores da reforma universitária de 1968 e também teve destacada participação na idealização e elaboração da Lei nº 5.692/1971, que implantou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no antigo 2º grau. Um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB) lecionou por várias décadas na Faculdade de Educação.

Reitoria para vir a Vitória analisar o Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica, tendo em vista o papel decisivo dele nas medidas de reestruturação das universidades promovidas pela ditadura. O conselheiro, a pedido de Araújo, elaborou o esboço do decreto que serviria de orientação, quando da sua apreciação pelo CFE ⁷². O objetivo seria facilitar a aprovação do plano.

Na sessão seguinte do Conselho, foi lido o expediente da Reitoria que seria enviado ao CFE, redigido de acordo com a decisão tomada pelo colegiado na reunião anterior e contendo os esclarecimentos da Universidade ao Parecer nº 360/68. O presidente do DCE, César Ronald, propôs que cópias do expediente fossem distribuídas aos conselheiros, para que eles pudessem estudar e analisar os documentos. A proposta foi aprovada pelo plenário e foi definido um prazo de sete dias para a análise ⁷³.

Parecia que, pela primeira vez, uma posição surgida de uma discussão mais aprofundada, ao menos entre as lideranças estudantis, pudesse ser expressa na tramitação do processo. Mas, na sessão realizada em 19 de agosto de 1968, o expediente foi aprovado por unanimidade. César Ronald não compareceu e foi substituído pelo vice-presidente do DCE, José César Leite.

A nova estrutura proposta pelo Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica da Ufes seria referendada pelo presidente-marechal Arthur da Costa e Silva, por meio do Decreto nº 63.577, de 8 de novembro de 1968, 20 dias antes da promulgação da Lei nº 5.540/1968, que impôs a reforma universitária da ditadura. A Ufes já estava sintonizada com ela e, a partir da promulgação do decreto, a instituição ganhou uma estrutura semelhante a que tem hoje, com nove centros: CEG, CCJE, CBM, CP, CEFD, Tecnológico (CT), CAR e Agropecuário.

Nos anos 1990, o CEG viria a ser dividido em dois outros centros: de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) e de Ciências Exatas (CCE). O Centro Pedagógico e o CBM tiveram as denominações alteradas, passando a se chamar, respectivamente, Centro de Educação (CE) e Centro de Ciências da Saúde (CCS) ⁷⁴. A Universidade passou por outras ampliações com a criação do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), em São Mateus, e a implantação de novos cursos na cidade de Alegre.

72 CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 28-29.

73 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, op. cit., sessão de 12 de agosto de 1968.

74 Essa era a denominação original proposta no projeto de Atcon, mas que havia sido alterada pelo Conselho Universitário quando da votação do plano de reestruturação.

A SEGUNDA ONDA REPRESSIVA NA UFES: A DITADURA SE FECHA

A MONTAGEM DO APARELHO REPRESSIVO E O MONITORAMENTO DOS ESTUDANTES, PROFESSORES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UFES – 1967-1969

Além das comissões de inquérito abertas logo depois do golpe de 1964, o regime militar manteve constante monitoramento político sobre a comunidade acadêmica da Ufes, apesar de ainda não contar em sua estrutura com um órgão que fosse responsável pela vigilância interna das atividades consideradas “subversivas”. No material analisado pela CVUfes, foram encontrados vários documentos que tratam do levantamento de informações, principalmente sobre as práticas políticas por parte de estudantes, professores e servidores.

São documentos oriundos, entre outros, dos seguintes órgãos: Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal (DPF) no Espírito Santo, Departamento de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e da Cultura (DSI/MEC), Serviço Nacional de Informações (SNI), Ministério da Justiça (MJ), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).

Considerando as quatro ondas repressivas apontadas por Fagundes⁷⁵, este tópico irá tratar do período entre 1967 e 1969, que corresponde à fase de ascenso das mobilizações estudantis contra a ditadura, as quais foram duramente golpeadas no final de 1968 com o recrudescimento da repressão depois que foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e, no âmbito das universidades, o Decreto-lei nº 477/1969. Especialmente a partir de 1968, os documentos mostram a evolução do processo de endurecimento da repressão dentro da Ufes.

Entretanto, já existiam algumas práticas antecedentes, como registramos anteriormente, inclusive com a troca de documentos oriundos do DOPS/ES e da DSI/MEC. Um ano após o encerramento das comissões de inquérito instaladas em todas as unidades da Ufes, depois do golpe de 1964, em 9 de agosto de 1965, o então diretor da Escola de Belas Artes, Raphael Samú, como possivelmente

75 FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (ASI/Ufes). Revista *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295-316, jul./dez. 2013.

todos os outros diretores, recebeu o Reservado nº 19-IPM do 3º BC, por meio do qual o então comandante daquela corporação, coronel Alberto Bandeira de Queiroz, comunicava a instauração de um IPM para “apurar os fatos e as devidas responsabilidades de pessoas envolvidas com a UNE e em quaisquer entidades congêneres [...]” e que tivessem “desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os Crimes Militares e Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”.

A Comissão de Inquérito Administrativo da Escola de Belas Artes tinha sido uma das que, em suas conclusões, implicavam pessoas em “atividades subversivas” antes do golpe militar, inquirindo os estudantes, professores e funcionários da Faculdade, com um foco especial sobre a célebre “Greve Nacional pelo 1/3”, promovido pela UNE em 1962. Assim, no dia 16 do mesmo mês, Raphael Samú enviou um Ofício Reservado s/nº para o comandante do 3º BC, encaminhando o referido relatório produzido pela Comissão de Inquérito da Escola. Não há nenhuma notícia sobre algum desdobramento do referido IPM no âmbito do Espírito Santo.

Apesar de ainda não terem sido criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) nas universidades até aquele momento, os documentos mostram que as atividades desenvolvidas pelas entidades estudantis estavam constantemente sendo monitoradas. A Lei 4.464/64, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, previa em seu Art. 6º, que trata das eleições dos diretórios acadêmicos, o acompanhamento por representante da congregação ou do conselho departamental, na forma do regimento de cada faculdade.

Dessa maneira, em 20 de abril de 1966, o chefe de secretaria da Escola de Belas Artes, Renato Monteiro Simões, encaminhou ao presidente do Diretório Acadêmico (DA) da unidade, pelo Ofício nº 40/66-D, uma cópia do Ofício nº 270 do DCE. No dia 27 do mesmo mês, Renato Simões enviou o Ofício nº 46/66-D para o presidente do DA, encaminhando a Portaria nº 13, que designou a professora Zeny Alves de Albuquerque para representar a Congregação da Escola na eleição daquele diretório.

Num regime de exceção, uma das faces do arbítrio é o controle ideológico sobre os livros que podem ser encontrados nas bibliotecas de uma universidade e a bibliografia que se permite indicar aos alunos. Não foi diferente na Ufes. A Comissão da Verdade localizou cópia de documentos enviados aos diretores das faculdades pela Reitoria da Universidade ⁷⁶, transmitindo orientações do então

76 A Comissão da Verdade localizou a cópia enviada para o diretor da Faculdade de Medicina,

subdelegado regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo (DPF/ES), Elias Haddad, que determinou, pelo Ofício nº 829/67, a retirada de circulação de diversos livros das bibliotecas das unidades.

Entre os 35 livros citados no documento como “subversivos” e que deveriam ser “retirados de circulação” pela Ufes, estavam obras como História militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré; O Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels; Política e revolução social no Brasil, de Otavio Ianni, Paulo Singer, Gabriel Cohn e Francisco Weffort; O golpe de abril, de Edmundo Munis; O canhão e a foice, de P. E. Lapide; Que foi o tenentismo, de Virgílio Santa Rosa; Que é o imperialismo, de Eduardo Balby; 1º de abril, de Mario Lago; A crise geral do capitalismo, de N. Draguilley; História contemporânea, de V. N. Ivestov e L. I. Zubeck; História da Idade Média, de B. A. Kominshy; Terra e sangue, de Mikhail Chelakhov; Marxismo e alienação, de Leandro Konder; A diplomacia do dólar, de L. Viadinirev; e até exemplares da Coleção Histórias Novas, de diversos autores.

Em outubro de 1967, para atender uma determinação da DSI/MEC, o Gabinete do Reitor da Ufes enviou um documento para os diretores das oito faculdades então existentes na Universidade ⁷⁷, determinando que enviassem para a Reitoria, com urgência, relação contendo informações de todos os professores lotados em cada uma das respectivas unidades. O documento deveria ser enviado em quatro vias e, além de conter dados sobre filiação, naturalidade, data do nascimento, residência atual, classe, especialidade, estabelecimento pelo qual foi diplomado, e data e cursos de pós-graduação dos professores, também informações sobre “as ideias, caráter e capacidade profissional” dos docentes.

No caso da Faculdade de Medicina, o diretor da unidade, professor Affonso Bianco, enviou 50 ofícios para o então delegado do DOPS/ES, Oswaldo Simões Salles ⁷⁸, solicitando informações sobre o caráter ideológico e político de cada um dos professores que então trabalhavam na unidade naquela época. A resposta veio pelo Ofício nº 303/67, por meio do qual o delegado informou que nada constava nos arquivos daquela delegacia sobre a conduta ideológica e política dos professores.

professor Affonso Bianco. Trata-se do Ofício Circular nº 78/67-R, assinado pelo vice-reitor em exercício, professor Décio Neves da Cunha, enviado em 5 de outubro de 1967.

⁷⁷ Ofício Circular nº 80/67, assinado pelo chefe de Gabinete do Reitor, Rômulo Augusto Penina, enviado ao professor Affonso Bianco, diretor da Faculdade de Medicina, em 17 de outubro de 1967.

⁷⁸ Ofícios nºs 1155 a 1166; 1171 a 1199; 1227 a 1235/67, datados de 9, 10 e 14 de novembro de 1967.

A GREVE DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO E AS MANIFESTAÇÕES CONTRA O ASSASSINATO DO ESTUDANTE EDSON LUIS DE LIMA SOUTO

Com o crescimento das mobilizações do Movimento Estudantil (ME) e o acirramento das manifestações em 1968, a troca de informações entre a Reitoria da Ufes e os órgãos de repressão da ditadura também se tornou mais constante e volumosa. Por ocasião das manifestações em protesto contra o assassinato do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, morto a tiros por policiais militares em 28 de março de 1968, no Restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, uma circular do MEC foi transmitida alguns dias depois, em 2 de abril, a todos os reitores das universidades federais, contendo o teor da nota enviada a todos os governadores de estado pelo então ministro da Justiça, Luiz Antônio Gama e Silva.

Na nota, Gama e Silva alertava sobre a ação de “conhecidos agitadores, políticos justamente punidos pela Revolução e comunistas notórios” que estariam aproveitando a situação para “orientar” as manifestações estudantis com o objetivo de “atingir” as autoridades constituídas e atentar contra “os patrimônios público e privado”. O ministro determinava que os governadores adotassem ações preventivas contra a “provocação dos elementos contrários ao governo” e que assegurassem a “tranquilidade” e o “trabalho pacífico” da população, evitando manifestações que pudessem causar a “perturbação da ordem”.

Em Vitória, poucas semanas antes do assassinato do secundarista, os estudantes da Ufes haviam deflagrado um movimento contra a tentativa do então reitor Alaor de Queiroz Araújo de impor um preço considerado alto para o recém-inaugurado Restaurante Universitário (RU) ⁷⁹, que na época havia sido inaugurado no início da Avenida Jerônimo Monteiro, no Centro da capital. A mobilização foi iniciada em 11 de março, quando a Reitoria baixou uma portaria ⁸⁰ definindo um preço acima do que era defendido pelos estudantes e que havia sido definido pelo Conselho de Administração e Funcionamento do RU (Cafru), criado pelo próprio reitor para administrar o restaurante.

Os estudantes fizeram piquetes na porta do RU e decretaram greves em várias unidades, como as faculdades de Medicina ⁸¹, de Filosofia (FAFI) ⁸², de Ciências

79 O RU da Ufes foi inaugurado em 1º de março de 1968, conforme registrado em notícia publicada pelo jornal *O Diário* (REITOR inaugura nova obra. *O Diário*, p. 1, 2 mar. 1968).

80 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 64, de 11 de março de 1968.

81 ENQUANTO estudantes de Medicina decretam greve reitor implanta hospital. *O Diário*, p. 1, 16 mar. 1968.

82 ESTUDANTES da Filosofia aderem à greve geral e já fizeram passeata. *O Diário*, p. 1, 16 mar.

Econômicas e de Odontologia. Numa sessão do Conselho Universitário realizada em 22 de março de 1968, o reitor Alaor de Queiroz Araújo reclamou da greve e disse que não aceitaria receber exigências e nem decidir “sob coação”. Araújo agradeceu aos diretores das faculdades por terem comparecido à Reitoria para dar notícias do que se passava em suas unidades e solicitou que continuassem a remeter os boletins de frequência e registro de lançamento de frequência ⁸³. O movimento durou até, pelo menos, o dia 25 de março, quando se chegou a um acordo sobre o preço das refeições ⁸⁴, sendo o ponto de partida para as mobilizações estudantis que aconteceram naquele ano.

Mas, meses depois, a DSI do Ministério da Justiça enviou um pedido de busca à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) ⁸⁵, solicitando informações sobre a participação no movimento do estudante natural de El Salvador, Roberto Eduardo Martelli Domingues, aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufes, matriculado por meio de um acordo entre o Ministério de Relações Exteriores e a Universidade. As informações chegadas à DSI/MJ eram de que Domingues teria tido participação de destaque nos piquetes organizados no RU, e assim o órgão solicitou informações sobre a veracidade dos fatos, sobre qual era o preço das refeições cobradas no restaurante e a qualificação do estudante salvadorenho.

A solicitação foi repassada ao DOPS pela SESP, que respondeu ao Pedido de Buscas, em primeiro lugar, corrigindo a informação sobre o nome do estudante, que na verdade se chamava Roberto Edmundo Martelli Domingues. De acordo com o informe, que não possui data e foi encontrado anexado ao pedido de busca no acervo do DOPS/ES que se encontra no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), Domingues teria se “sobressaído” sobre os demais estudantes e participado de reuniões “secretas e ocultas”.

No mesmo informe, atendendo também a um pedido da DSI/MJ, o DOPS/ES informa que o estudante e jornalista José Carlos Corrêa, que era secretário de redação do jornal *O Diário*, vinha dando ampla cobertura às mobilizações estudantis. O mesmo documento também esclarece quais foram os valores do “bandeirão”

83 CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 33-34.

84 Essa é a conclusão que chega pelo leitura do ofício do Centro Acadêmico de Medicina, por meio do qual a diretoria da entidade comunica à direção da Faculdade de Medicina a decisão dos estudantes daquela unidade de encerrar o movimento a partir de 26 de março de 1968.

85 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Divisão de Segurança e Informação. Pedido de Busca nº 335, de 25 de junho de 1968.

que causaram todo o confronto. Inicialmente, o valor imposto pela Reitoria era de CR\$ 1,00, reduzido depois para CR\$ 0,80 e, finalmente, para CR\$ 0,50, o que acabou levando ao encerramento do movimento dos estudantes.

Logo depois da mobilização contra os preços do RU, com a comoção causada em todo o país pelo assassinato de Edson Luis de Lima Souto, os estudantes capi-xabas organizaram uma manifestação no dia 3 de abril de 1968, depois de um ato realizado na Catedral Metropolitana de Vitória em homenagem ao secundarista morto pela Polícia no Rio de Janeiro, que terminou com uma passeata e uma manifestação em frente ao prédio do RU. De acordo com o jornal *A Gazeta*⁸⁶, a manifestação contou com a participação de cerca de três mil pessoas.

No final da passeata, os estudantes decidiram homenagear Edson Luis de Lima Souto colocando simbolicamente o nome dele no prédio do RU, afixando uma faixa que lá permaneceu por meses. O jornal *A Gazeta* registrou a realização de três prisões naquele dia, duas das quais ocorridas no aeroporto da Capital, mas simplesmente não mencionou os nomes dos presos. De acordo com o *Jornal do Brasil*⁸⁷, José Aldo da Conceição, que dizia ter chegado a Vitória um mês antes, foi preso pela polícia no retorno da passeata do RU para a Praça Oito.

Uma nova manifestação aconteceu três dias depois, em 6 de abril de 1968, com a participação de cerca de 2 mil estudantes, de acordo com *A Gazeta*. Dessa vez, houve confronto com a polícia e os estudantes queimaram uma bandeira dos Estados Unidos (EUA) nas escadarias do Palácio Anchieta. O líder estudantil Cesar Ronald Pereira Gomes chegou a ser preso, mas foi arrancado das mãos dos policiais pelos estudantes, que cercaram o camburão em que ele seria levado⁸⁸.

A mobilização contra os preços do RU e os protestos contra a morte de Edson Luis transformaram Cesar Ronald na principal liderança estudantil no estado, naquele momento, o que alavancou sua eleição para presidente do DCE por meio de uma chapa única, em eleições diretas organizadas pelas entidades estudantis. Dessa forma, elas contornaram as exigências do DL 228/67, o qual determinava que as eleições devessem ser feitas de forma indireta, com a participação apenas dos presidentes dos Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos (CAS e DAs) e um representante estudantil de cada faculdade.

86 VEEMÊNCIA (com disciplina) em protesto dos estudantes. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 4 abr. 1968.

87 SITUAÇÃO nos Estados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 7, 4 abr. 1968.

88 CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 38.

A liderança de Cesar Ronald fez com que ele merecesse um monitoramento especial por parte dos órgãos de repressão. Em 24 de maio de 1968, o delegado-chefe da Subdelegacia Regional do DPF/ES, Elias Haddad, enviou ao diretor da Faculdade de Direito da Ufes, professor Ademar Martins, o Ofício confidencial nº 768/AS/68, contendo em anexo o Pedido de Informação nº 13/68.

A PF inquiriu Martins⁸⁹ para saber se ele tinha conhecimento ou havia autorizado Cesar Ronald Pereira Gomes a percorrer, dois dias antes, as salas de aula da Faculdade para fazer campanha de sua chapa para as eleições do DCE. De acordo com o documento da PF, ao explanar sua plataforma como candidato único à presidência da entidade, o líder estudantil teria criticado “severamente” e de “forma depreciativa” o Governo Federal, afirmando que as reivindicações dos estudantes capixabas seriam defendidas a “qualquer custo” e “mesmo a poder de greves e outras medidas mais drásticas”.

Em resposta ao Pedido de Informação, Martins enviou, em 27 de maio de 1968, o Ofício nº 378 da Faculdade de Direito da Ufes, no qual afirmou não ter autorizado nenhuma “explanção” por parte do líder estudantil e nem mesmo foi procurado por ele, embora tivesse dado aula de Teoria do Direito na Faculdade, naquele dia, e depois ficado em seu gabinete até as 20h40, só tomando conhecimento do fato depois que recebeu o ofício da Subdelegacia da PF.

No entanto, o diretor da Faculdade de Direito relatou ter procurado informações junto a professores, funcionários e alunos da unidade, mas todos haviam afirmado que nada de “anormal” aconteceu naquele dia. De acordo com ele, a informação era que Cesar Ronald realmente esteve na Faculdade para expor sua plataforma eleitoral, pois era candidato à presidente do DCE, mas isso “há anos” acontecia, quando das eleições para a diretoria da entidade.

De acordo com Martins, o professor e desembargador Cícero Alves havia relatado a ele que o líder estudantil pediu autorização para fazer uma explanção para a turma do terceiro ano e falou durante cinco minutos, sem “perturbar a aula” e nem usar palavras “depreciativas” ao governo. Já o professor Jair Etienne Dessaune, ex-reitor da Ufes, relatou que Cesar Ronald só havia entrado na sala do primeiro ano, onde ele ministrava aula, depois do seu encerramento. “Todos os demais professores deram aulas normalmente”, concluiu.

89 O professor Ademar Martins era pai de outra líder estudantil da época, Jussara Lins Martins, então vice-presidente da UEE e militante da Ação Popular (AP).



*Fotografia de identificação de Cesar Ronald Pereira Gomes, presidente do DCE/Ufes, 1968.
Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo: DOPS/ES).*

A CVUfes localizou documentos no acervo do DOPS do Rio de Janeiro que mostram que Cesar Ronald foi preso pelo DOPS/ES em 27 de maio de 1968. Num despacho de 22 de maio daquele ano, o superintendente da Polícia Civil do Espírito Santo, José Carlos Dias Lopes, irmão do governador da época, Cristiano Dias Lopes Filho, havia determinado que o líder estudantil fosse “convidado” para prestar “esclarecimentos” na Superintendência de Polícia Civil sobre suas declarações.

De acordo com o superintendente Dias Lopes, ele próprio havia sido “testemunha” dos termos “violentos”, “grosseiros”, “debochados” e “desrespeitosos” utilizados pelo estudante para se referir às autoridades constituídas do país, em especial ao então presidente do país, general Arthur da Costa e Silva. Dias depois, Cesar Ronald foi preso com um panfleto intitulado “Eis o golpe de 1º de abril”, mas foi solto pouco depois, com a interveniência de dois advogados que estiveram na Superintendência de Polícia Civil. Contudo, um inquérito foi aberto contra ele no âmbito da PF.

Outros dois documentos foram localizados pela CVUfes no acervo do DOPS/RJ, custodiado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Ambos os documentos produzidos pela Guarda Civil de Campos de Goytacazes (RJ), cidade natal de Cesar Ronald. Trata-se de relatórios secretos produzidos pelo Agente de Autoridade do município campista, o guarda civil Paulo de Lima Queiroz, dirigidos ao então secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, coronel Francisco Homem de Carvalho.

Num deles, o guarda civil havia se deslocado para Cachoeiro de Itapemirim, para ali verificar notícias sobre “agitações” que seriam promovidas no município sulino pelo já presidente do DCE/Ufes. De acordo com o agente, Cesar Ronald e

outros diretores da entidade iriam participar na cidade da Semana do Estudante, entre os dias 9 e 15 de agosto de 1968, promovida pela Casa dos Estudantes de Cachoeiro de Itapemirim (CECI) e pela Leaci ⁹⁰. Queiroz relatou ter ficado quatro dias no município sulino, ao que tudo indica, sem informar nada às autoridades de Segurança Pública do Espírito Santo, onde teria identificado vários “comunistas atuantes”, como Gilson Carone, Guilherme Tavares, Nilton Meirelles, Kleber Macena e outros 20 nomes.

Num outro documento com classificação de “secreto”, o mesmo guarda civil sustenta a possibilidade de que o XXX Congresso da UNE, que estava sendo preparado de forma clandestina, fosse realizado no Espírito Santo. Para chegar a essa conclusão, Queiroz fez uma analogia entre as declarações dadas pelo líder estudantil Vladimir Palmeira numa entrevista para a revista *Veja*, em que Palmeira dizia que o congresso seria realizado em meados de outubro, e a notícia de que estudantes “esquerdistas” de Campos dos Goytacazes, filiados ao Grêmio Teatral Personna, haviam sido convidados por Cesar Ronald para apresentar uma peça no dia 13 do mesmo mês em Vitória. “A concentração de estudantes esquerdistas, campistas e capixabas, leva-me a suspeitar que será em Vitória o 30º Congresso da ex-UNE” ⁹¹.

A prisão da líder estudantil da FAFI, Maria Augusta Feliciano da Silva, ex-diretora do DA da Faculdade, por militares do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1968, provocaria uma paralisação dos estudantes da unidade e grande repercussão na imprensa local ⁹². A prisão de Maria Augusta parte de uma onda que atingiu dezenas de militantes da Ação Popular (AP), na então capital do extinto Estado da Guanabara e no município de Volta Redonda (RJ). Houve uma confusão inicial, porque a notícia era de que outro estudante da FAFI, Délio Merçon, havia sido preso. Mas, na verdade, tratava-se de Délio Fernandes da Rocha, que morava na mesma rua de Maria Augusta e não tinha nenhum envolvimento com militância política. O próprio reitor da Ufes, Alaor de Araújo Queiroz, esteve no 3º BC para ter informações sobre os alunos presos.

O protesto dos estudantes prosseguiu no dia seguinte ⁹³. Em 18 de junho, o jornal *O Diário* informou que Maria Augusta e Délio haviam sido levados para o Rio

90 Não foi possível identificar de que entidade se tratava.

91 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Polícia Política e Social. Parte de Serviço. Campos dos Goytacazes, 2 out. 1968.

92 FILOSOFIA em pé de guerra. A Tribuna, Vitória, s.id, 15 de jun. 1968.

93 ESTUDANTES ainda protestam contra a prisão de colegas. A Tribuna, Vitória, s.id., 16 de jun. 1968.

de Janeiro para responder a um IPM⁹⁴. Essas prisões só puderam ser esclarecidas por meio da consulta ao acervo digital do projeto Brasil Nunca Mais⁹⁵. As prisões de Maria Augusta e Délio Fernandes da Rocha foram provocadas por uma outra, no Rio de Janeiro, do estudante secundarista Gilson Rosalém, que depois de submetido à tortura, citou os nomes deles em depoimento.

O secundarista era namorado da irmã da estudante da FAFI e havia se mudado meses antes de Vitória para o Rio de Janeiro, onde foi preso com um pedaço de papel contendo o que parecia ser uma senha (“vim apanhar a encomenda de Colatina”) e uma contrassenha (“infelizmente não estive com a Regina”). Embora não fosse militante, os agentes da repressão chegaram até ele depois que encontraram, num aparelho da AP estourado no Rio de Janeiro, um papel em que estava escrito o seu endereço e a mesma senha e contrassenha.

Nos depoimentos das dezenas de pessoas presas, não havia nada que envolvesse o nome de Délio com a AP. Já no caso de Maria Augusta, os militares encontraram em sua casa exemplares do jornal clandestino da AP, *Libertação*, cartas e outras publicações. Além disso, ela teve o nome citado no depoimento de dois outros presos como sendo representante do Espírito Santo no Comitê Regional 4 (R-4) da AP, que envolvia também os Estados da Guanabara e do antigo Rio de Janeiro.

Os dois foram levados para o quartel do Batalhão de Manutenção da Divisão Blindada, no Rio de Janeiro, onde ficaram presos por dez dias e tiveram que prestar depoimento, sendo submetidos à acareação com Rosalém. Maria Augusta Feliciano da Silva foi denunciada na 2ª Auditoria Militar da Marinha, no Rio de Janeiro, juntamente com outras 23 pessoas, mas o processo somente foi julgado em 16 de abril de 1974, quase seis anos depois das prisões, quando todos foram, finalmente, julgados e absolvidos pelo Conselho de Sentença da 2ª Auditoria Militar da Marinha.

CONGRESSO DA UNE E PRISÃO DE ESTUDANTES DA UFES

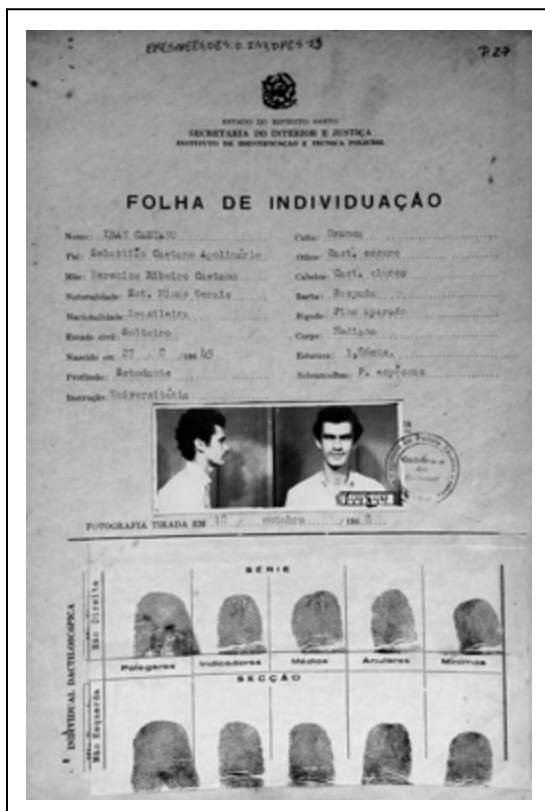
Em nível nacional, devido à repressão cada vez mais violenta por parte da ditadura, o Movimento Estudantil (ME) já vivia o início de um processo de refluxo das manifestações quando, em 12 de outubro de 1968, cerca de 700 lideranças estudantis de todo o país foram presas durante a tentativa de realização clandestina do XXX Congresso da UNE em um sítio localizado na cidade de Ibiúna,

94 MARIA AUGUSTA está presa no Rio e responde a IPM. O Diário, p. 1, 18 de jun. 1968.

95 [http://: www.bnm.mpf.mp.org.br](http://www.bnm.mpf.mp.org.br).

interior de São Paulo.

Entre os presos no congresso, estavam 13 estudantes da Ufes e da Faculdade de Farmácia: o presidente do DCE, Cesar Ronald Pereira Gomes (Faculdade de Medicina); a vice-presidente da UEE/ES, Jussara Lins Martins (Escola Politécnica); Agis Wilson Macedo (Faculdade de Direito), Areovaldo Costa Oliveira (Faculdade de Direito), Domingos de Freitas Filho (FAFI), Estela Maria Ourique da Silva (Escola de Serviço Social), Iran Caetano (Faculdade de Medicina), José Antônio Gorza Pignaton (Faculdade de Farmácia), Jose Honório Machado (Faculdade de Farmácia), Luís Claudio Nogueira Muniz (Faculdade de Ciências Econômicas), Marcelo de Almeida Santos Neves (Escola Politécnica), Marlene do Amaral Simonetti (Escola Politécnica) e Ricardo Luiz Carvalho Gottardi (Faculdade de Odontologia) ⁹⁶.



Ficha de identificação da Polícia Política de Iran Caetano, estudante da Ufes. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo: DOPS/ES).

96 FAGUNDES, Pedro Ernesto. Memórias silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo - DOPS/ES (1930-1985). 1. ed. Vitória: GM Editora, 2012, p. 28.

Entre os presos, em depoimento reservado à CVUfes, Iran Caetano relatou a situação na qual ficaram os estudantes que foram transportados para o presídio do Carandiru, na capital paulista:

Ficamos seis dias lá. Sofri muitas humilhações e tortura psicológica. Numa cela para 12 pessoas, havia 104. Fazíamos rodízio para dormir e para comer e, obviamente faltava comida. Nós sabíamos que algumas lideranças estavam sendo separadas, como Vladimir Palmeira, César Ronald, José Dirceu, Travassos e outras que não lembro agora. Ficamos lá durante seis dias, no sétimo dia fomos trazidos sob escolta para o Espírito Santo.⁹⁷

Enquanto isso, em Vitória, os estudantes da Ufes organizaram uma manifestação de protesto contra as prisões para o dia 15 de outubro de 1968, em frente ao antigo prédio da Faculdade de Direito, que ficava ao lado da Escadaria Bárbara Lindenberg, muito próxima do Palácio Anchieta. A manifestação foi duramente reprimida por policiais militares e civis, sob o comando pessoal de José Dias Lopes, que ocupava o cargo de secretário de estado da Segurança Pública⁹⁸.

O confronto se espalhou pelo Centro de Vitória. Os estudantes picharam *slogans* contra a ditadura em ônibus e nas paredes do antigo prédio dos Correios e Telégrafos. Na ocasião, foram presos os estudantes Júlio César Prates de Mattos (Faculdade de Medicina), Ewerton Montenegro Guimarães (Faculdade de Direito), Paulo Eduardo Torre (FAFI), Ana Olívia Sanchez Vargas, e o secundarista e repórter do jornal *O Diário* Rubens Manoel Câmara Gomes.

O também jornalista e repórter do jornal *O Debate*, publicação então ligada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB/ES), Ewerton Montenegro Guimarães discursou na manifestação em solidariedade aos colegas que haviam sido presos em Ibiúna (SP), assim como o estudante Júlio César Prates de Mattos. Quando começou o confronto, de acordo com o relato feito pelo advogado na petição que protocolou junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o próprio José Dias Lopes apontou Ewerton como um dos manifestantes que deveria ser preso, gritando: “prendam aquele ali”⁹⁹.

Ewerton Montenegro Guimarães foi então espancado, derrubado ao chão e preso. Paulo Eduardo Torre, que era namorado da irmã de Ewerton e chefe de

97 Depoimento de Iran Caetano à CVUfes.

98 Sobre José Dias Lopes, existem suspeitas de envolvimento com o Esquadrão da Morte, conforme denúncias feitas por Ewerton Montenegro Guimarães no livro *A chancela do crime*.

99 GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. Requerimento de anistia protocolado na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Vitória, 18 dez. 2001, p. 3.

reportagem de O Debate, tentou evitar a agressão do amigo, mas também acabou sendo derrubado e detido, sendo libertado horas depois. No mesmo conflito, ocorreu uma das cenas históricas do ME capixaba: a estudante Zélia Marlusa Stein desferiu uma “bolsada” no rosto de José Dias Lopes e conseguiu fugir da repressão (CAETANO, 2013).

Ewerton Montenegro Guimarães e Júlio César Mattos não tiveram a mesma sorte. Foram levados para a Superintendência da Polícia Federal, que na época ficava na Avenida Vitória, e enquadrados na Lei de Segurança Nacional da ditadura (Decreto-lei nº 314/1967). Em seguida, foram transferidos para o quartel do 3º BC. Dois dias depois, sem qualquer aviso às famílias, Ewerton Montenegro Guimarães e Júlio César foram transferidos numa viatura da PF para Juiz de Fora (MG).

Entretanto, ao chegar lá, por uma questão de Jurisdição Militar sobre onde deveriam ser processados, os dois estudantes foram imediatamente levados, na mesma viatura, para o Rio de Janeiro, onde ficaram presos por seis dias na carceragem do DOPS/RJ, na Rua Frei Caneca. Em 24 de outubro de 1968¹⁰⁰, eles tiveram a prisão relaxada pelo juiz-auditor da 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica, que não aceitou a denúncia feita contra eles. Mas, o problema ainda não havia terminado, já que a denúncia do MPM foi aceita em grau de recurso e, em julgamento realizado em 14 de janeiro de 1970, Ewerton Guimarães e Júlio César Prates de Mattos foram condenados a seis meses de prisão pelo Conselho de Sentença da 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica. De lá mesmo, eles foram levados presos para a Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro¹⁰¹.

Ao serem soltos, em 4 de julho de 1970, Ewerton Montenegro Guimarães e Júlio César ainda quase não foram matriculados na Ufes, com base no Decreto-lei nº 477/1969. De acordo com o relato de Ewerton Montenegro Guimarães, ao tentar se matricular na Universidade, depois de ter perdido todo o primeiro semestre, ele teve sua matrícula impugnada. Ele conseguiu mantê-la, ao sustentar que o Decreto-lei, uma espécie de AI-5 criado pela ditadura no âmbito das universidades brasileiras, havia sido baixado depois dos fatos imputados contra ele, o que nos leva a concluir que o mesmo aconteceu com Júlio César Prates de Matos, já que ambos conseguiram concluir seus cursos na Ufes.

No momento do levantamento de informações da CVUfes, infelizmente, os dois ex-estudantes já haviam falecido. O médico Júlio César Prates de Matos morreu

100 Ibid., p. 5.

101 GUIMARÃES, Ewerton Montenegro Guimarães. Requerimento de anistia protocolado na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Vitória, 18 dez. 2001, p. 6.

em 1997 e Ewerton Montenegro Guimarães em 2002. Do médico, no entanto, sabemos que foi demitido pelo Governo do Estado por motivos políticos em 1978, de acordo com familiares, o que provocou uma mobilização de solidariedade que envolveu as entidades estudantis.

O advogado Ewerton Guimarães se tornaria, nos anos seguintes, uma figura de destaque na luta em defesa dos direitos humanos no Espírito Santo, sendo autor da ação que resultou na decretação da ilegalidade da Scuderie Detetive Le Coq, uma espécie de irmandade cujos membros eram acusados de envolvimento com o crime organizado no Estado.

Em homenagem a Ewerton Guimarães, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Espírito Santo criou uma comenda que leva o seu nome. Em virtude da condenação que sofreu, ele foi declarado anistiado *post mortem*, em 2010, pelo então ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, com base no julgamento realizado em 15 de dezembro de 2009 pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça ¹⁰².

A TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE OS ÓRGÃOS DA REPRESSÃO – 1968

O trabalho de resgate e recuperação da documentação produzida pela Reitoria e pelas faculdades e centros que a compuseram ao longo de sua história é um processo difícil e complexo, que não se encerra com a publicação do Relatório Final da CVUfes. É uma tarefa em curso que, esperamos, ainda produzirá muitas descobertas. Mas, podemos afirmar que o processo de produção e circulação desse tipo de documentação se acelerou em 1968, ainda que de fora para dentro da Universidade, com o objetivo de criar a rede de monitoramento de atividades que pudessem representar qualquer tipo de risco para a ditadura.

Importante salientar que a própria Reitoria, especialmente por meio de seu então chefe de Gabinete, professor Rômulo Augusto Penina, que mais tarde exerceria o cargo de reitor por dois mandatos, de acordo com os documentos pesquisados, encarregar-se-ia de intermediar a produção das informações confidenciais solicitadas por órgãos, como a DSI/MEC e o SNI, cujo núcleo no Espírito Santo foi instalado na sala 703 do Edifício Presidente Vargas, mais conhecido como Edifício do antigo IAPI (localizado ao lado do Teatro Carlos Gomes), e que hoje se encontra abandonado.

102 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria nº 3.779. Diário Oficial da União, Seção 1, 30 nov. 2010, p. 94.

Assim, por exemplo, os diretores das oito faculdades que compunham a Ufes receberam o Ofício Circular nº 40 do Gabinete do Reitor, de 13 de maio de 1968, assinado por Penina, no qual foi anexada cópia autêntica de um informe da DSI/MEC referente à realização, entre 28 de julho e 6 de agosto daquele ano, em Sofia, na Bulgária, do IX Festival Mundial da Juventude.

Assinado pelo então diretor da DSI/MEC, Waldemar Raul Torola, o documento revela a preocupação da ditadura com o fato de que, segundo ele, o evento tivesse como objetivo a “unificação dos movimentos estudantis e da juventude em todo mundo” e que, portanto, seria “inconveniente” a participação dos estudantes brasileiros.

De acordo com o informe, o governo da Colômbia havia anunciado a autorização para a entrada em porto colombiano de um navio da União Soviética (URSS) destinado ao transporte de delegações para o festival, e que tal embarcação faria escala também em outros países da América Latina ¹⁰³. A preocupação da DSI/MEC é que, dessa maneira, delegações de países onde o navio não visitaria, como o Brasil, poderiam se deslocar para os portos onde a embarcação faria escala, beneficiando-se do transporte.

Mas, nem sempre os documentos dos órgãos de informações passaram pela Reitoria. Muitas vezes eles eram enviados diretamente para as faculdades, como o Ofício Confidencial Circular nº 17/DSI/SI/MEC/68, enviado pelo diretor da DSI/MEC, que solicitava a relação dos militares que eram discentes nas unidades da Universidade. De acordo com o ofício, a relação deveria conter nome, graduação, unidade militar a que pertencia e curso que frequentava o referido aluno. Essa solicitação foi feita de acordo com o Art. 21 do Decreto nº 62.803, de 3 de junho de 1968, publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho daquele mesmo ano.

O que chamou a atenção foi um carimbo que alertava que o destinatário era responsável pela manutenção do sigilo do documento. Provavelmente, tal documento foi enviado para todas as faculdades, mas a CVUfes somente conseguiu localizar a resposta da Faculdade de Direito, por meio do Ofício s/nº, de 3 de outubro de 1968, no qual enviou uma lista contendo o nome de sete militares que estavam matriculados na unidade naquele ano, sendo seis da PM (cinco oficiais e um suboficial) e um capitão do Exército.

Três dias depois da invasão policial que decretou o fim do Congresso da UNE, o

103 A Comissão da Verdade localizou cópias do ofício enviadas para os diretores da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito, respectivamente, professores Filemon Tavares e Ademar Martins.

chefe do Gabinete do Reitor, Rômulo Penina, enviou o Ofício Circular nº 65/68¹⁰⁴, mais uma vez com o carimbo de confidencial e com data de 15 de outubro, em que, sob o pretexto de atender ao SNI, solicitou aos diretores que as faculdades enviassem a relação nominal dos alunos que tivessem se ausentado das aulas no período de 1º a 15 de outubro de 1968. No documento, Penina ressaltou o caráter “sigiloso” da solicitação e da disponibilização das informações, de acordo com o Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, publicado no Diário Oficial da União em 17 de março de 1967.

A CVUfes encontrou, entre os documentos pesquisados até agora, apenas a resposta do diretor da Faculdade de Direito, professor Ademar Martins, que enviou para o chefe do Gabinete do Reitor o Ofício nº 63/A, de 8 de novembro de 1968, encaminhando uma relação completa referente a todos os alunos matriculados na unidade.

Para atender a uma nova “solicitação” confidencial do SNI, o reitor Alaor de Queiroz Araújo enviou o Ofício nº 1 – AS, de 18 de outubro de 1968, ao diretor da Faculdade de Medicina, professor Affonso Bianco, contendo uma série de informações relacionadas àquela unidade. Os agentes do SNI queriam saber, entre outras informações: se a Faculdade estava ocupada pelos estudantes, mesmo à noite; se os estudantes estavam em greve ou impedindo o comparecimento dos colegas às aulas; se houve assembleia na área da Faculdade e se, na mesma assembleia, teriam comparecido estudantes “estranhos” àquela unidade. Por fim, o SNI queria saber se a assembleia havia sido autorizada pela direção da Faculdade. Chamam a atenção os questionamentos feitos pelo Serviço Nacional de Informação, uma vez que, meses antes, em agosto, os estudantes de Medicina realmente haviam feito uma greve de ocupação da Faculdade, que resultou na prisão de alguns alunos.

A CVUfes localizou a ata de uma reunião da Congregação, a qual mostra que a greve dos estudantes de Medicina foi iniciada em 28 de agosto de 1968. Também localizou, no acervo do DOPS, folhas de individuação com fotos e identificação datiloscópica dos estudantes José Carlos Cipriano da Fonseca, líder estudantil e ex-presidente da UEE-ES, Geraldo Pignaton, diretor do CA da Faculdade de Medicina, e José Carlos Corrêa, que também era jornalista do jornal *O Diário*.¹⁰⁵

104 Na documentação encontrada das unidades, a Comissão da Verdade localizou cópias do ofício circular que foram enviados para os diretores da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito e da Escola de Belas Artes, respectivamente, Affonso Bianco, Ademar Martins e Nórdia de Luna Freire.

105 José Carlos Cipriano da Fonseca, conhecido como Zezinho Cipriano, histórica liderança estudantil do Espírito Santo na década de 1960, disse não lembrar da prisão. Da mesma forma como não lembrou de ter prestado depoimento para a Comissão de Inquérito da Faculdade de

A CVUfes encontrou outro exemplo de documento enviado diretamente para os diretores das faculdades da Ufes ¹⁰⁶ pelos órgãos de informação, sem passar pela Reitoria. Trata-se do Ofício Circular nº 83-Sec, de 6 de novembro de 1968, por meio do qual o chefe do SNI em Vitória, coronel da reserva (R/1) José Sylvio Alves Torres, solicitou que fossem enviadas informações detalhadas sobre os professores das unidades à sede do órgão no Estado.

Na relação, deveriam constar o nome de cada docente, filiação, cor, idade (dia, mês e ano), sexo, naturalidade, nacionalidade, estado civil, cidadania, profissão, instrução, religião, residência, locais de trabalho, ocupações atuais, ocupações anteriores, atividades políticas e outros dados julgados “úteis”. A “solicitação” foi atendida pela Faculdade de Medicina por meio do Ofício nº 1458, de 27 de novembro de 1968, assinado pelo professor Affonso Bianco. É importante lembrar que, no ano anterior, como revelamos acima, informações semelhantes haviam sido enviadas para a DSI/MEC. Todo o levantamento das informações, segundo o documento, deveria ser realizado em caráter “confidencial”.

A CVUfes não obteve a cópia do ofício ou da listagem preparada em resposta pela Faculdade de Direito, mas encontrou o registro que a resposta foi enviada por meio do Ofício nº 653, de 27 de novembro de 1968, assinado pelo professor Ademar Martins. A CVUfes também encontrou o Ofício Confidencial Circular nº 2 – AS, de 9 de dezembro de 1968, assinado pelo professor Rômulo Augusto Penina e enviado para os diretores das faculdades, que faz referência a um formulário encaminhado pelo SNI, o qual deveria ser preenchido por cada unidade e enviado com “urgência” ¹⁰⁷ para a sede do SNI no estado. Nesse caso – pela ausência de documentos – há dúvidas se não se tratavam das mesmas informações solicitadas sobre os professores diretamente às faculdades.

O FECHAMENTO DO DCE DA UFES

Depois da manifestação contra as prisões durante o Congresso da UNE, o ME da Ufes entrou num rápido processo de desarticulação, na medida em que se acirrava a onda repressiva contra as lideranças estudantis. Vários estudantes foram

Medicina, logo depois do golpe de abril de 1964, cuja cópia foi obtida pela Comissão da Verdade. O ex-líder estudantil alega não ter uma memória muito boa (CAETANO 2013).

106 A CVUfes encontrou cópias do ofício circular enviado à Faculdade de Medicina, à Escola Politécnica, à Faculdade de Direito e à Escola de Belas Artes.

107 A CVUfes localizou cópias do ofício circular na documentação da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica, da Faculdade de Direito e da Escola de Belas Artes.

convocados para prestar esclarecimento no DOPS/ES, na PF/ES e junto ao 3º BC, onde pelo menos três IPMs foram abertos nos meses seguintes para “investigar” as ações do movimento. A situação se tornou ainda mais complicada depois da decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o que marcou o recrudescimento definitivo do regime.

O então presidente do DCE, Cesar Ronald Pereira Gomes, preso no Congresso de Ibiúna, foi solto apenas na véspera da decretação do AI-5 e não voltou mais para o Espírito Santo. Meses depois de mergulhar na clandestinidade e ingressar na luta armada por meio do PCBR, ele partiu para o exílio no Uruguai, juntamente com a então companheira, Zélia Stein, ela também com uma importante militância no ME e nos movimentos culturais do estado, falecida em 2014. Os estudantes presos no Congresso de Ibiúna continuaram respondendo a processo pela participação no encontro da UNE, até que a Justiça Militar decidiu extinguir a sua punibilidade, em 1971.

Na sessão do Conselho Universitário de 16 de janeiro de 1969, o representante estudantil José Carlos Risk, que mais tarde se tornaria juiz do trabalho e presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES), denunciou a invasão da sede do DCE pela polícia, com a prisão do vice-presidente da entidade, José César Leite. De acordo com a denúncia do estudante, naquele momento, mais de uma dezena de colegas universitários estavam proibidos de sair de Vitória e eram obrigados a comparecer três vezes por semana à PF ¹⁰⁸.

A gravação da sessão do Conselho Universitário foi apreendida pela PF e José Carlos Risk acabou preso, não voltando mais a comparecer às reuniões do Conselho. Risk, em seu depoimento reservado à CVUfes, relatou o momento da sua detenção.

(...) e aí pulava uns três ou quatro caras com metralhadora, me algemaram e tal, tomei um susto desgraçado e me colocam pra fora e quando eu vejo era o famoso carro que a PF tinha, vocês que são jovens não devem se lembrar, mas a PF tinha uma famosa caminhonete escura, escrito PF em cima, uma sirene... Aí eles me colocam algemado dentro com a sirene, aí então vamos lá para PF da Avenida Vitória ¹⁰⁹.

Em 22 de março de 1969, César Leite, que se encontrava no exercício da pre-

108 CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 42-43.

109 Depoimento de José Carlos Risk à CVUfes.

sidência do DCE, encaminhou ao reitor Alaor de Queiroz Araújo um ofício renunciando ao mandato de forma irrevogável. A entidade foi fechada e só seria reaberta novamente em 1978, com a eleição da chapa encabeçada pelo então estudante de Economia Paulo Cesar Hartung Gomes, depois eleito governador do Espírito Santo.

PRISÃO E PROCESSOS MOVIDOS CONTRA OS LÍDERES ESTUDANTIS DE 1968

A onda repressiva pós-manifestações de 1968, sobretudo materializada pela decretação do AI-5, resultou em prisões e convocações de líderes estudantis no Espírito Santo para prestarem depoimentos junto ao DPF e ao DOPS e, principalmente, no quartel do então 3º Batalhão de Caçadores (3º BC), atual 38º Batalhão de Infantaria (38º BI). A CVUfes identificou três processos na Justiça Militar em função das mobilizações estudantis ocorridas em 1968. Dois deles foram resultados de IPMs montados pelo comando do 3º BC para investigar atividades “subversivas” entre os estudantes do Espírito Santo. O terceiro foi aberto a partir de um inquérito na PF. Contudo, a CVUfes só conseguiu localizar a cópia integral de um desses processos no acervo eletrônico do projeto Brasil Nunca Mais. Nele, encontramos documentos que fornecem apenas algumas informações sobre os outros dois e o que foi feito deles.

Embora não seja possível identificar, com os documentos que dispomos, quando foi aberto, o primeiro IPM está relacionado diretamente às prisões ocorridas no Congresso de Ibiúna, já que todos os 13 delegados do Espírito Santo presos na ocasião foram citados e indiciados por terem participado do evento. No relatório final do inquérito, datado de 13 de abril de 1969, o encarregado do IPM, 1º tenente Francisco Danillo Bastos Scotello Orrico, concluiu que, em 1968, houve grande “agitação” estudantil em Vitória, caracterizada pela grande distribuição de panfletos, boletins, com o grande aliciamento de pessoas em diversos locais de ensino, com comícios, greves, passeatas, etc., levando a efeito “ofensas morais” contra as autoridades constituídas, com o objetivo de reorganizar entidades estudantis “legalmente” dissolvidas, visando “subverter” a ordem político-social vigente ¹¹⁰.

De acordo com o tenente, duas facções disputavam a liderança do movimento do meio universitário no Espírito Santo, uma liderada por Cesar Ronald Pereira

110 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 3.169/70, fl. 223.

Gomes, então presidente do DCE/Ufes, e a outra por Jussara Lins Martins, na época vice-presidente da UEE. O primeiro é chamado de “agitador profissional”, que aliciou outros estudantes e dirigiu a ação deles em atos “nitidamente subversivos”, dado seu “inconformismo” com a política educacional do governo. Importante destacar que, naquele momento, nenhum dos dois líderes estudantis morava mais em Vitória. César Ronald se encontrava na clandestinidade e Jussara Martins havia transferido seu curso de Engenharia Civil para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O coordenador do IPM pediu o enquadramento de Cesar Ronald, Jussara Lins Martins e dos outros 11 acusados de participação na tentativa de realização do congresso da UNE em dispositivos da Lei de Segurança Nacional (LSN) da ditadura – Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.

Além dos 13 nomes já citados neste relatório, também foram indiciados a estudante da FAFI e noiva de Cesar Ronald, Zélia Stein, e o secundarista Hilton Moreira Rocha Sobrinho, então diretor da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de Vitória. No documento, o tenente Orrico destaca que Zélia vivia “maritalmente” com César Ronald, e Rocha Sobrinho era apontado como “elemento de ligação” entre o líder estudantil e os demais indiciados, cuja principal atividade seria a transmissão e divulgação de notícias ¹¹¹.

O segundo IPM foi consequência do primeiro, sendo criado por meio da Portaria 7-Sec, baixada em 15 de abril de 1969 pelo então comandante do 3º BC, tenente-coronel Venício Alves da Cunha ¹¹². O oficial justificou a criação do novo inquérito, alegando que, no desenrolar das atividades do primeiro IPM, teriam sido constatadas outras atividades “atentatórias” à segurança nacional, anexando a ele vários depoimentos prestados, especialmente o de Hilton Moreira Rocha, que comprometia diversas pessoas no estado, inclusive um deputado estadual com atividades em organizações de esquerda.

Novamente, foi o militar Francisco Danillo Bastos Scotello Orrico nomeado para coordenar o IPM, ao qual foram anexadas cópias de vários depoimentos e documentos apreendidos em operações de busca e apreensão realizadas durante o inquérito anterior. A nova “investigação” foi centrada, entre outros fatos, num panfleto distribuído pela UEE e pelo DCE/Ufes durante o vestibular da Universidade, realizado em janeiro de 1969; bem como nos jornais, panfletos e pu-

111 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 3.169/70, fl. 224-225.

112 Ibid., fl. 4.

blições estudantis produzidos em 1968 pelo DCE, pela UEE e pelos diretórios acadêmicos das faculdades de Filosofia (FAFI), Medicina, Engenharia e Direito.

O relatório final do IPM, de 4 de junho de 1969, indiciou o ex-presidente em exercício do DCE/Ufes, José César Leite (FAFI); o ex-presidente e a ex-vice-presidente da UEE, respectivamente, Antônio Carlos Dall'Orto ¹¹³ e Jussara Lins Martins; os estudantes Marcelo Santos Neves (Escola Politécnica), Domingos Freitas Filho (presidente do DA/FAFI), Helena Maria Soares Rezende (FAFI), Iran Caetano (Faculdade de Medicina) e Roberto Gomes (Faculdade de Medicina); a então funcionária da Ufes Carmélia Maria de Souza, conhecida jornalista e cronista do estado; a professora formada na FAFI Antonieta Maria Rabelo Leite; e o estudante secundarista e jornalista Rubens Manoel Câmara Gomes, filho de Rubens Vervloet Gomes. ¹¹⁴

Também foram indiciados os proprietários de duas gráficas de Cachoeiro de Itapemirim, Joel Pinto e Nemir Antônio de Moraes, acusados de imprimir jornais e publicações estudantis durante o ano de 1968. Ambos tiveram seus estabelecimentos invadidos pelos militares em busca de “provas” de atividades “subversivas” e foram levados para prestar “esclarecimentos” no 3º BC ¹¹⁵. Tudo indica, inclusive, que Joel Pinto teria ficado mais tempo preso na PF, já que se encontrava detido nas dependências daquele órgão quando foi convocado pelo militar Orrico para depor no segundo IPM, quase dois meses depois de ter prestado depoimento no primeiro inquérito ¹¹⁶.

Durante as investigações do segundo IPM, o oficial Orrico também chegou a determinar a prisão, para “averiguações”, de Jussara Lins Martins ¹¹⁷, Marcelo Santos Neves e Domingos Freitas Filho. Jussara e Marcelo, que haviam transferido seus cursos para a UFRJ, foram presos no Rio de Janeiro e levados para o quartel do 3º BC, onde foram “entregues” pela PF no dia 26 de abril de 1969 ¹¹⁸.

O encarregado do IPM determinou a prisão e a realização de operação de busca e apreensão na residência de Domingos Freitas Filho, em 13 de maio de 1969, com o pretexto de investigar a denúncia feita na PF, segundo a qual o estudante, então presidente do DA da FAFI, estaria usando o dinheiro arrecadado pela enti-

113 Trabalhava como médico em Itamaraju (BA) e faleceu em 2015.

114 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 3.169, fl. 231-235.

115 Ibid.

116 Ibid., fl. 121.

117 Poucos dias antes de ter tido sua prisão decretada no IPM do 3º BC, em 11 de abril de 1969, Jussara Lins Martins foi presa junto com outros 33 estudantes numa manifestação realizada no *campus* da UFRJ, no Rio de Janeiro, o que a levou a ser enquadrada no DL 477/69 e expulsa daquela Universidade (PM prende 34 estudantes na Cidade Universitária. O Globo. 12 abr. 1969, p. 8).

118 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 3.169/70, fl. 69.

dade em festas, rifas e na cantina da Faculdade com “fins subversivos”¹¹⁹. O líder estudantil foi enviado para a então Penitenciária Estadual de Pedra D’Água, localizada na região da Glória, em Vila Velha. Os três estudantes só tiveram a prisão relaxada pelo militar Orrico em 26 de maio daquele ano¹²⁰.

Entre a “farta documentação” anexada como “provas” no processo, estão jornais e boletins produzidos pelas entidades estudantis, publicações que analisam a política educacional da ditadura, os chamados acordos MEC/USAID e recortes de reportagens de jornais. Depois de concluídos e enviados para a Justiça Militar, os dois IPMs acabaram tendo tramitação, já que inicialmente foram distribuídos juntos – a chamada “distribuição por dependência” – na 1ª Auditoria Militar da Marinha, no Rio de Janeiro.

Essa distribuição foi contestada pelo primeiro procurador militar encarregado do processo, Rubens Pinheiro de Barros, o qual alegava que ambos tratavam de fatos diversos enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) em épocas diferentes, apesar do encarregado dos dois IPMs ser o mesmo¹²¹. Assim, os autos do segundo inquérito foram enviados para a 2ª Auditoria Militar da Aeronáutica. Ocorre que o procurador daquela unidade, Roberto Albuquerque, suscitou o chamado “conflito negativo de jurisdição”, considerando a 1ª Auditoria Militar do Exército como competente para julgar os dois IPMs. No entendimento dele, o segundo inquérito girava em torno de publicações estudantis, muitas delas reprodução de artigos favoráveis ao ponto de vista dos estudantes e publicados em jornais de grande circulação, como o *Jornal do Brasil*.

Aqui, na antiga capital, sob as vistas de autoridades zelosas e vigilantes estes artigos não foram tidos como subversivos, mas como crítica a um acordo assinado e por muitos combatido no âmbito universitário. Seria, quando muito, oposição, discordância, ponto de vista contrário, mas jamais subversão por não se difirgir (sic) contra o “regime”, por não conter nada com o sentido de modificá-lo, etc. Assim, afora este aspecto novo, tudo o mais que consta do processo inquisitivo-policial se afina com que consta do anterior. A convicção que formamos do estudo do processo nos levaria a denunciar aqueles mesmos denunciados no processo em curso na 1ª Auditoria do Exército, pelos mesmos motivos e fundamentos – nunca pelos novos, que reproduziam artigos de terceiros e não dos denunciados¹²².

119 Ibid., fl. 167.

120 Ibid., fl. 218.

121 Ibid., fl. 239-240.

122 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 3.169/70, fl. 247.

Enquanto isso, o representante do MPM na 1ª Auditoria do Exército entendeu que os fatos objetos de investigação do primeiro IPM estavam relacionados ao Congresso da UNE, recebendo o apoio do juiz auditor, que enviou o processo para a 2ª Auditoria do Exército, em São Paulo, onde ele acabou sendo apensado ao processo nº 67/68, conhecido como “Congresso de Ibiúna”, no qual haviam sido denunciados 694 estudantes acusados de participar daquele evento, entre os quais estava a maior parte dos indiciados no inquérito do 3º BC ¹²³.

O STM julgou o conflito de jurisdição somente em 3 de abril de 1970 e determinou que os autos do segundo IPM, relativo às publicações estudantis e outros fatos, fossem enviados de volta à 2ª Auditoria Militar da Aeronáutica para que o processo fosse julgado. Assim sendo, o procurador substituto Gastão Ribeiro apresentou a denúncia contra os indiciados no IPM apenas em 11 de junho de 1970. Dos 15 indiciados no IPM, foram denunciados os estudantes da Ufes José César Leite, Antônio Carlos Dall’Orto, Jussara Lins Martins, Marcelo Santos Neves, Domingos Freitas Filho, Helena Maria Soares Rezende, Iran Caetano, Roberto Gomes e Rômulo Tadeu Finamori Simoni; a jornalista e funcionária da Ufes Carmélia Maria de Souza; a professora Antonieta Maria Rabelo Leite e o diretor e proprietário do Colégio Brasileiro, Rubens Vervloet Gomes ¹²⁴.

O representante do MPM explicou que havia deixado de oferecer denúncia contra o estudante secundarista Rubens Manoel Câmara Gomes (Rubinho Gomes), por ele ser menor de 18 anos na época dos fatos denunciados. Em relação aos empresários Joel Pinto e Nemir Antônio de Moraes, ele alegou que não os denunciaria por entender que os donos das gráficas localizadas em Cachoeiro de Itapemirim não tinham agido com dolo e que, só o fato de terem sido chamados a ir a Vitória para esclarecer as suas atividades no IPM, já era uma boa “advertência” para que no futuro eles tomassem mais cuidado ¹²⁵.

Depois de muitas idas e vindas, com os acusados tendo que se deslocar várias vezes ao Rio de Janeiro para comparecer às audiências, o processo foi finalmente julgado pelo Conselho de Sentença da 2ª Auditoria da Aeronáutica em 30 de novembro de 1971. Todos os acusados foram absolvidos. Posteriormente, o próprio MPM acabaria pedindo a absolvição dos réus ¹²⁶. A sentença foi confirmada pelo

123 Ibid., fl. 273-274.

124 Ibid., fl. 2-2-f.

125 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 3.169/70, fl. 286-288.

126 Ibid., fl. 841-845.

STM em 5 de abril de 1973, quase quatro anos depois da abertura do IPM ¹²⁷.

Nas páginas do mesmo processo relativo às atividades “subversivas” no ME capixaba, encontramos a denúncia e a sentença de uma terceira ação movida na Justiça Militar, que foram anexadas aos autos a pedido da defesa de Marcelo de Almeida Santos Neves. O referido processo também havia tramitado na 1ª Auditoria da Aeronáutica e tinha como réus o então presidente em exercício do DCE, José César Leite; o representante estudantil no Conselho Universitário José Carlos Risk; a vice-presidente da UEE, Jussara Lins Martins; o próprio Marcelo de Almeida Santos Neves e o estudante secundarista Gildo Loyola Rodrigues.

A origem da denúncia feita pelo MPM foram cartazes e publicações afixados no mural do DCE/Ufes no Restaurante Universitário, com dizeres considerados “ofensivos” à ditadura e apreendidos pela PF em 15 de janeiro de 1969 ¹²⁸. No mesmo dia, à tarde, policiais federais invadiram a sede do DCE e prenderam César Leite, apreendendo mais “farto material subversivo” na entidade. Risk foi preso pela PF no dia seguinte e indiciado no processo, exatamente por ter denunciado a invasão do DCE e a prisão do presidente da entidade numa reunião do Conselho Universitário da Ufes, conforme já citado neste relatório.

Jussara e Marcelo foram indiciados devido a uma mera citação feita pelo estudante secundarista Eustáquio Salatiel Barros, conhecido como “Pastor”, que em depoimento prestado na PF, disse ter visto os dois “arrumando” panfletos que estavam sendo impressos no mimeógrafo do DCE, juntamente com César Leite ¹²⁹. Tratavam-se dos mesmos panfletos distribuídos no vestibular de 1969. Entretanto, também nesse processo, os acusados acabaram sendo absolvidos por insuficiência de provas pelo Conselho da 1ª Auditoria da Aeronáutica, em julgamento realizado em 17 de outubro de 1970.

O PERÍODO ANTERIOR À CRIAÇÃO DA AESI/UFES – 1969

Em 1967, por meio do Decreto nº 60.940/67, foi determinada a criação das Assessorias de Segurança da Informação (ASIs) e Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis) no âmbito dos diversos órgãos governamentais. Nas

127 Ibid., fl. 879-882.

128 Ibid., fl. 716-720.

129 Em declarações dadas para uma reportagem especial publicada em 1988 pela extinta revista *Agora*, o fotógrafo Gildo Loyola disse que “Pastor” seria um informante da PM que, mais tarde, foi preso acusado de cometer crimes de natureza sexual (DRAMA e folclore. *Agora*. Vitória, mar. 1988, p. 25).

universidades, os órgãos de vigilância só viriam a ser instituídos a partir de 1971. A Portaria nº 10-BSB, de 13 de janeiro de 1971, que marcou a criação das primeiras Aesis/ASIs, apontava as prioridades desses órgãos: a produção de material de informação e contrainformação, coleta de informações sobre atividades das lideranças estudantis e dos professores, controle da nomeação para cargos, viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censura de livros, proibição de manifestações, confisco de material considerado “subversivo”, entre outras ¹³⁰.

O ano de 1969 foi marcado pela ofensiva repressiva da ditadura contra os movimentos de resistência ao governo militar nas universidades. Como destacamos, em 26 de fevereiro de 1969, o governo editou o Decreto-lei nº 477/69, que estabelecia pesadas punições para atividades consideradas “subversivas” dentro das instituições de ensino superior, incluindo expulsões sumárias de estudantes e professores. Um dos instrumentos mais arbitrários criados pela ditadura, o 477/69 previa punições inclusive contra os dirigentes dos estabelecimentos de ensino que não adotassem medidas repressivas contra essas atividades.

Num período ainda anterior à criação das Aesis/ASIs nas universidades federais, durante o ano de 1969, os diretores das oito faculdades que compunham a Ufes na época receberam ofícios circulares sigilosos assinados pelo reitor ou por sua chefia de Gabinete, encaminhando documentos e solicitações feitas pela DSI/MEC e por outros órgãos de monitoramento da ditadura. Todos eles receberem a classificação de confidencial e, em mais de uma vez, ofícios da chefia de Gabinete da Reitoria receberam o código AS e numeração própria.

Entre os documentos encontrados na pesquisa documental, o Ofício Circular nº 5-R, de 29 de janeiro de 1969, assinado pelo reitor Alaor de Queiroz Araújo, determinava aos diretores das unidades da Ufes que fossem tomadas providências no sentido de atender ao Telex nº 406, por meio do qual o diretor da DSI, general Waldemar Raul Turola, solicitava mais uma relação nominal dos professores que trabalhavam na Universidade, constando filiação, residência, função, e data e local de nascimento ¹³¹.

No mesmo dia, os diretores das faculdades receberam o Ofício Circular nº 06/69-GAB, assinado pelo funcionário Alberto Monteiro, em nome da chefia do Gabinete do Reitor, solicitando que fossem enviados, “com urgência” e em três

130 FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (ASI/Ufes). *Tempo e Argumento*, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

131 A terceira relação em menos de dois anos.

vias, os dados solicitados pelo SNI sobre 15 estudantes, a maioria deles envolvidos com as mobilizações estudantis ocorridas no Espírito Santo ¹³².

A relação em que foram solicitadas informações, como endereço, idade, cor e altura, entre outras, era composta pelos nomes dos estudantes João Chequer Von Habib, Zélia Malusa Stein (FAFI), Amaranto Silva (Faculdade de Direito), José Cipriano da Fonseca (Faculdade de Medicina), Gilberto Secoman, Roberto Gouvêa, Délio Fernandes da Rocha ¹³³, Carlos Magno Cardoso (ex-presidente do DCE/Ufes e aluno da Faculdade de Direito), Theresa Braga Sales ¹³⁴, Maria Lúcia Cruz, José César Leite (ainda presidente em exercício do DCE/Ufes e aluno da FAFI), Luiz José Finamori Simoni (Faculdade de Direito), José Carlos Risk (Faculdade de Direito), Maria Augusta Feliciano da Silva (FAFI) e Geraldo Pignaton (Faculdade de Medicina) ¹³⁵.

Por meio do Ofício nº 4-GAB/AS, de 10 de março de 1969, assinado pelo chefe de Gabinete Rômulo Penina, foi remetido para os diretores das faculdades da Ufes um informe da DSI/MEC ¹³⁶, que advertia os reitores das universidades federais sobre uma possível campanha de sensibilização da opinião pública contra a política educacional da ditadura por parte dos estudantes, procurando mostrar que o número de aprovados nos vestibulares era maior do que o número de vagas ofertadas. Segundo o documento, o movimento já teria sido iniciado a partir da convocação para que todos os aprovados permanecessem nas salas de aula, quer fossem matriculados ou não.

O passo seguinte, segundo o documento da DSI/MEC, seria a tentativa de ocupação das escolas e a realização de manifestações de rua, o que acabou não acontecendo, uma vez que, naquele momento, já era intensa a repressão ao ME nas universidades, com muitas lideranças estudantis sendo presas ou processadas.

132 A CVUfes localizou a cópia do Ofício nº 165/69, por meio do qual o diretor da Faculdade de Medicina, professor Affonso Bianco, enviou para o reitor, em três vias, a lista dos docentes da unidade.

133 Havia sido preso com Maria Augusta Feliciano da Silva e não era estudante universitário na época.

134 Era estudante de licenciatura, mas havia sido detida na manifestação realizada em 15 de outubro de 1968 e teve que prestar depoimento no DOPS.

135 A Comissão da Verdade encontrou a cópia do ofício pelo qual a Faculdade de Direito enviou resposta à solicitação do SNI referentes a Amaranto, Carlos Magno, Luiz Finamori e José Carlos Risk. O documento foi datado em 30 de janeiro de 1969 e assinado pela secretária substituta da unidade, Maria de Fátima Pereira Amâncio. No entanto, talvez por ser tratar de uma cópia, ele não possui numeração.

136 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Divisão de Segurança e Informação. Informe DSI/SEP/MEC 8, de 27 de fevereiro de 1969.

Outro aspecto é que os documentos receberam um carimbo onde está inscrito: “A revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”.

Outro “alerta” da DSI/MEC foi encaminhado pelo reitor Alaor de Queiroz Araújo aos diretores das faculdades por meio do Ofício Circular nº 60-R, de 30 de setembro de 1969, em que anexou o Ofício Circular Confidencial nº 3, datado do dia 23 do mesmo mês e assinado pelo diretor do órgão, general Waldemar Raul Turola. O alvo do “alerta” dos agentes da DSI era a Asociación Chileno-Brasileña de Integración, que, segundo o diretor da DSI, havia sido criada a partir da fusão de outras duas entidades dirigidas por Luiz Herrera Cortinez e Caio Craccho Lemos, esse último demitido da Embaixada do Brasil em Santiago, Chile, por “abandono do cargo” e contra quem havia um dossiê sobre suas supostas atividades “subversivas”.

De acordo com Turola, Herrera Cortinez teria “ligações” com governos estaduais brasileiros, como no antigo Estado da Guanabara, e “possivelmente” em Minas Gerais e São Paulo. Já Caio Lemos, segundo ele, pretendia utilizar as novas instituições com “finalidades políticas”.

Outra demonstração de total quebra do princípio da autonomia universitária e do controle a que foi submetida a escolha dos dirigentes das instituições de ensino superior é a cópia do Radiograma nº 721 da DSI/MEC, que foi enviada para os diretores das faculdades por meio do Ofício Circular nº 72, de 30 de outubro de 1969, assinado por Rômulo Augusto Penina. No documento, foi determinada a todas as universidades e estabelecimentos de ensino federais que enviassem, com “máxima urgência”, o currículo, a ficha funcional e a identificação de todos os professores incluídos durante o ano em listas sêxtuplas para cargos de direção nas unidades de ensino.

Além desses documentos, a CVUfes também recuperou vários ofícios circulares com carimbo de confidencial enviados pela chefia de Gabinete do reitor Alaor de Queiroz Araújo para os diretores das faculdades que compunham a Ufes na época, contendo as listas feitas pela DSI/MEC de estudantes de todo o Brasil, que haviam sido punidos nas diversas unidades de ensino do país em função da aplicação do Decreto-lei nº 477/69¹³⁷. Todos esses documentos indicam que houve

137 Ofícios nºs 38-Circ., de 24 de junho de 1969; 43, de 11 de agosto de 1969; 53, de 18 setembro de 1969; 68, de 20 outubro de 1969; 78-Circ., de 12 de dezembro de 1969; e 81, de 30 de dezembro de 1969, todos assinados por Rômulo Augusto Penina. O Ofício nº 41-Circ., de 16 de julho de 1969, foi assinado por Alberto Monteiro, que na época exercia a subchefia do Gabinete do reitor Alaor de Queiroz Araújo.

um notável adensamento das atividades ligadas ao monitoramento dos grupos considerados de oposição ao regime dentro da Universidade. Como foi possível verificar, entre 1964 e 1971, essa vigilância foi realizada de forma predominante pelos órgãos externos, entre eles: DOPS/ES, SNI, DSI/MEC e PF. O quadro passou por drástica mudança a partir da criação da Aesi/Ufes, em agosto de 1971. Como destacaremos no próximo tópico, o efetivo funcionamento Aesi significou de fato o surgimento de um instrumento de monitoramento no interior do *campus*.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta ¹³⁸, as Aesis/ASIs monitoraram 33 universidades com o intuito de coibir manifestações contrárias à ditadura. Posteriormente, a Aesi passou a adotar a nomenclatura de Assessoria de Segurança (ASI). O principal objetivo da Aesi era espionar as atividades da comunidade universitária, investigando e levantando informações sobre docentes, técnicos-administrativos e discentes que tivessem uma postura política contrária ao governo ditatorial, e que, de maneira geral, eram rotulados de “comunistas” ou “subversivos”.

[...] A atuação das ASI (ou Aesi) revela verdadeira obsessão em impedir a infiltração comunista e soviética nas universidades, dedicando-se, por exemplo, a monitorar o ensino de russo nas instituições brasileiras e a vigiar os estudantes retornados da URSS com diplomas obtidos naquele país. Essas agências não protagonizaram ações espetaculares, tampouco tinham poder incontestado, uma vez que alguns reitores nem sempre obedeciam a suas recomendações. Mas, em sua ação cotidiana, miúda, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade. Durante sua existência, elas contribuíram para criar nas universidades ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas de saber mais visadas, para não falar do empobrecimento do debate político ¹³⁹.

Após a criação desse órgão de informações, multiplicaram-se os casos de confisco de material do ME, da vigilância da contratação de professores, de expulsão de estudantes, da aquisição de livros, das cerimônias de formatura, enfim, da interferência de um órgão de informação no cotidiano da Universidade Federal do Espírito Santo. Outro reflexo da criação da Aesi/Ufes foi o adensamento de casos de prisões e tortura de estudantes, sobretudo durante a chamada terceira onda repressiva no interior da Ufes, entre os anos de 1971 e 1974.

138 MOTTA, Rodrigo P. S. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

139 MOTTA, Rodrigo P. S. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, . 45-46.

A TERCEIRA ONDA REPRESSIVA NA UFES: GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO ESPÍRITO SANTO

PRISÃO E TORTURA DE ESTUDANTES LIGADOS À ALA VERMELHA EM 1971

Em 1971, a Ala Vermelha, uma dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) criada em 1966, seria praticamente desarticulada em todo o país depois da prisão de um de seus principais dirigentes, Edgard de Almeida Martins, cujo codinome era Miro. O que acarretou um direto envolvimento com um grupo de estudante da Ufes.

Preso em São Paulo, depois de submetido a torturas no Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI) de São Paulo, Edgard de Almeida Martins revelou aos torturadores toda a estrutura da organização, inclusive os nomes de militantes e dirigentes, desencadeando uma onda de prisões em vários estados do país. Miro não entregou apenas militantes da Ala Vermelha do PCdoB, mas também revelou nomes de ativistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde militou antes da criação da organização, bem como de dissidências do próprio grupo, como o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM)¹⁴⁰.

No caso do Espírito Santo, além de revelar os nomes de militantes ligados à Ala Vermelha no estado, Miro ainda acompanhou os militares do DOI-CODI até Vitória para fazer o reconhecimento de militantes presos. As prisões ocorreram entre os dias 22 e 23 de março de 1971, quando foram presas nove pessoas, sendo quatro estudantes da Ufes: João Amorim Coutinho e Edson Hilário de Freitas, estudantes de Geografia; José Fernando dos Santos, de Engenharia; e Laura Maria da Silva Coutinho, do curso de Odontologia. Os presos foram detidos e levados para o quartel do 3º Batalhão de Caçadores, em Vila Velha, onde foram submetidos a violentas torturas por agentes do DOI-CODI, sendo transferidos poucos dias depois para São Paulo¹⁴¹.

140 Informações colhidas no relatório A Ala Vermelha do PCdoB, Deops/SP, 1971. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

141 Não foi possível determinar o dia exato em que os estudantes foram transferidos para a sede do DOI-CODI de São Paulo, mas documentos obtidos no acervo da Delegacia Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops) no Arquivo Público do Estado de São Paulo mostram que eles prestaram depoimentos às equipes de tortura do DOI-CODI, chamadas de "equipes de interrogatório inicial", já em 27 de março de 1971.

No depoimento prestado à CVUfes e à Comissão Estadual da Verdade, João Amorim Coutinho contou que agentes do DOI-CODI/SP cercaram sua casa com carros e metralhadoras e o prenderam.

No dia 22 de março de 1971, após o primeiro dia de aula na Ufes, voltei pra casa e almoçamos, eu e a minha mulher na época, Laura, que fazia Odontologia. Almoçamos e fomos dar uma descansadinha, antes de sair pra dar aula em Itanguá e depois no Ibes. Estudava e dava aula pra sobreviver. Foi quando a repressão chegou, através de um comando vinculado ao DOI-CODI de São Paulo, famigerada Operação Bandeirantes. Me chamaram com metralhadoras e a casa cercada.¹⁴²

O relato do então militante da Ala Vermelha mostra que a violência começou desde os primeiros momentos de sua prisão. Segundo ele, ainda “zonzos” em função da “forte emoção” provocada pela prisão, ele e a mulher foram torturados com choques elétricos logo que chegaram às instalações do quartel do 3º BC, antes mesmo de serem interrogados. “Me colocaram sentado numa cadeira, amarraram os meus dois pulsos e foram colocados fios em torno dos punhos, dos dedos, da língua e nos ouvidos”¹⁴³.

Segundo o então estudante da Ufes, ele e os demais presos eram monitorados por militares armados dia e noite. No período em que permaneceram no quartel, João Amorim e a esposa, Laura Coutinho, foram separados dos outros presos e colocados na enfermaria, devido a uma leve disritmia que ela sofria. Mesmo assim, recrutas do Exército armados ficavam na porta o tempo todo, vigiando seus movimentos, criando assim um clima de tortura psicológica, em que suas atitudes poderiam causar até mesmo suas mortes.

Há alguns lances interessantes, que acho que captam bem a situação da época. Minha mulher estava passando mal, para tentar dormir, a gente foi apagar a luz da sala e um dos guardinhas, eram recrutas que estavam de plantão, colocou o cano da baioneta na porta e falou: “acende essa luz, senão eu atiro!”. “Calma, ela está passando mal”. “Acende essa luz, senão eu atiro!” Eu ficava ouvindo eles conversando a noite toda e tinham repassado para eles que nós éramos perigosíssimos. “Não vacila não, senão esses caras saem e matam vocês”. Aqueles paranoias que tinham os pobres dos recrutas. Foi aí que senti que, se não acendesse a luz, eles iriam atirar mesmo, mais por medo do que por culpa¹⁴⁴.

Segundo Amorim, todas as noites os presos passavam por tortura física, parte

142 Depoimento de João Amorim Coutinho à CVUfes.

143 Depoimento de João Amorim Coutinho à CVUfes.

144 Depoimento de João Amorim Coutinho à CVUfes.

integrante dos interrogatórios a que eram submetidos. A rotina na prisão era marcada pela privação de condições de higiene. Os banhos eram bastante limitados, a cada quatro ou cinco dias, e a alimentação considerada “ruim”. O isolamento da família foi mantido por mais de um mês, mesmo depois dos militantes terem sido transferidos para São Paulo.

Depois de alguns dias sujeitos à violência repressiva nas dependências do 3º BC, João Amorim e os outros militantes da Ala Vermelha no Espírito Santo foram transferidos para as dependências do tristemente célebre DOI-CODI/São Paulo, localizado na rua Tutóia. Lá, eles experimentaram e viram o clima de terror físico e psicológico a que estavam sujeitos os indivíduos acusados de ações subversivas, em uma das instalações repressivas mais sinistras da ditadura militar.

Amorim relata que, depois de separado de sua esposa, ele e mais dois ou três presos foram instalados em uma cela de aproximadamente nove metros quadrados, junto com mais cinco ou seis pessoas que lá se encontravam. Sua rotina era marcada pelas sessões de tortura no período da noite. Pela manhã, os presos permaneciam nas celas e tentavam se recuperar das torturas se ajudando mutuamente. Os gritos e urros de dor dos presos torturados irrompiam das instalações, amplificando o clima de terror.

Diante da situação comum de violência que viviam, os prisioneiros resistiam cotidianamente também a partir de laços de solidariedade que se firmavam a fim de garantir a sobrevivência dia após dia de tortura e restrições. Isso é evidenciado pelo depoimento de João Amorim, que indica esse traço do cotidiano durante sua permanência no DOI-CODI/SP:

Durante o dia, era o momento que a gente ficava conversando, avaliando a situação, porque estava naquela situação. Tinha horário de alimentação, alimentação normal, um cuidando do outro, alguns mais machucados do que os outros. Tinha um companheiro que tinha ficado tanto tempo, que perdeu o movimento das pernas, então tinha que fazer uma massagem nele para tentar melhorar. Enfim, situações terríveis que a gente assistiu. Tinha gente numa situação muito pior do que a minha e a gente ficava naquele trabalho solidário ali na cela ¹⁴⁵.

Alguns dos presos pelos agentes do DOI-CODI não tinham relação alguma com a luta armada ou participação em qualquer tipo de organização política, expressando como a suspeição generalizada, ao mesmo tempo em que seletiva, levou os órgãos de repressão a equívocos e injustiças ao intervirem violentamente no

145 Depoimento de João Amorim Coutinho à CVUfes.

cotidiano dos brasileiros. João Amorim falou dos trabalhadores e trabalhadoras que buscavam melhores condições de vida em São Paulo, mas que, por alguma suspeita dos órgãos de repressão ou pela necessidade de amplificar a repressão atacando a família dos presos, foram expostos à privação da liberdade e de condições dignas de sobrevivência.

Acho que se torturava por prazer mesmo, pela prática. Parece inércia, caiu aqui, tem que sofrer. Isso com pessoas absolutamente inocentes, que não tiveram participação nenhuma em nada, que eram parentes de gente que estava presa lá em São Paulo, que foram presas e ameaçadas, não sei se chegaram a ser torturadas de fato, com choque elétrico e tudo. Pessoas que tinham ido daqui conquistar emprego em São Paulo, levados por um dos companheiros nossos. [...] Quando eu entrei, identifiquei justamente essas pessoas, que eram de Santo Antônio. Pessoas absolutamente simples, que estavam lá para buscar trabalho. Era o cunhado de um companheiro nosso, o Paulo Roberto, que tinha sido preso lá ¹⁴⁶.

Depois de três meses afastado das atividades acadêmicas por conta da sua prisão, ao retornar ao Espírito Santo, Amorim relatou não ter encontrado dificuldades para retomar o curso de Geografia na Ufes. Ele disse ter contado com o apoio dos professores, os quais propiciaram condições para que recuperasse o tempo perdido e não perdesse o ano, como determinava o regimento da Universidade na época. Mas, antes disso, disse ter ficado chocado com o aborto que Laura sofrera nas dependências do DOI-CODI/SP, resultado das sessões de tortura.

Seguindo a vida no Espírito Santo, conseguiu ainda ingressar, por concurso público, como funcionário no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), engajando-se na luta sindical da categoria, sendo, anos mais tarde, em 1985, eleito presidente do Sindicato dos Bancários. Apesar de retomar a vida comum, João Amorim diz que foi obrigado a carregar por muito tempo ainda o estigma pejorativo de “subversivo”, influenciando o olhar das pessoas sobre o seu presente e, principalmente, o seu passado militante.

ESTUDANTE DA UFES SOFRE ABORTO DEVIDO A TORTURAS NO DOI-CODI/SP

A então estudante de Odontologia da Ufes e esposa à época de João Amorim Coutinho, Laura da Silva Coutinho permaneceu dois meses detida por ocasião da prisão dos militantes da Ala Vermelha no Espírito Santo. Em depoimento pres-

146 Depoimento de João Amorim Coutinho à CVUfes.

tado à CVUfes, Laura Coutinho relatou que, mesmo antes das prisões, havia a prática de monitoramento exercida pelos órgãos de repressão na Ufes. Segundo ela, em sua turma, existiam três estudantes matriculados que faziam parte dos quadros do Exército e que estavam infiltrados na Faculdade de Odontologia para coleta de informações de interesse das forças de segurança. “Eles se identificavam como pessoas do Exército [...]. Eram oficiais que tinham cotas [...]. O comportamento deles era de um estudante normal, mas a gente nem imaginava que eles estavam lá com essa função, até que ocorreu a nossa prisão”¹⁴⁷.

Laura Coutinho relatou que não era uma militante “organizada”, o que não a impediu de exercer uma atividade política e social no Espírito Santo, diante do contexto que havia se instalado no país, despertando o olhar vigilante dos órgãos de informação. De acordo com ela, no início da década de 1970, atuava junto com João Amorim em um projeto social no bairro de Porto de Santana, em Cariacica, que, segundo ela, “por ironia do destino”, tentava integrar o Exército à comunidade. Nessa experiência, encontrou-se de perto com as injustiças sociais, com a miséria e a exclusão que a população daquele bairro vivia, e se sentiu motivada a se “insurgir” contra tal condição.

Mas, a aproximação com a resistência política à ditadura, segundo Laura Coutinho, não a levou a se organizar como militante de base da Ala Vermelha, como seu então marido. No entanto, isso não a impediu de contribuir para a organização no Espírito Santo. Sua prisão ocorreu no dia em que tentava ajudar integrantes paulistas do grupo a obterem certidões de nascimento falsas.

Eles vieram para o Espírito Santo para ver se conseguíamos uma forma de conseguir documentação [...]. Descobriu-se, naquela época, que formulários de certidão de nascimento eram vendidos em papelarias. Então a gente comprou alguns formulários, fizemos umas certidões ilegais e através dessas certidões, nós trouxemos as pessoas para que fizessem uma documentação aqui e saíssem da clandestinidade¹⁴⁸.

Nesse dia, segundo seu depoimento, caminhonetes que eram utilizadas pelos órgãos de repressão do Rio de Janeiro e de São Paulo circulavam em Vila Batista, bairro em que morava, no município de Vila Velha, alterando a rotina pacata do local. Na parte da tarde, depois de retornar à sua casa com as certidões forjadas, militares à paisana bateram em sua porta, exigindo que ela e o marido fossem ao

147 Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

148 Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

quartel do 3º Batalhão de Caçadores para prestar depoimento “sobre uma questão estudantil”.

Chegando ao local, Laura Coutinho relata que ela e João Amorim se encontraram com outros companheiros que já haviam sido presos, como Antônio de Caldas Brito, Aristides Monteiro, Francisco Feitosa Norberto e José Fernando Deste-fani. No total, nove pessoas ficaram presas no 3º BC e depois foram transportadas para a sede do DOI-CODI/SP. Laura Coutinho relata que não sofreu torturas físicas enquanto permaneceu no quartel em Vila Velha, o que ocorreu somente quando todos os presos foram transferidos para a sede do DOI-CODI.

A então estudante relatou ainda que estava grávida no momento em que foi presa, informação que ela supõe ter chegado aos militares do 3º BC por meio dos informantes infiltrados em sua turma da Ufes. Ela atribui a essa informação, que teria ouvido dos agentes responsáveis por seu monitoramento na prisão em Vila Velha, o fato de não ter sido submetida à tortura durante sua estada no quartel. No entanto, no DOI-CODI de São Paulo, um dos principais centros de tortura do país, nem mesmo a gravidez a poupou dos métodos violentos usados nos interrogatórios pelos torturadores.

Fomos levados para o hospital militar. Fiz um exame de urina que comprovou que eu estava grávida e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que nada aconteceria comigo porque estava grávida [...]. Pela madrugada, não obstante eu tivesse esse documento que provava a gravidez, fui chamada e levada para o segundo andar, onde o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado. Eles tentaram negociar com ele para que eu fosse poupada, desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar. [...] Eu fui torturada com palmatória, choques elétricos na vagina, no seio e na língua. Fui colocada no pau-de-arara, só aguentei cinco minutos e desmaiei. Fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Na realidade, como não era organizada, não tinha muito que entregar, então o que a gente sentia era o sadismo dos torturadores. Dava para eles saberem que uma garota de 21 anos pouco teria para apresentar. Na realidade, o que eles queriam mesmo era exercitar o sadismo, o poder e o autoritarismo. Então, de madrugada, quando terminou essa sessão de tortura, eu não conseguia andar. Fui engatinhando, descendo as escadas para a cela e, nesse processo, os torturadores ofereciam uma arma. “Não quer se suicidar? Tem aqui um revólver, você não vai sair daqui com vida. Você pode resolver logo isso agora”¹⁴⁹.

Laura Coutinho descreveu as instalações do prédio onde o DOI-CODI era insta-

149 Depoimento de Laura da Silva Coutinho.

lado. Segundo ela, tratava-se de uma casa comum da cidade de São Paulo, porém com muros altos. Ela ficava em uma cela somente para mulheres e, no andar acima, ficava a sala onde ocorriam as torturas. De acordo com ela, a falta de tratamento acústico do ambiente improvisado permitia que se ouvissem barulhos de copos quebrados, coisas caindo no chão e gritos de dor, que geravam um clima psicológico torturante, fazendo com que os prisioneiros se sentissem como “em um filme de terror”.

Esses traços de tortura psicológica eram agravados pelas condições desumanas a que os presos eram submetidos diariamente. Ainda durante seu depoimento, ela relatou que as celas não tinham banheiros e as condições de higiene e alimentação eram péssimas. No caso das mulheres, a violência de gênero era praticada cotidianamente, com as presas sempre ameaçadas de sofrerem abusos por parte dos agentes da repressão.

Eles só davam uma banana verde para a gente. Era única alimentação que a gente tinha. Não nos deixavam tomar banho, nos ridicularizavam, diziam que a gente nunca ia sair de lá. Diziam “seu marido está sendo torturado, daqui a pouco venho ficar com você aqui na cela”. Essas coisas assim de abuso mesmo da questão de gênero ¹⁵⁰.

Laura Coutinho relatou as condições insalubres e desumanas a que ficou exposta após ter sofrido o aborto como consequência das sessões de tortura:

Fiquei uma semana sangrando sem ter qualquer assistência. O “modess” [absorvente íntimo] que a gente tinha era o jornal que a gente amassava e botava para poder usar como absorvente. Depois de uma semana, como eu comecei a ter febre muito alta, nos levaram para o hospital militar, onde fui submetida a uma curetagem. Depois voltei para a Operação Bandeirantes (organização que antecedeu o DOI-CODI), onde ficamos mais um mês. Depois da Operação Bandeirantes, nós fomos para o DEOPS/SP, onde foi feita a parte jurídica do processo.

No período em que estive no DEOPS/SP, para onde os acusados foram levados depois que suas prisões foram “legalizadas”, o tratamento foi mais “humanizado”. Os presos, apesar de terem sua liberdade restringida, tinham direito a banho de sol, acesso aos familiares, bem como a roupas e comida que esses levassem. A então estudante de Odontologia disse que o período que passou no DOI-CODI/SP e as violências a que foi submetida marcaram toda a sua vida a partir de então.

150 Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

Ela contou não esquecer a imagem da sala de tortura.

Para além da rotina de tortura física e psicológica, o fato que mais a marcou foi o aborto que interrompeu violentamente a gravidez do seu primeiro filho.

Na cela que a gente ficava não tinha banheiro, era um quarto adaptado e, de madrugada, quando cheguei [depois da tortura], fiquei sentindo muita dor, não tive sangramento nem nada, mas muita dor. De manhã, quando foi aberta a cela para que a gente fosse ao banheiro, eu senti um peso descendo. Era o bebê que eu tinha perdido naquela sessão de tortura ¹⁵¹.

Laura Coutinho afirma que o aborto, nas condições desumanas e violentas em que ocorreu, foi uma marca que a ditadura militar deixou em sua vida. Nos anos seguintes, ela teve dificuldades em levar adiante outras gestações, sofrendo dois abortos espontâneos, provavelmente como reflexos dos traumas psicológicos pela perda violenta do primeiro filho. Suas palavras indicam como a tortura física e psicológica praticada pelos órgãos de repressão sobre os presos políticos provocou sequelas permanentes em suas vítimas, as quais se viram obrigadas a conviver com as imagens de terror em suas memórias.

Quero dizer que essa sequela me acompanhou. A vontade de engravidar era tão grande que, mesmo em condições inóspitas e sabendo que a gente não tinha nem como sobreviver, a gente dependia da família para poder sobreviver, mas eu tentava engravidar. Não evitava neném nem nada e, por duas vezes, eu engravidei e perdi espontaneamente. Eu tive três abortos. Além desse filho que foi morto nos cárceres da ditadura, tive dois abortos espontâneos. Na época eu era cliente da doutora Maria Gleide, que era mulher do deputado e médico Max Mauro. Ela dizia: “Laurinha, você não tem nada, não há nenhum problema para manter essa gravidez, essa questão é terminalmente psicológica” ¹⁵².

As marcas da prisão também dificultaram o seu retorno à vida social. Laura Coutinho não foi indiciada no processo aberto na Auditoria Militar de São Paulo, sendo apenas arrolada como testemunha. Ao retomar sua vida estudantil no curso de Odontologia da Ufes, depois de cerca de dois meses e meio presa, suas faltas não foram abonadas. De acordo com ela, o ambiente universitário também vivia um clima de vigilância e controle em função da Aesi/Ufes, chefiada por Alberto Monteiro.

Segundo seu depoimento, a atuação de Alberto Monteiro e do órgão que ele chefiava limitava a liberdade tanto de estudantes quanto de professores, que,

151 Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

152 Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

segundo ela, “tinham medo de se comprometer”. Assim, Laura Coutinho perdeu seu período letivo e teve sua graduação atrasada em um ano.

Ainda de acordo com Laura Coutinho, o estigma de ex-presa política dificultou sua atuação no mercado de trabalho. Ela conta que essa condição lhe teria deixado uma marca, a qual fazia com que se sentisse e fosse vista pela sociedade como portadora de uma doença, em suas próprias palavras: “uma peste”. Ela e seu companheiro não conseguiam emprego e, por algum tempo, tiveram que ser sustentados por sua família. Essa situação a acompanhou mesmo depois de formada na Universidade.

Depois de formada, ainda no regime autoritário, fiz um concurso para o antigo Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, antecedeu o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS). Não consegui entrar porque, mesmo tendo sido aprovada no concurso, a gente tinha que levar um atestado de ideologia para poder assumir qualquer emprego público e eu não conseguia esse atestado, uma vez que tinha essa “peste” de ter sido presa política ¹⁵³.

O estigma de ter sido uma prisioneira política atrapalhou o restabelecimento e o desenvolvimento das relações sociais e afetivas. Laura Coutinho relatou que ela e seu companheiro eram evitados e vistos de forma diferenciada por amigos e pela sociedade de uma forma geral, fazendo com que experimentassem situações de discriminação.

Era como se tivéssemos uma peste e fôssemos leprosos. A exclusão era tanta, que os próprios amigos e companheiros, quando sentávamos perto deles no Restaurante Universitário, se levantavam com medo de serem comprometidos e associados a gente” ¹⁵⁴.

Segundo Laura Coutinho, a discriminação também se estendeu à sua família, pois seus filhos teriam sofrido com os olhares enviesados por conta da trajetória política e “criminosa” da mãe, herdando o estigma que ela foi obrigada a carregar.

A ESCALADA DA REPRESSÃO NA UFES: A AESI EM PLENO FUNCIONAMENTO

Como destacamos, com a efetiva atuação da Aesi/Ufes, em meados de 1971, as práticas de monitoramento e controle sobre a vida universitária nos diversos âmbitos foram aceleradas. A intensificação das atividades repressivas nas universida-

153 Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

154 Depoimento de Laura da Silva Coutinho à CVUfes.

des públicas nesse período reflete o direcionamento do comando nacional da ditadura, sob tutela do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Sobre aquele período, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) assegura:

O regime ditatorial-militar brasileiro atingiu sua forma plena. Criara-se uma arquitetura legal que permitia o controle dos rudimentos de atividade política tolerada. Aperfeiçoara-se um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, igrejas, partidos. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais identificadas como hostis ao sistema. Sobretudo, em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos, como a tortura e o assassinato ¹⁵⁵.

No combate ao “inimigo vermelho” pela via da profissionalização do aparelho repressor no interior das academias, proliferaram-se as atividades das Aesis/ASIs e seus pedidos de busca e informação ¹⁵⁶, emitidos frequentemente para as diferentes unidades dos *campi* com o objetivo de monitorar e coibir qualquer articulação considerada subversiva ou comunista. Conforme destaca ainda o relatório final da CNV, as assessorias concentravam-se na produção de informação e contrainformação, com dois principais focos de ação: a monitoração estudantil e a triagem de professores e funcionários.

No caso da Ufes, o primeiro semestre de 1972 se destacou pela quantidade de solicitações enviadas confidencialmente pela Aesi para todos os centros da Universidade. Muitas das solicitações pretendiam monitorar a circulação de ideias na Ufes, como mostra o Ofício Aesi/Ufes 10, datado de 27 de março de 1972. O documento, assinado por Alberto Monteiro, era dirigido a todos os diretores das diversas unidades e solicitava informações, em caráter “urgente”, sobre a venda de livros pelos diretórios acadêmicos ou qualquer outro órgão da Ufes. Em caso positivo, foi requerido que se enviasse o nome das obras e dos autores ¹⁵⁷. A Comissão da Verdade da Ufes conseguiu localizar alguns documentos que continham as respostas dos centros.

155 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Volume I, Parte II, Cap. 3 – Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 198. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, p. 85 e 108.

156 Para mais informações sobre a criação das Aesi durante o regime, consultar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

157 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 10, de 27 de março de 1972.

O então diretor do Centro de Artes, professor Seliégio Gomes Ramalho, respondeu à solicitação em 5 de abril de 1972, por meio do Ofício Confidencial nº 43/72-CAR, informando que o Diretório Acadêmico daquele Centro não procedia à venda de livros ¹⁵⁸. O CBM também respondeu à Aesi/Ufes, pelo Ofício Confidencial nº 1/72, assinado pelo então diretor, professor Benito Zanandréa, informando que o Centro Acadêmico de Medicina procedia somente à venda de apostilas referentes às disciplinas de Patologia Geral ¹⁵⁹. O CCJE, por sua vez, expediu o Ofício nº 119, de 29 de março de 1972, assinado pelo então diretor, professor Ademar Martins, informando que não estava sendo efetuada a venda de livros pelo DA da unidade ou por qualquer outro órgão da Ufes ¹⁶⁰.

A permanente vigilância sobre os quadros funcionais das universidades, atividade básica dos órgãos de informação do período, como inúmeros documentos analisados indicam, também ocorreu na Ufes. Na tentativa de localizar alguma possível infiltração subversiva, em 4 de maio de 1972, a Aesi/Ufes remeteu pedidos de busca oficiais e confidenciais para diferentes centros da Universidade, cujo assunto era “Professor ou Funcionário esquerdista”. O objetivo “urgente” da solicitação era obter informações sobre a existência de algum servidor (professor/técnico-administrativo) conhecido como “comunista” ou mesmo que fosse apenas contrário à “revolução” de 1964, bem como de qualquer outro elemento que fosse julgado útil.

O CCJE, por meio do Ofício nº 178, datado de 16 de maio de 1972 e assinado pelo diretor, professor Ademar Martins, remeteu resposta à Aesi/Ufes, informando desconhecer professor ou técnico-administrativo comunista ou mesmo contrário à “revolução”, além de ressaltar que, em 1964, um inquérito havia sido realizado na Faculdade de Direito, não constatando nada contra qualquer servidor ¹⁶¹. O diretor do CT (antiga Escola Politécnica), professor Nelson Goulart Monteiro Filho, emitiu Ofício s/nº, de 11 de maio daquele ano, informando desconhecer qualquer servidor naquela condição ¹⁶². O CBM, pelo Ofício nº 4, de 18 de maio de 1972, assinado pelo então diretor, professor Benito Zanandréa, também informou desconhecer a existência de servidor docente ou administrativo comunista ou contrário à “revolução” ¹⁶³.

158 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Artes. Ofício nº 43, de 1972.

159 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 1, de 1972.

160 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Ofício nº 119, de 1972.

161 Id. Ofício nº 178, de 1972.

162 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Tecnológico. Ofício s/nº, de 1972.

163 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 4, de 1972.

Outra preocupação frequente da Aesi/Ufes relacionava-se ao controle de possíveis estudantes subversivos infiltrados nos cursos da Universidade. Por isso, o órgão solicitava informações aos centros sobre novos estudantes matriculados, especialmente os procedentes de outros estados. Como podemos verificar, em 4 de maio de 1972, a ASI/Ufes enviou pedidos de busca para os centros com o objetivo de requerer informações urgentes sobre os estudantes citados nos documentos. Eram solicitados dados referentes à qualificação (nome, data de nascimento, naturalidade, filiação e residência) e à escola ou faculdade anterior, bem como ao curso de origem.

As respostas fornecidas pelos centros que foram localizadas por esta Comissão da Verdade revelam um descompasso entre a Assessoria e a vida cotidiana universitária: no novo organograma da Ufes, as matrículas e o registro de dados dos novos estudantes haviam passado a ser feitos pela Diretoria de Admissão e Registro da Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Sendo assim, as informações requeridas não poderiam mais ser fornecidas pelos centros de ensino.

O diretor do CBM, professor Benito Zanandréa, recebeu o pedido de busca confidencial que tinha como assunto “Manoel Messias Botelho Magalhães e outros”. Nele, eram informados os nomes dos estudantes provenientes de outros estados e ingressos na unidade em 1972, dos quais se queria informações: Manoel Messias Botelho Magalhães, Ângela Marcia Lírio, Silvana Anversa Manske, Raimundo Ambrósio Filho, Júlio Cezar Ramos, Abraão Garcia Mendes, Celso Ricardo Emerich de Abreu e Adalberto Ramos Ribeiro eram mencionados como procedentes de Minas Gerais; Vinícius de Oliveira Dutra, Alberto de Paula Nogueira, Ayesha de Castro Lugon e Elizabeth Tudesco Costa eram apontados como procedentes do Estado da Guanabara; Libni Saraiva Grangeiro e Luiz Sérgio Nogueira Pinto eram apresentados como procedentes de São Paulo ¹⁶⁴.

Em resposta, Zanandréa expediu o Ofício nº 3, de 18 de maio de 1972, informando não haver qualquer registro dos estudantes mencionados, em virtude da matrícula do 1º período daquele ano ter sido efetuada pela Sub-Reitoria Acadêmica ¹⁶⁵. O CAR também recebeu pedido de busca confidencial, cujo assunto era “Getúlio Firmo de Paula e outros”. Nele, eram solicitadas as informações sobre Getúlio Firmo de Paula e José Claret Martins Salomão ¹⁶⁶. Em 12 de maio, o di-

164 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Pedido de busca nº 9, de 1972.

165 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 3, de 1972.

166 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Pedido de Busca nº 12, de 1972.

retor do Centro, Seliégio Gomes Ramalho, informou que, de fato, os estudantes frequentavam aulas ministradas pelos departamentos daquela unidade, mas as informações solicitadas só deveriam ser obtidas junto à Diretoria de Admissão e Registro da Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos ¹⁶⁷.

O CCJE recebeu o pedido de busca confidencial com o assunto “José Anacleto de Faria e Olga Ramos de Oliveira”. Eram solicitadas informações sobre estudantes vindos dos estados da Guanabara e do Pará, respectivamente ¹⁶⁸. Em resposta, o centro expediu um ofício em 12 de maio, assinado pela secretária Anna Angélica Barbosa Cabral, que, por ordem do diretor, professor Ademar Martins, informou que os estudantes ingressaram no 1º semestre ou ingressariam no 2º semestre no Centro de Estudos Gerais (CEG) ou no CAR, em função de as disciplinas a serem cursadas pertencerem a departamentos vinculados àqueles centros, ressaltando que as informações deveriam ser encaminhadas à Sub-Reitoria Acadêmica da Ufes ¹⁶⁹.

Outro ofício, expedido em 16 de maio e assinado pelo diretor Ademar Martins, reiterava a mensagem anterior e esclarecia que todos os estudantes aprovados no concurso vestibular em 1972 foram matriculados no CEG ou no CAR. Desse modo, ressaltava à Aesi que somente a Sub-Reitoria Acadêmica poderia responder às informações solicitadas sobre os estudantes apontados, caso realmente existissem e tivessem se matriculado em 1972 ¹⁷⁰.

O CT recebeu o pedido de busca confidencial, cujo assunto era “Luiz Fernando de Castro Alves e outros”, em que eram solicitadas informações de Luiz Fernando de Castro Alves, apontado como procedente de Minas Gerais, de Sérgio de Castro, da Guanabara, e de Elmer Leitzke, do Estado de São Paulo ¹⁷¹. Em 11 de maio, o diretor do Centro, Nelson Goulart Monteiro Filho, expediu ofício informando que os estudantes citados não estavam matriculados na unidade, ressaltando ser provável que tivessem feito matrícula na Sub-Reitoria Acadêmica para o 1º período do curso de Engenharia, caso tivessem sido aprovados em vestibular unificado realizado pela Ufes naquele ano ¹⁷².

167 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Artes. Ofício nº 75, de 1972.

168 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Pedido de busca nº 16, de 1972.

169 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Ofício nº 176, de 1972.

170 Id. Ofício nº 179, de 1972.

171 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Pedido de busca nº 13, de 1972.

172 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Tecnológico. Ofício s/n., de 1972.

A contínua busca por “subversivos”, que se traduzia em tais práticas de vigilância e censura, também motivava o controle da ASI/Ufes sobre ideias e referências culturais que pudessem ser importadas dos países do Leste Europeu ¹⁷³. Em 13 de julho, a ASI/Ufes remeteu ofícios confidenciais aos diretores dos centros da Universidade, assinados por Alberto Monteiro, em que solicitava informações sobre a existência de correspondências entre as unidades da Ufes e organizações soviéticas visando à aquisição de material didático e cultural, ou material de propaganda comunista.

A CVUfes localizou os seguintes documentos: Ofício nº 38/72-ASI, remetido ao professor Ademar Martins, diretor da Faculdade de Direito ¹⁷⁴; Ofício nº 40/72-ASI, encaminhado ao professor Seliégio Gomes Ramalho, diretor do CAR ¹⁷⁵; Ofício nº 41/72-ASI, enviado ao prof. Nelson Goulart Monteiro Filho, diretor do CT ¹⁷⁶; Ofício nº 43/72-ASI, destinado ao prof. Benito Zanandrea, diretor da Faculdade de Medicina ¹⁷⁷.

Por meio do Ofício nº 257, de 21 de julho de 1972, remetido à ASI pelo CCJE, o diretor da unidade informou não haver correspondências para organizações soviéticas e que não havia recebido nenhum material de propaganda ou publicidade que não fosse enviado pelo MEC ¹⁷⁸. O Ofício nº 150/72-CAR, remetido na mesma data pelo diretor do Centro à Aesi/Ufes, também informava não haver correspondências da unidade para organizações soviéticas ¹⁷⁹. Resposta semelhante foi enviada pelo diretor do CT em 17 de julho, pelo Ofício s/nº, por meio do qual informava que a unidade não recebia nenhum tipo de material e não mantinha correspondência com a União Soviética ¹⁸⁰. O questionamento também foi prontamente negado pelo diretor do CBM pelo Ofício nº 6, de 26 de julho de 1972 ¹⁸¹.

O cotidiano da Universidade sofreria com a interferência do órgão repressivo até em momentos corriqueiros da vida acadêmica, como por exemplo, as cerimônias de formatura. Prova disso é que, em 3 de outubro de 1972, Alberto Monteiro

173 PELEGRINE, Ayala Rodrigues de Oliveira. *Modernização e opressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História), 2016.

174 Id. Ofício nº 38, de 1972.

175 Id. Ofício nº 40, de 1972.

176 Id. Ofício nº 41, de 1972.

177 Id. Ofício nº 43, de 1972.

178 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Faculdade de Direito. Ofício nº 257, de 1972.

179 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Artes. Ofício nº 150, de 1972.

180 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Tecnológico. Ofício s/n., de 1972.

181 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício 6, de 1972.

expediu um ofício confidencial para o diretor da Faculdade de Medicina, Benito Zanadréa, com a seguinte mensagem:

Cientes de que foi realizada uma reunião na Comissão de Festas dessa Faculdade na qual participaram 52 estudantes, onde 38 decidiram prestar uma homenagem em suas formaturas ao colega Júlio Prattes¹⁸², preso em Ibiúna-SP, que não passou para o 6º ano, porque estava preso, vimos solicitar de Vossa Senhoria que faça cancelar do referido programa de festas a citada homenagem¹⁸³.

O diretor da Faculdade de Medicina remeteu um ofício em resposta à ordem da Aesi, em 19 de outubro do mesmo ano, informando que o documento com a referida ordem da Assessoria teria sido encaminhado ao presidente da Comissão de Festas da formatura dos estudantes do 6º ano da Faculdade de Medicina¹⁸⁴, para que fossem adotadas as devidas providências. A partir da segunda metade de 1972, houve um adensamento das ações repressivas contra a comunidade universitária, cujo ponto alto seria a prisão de militantes do PCdoB em dezembro de 1972 e em março de 1973¹⁸⁵.

PRISÕES E TORTURAS PRATICADAS CONTRA ESTUDANTES DA UFES ACUSADOS DE PERTENCER AO PCdoB – 1972

O ponto alto da repressão imposta pela ditadura nos *campi* da Ufes foram as prisões e torturas de professores e estudantes relacionados ao PCdoB, ocorridas a partir de dezembro de 1972. É importante ressaltar que os documentos pesquisados pela CVUfes e o depoimento de ex-estudantes nesta Comissão indicam a presença, entre os torturadores, de militares integrantes do DOI-CODI/RJ, com destaque para o coronel Paulo Malhães, morto sob circunstâncias misteriosas em 25 de abril de 2014, poucas semanas depois de ter prestado depoimento junto à Comissão Nacional da Verdade.

O IPM aberto por ocasião das prisões arrolou 18 pessoas ligadas à Ufes como

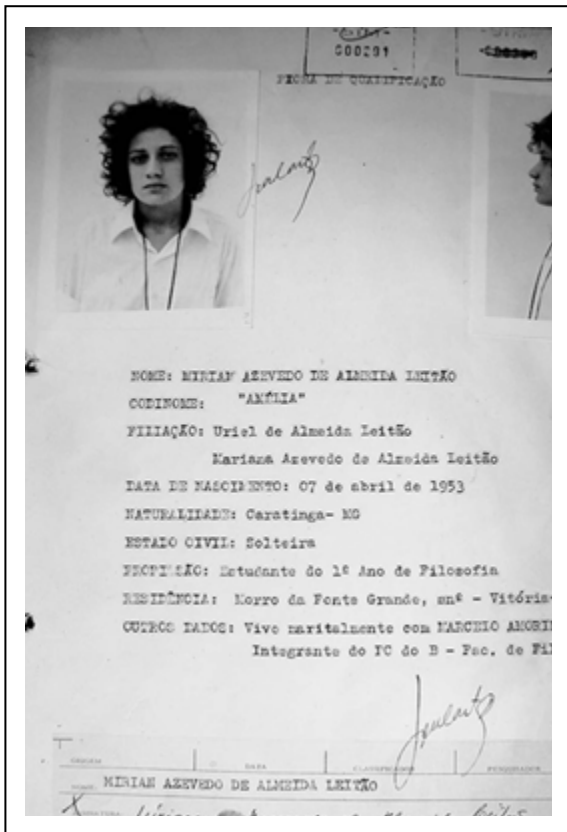
182 Júlio César Prattes Matos, como já citado neste mesmo relatório, havia sido preso em outubro de 1968, na manifestação contra a prisão dos delegados capixabas no Congresso de Ibiúna. Em 1970, foi condenado a uma pena de seis meses e ficou preso na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

183 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 60, de 1972.

184 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 7, de 1972.

185 FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (ASI/Ufes). Tempo e Argumento, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

envolvidas, sendo um professor (Vitor Buaiz, do curso de Medicina) e 17 estudantes: Marcelo Amorim Neto (Medicina); Gustavo Ferreira do Vale Neto (Medicina); Sebastião Lima Nascimento (Medicina); Elizabeth Santos Madeira (Medicina); Maria Magdalena Frechiani (Medicina); Luzimar Nogueira Dias (Medicina); Guilherme Lara Leite (Medicina); Marcus Lira Brandão (Medicina); Luiz Carlos Garcia Genelhu (Medicina); Iran Caetano (Medicina); Adriano Sisternas (Engenharia); Mirian Azevedo de Almeida Leitão (História); Ângela Milanez Caetano (CEG); Maria Gilma Erlacher (Direito); Maria Auxiliadora Ferreira Gama; Jorge Luiz de Souza (Economia); e José Willian Sarandy (Direito).



A estudante da Ufes Mirian Leitão é identificada pelos órgãos de repressão após a sua prisão.

Em 17 de março de 1973, o *Jornal do Brasil* noticiou a chegada do IPM à Justiça Militar, citando o nome de 31 indiciados. A reportagem também menciona o major José Maria Alves Pereira, encarregado do inquérito que “[...] afirma que os

indiciados desenvolveram atividades contrárias à Segurança Nacional nas Faculdades de Medicina, Economia, Engenharia, Direito e Filosofia”¹⁸⁶.

No entanto, o professor Vitor Buaziz e a estudante Maria Gilma Erlacher acabariam não sendo incluídos na denúncia feita pelo Ministério Público Militar (MPM) junto à 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica do Rio de Janeiro, em 9 de abril daquele mesmo ano¹⁸⁷. O *Jornal do Brasil*, na edição de 10 de abril de 1973, também noticiou a denúncia feita pelo promotor contra os acusados:

O representante do Ministério Público deixou de denunciar o professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo, médico Vitor Buaziz, os estudantes José Antônio Lani, José Felício Lima e Maria Gilma Erlacher e o mecânico Odílio do Nascimento, considerando a inexistência de provas colhidas na fase do IPM, pelo major José Maria Alves Pereira. [...] Sobre o professor Vitor Buaziz, o promotor afirma que praticou algumas imprudências que ‘não chegaram, no entanto, a constituir um delito’. - Os livros apreendidos em seu poder não tipificam o delito, podendo e devendo ser levados na conta de sua curiosidade literária - diz o Sr. Gastão Ribeiro¹⁸⁸.

A sentença foi proferida pelo Conselho de Sentença da 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica em 5 de agosto de 1974. Os estudantes Jorge Luiz de Souza, Marcelo Amorim Neto, Gustavo Ferreira do Vale Neto e Adriano Sisternas foram condenados a um ano de reclusão. O dirigente estadual do PCdoB, Foedes dos Santos, foi condenado a um ano e dez meses de cadeia. Segundo vários ex-integrantes do PCdoB, Foedes dos Santos teria entregado todos os militantes e simpatizantes do partido no estado após ser preso. O estudante de Contabilidade João Calatroni foi julgado à revelia e recebeu uma pena de seis meses de prisão. Todos os outros acusados foram absolvidos.

Atendendo a um pedido da defesa dos acusados, os quatro estudantes tiveram a prisão relaxada pela 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica, em 17 de dezembro de 1974¹⁸⁹, quando já haviam praticamente cumprido todo o período de sentença. Por sinal, no mesmo dia em que, ao julgar a apelação do MPM e dos advogados de defesa contra a decisão de primeira instância, o STM confirmou que um equívoco havia sido cometido pelos agentes da ditadura contra o comerciante e agricultor

186 IPM com 31 indiciados por subversão no Espírito Santo chega a auditoria carioca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1973, p. 4.

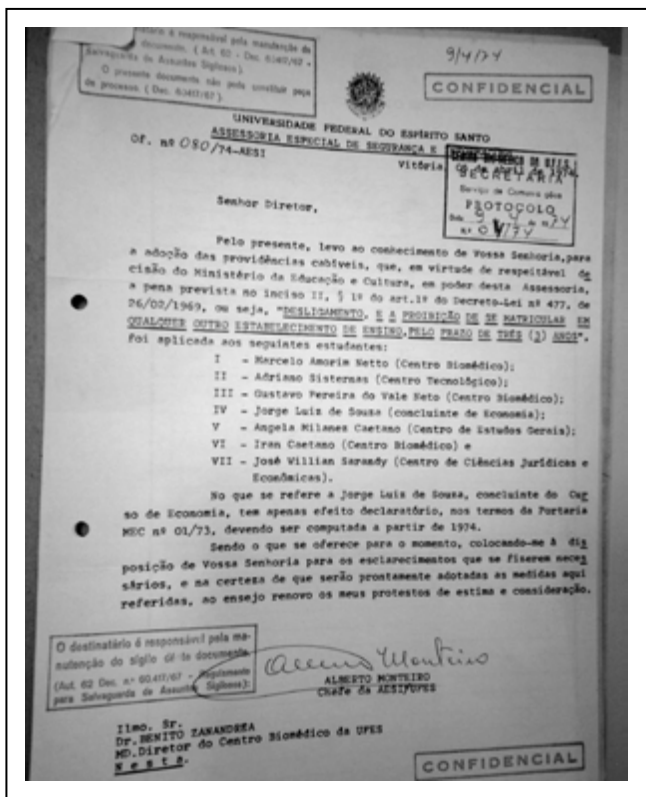
187 Sumário do BNM 674. Ação Penal Ação Penal nº 40/72. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/674.html>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

188 *Jornal do Brasil*, 10 abr. 1973, p. 13.

189 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Apelação nº 40,640, fl. 1011.

José Calatroni, de 48 anos, preso no lugar do sobrinho ¹⁹⁰.

O estudante Iran Caetano, que havia fugido quando ocorreram as “quedas” dos militantes do PCdoB, foi julgado à revelia e condenado a dez meses de prisão. O líder estudantil permaneceu na clandestinidade até 7 de março de 1977, quando se entregou à Justiça para cumprir sua pena. A defesa de Iran Caetano recorreu ao STM pedindo a prescrição da pena, mas o recurso só foi julgado, declarando a extinção da punibilidade, em 9 de outubro de 1978, muito depois que o hoje médico havia cumprido a pena e deixado a cadeia ¹⁹¹.



Universidade Federal do Espírito Santo. Assessoria Especial de Segurança e Informação, Ofício nº 084 29, de 1974.

Os estudantes presos ainda enfrentaram um inquérito na Ufes, aberto pelo reitor Máximo Borgo Filho e capitaneado pelo chefe da Aesi/Ufes, Alberto Monteiro, com base no Decreto 477. Ao final do processo, os estudantes Iran Caetano, Mar-

190 Ibid., fl. 1346-1350.
 191 Ibid., fl. 1412-1417.

celo Amorim Neto, Gustavo Pereira do Vale, Adriano Sisternas, Ângela Milanez Caetano, William Sarandi e Jorge Luiz de Souza foram suspensos da atividade estudantil por três anos, embora esse último já estivesse formado. Uma matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* sugere que as punições foram indicadas pelo “setor de segurança” da Universidade ¹⁹², na época dirigido por Alberto Monteiro.

De acordo com a matéria, no mesmo processo, a Reitoria da Ufes considerou inocentes os estudantes Sebastião Lima Nascimento, Elizabeth Santos Madeira, Maria Magdalena Frechiani, Luzimar Nogueira Dias, Guilherme Lara Leite, Marcus Lira Brandão, Luiz Carlos Garcia Genelhu, Miriam Azevedo de Almeida Leitão, Maria Gilma Erlacher e Maria Auxiliadora Ferreira Gama, e o professor Vitor Buaiz.

Anos depois, em 20 de abril de 1977, o Serviço de Inteligência do 38º BI relatou ter recebido da ASI/Ufes a informação de que cinco dos sete estudantes atingidos pelo Decreto-lei nº 477/69 haviam solicitado sua rematrícula na Ufes: Iran Caetano, Ângela Milanez Caetano, Gustavo Pereira do Vale, Marcelo Amorim Neto e Adriano Sisternas. Pela Informação nº 277-S2/77, o 38º BI informou também que Iran Caetano, o qual tinha sido condenado à revelia, havia se apresentado à 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica e se encontrava recolhido num presídio em Bangu, no Rio de Janeiro ¹⁹³.

O APRIMORAMENTO DAS TÉCNICAS DE TORTURA CONTRA ESTUDANTES

As ex-estudantes Ângela Milanez, Elizabeth Santos Madeira e Maria Magdalena Frechiani prestaram depoimentos carregados de emoção durante uma audiência pública realizada pela CVUfes. Na ocasião, relataram as torturas que foram submetidas nas dependências do então 3º BC, em Vila Velha, vivendo experiências particulares de agonia, violência e tortura.

Maria Magdalena Frechiani relatou que seu envolvimento com os problemas específicos da Faculdade de Medicina da Ufes, em relação às reivindicações por melhorias nas condições de ensino, deu-se a partir do 2º ano de curso. De acordo com ela, seu primeiro contato com a repressão e com a Polícia Federal (PF) ocorreu devido à sua participação nas manifestações realizadas na época, em Vitória, pela reabertura do Pronto-Socorro do Hospital Universitário, entendido como

192 UNIVERSIDADE do ES pune os estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 set. 1973, p. 14.

193 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 13. BRSAPEES,DES.0.ME.Ufes.13, p. 11.

um espaço fundamental para a formação no curso Medicina. Na ocasião, ela foi “fichada” pela polícia, tendo digitais e dados pessoais recolhidos.

Ela relatou que sua atuação política aumentou em 1972, quando participou, na companhia de mais dois amigos, de pichações e panfletagens durante a madrugada, para denunciar a “farsa” das eleições municipais promovidas naquele ano pela ditadura militar ¹⁹⁴. No período, embora amedrontada e inexperiente na prática política – mesmo influenciada pela mãe, descrita por ela como uma mulher de esquerda, que mesmo no interior do estado ouvia emissoras de rádio de esquerda –, ela se aproximou de lideranças estudantis ligadas ao PCdoB com o objetivo de melhorar as condições da Universidade e lutar contra as coisas horríveis que aconteciam no país.

No início de dezembro de 1972, Magdalena Frechiani diz ter tomado conhecimento da prisão de colegas do curso de Medicina no Centro de Vitória, citando os nomes de Gustavo Ferreira do Vale Neto e Sebastião Lima Nascimento. Sabendo que estava também sendo procurada na Ufes, ela passou à condição de foragida, juntamente com Elizabeth Santos Madeira e Guilherme Lara Leite, seu namorado na época e futuro marido.

Magdalena Frechiani relatou que, junto com Guilherme e Elizabeth Madeira, escondeu-se inicialmente na Barra do Jucu, em Vila Velha, passando depois por Cachoeiro de Itapemirim, Campos dos Goytacazes (RJ) e sul de Minas Gerais. Em virtude das limitações financeiras, que impediam uma possível saída do país, eles acabaram seguindo a orientação de parentes para se entregarem no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Rio de Janeiro. O que ocorreu, sendo posteriormente encaminhados de volta para o 3º BC, em Vila Velha.

Grávida da primeira filha, Magdalena Frechiani relatou a experiência dos interrogatórios e das torturas que sofreu, ressaltando a uma dimensão sádica: faziam-na esperar por horas a fio numa sala em que havia uma grande fotografia do general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1970-1974); perguntavam dezenas de vezes as mesmas coisas; coagiam-na para que fornecesse informações que não possuía ou nomes de pessoas que, inclusive, já haviam sido capturadas. Ela rela-

194 As eleições diretas de 1972 foram previstas pelo Art. 3º do Ato Institucional nº 11, de 14/08/1969, e regulamentadas pela Resolução - TSE nº 9.208, de 31/05/1972. De acordo com a Constituição Federal de 24/01/1967, art. 16, a autonomia municipal seria assegurada “pela eleição direta de prefeito, vice-prefeito e vereadores realizada simultaneamente em todo o país, dois anos antes das eleições gerais para governador, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa”. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes#23>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

tou ainda que ficou, juntamente com outras mulheres, numa cela escura e sem banheiro, além de ter sido alimentada com comida estragada. Quando precisava ir ao banheiro, era acompanhada por dois militares homens e dois cães treinados para o ataque, que ao comando da palavra “terrorista”, pulavam e babavam sobre os corpos das mulheres presas.

A tortura psicológica foi lembrada pela vítima como um terrível recurso dos militares: Magdalena chegou a ser forçada a abortar, sob o argumento de que ficaria presa por muitos anos e a filha também. Sofreu com o escárnio, por ser tratada como fraca para comer a comida oferecida. Seus familiares também foram pressionados. Além de não saberem seu paradeiro, eram vítimas da presença diária da Polícia na casa de sua mãe, ameaçando levá-la presa, e também suas irmãs.

Quando soube que ela estava viva e visitou a filha, a mãe apenas disse: “que bom que você está viva”. Após 32 dias presa, Magdalena Frechiani disse que teve que se apresentar no Rio de Janeiro por muito tempo, em virtude de um inquérito que respondeu à Justiça Militar, ainda enfrentando um inquérito na Ufes, por ter sido enquadrada no Decreto-lei nº 477/69, no qual acabou sendo absolvida.

Já Elizabeth Santos Madeira relatou à CVUfes ter ingressado muito jovem na Universidade, com cerca de 18 anos, sem experiência política alguma, uma vez que havia sido criada na cidade interiorana de Alegre, região sul do Espírito Santo, onde, segundo ela, pouco se comentava ou se sabia sobre o ambiente criado pela ditadura militar. Ela relembrou a agitação que marcava a Ufes e a Faculdade de Medicina no início dos anos de 1970: o DA era atuante e os estudantes conseguiram, inclusive, articular-se pelo afastamento de um professor “que não contribuía com o ensino”.

As reivindicações se referiam à abertura do RU no *campus* do CBM, em Maruípe, à melhoria do ensino, à defesa da autonomia da Universidade e ao funcionamento do Pronto-Socorro do Hospital Universitário. Segundo Elizabeth Madeira, essa última reivindicação gerou uma mobilização que envolveu estudantes de toda a Ufes numa grande manifestação, a qual ganhou as ruas e ocupou a Câmara de Vereadores de Vitória (CMV), que na época ficava no prédio do atual Cine Teatro Glória, ganhando destaque no *Jornal do Brasil* com a seguinte nota: “é uma luz que se acende no fundo do túnel”.

Além da mobilização política, a ex-estudante lembrou a efervescência cultural e as ricas experiências de sociabilidade na Ufes. Havia, segundo ela, uma grande circulação de livros nas bibliotecas dos DAs e o próprio “trote” do curso de Medicina consistia na doação de obras à biblioteca da entidade, que eram em-

prestadas aos estudantes. Os discentes realizaram, na época, atividades culturais inéditas em Vitória, como por exemplo, um evento que contou com a participação da sambista Clementina de Jesus.

Também havia uma publicação do DA de Medicina que era vendida, em que os estudantes pagavam o valor definido e a contabilização do dinheiro e das vendas funcionava. Beth Madeira contou que as experiências criaram a sensação de que a luta deveria ser ampliada: era necessário lutar não somente pela Faculdade, mas contra a ditadura que ameaçava a liberdade e a autonomia da Universidade. Assim se deu sua aproximação com o PCdoB.

Poucos meses após o movimento contra o fechamento do Pronto-Socorro do Hospital Universitário, Elizabeth Madeira contou ter recebido a notícia da prisão do colega do curso de Medicina Marcelo Amorim Neto, e de sua companheira, Miriam Azevedo de Almeida Leitão, aluna da Faculdade de Filosofia. “No auge dos meus 19 anos, nem achei que aquilo ia atingir uma pessoa que só disse ‘abaixo a ditadura’”, contou. A hoje médica diz ter demorado para tomar consciência sobre a gravidade da situação e, quando isso ocorreu, ela fugiu com Maria Magdalena Frechiani e Guilherme Lara Leite.

Elizabeth Madeira contou que, naquele período, passou dias apenas com a “roupa do corpo”, sem dinheiro e sem rumo, até se entregar na sede da Cenimar, junto com os dois colegas. A ex-estudante relatou a grande apreensão que sentiu nos longos interrogatórios a que foi submetida pelos agentes daquele Centro de Informações. Coincidentemente, de acordo com ela, naquela mesma época, os militares procuravam por Eliane Madeira, militante da AP, e acreditavam na existência de parentesco entre as duas. Por isso, a jovem foi incessantemente questionada sobre o paradeiro de Eliane, que para ela era uma completa desconhecida.

Elizabeth Madeira também descreveu o cenário assustador do Centro de Informações da Marinha, que era escuro, povoado por sujeitos horríveis e onde “tudo conjugava a impressionar, a infligir sofrimento”. Levada para o 3º BC, em Vila Velha, Elizabeth Madeira foi vítima de interrogatórios agressivos, em que era jogada contra um sofá e ameaçada sob a mira de fuzis. Mantida numa cela sem banheiro, ela também se recorda da presença dos homens e de cães ferozes, que a inibiam de urinar, além da inexistência de banhos de sol e de comida adequada.

Num mesmo dia, eram realizados vários interrogatórios, mesmo quando era dito que estava encerrado o trabalho, numa possível estratégia para minar internamente as vítimas. A tortura psicológica e de gênero também foram praticadas.

Beth Madeira recorda-se de um capitão chamado Guilherme, que gritava histericamente: “mulher presa para mim é homem”.

Havia ainda uma espécie de jogo psicológico, em que alguns militares se colocavam como “amigos”, a serviço das famílias, dispostos a ajudar as acusadas a confessar tudo o que sabiam. Seus pais, residentes em Alegre, também foram coagidos permanentemente, e um suposto capitão da PM os culpava por terem permitido que a filha vivesse sozinha na “cidade grande”. A casa da família era constantemente invadida por policiais, os pertences de Elizabeth foram recolhidos e até suas roupas foram espalhadas pelas ruas da cidade.

Depois de libertada, em fevereiro de 1973, Elizabeth Madeira foi obrigada a se apresentar, semanalmente, no quartel do 3º BC para prestar contas de sua vida. Também respondeu ao processo movido na Justiça Militar contra todos os envolvidos no caso, sendo absolvida por unanimidade. Além disso, enfrentou o inquérito administrativo aberto na Ufes, em função do seu enquadramento no Decreto-lei nº 477/69, cujas audiências eram realizadas na antiga sede da Fafi e coordenadas pelo chefe da Aesi/Ufes, Alberto Monteiro. De acordo com ela, a Fafi já não parecia a mesma de antes, pois os ambientes eram escuros e as janelas ficavam fechadas.

Alberto Monteiro foi lembrado por ela pela postura autoritária, pelos gritos e socos na mesa durante os interrogatórios. Com a absolvição na Justiça Militar e no inquérito referente ao Decreto-lei nº 477/69, Beth Madeira conseguiu concluir o curso de Medicina e recebeu uma certidão de antecedentes criminais, que deveria ser apresentada nas futuras contratações profissionais, em que estava escrito: “sim, consta”.

Em seu depoimento na audiência pública, Ângela Milanez, então estudante de Geografia, contou que sua participação política se iniciou por meio do contato com materiais produzidos pelo PCdoB e que suas ações se assemelhavam às que haviam sido relatadas por Maria Magdalena Frechiani e Elizabeth dos Santos Madeira. Em 30 de novembro de 1972, após uma ação de colagem de cartazes da UNE no *campus* de Goiabeiras, ela tomou conhecimento da prisão de diversos companheiros do PCdoB e não escapou da invasão por agentes da PF na casa em que vivia com seu então companheiro, o estudante de Medicina e dirigente estadual daquele partido Iran Caetano.

A ex-estudante relatou o episódio de sua chegada ao 3º BC e o encontro com diversos conhecidos, militantes do PCdoB. De acordo com Ângela Milanez, ela também foi colocada numa cela sem banheiro e teve as roupas rasgadas, sendo

mantida nua. A vigilância dos militares era permanente e as portas das celas não podiam ser fechadas, o que inibia as mulheres de ir ao banheiro e tomar banho. A tortura psicológica que sofreu incluiu ser encapuzada e ameaçada de transferência para outra unidade desconhecida, caso não prestasse as informações solicitadas, especialmente sobre o marido, que havia escapado da prisão e estava foragido.

Além disso, ela conta ter sido ameaçada com uma cobra jiboia, que seria colocada em seu corpo caso ficasse em silêncio¹⁹⁵. Também relatou ter sido mantida em celas solitárias, algumas vezes nua e, em outras, enrolada em cobertores, em pleno verão capixaba. O constrangimento e o desrespeito também afetariam a família de Ângela Milanez. Ela relatou na audiência pública que os militares, passando-se por Iran Caetano, ligaram para sua mãe, a qual orientou o genro a não retornar a Vitória, pois seria preso.

Em outra ocasião, Ângela Milanez deparou-se com a própria mãe numa sala do então 3º BC, sendo interrogada, aos prantos, e coagida a confessar coisas que desconhecia. A ex-estudante relembrou a angústia dos dois meses de intensa tortura psicológica e física que sofreu e as consequências disso em seu estado emocional, já que, mesmo em liberdade, ela sentia-se em estado de tensão e desconfiança em relação às pessoas: “eu tinha medo de tudo”.

Os depoimentos prestados por Maria Magdalena Frechiani, Elizabeth Santos Madeira e Ângela Milanez coincidem sobre uma questão essencial: além do sofrimento experimentado pelas mulheres e por suas famílias, a participação na resistência política à ditadura também gerou danos ao desenvolvimento de suas carreiras profissionais. Ângela Milanez não concluiu o curso de Geografia. Magdalena relatou a dificuldade em trabalhar depois de ter sido presa e marcada como “subversiva”. Elizabeth Madeira afirmou ter sido vítima de perseguição quando era servidora pública do Estado do Espírito Santo, durante a gestão do governador Eurico Rezende (1979-1982), já que foi destituída de sua função de médica e realocada no setor técnico de Engenharia, sendo pressionada a se demitir.

A dramaticidade dos relatos apresentados durante a audiência pública sobre as estudantes da Ufes torturadas no 38º BI confirma um fato: essas prisões e principalmente as torturas são os episódios que constituem as mais graves violações contra os direitos humanos durante a ditadura militar no Espírito Santo. Tal situação foi endossada por depoimentos de outros estudantes da Universidade

195 A cobra jiboia pertencia ao coronel Paulo Malhães e foi citada em depoimentos de diversos presos políticos torturados pelos homens do DOI-CODI, como consta no Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

presos na mesma época, durante a operação contra militantes do PCdoB.

AS CONSTANTES PERSEGUIÇÕES

Nascido na França, Adriano Sisternas foi um dos estudantes da Ufes presos durante a queda dos militantes do PCdoB, em dezembro de 1972. Na época, Sisternas era estudante de Engenharia na Universidade, e prestou depoimento para a CVUfes e para a Comissão Estadual da Verdade. Em seu depoimento, o ex-militante contou que, quando já estava militando no PCdoB, conviveu com Alberto Monteiro, o então chefe do ASI/Ufes, no período de Projeto Rondon.

Ele relata que, assim que descobriu a sua militância no PCdoB, Alberto Monteiro ficou revoltado, porque tinha contato com ele e nunca havia percebido nada¹⁹⁶. Sisternas contou que sua prisão ocorreu na manhã do dia 4 de dezembro de 1972. Inicialmente, ele foi levado para o quartel central da PM, em Maruípe, onde ficou por algumas horas, sendo depois levado para o 3º BC, em Vila Velha.

De acordo com o ex-estudante, os agentes da repressão invadiram a república em que ele morava com outros estudantes e reviraram tudo, aterrorizando todos os que estavam na residência. Ele relata ter levado um chute de um dos torturadores durante os interrogatórios no 3º BC, mas diz que a sua situação não foi tão grave como a de outros colegas. “Eu sei que dois deles tiveram o esterno fraturado com socos. Esses, com certeza, foram no início e, como eles queriam informações, então foram maltratando”, relatou. Prova disto, segundo Sisternas, é que quando chegou no 38º BI, eles (os agentes da repressão) já “tinham tudo na mão, então comigo foi mais simples”¹⁹⁷, ressaltou.

Sisternas conta que a cela em que ficou preso chegou a comportar até 18 pessoas, mas era grande, com colchões no chão e banheiro.

Aqui no 38º BI (então 3º BC), o pessoal até fazia o seguinte, levava a gente para banho de sol, exercício, tudo isso. Lógico que com cachorro em volta, policiamento e tudo, mas até banho de mar eles deixavam a gente tomar. Quer dizer, nesse ponto aí, nós fomos muito bem tratados, muito melhor do que no Rio. No Rio, a gente só tinha direito a meia hora de banho de sol nas segundas-feiras, se fizesse sol de manhã. E só isso, fora disso, era só na cela.

196 Depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim (CEMVOB) e à Comissão da Verdade da Ufes em 24 de novembro de 2014.

197 Depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim (CEMVOB) e à Comissão da Verdade da Ufes em 24 de novembro de 2014.

O ex-estudante diz ter ficado pouco mais de quatro meses preso no 3º BC, sendo transferido para o Rio de Janeiro numa caminhonete, com pés e mãos amarrados em outros companheiros. Na capital carioca, todos foram levados para um quartel do Exército em Realengo. Ele afirmou não ter sofrido nenhum tipo de tortura ou constrangimento no Rio de Janeiro, e disse ter ficado em uma cela com apenas uma pessoa. Posteriormente, sozinho. Contou também que, por ser estrangeiro, foi defendido por um advogado ligado ao consulado francês, sendo libertado em 21 de dezembro de 1973, ou seja, depois de um ano e dezessete dias preso.

Depois de solto, Sisternas relata ter retornado para Vitória, onde não participou mais de atividades políticas, pois se sentia vigiado. Igualmente, voltou para a mesma empresa em que trabalhava antes de ser preso. Entretanto, na Ufes, ele foi punido com base no Decreto 477/69 e só voltaria a estudar na Universidade em 1977, conseguindo terminar o curso de Engenharia no ano seguinte. O ex-estudante relatou que, quando estava finalizando a graduação, surgiu uma chance de ministrar aulas na instituição como professor colaborador.

AINDA SOB OS EFEITOS DO ATO INSTITUCIONAL Nº5 E OS DETALHES DAS TORTURAS

Lança à Divisão de Polícia Federal a quem este for apresentado, indo por mim assinado, que em seu cumprimento, prenda e recolha ao 3º Batalhão de Caçadores, o indiciado Jorge Luiz de Souza, filho de Salvador de Souza e de Lídia Perim de Souza, nascido em 1º de Maio de 1951, natural do Estado do Espírito Santo, por 30 (trinta) dias, durante as investigações policiais, pela prática de atividades subversivas ligadas à organização PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB), estando sujeito, pois, às sanções da Lei de Segurança Nacional.¹⁹⁸

Com essas palavras, o major José Maria Alves Pereira, encarregado do IPM contra os militantes do PCdoB, expediu o mandado de prisão contra Jorge Luiz de Souza em 30 de novembro de 1972. Na denúncia contida no IPM, Jorge foi ligado ao codinome “Onofre”. No depoimento prestado à CVUfes¹⁹⁹ e à Comissão Estadual da Verdade, Jorge Luiz de Souza informou que havia iniciado a sua militância política no curso ginásial, em Cachoeiro de Itapemirim, no período em que eclodiu o golpe de 1964.

198 Sumário do BNM 674. Ação Penal nº 40/72, p. 98. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.br/sumarios/700/674.html>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

199 Depoimento prestado à CVUfes e à Comissão Estadual da Verdade em 20 de março de 2015.

Com 15 anos, já participava das atividades promovidas pela Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim (CECI). Proibidos de realizar uma semana estudantil que pretendia homenagear um estudante “tido como de esquerda”, alguns membros da CECI foram detidos e levados à sede da Prefeitura do município, onde foram ameaçados por agentes da PF de Vitória.

Em 1967, ele contou ter tido o primeiro contato com o PCdoB. A criação de um jornal em Cachoeiro de Itapemirim seria o motivo de sua primeira noite preso numa delegacia de polícia. No ano seguinte, Jorge Luiz veio fazer o último ano do ensino médio em Vitória, com o objetivo de se preparar para o vestibular e, a partir daí, envolveu-se na política estudantil secundarista, mas com intenso contato com a Ufes.

A partir de 1968, já engajado no PCdoB, ele participava de atividades dos DAs das faculdades de Medicina e Odontologia e chegou a abandonar os estudos para focar na política estudantil com os secundaristas e líderes universitários. Nesse período, o ex-estudante destacou que, quando havia campanhas para arrecadar dinheiro visando à realização de atividades políticas, um dos que mais contribuía era o médico Max Mauro, que posteriormente ocuparia os cargos de prefeito de Vila Velha, deputado estadual e federal, e governador do Espírito Santo.

Os universitários, segundo Jorge Luiz, eram oriundos de classes sociais mais altas, enquanto a maioria dos secundaristas que participava do Movimento Estudantil tinha origem mais pobre e estudava em colégios estaduais. Numa oportunidade, ele conta ter representado o Espírito Santo na reunião do Conselho da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) realizado em Guaratinguetá (SP).

Aprovado em Economia no vestibular da Ufes, em janeiro de 1969, semanas após a publicação do AI-5²⁰⁰, período em que a repressão estava disseminada no país, Jorge Luiz de Souza descreveu o forte impacto provocado na Universidade:

Logo depois do AI5, se instalou um regime de muito terror mesmo e, semanas depois, eu entrei na Universidade. No primeiro semestre nosso era um horror, porque as pessoas tinham medo de, por exemplo, você estudando Economia, tinha que ler certos livros, mas os professores tinham medo da gente. O livro estava na biblioteca e o professor tinha medo de deixar a gente ler. As pessoas tinham, imagina você, medo de pegar um livro sobre Mais Valia na biblioteca. Eram aqueles primeiros anos da ditadura, de 69 a 72, quer dizer, até o processo

200 Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 6 jul. 2015.

que se deu a escolha do Geisel, esse período que vai do AI-5 até o momento que eu estava preso, até a metade da minha prisão, era um período de terror na Universidade ²⁰¹.

Outra consequência do AI-5 foi a fuga do estado do então secretário de organização da direção estadual do PCdoB, Carlos Alberto Osório, ao ser intimado para prestar depoimento no 3º BC ²⁰², o que provocou a desarticulação do partido no Espírito Santo. Jorge Luiz conta que, no final de 1969, só havia no PCdoB do Espírito Santo ele e Foedes dos Santos, os quais começaram a reorganizar o partido no estado.

Jorge Luiz de Souza foi preso no dia 3 de dezembro de 1972, quando teve sua casa invadida por homens fortemente armados, sendo amarrado e levado para o quartel do 3º BC. Lá, ele conta ter sido recebido pelo coronel Paulo Malhães, agente do DOI-CODI/RJ:

Eu falei, ‘vocês estão enganados, porque que estão me prendendo?’. Ele me deu uma porrada. Eu estava amarrado, ele era muito grande e forte, fui lançado a uns cinco metros de distância, e falou: ‘É para você ver que aqui não estamos pra brincadeira’. Então a tortura começou assim, eu amarrado, caminhando, entrando naquele pavilhão do 3º BC, e aí começaram a sessão de tortura. Começaram primeiro com porrada, ficavam os caras em volta, eu amarrado e eles me dando porrada [...].

Durante a sessão de tortura, Jorge Luiz continuava a insistir que haviam pegado a pessoa errada. O plano de negar não surtiu efeito, visto que os militares já tinham capturado aquele que havia dado as informações sobre o partido. “[...] eles trouxeram o Foedes para me reconhecer, [...] aí o Foedes chegou e disse: ‘É ele mesmo’”, descreveu.

Jorge Luiz relata ainda uma conversa tensa com Foedes dos Santos, momento em que o dirigente estadual do PCdoB disse que os militares já “sabiam de tudo”, inclusive sobre um encontro que ele teria no Rio de Janeiro com um dirigente do Comitê Central do partido. Jorge Luiz afirma que Foedes não aparentava ter sido torturado ou ter qualquer ferimento.

Segundo Jorge Luiz, provavelmente Foedes forneceu informações aos órgãos de segurança as quais desencadearam uma operação que acabou provocando a

201 Depoimento prestado à CVUfes e à Comissão Estadual da Verdade em 20 de março de 2015.

202 PEREIRA, Valter Pires; MARVILLA, Miguel (Org.). Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura. Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005, p. 88.

morte de quatro integrantes do Comitê Central do PCdoB, Lincoln Cordeiro Oest²⁰³, Carlos Danielli²⁰⁴, Luiz Guilhardini²⁰⁵ e Lincoln Bicalho Roque²⁰⁶:

Eu fiquei sabendo que daí a uma semana e algumas horas mais, porque era domingo de manhã, ia cair o Lincoln Oest ou quem fosse do Comitê Central que estivesse lá. Não adiantava mais eu dizer que não era eu, e o próprio Foedes falou: “se não quer falar, você não fala, mas eles já sabem quem você é”. Tomei a seguinte atitude e falei: “está bom, eu sou mesmo o dirigente do partido que foi denunciado e, por essa razão, não vou falar mais nada”. Aí que os caras partiram para o pau mesmo em cima. Ao mesmo tempo, também não era heroísmo meu. Veja bem a minha situação, não tinha o que falar, não adiantava, eles já sabiam de tudo, não tinha o que apontar, então não tive aquele medo da tortura: “o que eles vão fazer comigo pra eu falar?” Não tive essa reação, eles partiram muito violentos para cima de mim e eu apanhei²⁰⁷.

Jorge Luiz narra também outras estratégias de tortura, inclusive o uso de sua esposa:

Eles trouxeram a minha mulher, me disseram que ela estava sendo torturada, mas eu continuava irredutível. Aí á trouxeram, foi um grande alívio para mim, porque vi que ela não estava ferida. Eu só disse: “Se não sabe, vai continuar sem saber, porque não vou falar nada aqui com você agora. Desculpa, você vai apanhar sem saber por que tá apanhando”. Foi a frase que eu falei para ela, aí eles não bateram nela, só deixaram ela presa lá. Fizeram muita tortura psicológica, mas não bateram nela. E eu, me levaram para a área da parte dos choques e no choque você desmaia, dói muito, realmente é muita dor!

De acordo com o ex-estudante, todas as torturas que sofreu foram realizadas nas dependências do 3º BC:

O BI tem uns prédios históricos antigos, tem um forte que é antiquíssimo, e

203 Ex-deputado constituinte em 1946, Lincoln Cordeiro Oest foi preso em 20 de dezembro de 1972 no Rio de Janeiro, ao cumprir um ponto que havia sido entregue à repressão por Foedes dos Santos, e torturado até a morte pelos agentes do DOI-CODI/RJ. Tinha 65 anos de idade.

204 Carlos Danielli conseguiu escapar da prisão em 20 de dezembro de 1972, por ocasião do ponto entregue por Foedes dos Santos, já que deveria ir à mesma reunião que o dirigente capixaba iria participar. Mas, a partir das pistas encontradas no aparelho de Lincoln Cordeiro Oeste, ele acabou sendo preso oito dias depois em São Paulo e barbaramente torturado até a morte pelos agentes do DOI-CODI/SP em 31 de dezembro de 1972.

205 Luiz Guilhardini foi preso pelos agentes do DOI-CODI/RJ em 5 de janeiro de 1973 e também morreu sob tortura.

206 Lincoln Bicalho era capixaba e foi assassinado aos 28 anos de idade. De acordo com a versão oficial, Lincoln morreu em um “tiroteio” com as forças de segurança, ao supostamente “reagir à prisão”. Seu corpo, crivado com mais de 15 tiros, foi encontrado em 13 de março de 1973, ao lado do Pavilhão de São Cristóvão, no Rio de Janeiro (RJ).

207 Depoimento prestado à CVUfes e à Comissão Estadual da Verdade em 20 de março de 2015.

perto do forte, perto da enfermaria, tem um quadrado bem moderno. Na época, tinha meses que estava pronto, e tinha um anfiteatro, um anfiteatro retangular com o piso de escada e algumas salas. Todas as torturas foram lá. O anfiteatro estava vazio, era grande, com as paredes todas cobertas com aqueles cobertores de soldado, e me levaram lá pro meio, tiraram a minha roupa, começaram primeiro amarrando [...].

Dos militares que o aprisionaram, Jorge Luiz somente reconhece o coronel Paulo Malhães, que também atendia pelo codinome “Doutor Pablo”, o qual atuou no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Como referido, Malhães foi assassinado em 25 de abril de 2014, um mês após prestar depoimento à Comissão Nacional da Verdade, onde admitiu ter participado de torturas, mortes e ocultação de cadáveres durante a ditadura.

Jorge Luiz descreveu outros detalhes da tortura:

Eu apaguei duas vezes, primeiro com os choques [...] eu tenho impressão que o coração para, realmente aqui queima, parece que vai explodir e, a impressão que tenho ainda hoje, não tenho uma coisa muito clara, é a de que eles faziam isso para amedrontar o Foedes. Eu suponho, porque a gente urra e ele ficava ali perto, devia estar ouvindo. A gente se mijá todo também, a gente fica com vergonha, é humilhante, e cai. Eu estava em pé e caí. Você não consegue ficar em pé. Teve uma hora que eu falei assim para o chefe da tortura, o Malhães: “Dá um tempo, cara”. Era choque atrás do outro e ele falou o seguinte: “Se eu te der um tempo, você inventa uma história e enrola a gente”.

Preso por quase quatro meses no 3º BC, Jorge Luiz falou sobre a dificuldade de urinar com uma arma apontada para a cabeça e também das dificuldades para comer. Durante o Natal de 1972, segundo o ex-militante, os presos foram autorizados a receber visita dos familiares e, de acordo com ele, o comandante do quartel os presenteou com garrafas de Coca-Cola, que foram colocadas em bacias de dar banho em crianças, além de cigarro.

Dizer que a sua filha estava presa numa sala com uma cobra para forçá-lo a assinar um depoimento foi outra estratégia de tortura usada contra ele. E sua filha foi realmente levada ao quartel:

Eles abriram a porta que dava para o pátio. Assim falaram: “Jorge vem cá”. Eu já estava sem algema, sem nada, levantei e fui. Quando vi, era minha filha lá. Ela veio correndo. Foi aí que eu percebi que estava com o peito quebrado, porque ela veio correndo, já andava, tinha um ano e meio, veio correndo e pulou no meu colo. Na hora em que a peguei no colo, foi como se alguém me arrancasse assim pelo meio. Doeu tudo. Aí vi que a minha filha estava lá, não estava na sala com a cobra, quem estava na sala com a cobra era a Mirinha (Miriam Leitão). Depois

ela contou isso, sobre a sala escura com a cobra. Mas eles falavam para mim que a minha filha estava lá e eu assinei o documento. Curiosamente, na hora de assinar, o major chamou dois sargentos e gritou: “chama os dois sargentos aí”. “Vocês vão assinar como testemunhas. Vão testemunhar de que ele está assinando de livre e espontânea vontade”. Aí eu disse: “Livre e espontânea vontade porra nenhuma, estou assinando porque a minha filha está nas mãos de vocês. Vou assinar, mas não quero nem ler o que está escrito aqui”. Eu soube depois que esses dois sargentos disseram que assinaram como testemunhas, mas que, na hora, eu disse que não era de livre espontânea vontade coisa nenhuma.

A “Mirinha”, citada por Jorge como sendo a pessoa que estava em uma sala com uma cobra, é a hoje jornalista Miriam Leitão, também presa em dezembro de 1972, junto com o então marido, Marcelo Amorim Neto. Quarenta e dois anos depois da prisão, Miriam Leitão concedeu uma entrevista ao jornalista Luiz Cláudio Cunha. Seu depoimento foi divulgado no portal Observatório da Imprensa em 19 de agosto de 2014 ²⁰⁸. O depoimento teve grande repercussão em todo o país, sendo divulgado em diversos meios de comunicação, inclusive do Espírito Santo. ²⁰⁹ A cobra citada por Jorge Luiz realmente foi usada para torturar Miriam Leitão, que relatou em detalhes o fato:

Eles saíram e o homem de cabelo preto, que alguém chamou de Dr. Pablo, voltou trazendo uma cobra grande, assustadora, que ele botou no chão da sala, e antes que eu a visse direito, apagaram a luz, saíram e me deixaram ali, sozinha com a cobra. Eu não conseguia ver nada, estava tudo escuro, mas sabia que a cobra estava lá. A única coisa que lembrei naquele momento de pavor é que cobra é atraída pelo movimento. Então fiquei estática, silenciosa, mal respirando, tremendo. Era dezembro, um verão quente em Vitória, mas eu tremia toda. Não era de frio. Era um tremor que vem de dentro. Ainda agora, quando falo nisso, o tremor volta. Tinha medo da cobra que não via, mas que era minha única companhia naquela sala sinistra. A escuridão, o longo tempo de espera, ficar de pé sem recostar em nada, tudo aumentava o sofrimento. Meu corpo doía ²¹⁰.

O próprio Paulo Malhões confirmou o uso da cobra, uma jiboia com o nome de “Miriam”, e também o uso de outros animais para torturar os presos políticos:

208 CUNHA, Luiz Claudio. A repórter pergunta, o ministro gagueja. Portal Observatório da Imprensa, São Paulo, ago. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed812_a_reporter_pergunta_o_ministro_gagueja/>. Acesso em: 9 jul. 2015.

209 Os jornais O Globo e A Gazeta repercutiram o depoimento de Miriam Leitão.

210 Depoimento de Miriam Leitão. In: CUNHA, Luiz Claudio. A repórter pergunta, o ministro gagueja. Portal Observatório da Imprensa, São Paulo, ago. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed812_a_reporter_pergunta_o_ministro_gagueja/>. Acesso em: 9 jul. 2015.

Tem os jacarés, o Pata, o Pita, o Po.. como é que é? Pato, Peto, Pito, Poto e Joãozinho. [...] A cobra sempre apavorava, o jacarezinho também. O jacarezinho fazia um barulho com os dentes, tec, tec, tec, tec ... A cobra foi um presente, eu trouxe ela. [...] É, trouxe de Xambioá. Ela enrolava no meu braço e ficava. Nunca me fez mal, primeiro que ela não tem veneno, ela só morde, até deixa os dentes na mordida dela. Ela se dava comigo maravilhosamente bem. O jacarezinho não posso dizer o mesmo, porque o jacarezinho era muito assustado. Eu dei todos para o jardim zoológico, ali na Quinta da Boa Vista ²¹¹.

Em abril de 1973, Jorge Luiz de Souza contou que ele e os outros presos foram levados para o Rio de Janeiro em um carro similar aos que a Ufes tinha na época, embora ele acredite que fosse um disfarce. Durante sua prisão no Regimento da Escola de Infantaria, no Rio de Janeiro, a família do ex-militante chegou a ser impedida de visitá-lo, o que os próprios militares faziam questão de contar aos outros presos.

Jorge Luiz também afirmou em seu depoimento à CVUfes que o reitor da Universidade na época, professor Máximo Borgo Filho, não se importou com os estudantes que estavam presos: “[...] as histórias que eu soube, era que o reitor queria que a gente morresse”. Jorge descreveu outros problemas que teve com o reitor, já que foi preso em um domingo e a sua colação de grau, a qual tinha direito de participar mesmo faltando cursar uma matéria, seria na quarta-feira seguinte.

Precisando concluir a referida matéria, ele recebeu a visita, na prisão, do professor Ivantir Antônio Borgo, que levou uma atividade para ser realizada e depois conseguiu registrar a sua última nota. Durante a visita, o professor teria contado que tentou levá-lo do quartel para a Ufes a fim de fazer a atividade, mas, segundo lembra do relato do professor a ele, o então diretor da Faculdade e o reitor não autorizaram que ele assim fizesse.

Ivantir Borgo teria então, segundo Jorge Luiz, literalmente “roubado” o livro de frequência que os estudantes que faziam prova final precisavam assinar. Depois que foi solto, como ainda diziam na Ufes que ele não teria como provar a conclusão do curso, seu colega Valério Fabris conseguiu solicitar, em seu nome, o histórico escolar, documento que serviu como prova de que tinha se formado:

Quando eu saí da prisão, já com o 477, vim aqui pedir uma audiência ao reitor, mas ele não me recebeu. Reivindiquei a colação de grau e ele não queria fazer, mas aí exibi o documento: “Olha aqui, eu tenho um histórico escolar. O reitor

211 A MEMÓRIA DO TERROR. Depoimento de Paulo Malhães à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, p. 78, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/05/depoimentomalhaes.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

não pode me negar a colação de grau”. Legalmente, o reitor tinha que colar grau pessoalmente, mas eu coleei grau sem o reitor a presença dele. Ele botou o livro para eu assinar e coleei grau assim.

O relaxamento da prisão de Jorge Luiz e de outros companheiros do PCdoB, ocorrido um ano depois, foi noticiado pelo *Jornal do Brasil*:

Decidiu ainda o Conselho colocar em liberdade os estudantes Adriano Cisternas (sic), Jorge Luiz de Sousa, Marcelo Amorim Neto e Gustavo do Vale Neto, presos desde dezembro do ano passado, sob acusação de atividades subversivas nos meios universitários do Espírito Santo. Eles respondem a processo com mais de 30 acusados.²¹²

Como já havia colado grau, o Decreto 477/69 não teve como prejudicar Jorge Luiz na Ufes, mas, em 1976, ele não conseguiu se matricular num curso de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP), já que havia sido punido e não poderia se matricular em nenhuma faculdade. Outro problema que enfrentou posteriormente, destacado por ele, foi a dificuldade para adquirir o registro de jornalista, uma vez que, mesmo sem formação específica nessa área, exercia a profissão.

Vale ressaltar que, em 17 de outubro de 1969, a Junta Militar que substituiu o general-presidente Arthur da Costa e Silva publicou o Decreto-lei nº 972/69²¹³, o qual regulamentou a profissão de jornalista, estabelecendo como mudança, entre outras, a exigência de formação superior específica em Jornalismo para o exercício da ocupação. No entanto, ele exercia esse ofício antes do decreto que regulamentou o DL, o que lhe dava o direito de continuar atuando na área.

No entanto, Jorge Luiz não conseguiu tirar o atestado de “ideologia política”, outro dos documentos exigidos, por ter ficha “suja” na Polícia, o que o impediu de solicitar o registro profissional de jornalista junto ao Ministério do Trabalho. Apesar disso, o ex-preso político trabalhou por dez anos como jornalista, conseguindo obter o seu registro profissional só depois da Lei de Anistia, em 1979.

PROFESSOR DA UFES TAMBÉM FOI PRESO COM ESTUDANTES

O único professor entre os presos no 3º BC por ocasião da queda dos militantes do PCdoB, em dezembro de 1972, Vitor Buaiz prestou depoimento à CVUfes em

212 CONSELHO de Aeronáutica relaxa prisão de operário e estudantes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 dez. 1973, p. 14.

213 Decreto-lei nº 972, de 13 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

2 de abril de 2013. Ele contou que, na época da prisão, além de suas obrigações profissionais como professor e médico, realizava também um trabalho voluntário no bairro de Itacibá, em Cariacica, juntamente com o colega José William Sarandi, então estudante do curso Direito, e com suas respectivas esposas, que trabalhavam como assistentes sociais.

O médico contou que, apesar de não ser vinculado a qualquer movimento político naquela época²¹⁴, ele e o colega de trabalho, que era ligado ao PCdoB, chegaram a preparar alguns pacotes de medicamentos para colaborar com a organização partidária. Além disso, ele também se envolvia na distribuição de panfletos e sempre discutia a situação política do país com seus estudantes da Faculdade de Medicina, muitos dos quais estavam ligados a movimentos contrários ao regime militar.

Vitor Buaiç contou que foi preso quando visitava a casa de José William Sarandi, sendo levado para o quartel do 3º BC, onde foi interrogado pelos agentes DOI-CODI/RJ. Segundo ele, na primeira noite, ficou numa cela coletiva, junto com alguns de seus estudantes. No segundo dia, foi colocado sozinho numa cela pequena, que ficava atrás da enfermaria, onde havia um guarda de vigia. De acordo com o médico, o guarda fazia muitas perguntas sobre o movimento estudantil e chegou a lhe contar que alguns dos presos daquele grupo haviam sido torturados.

Durante os cerca de 15 dias em que ocorreram os interrogatórios, Vitor Buaiç disse que os presos ficaram incomunicáveis. Passado esse período, foram autorizados a fazer ginástica e tomar banho de mar. No único interrogatório a que foi submetido, ele conta que os militares queriam saber qual era a sua posição política em relação ao regime militar. “Eu falava que era da esquerda progressista democrática”, conta. Questionavam também se havia alguma vinculação sua com o PCdoB, mesmo não existindo uma denúncia de que fosse filiado ao partido.

Os militares saberiam, no entanto, da suposta colaboração de Vitor Buaiç na preparação de alguns pacotes de medicamentos para a Guerrilha do Araguaia. Essa informação havia sido obtida por meio de Foedes dos Santos, o secretário da direção estadual do PCdoB capixaba que, segundo depoimentos de ex-militantes do partido, ao ser preso, havia delatado todos os companheiros no Espírito Santo. A ligação do professor com o PCdoB, segundo ele próprio, resumia-se ao Espírito Santo, não tendo, portanto, nenhum contato com dirigentes nacionais do partido. O Buaiç contou ter ficado 45 dias preso, não tendo recebido nenhuma visita

214 É importante assinalar que, durante o período em que foi estudante da Faculdade de Medicina da Ufes, Vitor Buaiç participou de diretorias do DCE.

de representantes da Ufes.

Ele relatou ainda que não chegou a ter grandes problemas com o trabalho na Universidade por conta de sua prisão, já que o episódio aconteceu no período de recesso acadêmico. A família, no entanto, sofreu com o ocorrido:

Não houve nenhum tipo de corte de ponto ou qualquer ameaça de demissão, porque os colegas sabiam que a situação era crítica, aquele foi um momento auge da repressão, todos os aparelhos do PCdoB foram derrubados, muitos assassinados e era uma situação, um clima de insegurança muito grande. As famílias ficaram em pânico, claro. A minha mãe ficou de cama todo aquele tempo que eu estive preso. Minha mulher teve um aborto e foi comigo até o quartel naquela ocasião. Ela estava comigo, me acompanhou lá, ficou esperando e fizeram algumas ameaças para ela: ‘seu marido tá muito comprometido’. Claro, ela ficou extremamente ansiosa com aquela situação. No dia seguinte, foram até meu apartamento, que era ali na rua Uruguai, perto da Arquidiocese de Vitória, e queriam entrar no apartamento e a minha esposa não queria deixar eles entrarem sozinhos. Tinha um juiz que morava no prédio e ele acompanhou tudo que aconteceu ali. Não encontraram nada, só dois livros: *O Capital*, de Marx, e um livro sobre Cuba, que eu tinha pegado emprestado com meu cunhado ²¹⁵.

Após a prisão, Buaiz diz ter voltado a exercer normalmente suas funções na Ufes. Sobre Alberto Monteiro, chefe da Aesi, o professor conta que ele era “famoso” como representante do regime militar e circulava por toda a Universidade. “A conversa dele era agradável, mas o papel que ele exercia aqui era político, para as pessoas ele fazia transparecer que não tinha nada contra e que não estava vigiando, mas, na verdade, no fundo, estava de olho”.

O MONITORAMENTO NA UFES ENTRE 1973 E 1974

Na esteira das prisões ocorridas no final do ano anterior e diante do fechamento do CA da Faculdade de Medicina, o que ainda restava de ME na Ufes ficou praticamente destruído. Apesar disso, a documentação obtida pela CVUfes mostra a continuidade de uma atividade intensa da Aesi/Ufes durante a primeira metade de 1973. Logo no início do ano, em 16 de janeiro, aquela Assessoria Especial enviou um ofício confidencial solicitando providências urgentes ao diretor do CBM, professor Benito Zanandrea, para que fossem lacradas todas as dependências do DA de Medicina e recolhidas as chaves, as quais deveriam ser entregues “pesso-

²¹⁵ Depoimento prestado à CVUfes em 2 de abril de 2012.

almente” na sede do órgão ²¹⁶.

Era comum o envio de solicitações de informações genéricas para todas as unidades da Ufes. A CVUfes localizou ofícios datados de 9 de março enviados às direções do CBM ²¹⁷, do CCJE ²¹⁸ e do CAR ²¹⁹, solicitando informações sobre a existência, nas bibliotecas das unidades, de exemplares do livro *A Revolta Estudantil*, de autoria de Daniel Cohn Bendit, J. Sauvageot, A. Geismar e J. P. Duteinil, publicado pela Editora Laudes S/A, do Rio de Janeiro. A orientação de Alberto Monteiro era de que, se os exemplares fossem encontrados, eles deveriam ser recolhidos e encaminhados à Aesi, uma vez que houvera determinação do Ministério da Justiça para apreensão da obra.

A preocupação em inibir qualquer forma de intercâmbio entre os estudantes, assim como a livre produção e circulação de ideias e discursos, motivou, em 13 de março de 1973, outro ofício emitido pela chefia da Aesi/Ufes à direção do CBM:

Sendo uma das metas atuais dos organismos comunistas, como o PCB, PCdoB e APML, a união de todos os estudantes através da dinamização dos diretórios, da realização de encontros regionais, formação de grupos culturais, etc. Como sabe vossa senhoria, estas reuniões não devem ser proibidas, mas sim autorizadas e observadas pelas direções, pelo que solicitamos comunicar a nossa assessoria com antecipação possível das referidas reuniões, para que possamos informar aos órgãos responsáveis de nossa área no sentido de tomarmos as providências que se fizerem necessárias ²²⁰.

No mês seguinte, em 6 de abril, novamente um ofício confidencial foi encaminhado ao diretor do CBM pela chefia da Aesi/Ufes, dessa vez requerendo uma listagem com os nomes de todos os estudantes indicados para funções de monitoria no ano em exercício ²²¹. No documento, constam dois carimbos vermelhos com as mensagens: “o destinatário é responsável pelo sigilo deste documento – art. 62 dec. nº 60417/67: regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos” e “o presente documento não pode constituir peça de processo – dec. nº 60417/67”.

216 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 10, de 1973.

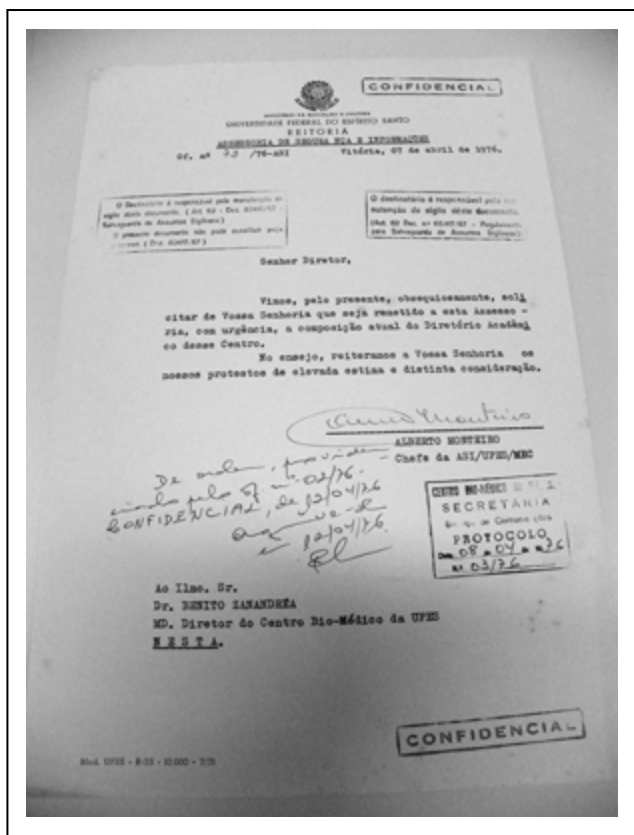
217 Id. Ofício nº 22, de 1973.

218 Id. Ofício nº 23, de 1973.

219 Id. Ofício nº 24, de 1973.

220 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 29, de 1973.

221 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 45, de 1973.



Universidade Federal do Espírito Santo. Assessoria Especial de Segurança e Informação, Ofício nº 29, de 1973.

No que se refere aos estudantes que haviam sido presos meses antes, acusados de ligação com o PCdoB, um importante documento localizado pela CVUfes é o ofício confidencial encaminhado à chefia da Aesi/Ufes pelo diretor do CBM, datado de 5 de setembro, no qual foram fornecidas informações sobre a situação dos discentes:

Relacionamos abaixo os nomes dos estudantes do curso médico deste Centro, solicitados por Vossa Senhoria, com as respectivas séries em que se encontram matriculados (...) Elizabeth Santos Madeira (3ª série), Luiz Carlos Garcia Genelhu (3ª série com dependências da 2ª), Luzimar Nogueira Dias (3ª série com dependências da 2ª), Marcus Lira Brandão (3ª série com dependências da 2ª), Maria Magdalena Frechiani Lara Leite (3ª série), Gustavo Pereira do Vale Neto (4ª série), Marcelo Amorim Netto (4ª série), Guilherme Lara Leite (5ª série), Sebastião Lima Nascimento (5ª série) (...) Esclarecemos que o senhor IRAN

MALFITANO ²²²(sic) cursou a 6ª série no ano passado, tendo sido reprovado por frequência, não se matriculando no corrente ano ²²³.

A CVUfes localizou ofícios enviados para as direções do CBM ²²⁴ e do CAR ²²⁵, ambos datados de 18 de maio de 1973, em que foi determinado que informassem, em caráter urgente, o número de professores em atividade em suas respectivas unidades, o que leva a crer que a solicitação também tenha sido feita aos demais centros da Universidade.

As cerimônias de colação de grau continuaram sendo um motivo de permanente monitoramento da ASI, como demonstram os ofícios enviados para o CBM ²²⁶, o CT ²²⁷, o CCJE ²²⁸ e o CAR ²²⁹, todos datados de 8 de outubro de 1973, que cobram dos diretores das unidades o cronograma e a programação da colação de grau dos formandos e os nomes dos prováveis homenageados nas cerimônias que seriam realizadas no final daquele ano.

Os documentos localizados também permitem notar que a direção do CT demonstrava maior “colaboração” em relação à Aesi/Ufes, tendo em vista a localização de diversos ofícios emitidos pelo diretor época, professor Nelson Goulart Monteiro Filho, contendo informações sobre os acontecimentos do Centro.

Em 4 de outubro de 1973, a direção do CT enviou um ofício informando quais eram os componentes da chapa que concorreria às eleições para a diretoria do Diretório Acadêmico “Dido Fontes”, listando os dados sobre a qualificação dos estudantes Kieram Martins Brum, Sebastião Luiz Bozzi, Racchel Almeida Vieira e Renato Cunha Rodrigues ²³⁰. Também foi localizado um ofício em que o diretor encaminhou à Aesi/Ufes, conforme solicitação de Alberto Monteiro, o convite de formatura que havia sido entregue pessoalmente pelo estudante Carlos Alberto Feitosa Perim em 28 de novembro de 1973 ²³¹.

Mas o documento que chamou mesmo a atenção, por mostrar o grau de vigi-

222 Na verdade, tratava-se do estudante Iran Caetano.

223 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 5, de 1973.

224 Id. Ofício nº 56, de 1973.

225 Id. Ofício nº 61, de 1973.

226 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 128, de 16 de julho de 1973.

227 Id. Ofício nº 130, de 1973.

228 Id. Ofício nº 126, de 1973.

229 Id. Ofício nº 125, de 1973.

230 Id. Ofício nº 801, de 1973.

231 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Tecnológico. Ofício nº 904, de 1973.

lância a que estavam submetidos os estudantes da Ufes, foi um ofício confidencial datado de 22 de junho e assinado pela secretária da CT, Eliete Rosa Machado, que encaminhou à Aesi/Ufes três exemplares da publicação oficial do DA “Dido Fontes”, chamada A Roda Dentada. Nele, a direção do CT tratou de “esclarecer” que só havia tomado conhecimento sobre o conteúdo da publicação no momento de sua distribuição, dois dias antes ²³².

Em resposta, a chefia da Assessoria remeteu ofício, datado de 16 de julho, iniciando uma “investigação” do caso:

Chegando ao conhecimento desta Assessoria a publicação de um jornal no Centro Tecnológico intitulado “A Roda Dentada” (órgão oficial do D.A. Dido Fontes, dos estudantes de Engenharia da Ufes), e estando contra a legislação vigente (Lei 5.520 e outras), achamos por bem ouvir todos os responsáveis pelo Diretório Acadêmico para sabermos quais os autores das publicações e apurarmos a falta de responsabilidade total dos membros, conforme declarações anexas do epígrafa ²³³(...).

A CVUfes não conseguiu localizar um exemplar da publicação, mas sabemos que ela teve consequências: todos os estudantes envolvidos com o DA e a publicação tiveram que prestar depoimento junto à Aesi/Ufes. Os termos de declaração assinados pelos depoentes, todos datados de 25 de junho de 1973, estão anexados a um único ofício ²³⁴.

As perguntas, feitas pelo próprio Alberto Monteiro aos estudantes, procuravam identificar quem eram os responsáveis pela elaboração das matérias e pela impressão e distribuição do informativo. Foram interrogados os estudantes Mayer Roubach, Luiz Carlos Feitosa Perim, Sebastião Luiz Bozzi, Maria Adélia Rodrigues Gomes, Carlos Alberto Feitosa Perim, Carlos Magno Serafim Girelli, Nilson Costa Roberti e José Armínio Ferreira.

No CAR, a preocupação da Aesi/Ufes com o monitoramento de professores e técnicos-administrativos também esteve presente. Em 14 de fevereiro, a Assessoria remeteu um ofício solicitando ao diretor do Centro que informasse tudo referente ao professor João Vicente Felisberto Souza: conceito, carga horária de trabalho e regime funcional ²³⁵. Em resposta, o diretor da unidade, professor Sili-

232 Id. Ofício 504, de 1973.

233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 88, de 1973.

234 Ibid.

235 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 15, de 1973.

égio Gomes Ramalho, informou que o docente havia sido transferido para o CEG e que ministrava aulas de História da Arte para o regime de créditos, sob coordenação do Departamento de História. Também ressaltou que o professor sempre gozou de excelente conceito entre o corpo docente, discente e administrativo ²³⁶.

A CVUfes descobriu inúmeros documentos que indicam o adensamento do monitoramento por parte de outros órgãos do sistema de informação nas questões acadêmico-administrativas nos *campi* a partir de 1974. Confirmando, por exemplo que, durante esse período, os processos de contratação de docentes, transferência e matrícula de discentes passaram a ter interferência direta dos órgãos de repressão. Assim, por exemplo, em 9 de janeiro de 1974, por meio da DSI/MEC, a Aesi/Ufes solicitou informações ao vice-reitor em exercício da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor Marino Mendes Campos, sobre os professores João Dias Pereira Gomes e Vicente de Paula Mendes ²³⁷.

Prosseguindo na prática, em 11 de março de 1974, a Aesi solicitou aos diretores de centros de ensino informações acerca da possível matrícula no sistema seriado dos estudantes Luiz Inácio e Oswaldo Pacheco. Embora não se saiba o objetivo de tal solicitação, a CVUfes localizou as respostas enviadas pelos diretores do CAR ²³⁸, do CCJE e do CBM ²³⁹. Os pedidos de transferência também eram monitorados pela Aesi, como a solicitação de informações feita ao CCJE, em 26 de junho de 1974, sobre o estudante Djalma Pompeu Filho ²⁴⁰.

As atividades de representação estudantil também mereciam uma grande atenção por parte da Aesi. A legitimação de candidaturas, pelo que indica a documentação encontrada por esta Comissão da Verdade, dependia do resultado da consulta feita à chefia da Aesi, discriminando a conduta dos acadêmicos que pleiteavam os cargos junto aos diretórios acadêmicos e órgãos colegiados da Universidade. Dessa forma, era obrigatório o envio da lista de candidatos para a Aesi por parte das direções dos centros.

Assim, por exemplo, em 26 de setembro de 1974, num ofício assinado por Alberto Monteiro enviado à direção do CBM, a Aesi enviou um “Nada Consta”

236 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Artes. Ofício nº 22, de 1973.

237 As informações não constam nos documentos, apesar de ser citado no Of. SG-002/74 que duas vias das fichas modelos 13 dos referidos professores foram encaminhados ao DSI/MEC (BR. AN.BSB.AT4.12, 25, p.1-2).

238 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Artes. Ofício nº 59, de 12 de março de 1974.

239 Ofício nº 129/74 – CCJE/Ufes e Ofício nº 1/74 – CBM/Ufes, ambos de 13 de março de 1974.

240 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 3, de 26 de novembro de 1974.

a respeito da conduta do estudante Emílio Mameri Neto, candidato a representante dos órgãos colegiados daquele Centro ²⁴¹. Da mesma forma, em 28 de setembro de 1974, o CEG encaminhou à Aesi a relação dos candidatos à representação estudantil dos seus órgãos colegiados, atendendo à Resolução nº 9/73 do Conselho Universitário ²⁴².

Parte dos desdobramentos das punições contra os estudantes presos em dezembro de 1972, acusados de pertencerem ao PCdoB, aplicadas com base no DL 477/69 ²⁴³, pode ser acompanhada pelos documentos da Aesi, responsável pelo seu encaminhamento. Em 22 de janeiro de 1974, a ASI informou à direção do CBM que os estudantes de Medicina Gustavo Ferreira do Vale Neto e Marcelo Amorim Netto estavam impedidos de fazer matrícula “até decisão do Ministro da Educação e Cultura, no processo sumário em que foram indicados conforme o Decreto 477, instaurado pela Portaria nº 2, de 7 de agosto de 1973, do magnífico reitor da Ufes” ²⁴⁴.

A CVUfes localizou os ofícios enviados às direções do CAR ²⁴⁵, do CBM ²⁴⁶ e do CCJE ²⁴⁷, comunicando o desligamento dos estudantes Marcelo Amorim Netto (CBM), Jorge Luiz de Souza (formando de Economia), Adriano Sisternas (CT), Ângela Milanez Caetano (CEG), Iran Caetano (CBM), Gustavo Pereira do Vale Neto (CBM) e José Willian Sarandy (CCJE), bem como a proibição de se matricularem em estabelecimento de ensino por três anos, com base no inciso II, § 1º, do art. 1º do Decreto 477 ²⁴⁸.

Vale ressaltar que, em relação ao estudante concluinte Jorge Luiz de Souza, o referido ofício afirma o efeito apenas declaratório, nos termos da Portaria do

241 Id. Ofício nº 193, de 1974.

242 Os estudantes indicados listados eram: Vicente de Paulo Gomes Ferreira, Eliete da Penha Monteiro, Dalva Helena Hoffman, do Departamento de Educação; Maria Luiza Donadello, do Departamento de Geociências; Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, Hélio Cruz Pereira, Jorge Antônio Kiefer Giovanini. Acervo Comissão da Verdade Ufes. Ofício nº 476, de 1974.

243 De acordo com Luiz Antônio Cunha, o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, era decorrência natural do Ato Institucional nº 5 (dezembro de 1968) que, aplicado aos professores, alunos e funcionários, proibia qualquer manifestação de caráter político nas instituições de ensino. Para mais informações, ver: CUNHA, Luiz Antônio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991

244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 27, de 1974.

245 Id. Ofício nº 79, de 1974.

246 Id. Ofício nº 80, de 1974.

247 Id. Ofício nº 82, de 1974.

248 Para consulta ao texto integral do Decreto-lei nº 477, ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 11 fev. 2015.

MEC nº 1/73, sendo computada a partir de 1974. Em 16 de abril, a secretaria do CCJE informou que Jorge Luiz de Souza havia concluído o curso em 1972 e que José Willian Sarandy não havia se matriculado no CCJE, passando então para o regime de créditos ²⁴⁹.

O monitoramento sobre professores mostra a preocupação de fundo político-ideológico, mas também em relação ao comportamento profissional nos *campi*. Assim, havia interesse da Aesi/Ufes em tomar conhecimento dos nomes e do perfil dos docentes que exerciam suas atividades na Universidade. Dessa forma, em 11 de junho de 1974, o órgão, como já havia feito em anos anteriores, solicitou aos diretores de centros que enviassem, em caráter de urgência, uma lista nominal dos professores em atividade em seus departamentos ²⁵⁰. A CVUfes identificou a resposta por parte da direção do CBM, que, em 21 de junho do mesmo mês, enviou oficialmente a lista dos docentes daquela unidade ²⁵¹.

Até o possível desrespeito aos horários de trabalho por parte de docentes da Ufes era fiscalizado pela ASI. Em 25 de abril de 1974, a Assessoria enviou ofícios advertindo as direções dos Centros ²⁵² sobre a situação de professores que não cumpriam a carga horária, principalmente os de regime integral, solicitando a relação das disciplinas, dos departamentos e dos horários dos profissionais que lecionavam naquele regime. Foram localizadas pela CVUfes as respostas enviadas pelas direções do CAR ²⁵³ e do CBM ²⁵⁴.

A tentativa de controle político e ideológico por meio da censura à circulação de obras e ideias consideradas “subversivas” também continuou presente. Em 18 de novembro de 1974, a Aesi comunicou às direções dos centros ²⁵⁵ a proibição, pelo Ministério da Justiça, por “exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes”, dos livros: *Sileen idol*, de Robert Moore; *All Juiced Up*, de Verônica King; *Jeff’s Trade*, de Roger St. Clair; e *Cruise Ship*, de Py Jay Geene. Como no ano anterior, a orientação foi a de que, caso fossem encontrados exemplares

249 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Ofício nº 202, de 1974.

250 A CVUfes localizou os ofícios enviados pela ASI, respectivamente, às direções do CAR, do CCJE e do CBM (nºs 124/74, 125/74 e 127/74). Todos com o mesmo texto, o que nos leva a crer que as demais direções de centro (CT e CEFD) receberam a mesma solicitação.

251 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 2, de 1974.

252 A CVUfes localizou os Ofícios nºs 86/74 e 88/74, enviados pela ASI às direções do CBM e do CAR.

253 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Artes. Ofício nº 36, de 1974.

254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 3, de 1974.

255 A CVUfes localizou os Ofícios nos 215/74 e 217/74, enviados para os diretores do CAR e do CBM.

dessas obras nas bibliotecas setoriais, as direções dos centros deveriam enviá-los para a Aesi. A CVUfes encontrou a resposta apenas da direção do CBM ²⁵⁶, que negou a existência das citadas obras em sua biblioteca setorial.

Em 1974, a Aesi também determinou a busca, a apreensão e o encaminhamento para a Assessoria dos exemplares do livro do líder comunista da Coreia do Norte, Kim Il Sung ²⁵⁷. O CBM informou, em 3 de dezembro, que não havia encontrado exemplares daquela obra em sua biblioteca setorial ²⁵⁸.

As cerimônias de formatura também continuaram a merecer a rigorosa vigilância da Aesi. Em 1974, o CBM recebeu da Assessoria uma solicitação de informações sobre os discursos que seriam proferidos pelos oradores, juradores, parainfos e patronos, bem como sobre os programas e os nomes dos homenageados pelas turmas de formandos ²⁵⁹. Em resposta, sua direção enviou os programas e homenageados nas formaturas dos cursos de Medicina ²⁶⁰ e Odontologia ²⁶¹, que ocorreriam em dezembro daquele ano, assim como cópias dos discursos que seriam proferidos ²⁶².

Essa era uma preocupação que se estendia a todos os centros da Ufes, já que a CVUfes encontrou o Ofício nº 643 – CEG/Ufes, de 18 de dezembro de 1974, por meio do qual o diretor do Centro de Estudos Gerais, professor Roberto João Verploet, encaminhou à Aesi cópia dos pronunciamentos que seriam feitos, dois dias depois, na colação de grau dos formandos dos cursos existentes naquele Centro.

256 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 4, de 1974.

257 A CVUfes localizou os Ofícios nºs 223/74 e 228/74, encaminhados em 29 de novembro pela Aesi aos diretores do CAR e do CBM, respectivamente.

258 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 6, de 1974.

259 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 236, de 1974.

260 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 5, de 1974.

261 Id. Ofício nº 7, de 1974.

262 Id. Ofícios nºs 8 e 9, de 1974.

A QUARTA ONDA REPRESSIVA NA UFES: A UNIVERSIDADE SOB O OLHAR DA REPRESSÃO POLÍTICA (1975-1985)

No ano de 1975, o monitoramento das atividades relacionadas à representação estudantil coincidiu com uma conjuntura marcada pela lenta e progressiva reorganização e reestruturação do movimento estudantil no país. Durante esse período, a Aesi/Ufes continuou sua pressão à comunidade universitária. Como podemos verificar nos ofícios que circularam entre o órgão e os centros da Ufes em 1975, há uma continuidade na busca de controle e estreita vigilância sobre as atividades universitárias em seus diversos aspectos, num quadro já marcado pelo esfacelamento das entidades estudantis, consequência direta da terceira onda repressiva.

Nota-se uma preocupação da chefia da Aesi/Ufes em estabelecer uma verdadeira “barreira ideológica” no *campus*. Assim, nos documentos localizados pela CVUfes, é possível verificar a atenção dada à identificação e à qualificação de conduta dos estudantes candidatos a postos de dirigentes das entidades estudantis, aos órgãos colegiados e à mobilização dos estudantes em geral.

Em 4 de abril de 1975, a Aesi solicitou à direção do CCJE que fossem enviadas para a Assessoria quatro cópias do boletim que havia sido confeccionado pelo DA/CCJE, conforme notícia publicada pelo jornal *A Tribuna*. A direção do Centro atendeu ao pedido por meio do Ofício nº 184 – CCJE/Ufes²⁶³, de 20 de maio de 1975.

Em 25 de junho, a chefia da Aesi informou à direção do CAR que não constava na Assessoria nenhuma informação que impedisse a participação na eleição para a diretoria do DA daquele Centro das estudantes Márcia Braga Capovilla, Marivani Lacerda da Costa, Rita de Cássia Cola, Nádia Cortes Batista e Eliane de Oliveira Sá, que faziam parte da única chapa inscrita para as eleições. Por outro lado, Alberto Monteiro “não recomendou” a aceitação da candidatura de Paulo Cesar Henriques Jeveaux, tendo em vistas os dados existentes a seu respeito nos arquivos da Aesi²⁶⁴.

Da mesma forma, por meio do Ofício nº 210/75 – Aesi/Ufes, o órgão respondeu à solicitação de informações sobre conduta de uma candidata à diretoria do DA/

263 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Ofício nº 184, de 1975.

264 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 106, de 1975.

CAR. Ficou evidenciada a restrição à autonomia das entidades estudantis, como observamos num trecho do ofício datado de 2 de julho de 1975:

Em atenção ao Ofício nº 120, de 30 de junho do corrente ano, vimos, pelo presente, comunicar a Vossa Senhoria de que nada consta nesta Assessoria, até a presente data, que desabone a conduta da estudante Judite Maria Costa, que faz parte da única chapa inscrita para as próximas eleições do Diretório Acadêmico “Carlos Cavalcanti”, desse Centro ²⁶⁵.

Mais tarde, tal procedimento se repetiu nas eleições de representantes discentes no Conselho Departamental do CAR ²⁶⁶, conforme ofício enviado em 5 de dezembro daquele ano. Em 22 de agosto de 1975, também de forma confidencial, a chefia da Aesi solicitou os dados de qualificação referentes aos membros das diretorias dos diretórios acadêmicos dos centros ²⁶⁷. A direção do CBM remeteu os dados solicitados no dia 5 de setembro ²⁶⁸.

A circulação de ideias e o contato dos centros de ensino, estudantes e professores com entidades e revistas internacionais também continuaram sendo monitorados. A chefia da Aesi encaminhou ofícios para os diretores dos centros ²⁶⁹, manifestando sua preocupação sobre o recebimento de um possível convite para a participação das unidades no “Encontro de Universidades Latino-Americanas”, cuja realização estava programada para março daquele ano, em Bogotá, na Colômbia. Em 27 de fevereiro, a direção do CCJE remeteu resposta oficial, afirmando não ter conhecimento nenhum sobre a situação ²⁷⁰.

Documentos encontrados pela CVUfes atestam o interesse da Aesi sobre estudantes estrangeiros que frequentavam oficialmente a Universidade como “estudantes-convênio”. Além dos dados pessoais comuns, a Assessoria queria saber os

265 Id. Ofício nº 119, de 1975.

266 Naquela ocasião, a Aesi respondia ao Ofício nº 252 – CAR/Ufes, de 20 de outubro de 1975, não localizado pela CVUfes, comunicando ao diretor do Centro o “Nada Consta” em relação à conduta das estudantes Maria Silva Lima, Dalmir Pereira dos Santos, Rowena Vianna Vassallo, Liliane de Oliveira Gabeira, Suzana Pimentel da Costa, Giovanna Barbosa Soneghet e Izabel Maria Stein, o que permitiu a participação das referidas alunas como candidatas a representantes do corpo discente no Conselho Departamental e nos Departamentos do Centro. Ofício nº 210/75 – Aesi/Ufes.

267 A CVUfes encontrou os Ofícios nºs 147/75, 148/75 e 150/75, enviados pela Aesi, respectivamente, às direções do CAR, do CBM e do CCJE. É provável que ofícios com o mesmo conteúdo foram enviados aos demais centros.

268 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 4, de 1975.

269 A CVUfes localizou os Ofícios nºs 20/75, 21/75 e 23/75, enviados pela Aesi, respectivamente, aos diretores do CCJE, do CAR e do CCJE.

270 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Ofício nº 50, de 1975.

motivos que teriam levado os estudantes a cursarem no Brasil, o tempo de sua permanência e a origem das fontes de custeio para os seus estudos, entre outras informações. Tal prática pode ser comprovada pelos ofícios encaminhados, no dia 30 de junho, aos diretores dos centros da Universidade ²⁷¹. A direção do CBM, por meio do Ofício nº 3 – CBM/Ufes, de 11 de julho de 1975, enviou a relação de estudantes-convênio da unidade, em que constam nove bolivianos, um paname-nho e um nicaraguense ²⁷².

Anteriormente, em 20 de junho de 1975, a informação requerida pela chefia da Aesi foi sobre os professores estrangeiros que atuavam na Universidade. Assim, solicitou aos diretores dos centros ²⁷³ que enviassem dados sobre a identificação pessoal e profissional dos docentes estrangeiros, como nome, origem e natureza, disciplina que ministravam e tempo de contrato. A CVUfes encontrou a resposta apenas da direção do CBM, informando que possuía em seus quadros um único docente estrangeiro, o argentino Antônio Vallejo Filho, que ministrava aulas de Prótese IV ²⁷⁴.

Também havia a preocupação com a circulação de ideias “subversivas” em relação a alguns cursos específicos. Em 10 de abril, a Aesi solicitou à direção do CCJE a relação de livros-textos que seriam recomendados nos cursos de Ciências Econômicas e Serviço Social ²⁷⁵. O receio acerca da entrada de literatura considerada “subversiva” também ficou demonstrado no comunicado confidencial assinado por Alberto Monteiro, datado de 11 de setembro e enviado para os diretores de centro, no qual a Aesi adverte sobre a atuação do “Movimento Comunista Internacional (MCI)”, que estaria disseminando “obras comunistas” a livreiros de faculdades e universidades, por meio da Livraria Camões ²⁷⁶.

A possível circulação de indivíduos estranhos nos *campi* da Ufes participando de encontros, conferências e palestras foi outra preocupação manifestada pela Aesi/Ufes naquele ano. Em 20 de junho, os diretores dos centros da Universidade receberam a solicitação de informação oficial sobre a possível presença de “estra-

271 A CVUfes localizou os Ofícios nos 107/75, 109/75 e 112/75, enviados pela ASI aos diretores do CAR, do CCJE e do CBM.

272 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 3, de 1975.

273 Foram encontrados os Ofícios nos 165/75, 167/75 e 169/75, enviados para os diretores do CCJE, do CAR e do CBM.

274 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 5, de 1975.

275 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 50, de 1975.

276 Foram encontrados os Ofícios nos 174/75, 117/75 e 179/75, dirigidos pela chefia da Aesi aos diretores do CCJE, do CBM e do CAR.

nhos” aos quadros da Ufes participando de conferências nos seus departamentos, sem anuência de suas respectivas direções ²⁷⁷.

O diretor do CBM remeteu resposta ao órgão de informação relatando desconhecer o fato ²⁷⁸. Com relação a essa questão, é interessante a resposta oficial da direção do CCJE sobre a possível busca da Aesi/Ufes por informações específicas de um caso não identificado:

Em resposta ao ofício nº 187/75 – ASI, de 19 do corrente, confirmo informação verbal já transmitida a V.Sa., no sentido de que a pessoa a que se refere o ofício citado não é professor neste Centro, não sabendo esta Direção os motivos pelos quais se intitula o mesmo “Assistente” de um dos nossos professores. Os Departamentos que compõem este Centro, notadamente os de Direito, têm permitido a seus docentes que convidem pessoas estranhas à Ufes, relacionadas com a matéria de sua disciplina, pronunciem conferências ou palestras aos estudantes, mas sempre sob a supervisão do docente responsável pela disciplina. Talvez o caso a que se refere o ofício de V. Sa. seja um desses, tendo-se o interessado se precipitado em se intitular Assistente do citado Professor ²⁷⁹.

A situação explicitada no documento também nos permite pensar sobre os desencontros de informações e das brechas no ambiente de controle político instalado no interior da Ufes naqueles tempos. Os departamentos do curso de Direito permitiam conferências de indivíduos não pertencentes aos quadros profissionais da Ufes. Um suposto assistente teria participado de alguma disciplina - não sabemos em que medida e como -, gerando a preocupação por parte da Aesi sobre sua circulação pelos meios universitários.

O zelo diante do possível intercâmbio da comunidade universitária com outros países, especialmente os que pudessem contribuir com as “forças comunistas”, fica evidente em documentos encaminhados às direções do CAR ²⁸⁰ e do CBM²⁸¹, os quais alertavam sobre uma possível sondagem de alemães orientais, para que pudessem “auxiliar” os grupos comunistas no país naquele contexto, cabendo à Aesi/Ufes tomar nota acerca das correspondências internacionais que chegassem aos centros.

277 Os Ofícios nºs 95/75, 98/75 e 100/75 foram enviados pela chefia da ASI aos diretores do CAR, do CCJE e do CBM.

278 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 5, de 1975.

279 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Ofício nº 419, de 1975.

280 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 113, de 1975.

281 Id. Ofício nº 118, de 1975.

Advertiu ainda que, se isso acontecesse, as comunicações deveriam ser encaminhadas àquela Assessoria. O indicativo de um possível maior controle sobre o recebimento de correspondências dos centros pode ser evidenciado na resposta remetida pela direção do CBM, em 4 de julho de 1975, a qual “lembra” à chefia da Aesi que sempre enviava as correspondências recebidas no Centro para o órgão e que assim continuaria procedendo ²⁸².

Ainda em 1975, o estudante de Medicina Luzimar Nogueira Dias – que havia sido preso em dezembro de 1972, junto com outros estudantes acusados de serem militantes do PCdoB, depois de absolvido pela Justiça Militar e ter escapado da expulsão da Ufes no processo baseado no Decreto 477, comandado por Alberto Monteiro – voltaria a ser alvo dos órgãos de repressão, devido a um suplemento especial produzido pelo jornal *A Gazeta* e encartado na edição de 31 de agosto de 1975, referente à Reforma Universitária na Ufes.

A publicação apontava graves deficiências na estrutura da Universidade e no *campus* de Goiabeiras, e provocou a reação dos órgãos de repressão. A CVUfes não conseguiu descobrir se um novo processo em função do caderno especial, com base no Decreto 477, chegou a ser aberto contra o ex-estudante (Luzimar Nogueira Dias posteriormente atuou como jornalista até o momento do seu falecimento, durante a década de 1980).

No entanto, a informação dada pela viúva do jornalista aos integrantes da CVUfes é que ele abandonou o curso de Medicina seis meses antes de sua formatura, passando a se dedicar integralmente ao jornalismo. Como dissemos, Luzimar Nogueira Dias se tornaria um dos mais importantes jornalistas do Espírito Santo, trabalhando em diversos veículos da imprensa local, sendo autor de importantes reportagens especiais. Ele se destacaria também como editor-chefe do célebre jornal capixaba *Posição*, uma das publicações da chamada “imprensa alternativa”, criadas durante a ditadura no Espírito Santo. Também viria a ser diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo e autor dos livros *A esquerda armada* e *O massacre de Ecoporanga*.

A maioria dos repórteres envolvidos na produção do suplemento de *A Gazeta* também eram estudantes da Ufes, inclusive o editor, Edivaldo Euzébio dos Anjos, mais conhecido como Tinoco dos Anjos, que era estudante do recém-criado curso de Comunicação Social da Universidade. Todos eles foram chamados para depor no DOPS, que, por meio do Encaminhamento nº 02/76-SII/DOPS/ES, de

282 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro Biomédico. Ofício nº 2, de 1975.

17 de fevereiro, enviou para os demais órgãos da comunidade de informação do estado cópias do suplemento e dos termos de declarações prestados naquela delegacia pelos jornalistas.

A VIGILÂNCIA PERMANETE: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES

Outro segmento da Universidade que concentrou a atenção dos órgãos do sistema de informação foi o dos professores. Os documentos analisados apontam que também em torno dos docentes foi criada uma “barreira ideológica”. Assim, em 30 de abril de 1975, a Seção de Informação (SI) da DSI/MEC fez um pedido de busca sobre Neide Maria de Oliveira, que era cogitada para funções de magistério na Ufes. Nesse caso, em 8 de maio de 1975, o DOPS/MG informou que a investigada não possuía antecedentes ²⁸³.

Em 5 de maio de 1975, foi solicitado pelo SI/DSI/MEC pedido de busca sobre Adevalni Sysesmundo Ferreira de Azevedo, que era candidato à uma vaga de auxiliar de ensino na Ufes. No dia 14 de maio de 1975, o DOPS/MG informou que não havia registro de antecedentes. ²⁸⁴ No dia 9 de maio de 1975, o SI/DSI/MEC expediu um pedido de busca sobre Berilourdes Wallacy Garcia e Ronaldo Lourenço Reis, que estavam sendo cogitados para os cargos de professor assistente e auxiliar de ensino na Ufes. Não existem, no caso desses documentos, registros de respostas ao órgão ²⁸⁵.

O pedido de busca expedido pela SI/DSI/MEC em dia 31 de outubro de 1975 solicitava informações sobre o professor da Ufes Nelson Abel de Almeida ²⁸⁶, cogitado para ocupar a vaga de representante da Comissão Nacional de Moral e Civismo no Espírito Santo ²⁸⁷. No dia 23 de outubro de 1975, o mesmo órgão fez um pedido de busca sobre Paulo Pergentino Pinheiro Motta, e difundiu junto às ASIs da Ufes e da UFMG. Ele era cogitado para ocupar o cargo de auxiliar de ensino na Universidade Federal de Goiás (UFG) ²⁸⁸.

No dia 1º de dezembro de 1975, a SI/DSI/MEC fez pedido de busca, difundido entre a Central de Informações do Departamento de Polícia Federal (CI/DPF), a

283 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. BR. AN.BSB.AT4.15.13, p. 8-10.

284 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.15.32, p. 1-7.

285 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.15.38, p. 6-8.

286 Além de professor da antiga FAFI, Nelson Abel de Almeida foi, por muitos anos, membro do Conselho Universitário da Ufes.

287 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. BR. AN.BSB.AT4.16.36, p. 2-5.

288 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.16.42, p. 17.

ASI/Ufes, a ASI/UFMG e a ARSI/RJ, a solicitação de informações sobre Deusdedit Lyra, que estava cogitado para afastamento do país ²⁸⁹. No dia 15 de dezembro de 1975, foram solicitadas à ASI/UFMG e à ARSI/RJ informações sobre Lauro Venturini, mais um professor cogitado para ocupar uma vaga de auxiliar de ensino na Ufes ²⁹⁰. Todos esses documentos mostram um estado de suspeição generalizada existente dentro do MEC em relação a contratações e circulação dos docentes.

Uma importante informação referente às vítimas de perseguição por parte da ditadura no Espírito Santo refere-se ao documento produzido em 19 de abril de 1976, pela Agência do Rio de Janeiro do SNI (ARJ/SNI), em resposta ao documento Tx nº 276/119/ARE/76, de 31 de março de 1976, difundido pela Agência de Recife (ARE/SNI). Tal comunicação se referia ao ex-professor da FAFI padre Franz Victor Rúdio, bem conhecido no Espírito Santo no período anterior ao golpe de 1964, tendo em vista suas atividades como diretor Departamento de Educação e Cultura (DEC) da Ufes e, junto com o padre Valdir de Almeida, como orientador da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC) no estado.

Por meio desse documento, descobrimos que o padre Franz Victor teve que responder a um dos IPMs abertos no Espírito Santo, depois do golpe. Além disso, em 1968, Franz Victor havia ministrado um curso de Técnica de Aconselhamento para Educadores, direcionado a professores e estudantes, cuja orientação estava “dentro do espírito socialista da educação” ²⁹¹.

No dia 25 de maio de 1976, a Seção de Informações e Contrainformações da Divisão de Segurança e Informação do MEC (SICI/DSI/MEC) solicitou informações à ASI/UFMG sobre o professor José Geraldo Mill ²⁹². Em 19 de maio de 1976, a SICI/DSI emitiu pedido de busca e mandou difundir entre as ASIs da Ufes, da UFMG e das Universidades Federais do Amazonas (UFAM) e do Ceará (UFC), solicitando informações sobre o professor Wagner Fontenelle de Pinho Pessoa, na época cogitado para o cargo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) na Escola Técnica Federal de Ouro Preto (MG) ²⁹³.

Em 7 de junho de 1976, a DSI/MEC solicitou informações à ARSI/SP, à ARSI/RJ e à ASI/UFMG a respeito de Maria Dalva Marchezi, mais uma professora cogitada a

289 Ibid. BR.AN.BSB.AT4.16.55, p. 5.

290 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.16.58, p. 8.

291 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. ARE-ACE-2388-81.

292 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.17.17, p. 18.

293 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.17.17, p. 34.

ingressar na Ufes ²⁹⁴. Em 16 de junho de 1976, a SICI/DSI/MEC emitiu um pedido de busca, dirigido às Aesis da Ufes e da UFMG, a respeito da professora Terezinha Dardengo, que na época era cogitada para ocupar o cargo de assessora da Secretaria Geral do próprio MEC ²⁹⁵.

No dia 5 de julho de 1976, foi emitida pela SICI/DSI/MEC pedido de busca difundida entre as Aesis da Ufes e da UFMG e a ARSI/RJ, a respeito de José Ribeiro da Costa, cogitado para ser diretor do antigo Ginásio Agrícola de Colatina ²⁹⁶. A SICI/DSI/MEC solicitou, em 17 de setembro de 1976, informações à ASI/UFMG sobre a professora Dulce Castiglioni, que estava sendo contratada pela Ufes ²⁹⁷. Como se pode perceber, esse tipo de investigação sobre professores que iriam trabalhar nas universidades federais ou ocupar cargos de direção no âmbito do MEC era uma prática comum, sendo que, para os casos de cargos de direção, o procedimento ainda permanece.

O ALERTA MÁXIMO CONTRA OS PROFESSORES CONSIDERADOS “SUBVERSIVOS”

Nem todos os professores sobre os quais eram solicitadas ou enviadas informações tinham “ficha limpa”, pelo menos no que se refere aos critérios impostos pela ditadura. É o caso do professor José Arthur Bogéa, que trabalhou no Departamento de Letras da Ufes. Em 26 de maio de 1977, a Agência de Belém-PA do SNI (ABE/SNI) solicitou, por meio de pedido de busca dirigido ao 4º Distrito Naval da 8ª Região Militar (4ª DN-8ª RM), ao Comando Militar da Aeronáutica da 1ª Região (COMAR/1), à Superintendência Regional da Polícia Federal do Pará (SR/DPF/PA) e à Secretaria de Segurança Pública do Pará (SSP/PA), informações para confirmar suspeitas sobre atividades subversivas em Belém (PA) por parte do então futuro professor da Ufes.

O COMAR/1 confirmou que o “suspeito” possuía ficha no DOPS/PA desde a época de estudante da Universidade Federal do Pará (UFPA), tendo integrado um grupo subversivo que atuava nas colunas sociais dos jornais de Belém. Bogéa foi descrito como sendo “marxista”, membro da Ação Popular (AP) e integrante da Célula “Grupo de Menestréis”, assim denominada por ser como ela era identifi-

294 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.17.21, p. 24.

295 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.17.21, p. 20.

296 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.17.26, p. 57.

297 Ibid. BR. AN.BSB.AT4.18.8, p. 19.

cada nas colunas sociais dos jornais da capital paraense ²⁹⁸.

Em 29 de junho de 1977, a ARJ/SNI emitiu pedido de busca solicitando a confirmação de “propaganda adversa” do livro *Cartas da Prisão*, do padre Carlos Alberto Libânio de Christo, o Frei Betto, que estaria sendo feita pelo professor Pedro José Mansur, do curso de Economia da Ufes, já falecido. No dia 26 de agosto de 1977, a Agência apresentou as seguintes informações:

O professor PEDRO JOSÉ MANSUR, da Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes, realmente interrompeu varias vezes suas aulas na referida Universidade e leu alguns trechos do livro “CARTAS DA PRISÃO” para seus estudantes, recomendando em seguida sua compra, antes que a censura apreendesse a publicação. 2. O livro “CARTAS DA PRISÃO” editado pela Editora Civilização Brasileira, de autoria de CARLOS ALBERTO LIBÂNIO DE CHRISTO, conhecido por “FREI BETO”, foi lançado em VITÓRIA/ES no dia 16 de junho próximo passado, na livraria ÂNCORA, situada no centro da referida capital. Cem exemplares da obra, colocados à venda naquele estabelecimento comercial, foram rapidamente adquiridos, tendo a Cúria Metropolitana adquirido cinquenta (50) exemplares ²⁹⁹.

Segundo a ARJ/SNI, os dados do prontuário de Mansur no órgão mostravam que, quando estudante de Economia da Ufes, ele havia sido presidente do DA da Faculdade de Ciências Econômicas (1965/1966) e liderado uma greve na unidade. Também havia criado um jornal em que fixava recortes que visavam à “subversão” da ordem. Outra “acusação” foi ter participado do III Encontro Nacional dos Estudantes de Economia, realizado em Salvador (BA) entre os dias 20 e 26 de setembro de 1965.

No prontuário do professor junto à ARJ/SNI, ainda constava o registro de ele ter montado, a pedido do MDB-Jovem de Vila Velha, um trabalho sobre diversos aspectos do “Modelo Econômico Brasileiro”, que continha críticas à economia nacional, culminando com a aprovação de uma moção de protesto. Por último, a Agência ainda registrou o seu comparecimento, dia 18 de junho de 1977, a um Culto Ecumênico celebrado pelo então bispo auxiliar de Vitória, dom Luiz Gonzaga Fernandes, em protesto contra as prisões ocorridas por ocasião do III Encontro Nacional de Estudantes, em Belo Horizonte.

Renato Viana Soares, um “velho conhecido” dos órgãos de repressão desde a época de estudante, jornalista e futuro professor do curso de Comunicação Social da Ufes, também foi alvo de um informe da ARJ enviado para a Agência Central do SNI, em 6 de outubro de 1977. A agência informou que Soares havia cumprido

298 Id. Ref. INFO 200-22/68, 30 maio 1968 - 8a RM.

299 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. AC-ACE 105267/77.

pena de seis meses de prisão, depois de condenado pela 3ª Auditoria Militar do Rio de Janeiro por ser componente do Grupo dos 11 de Muniz Freire ³⁰⁰, saindo da prisão para assistir às aulas sob escolta policial.

Além disso, segundo o documento, em 19 de dezembro de 1967, como orador da turma de formandos da FAFI, o então líder estudantil fez um discurso em que criticou violentamente o sistema de ensino no Brasil. Mas há um detalhe no informe que chama a atenção, que é o registro que aponta Soares como “elemento de destaque” na greve estudantil capixaba de 1968, quando ele já havia se formado e estava trabalhando em São Paulo ³⁰¹.

Até o envio de livros para uma entidade estudantil poderia ser alvo de preocupação pelos órgãos de repressão. Em 22 de agosto de 1977, a APA/SNI, enviou para as agências Central e do Rio de Janeiro do SNI (AC/SNI e ARJ/SNI) a informação de que a Editora Movimento, de Porto Alegre (RS), havia enviado para o DA/CCJE, em particular para o então estudante de Economia Neivaldo Bragato, 30 exemplares do livro *Função dos Intelectuais numa Sociedade de Classes*. De acordo com os agentes do SNI, “o referido livro possui conteúdo esquerdista, e seu autor, Jeferson Borba Barros, é conhecido por sua ideologia marxista e por participar da redação de jornais e manifestos contrários ao Regime Brasileiro” ³⁰².

A REARTICULAÇÃO DO ME NA UFES E A VIGILÂNCIA AOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA UFES – 1976-1979

Em âmbito nacional, as mobilizações em torno da redemocratização do país contaram com a participação destacada de militantes estudantis, principalmente a partir de 1975, quando reiniciaram com maior volume ações visando ao restabelecimento do Estado Democrático de Direito, sobretudo durante a campanha pela anistia. Esse quadro também se refletiu no Espírito Santo a partir da segunda metade da década de 1970.

No plano estadual, duas entidades teriam um papel fundamental nesse processo dentro da Ufes, a começar pelo DA do CCJE, com a eleição em 1976 da chapa Gota D'Água, que cumpriria um papel de suma importância para a reabertura do DCE dois anos depois. Um ano antes, em 1975, um passo importante já havia sido dado com a reabertura do DA do CBM, fechado desde o final de 1972, por ocasião

300 Já citado anteriormente neste relatório.

301 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. ARJ-ACE 8648/83

302 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. APA-ACE 8679/84.

da prisão dos estudantes acusados de pertencerem ao PCdoB.

Esse processo não poderia deixar de ser monitorado pelas agências da comunidade de informações, tanto federais como estaduais. Na documentação sobre esse período encontrada pela CVUfes no acervo do DOPS/ES que se encontra no APEES, o que chama a atenção na troca de informações entre as agências é que, muitas vezes, elas recorrem à Aesi/Ufes para obter dados sobre os “suspeitos” de estarem envolvidos em atividades “subversivas”. Como no caso do Informe nº 16-S2/77, documento produzido pelos agentes do 38º BI em 1º de maio de 1977, que relata que um “informante” daquela agência havia ouvido, dentro de um ônibus, “comentários” entre uma estudante e um cobrador sobre uma possível concentração de estudantes na Praça Costa Pereira, entre os dias 14 e 16 daquele mês.

A informação foi desmentida em 16 de maio de 1977 pelo Serviço de Informações da Polícia Federal (SI/DPF/ES), o qual informou que, depois de “investigações” procedidas pelos agentes do órgão, confirmou-se que tal passeata não existiria, que os estudantes permaneciam calmos e que não fizeram nenhum comentário sobre o assunto. Além disso, de acordo com o documento, o chefe da ASI/Ufes, Alberto Monteiro, e o administrador do RU, Fenelon de Almeida, haviam dito desconhecer a preparação de qualquer passeata ³⁰³.

Naquele mesmo ano, a II Semana Cultural Universitária, realizada entre os dias 5 e 10 de junho de 1977, uma promoção conjunta dos DAs da Ufes e da Fundação Cultural do Espírito Santo, ligada ao Governo do Estado, mereceria uma atenção especial da Polícia Federal, que relatou aos demais órgãos do setor, por meio da Informação nº 739/79-SI/SR/DPF/ES, do dia 6 de junho, ter recebido a programação por parte da Fundação, que informava sobre a realização das palestras, mas não sobre um show que encerraria o evento, com a participação dos sambistas Nelson Cavaquinho e Clementina de Jesus ³⁰⁴.

A SI/PF ameaçou impedir a realização do show, caso, até 24 horas antes do evento, não fosse apresentado à superintendência do órgão um pedido de autorização para sua realização. As palestras e outras ações ocorridas durante II Semana de Cultura Universitária continuaram sendo monitoradas pelos agentes da PF, como mostra o Informe 758/78-SI/SR/DPF/ES, de 9 de junho. O documento faz um relato sobre as palestras proferidas sobre teatro no dia 7, com a participação de Milson Henriques e

303 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 13. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.13, p. 23.

304 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 13. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.13, p. 23.

do teatrólogo Pedro Porfírio; e sobre imprensa, no dia 8, com a participação de Felix de Athayde, Nelson Hoineiff e Jô Amado, esse último diretor do jornal *Posição*, com especial atenção às críticas proferidas contra a ditadura e a censura ³⁰⁵.

O MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DO CBM

Os DAs do CBM e do CCJE possuem, cada uma das entidades, um dossiê “exclusivo” no acervo do DOPS/ES. No caso do primeiro, são 87 páginas. O documento mais antigo trata de um incidente ocorrido em 1977, quando os ônibus que levariam os estudantes da Ufes para participar da VI Semana de Saúde Comunitária (SESAC), em Belo Horizonte, foram impedidos de seguir para a capital mineira e quatro dos estudantes foram presos. Na época, eventos como o SESAC e as reuniões nacionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) haviam se tornado grandes fóruns que aglutinavam forças contrárias à ditadura militar, especialmente os estudantes.

Durante anos, existiu a dúvida de onde partiu as ordens para que os ônibus seguissem para Belo Horizonte. As acusações recaíram sobre o então governador bi-ônico do Espírito Santo, Elcio Alvares (1974-1978). Mas, a Informação nº 469/77-S, datada de 2 de junho, não deixa margens de dúvidas: a determinação partiu do comando do 38º BI, que produziu o documento e mandou difundir entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), a Polícia Civil (PC), a Polícia Militar (PM), o DPF e a ASI do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) ³⁰⁶.

Uma informação que chama atenção no documento é que o 38º BI mencionou os nomes dos estudantes de Medicina Marli Alves dos Santos, Aduino Emmerich Oliveira e Antonio Claudino de Jesus, os dois últimos integrantes do DA do CBM, como líderes estudantis de destaque, cuja locomoção para Belo Horizonte deveria ser detectada. No entanto, os agentes da 2ª Seção do 38º BI, que correspondia ao setor de “inteligência” do batalhão, orientaram as demais agências que, “por recomendação superior”, deveria ser evitada a detenção das lideranças estudantis, mas sim dificultado o seu deslocamento à capital mineira para participar do congresso, podendo ser criados pretextos como: “irregularidades em documentação do veículo, no próprio veículo, na documentação pessoal do elemento, etc” ³⁰⁷.

305 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 13. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.13.

306 A Polícia Rodoviária Federal (PRF), na época, era vinculada ao antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

307 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 2. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.2, p. 2.

O dossiê sobre o DA do CBM acabou se transformando em um importante acervo sobre as edições do jornal da entidade, *Questão de Ordem*, lançado em abril de 1977, a maioria delas mimeografadas, bem como sobre a organização e as mobilizações dos estudantes daquele Centro, em especial do curso de Medicina, até a reabertura do DCE. O boletim não se restringia às notícias específicas dos cursos existentes no CBM, divulgando também os problemas e ações dos estudantes de toda a Ufes, além de publicar artigos com forte conteúdo político. O *Questão de Ordem* também divulgava e incentivava a leitura pelos estudantes dos boletins das outras entidades estudantis, como O Grito, do DA do CCJE, e também dos jornais produzidos pela imprensa alternativa de oposição, como Versus, Posição, Movimento e Pasquim.

A gestão da entidade, em 1977, era presidida por Adauto Emmerich Oliveira. Por meio do quarto número do jornal, descobrimos que a comissão executiva liderada por ele foi empossada em 26 de abril de 1977, apesar da recusa da direção do CBM em empossá-la, alegando a existência de “irregularidades” na chapa eleita, uma vez que alguns dos integrantes possuíam reprovações em seus históricos, o que não era permitido pela legislação da ditadura.



Jornais estudantis O GRITO e QUESTÃO DE ORDEM.

Naquele ano, já marcado pela efervescência do movimento estudantil na Ufes, o chefe da Superintendência de Investigações e Informações da Superintendência de Polícia de Investigações Especiais (SII/SPI) da Polícia Civil (PC), enviou dois agentes para “averiguar” as possíveis causas de uma greve que os estudantes do CBM haviam deflagrado. No relatório preparado pelos dois agentes, datado de 22 de setembro de 1978, eles fazem uma descrição do que encontraram no *campus* de Maruípe, como as faixas contendo as reivindicações e a suspensão do atendimento ao público, com exceção do Pronto Socorro do Hospital das Clínicas, mas não citam o nome de nenhuma liderança estudantil ³⁰⁸.

Somente no ano seguinte, um órgão da comunidade de informações sobre o qual pouco se conhece quanto à sua atuação no Espírito Santo – a Seção de Informação da Capitania dos Portos (SI/CP), ligada à Marinha – emitiu o Pedido de Busca nº 5, de 15 de março de 1979, difundido entre o 38º BI, o DPF, a PM e o DOPS, solicitando dados de qualificação e fotos de todos os integrantes da Comissão Executiva do DA/CBM ³⁰⁹. E a motivação não podia ser mais curiosa: um jornal da entidade havia sido encontrado no I Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (I ENESS), realizado na distante cidade de Londrina, no Estado do Paraná ³¹⁰. O documento também pedia informações sobre a “orientação política” do DCE/Ufes e outras informações que fossem consideradas úteis.

ELEIÇÃO DA CHAPA GOTA D'ÁGUA PARA O DA/CCJE: UM IMPORTANTE DIVISOR DE ÁGUAS PARA O ME DA UFES

Pode-se afirmar que a vitória da chapa Gota D'Água nas eleições do Diretório Acadêmico (DA) do CCJE, em 1976, foi um marco no movimento estudantil capixaba, que desembocaria, dois anos depois, na reabertura do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufes. A chamada “geração Gota D'Água” já rendeu inclusive a produção de um documentário ³¹¹, lançado no Cine Metrópolis, no *campus* de

308 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 2. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.2, p. 56.

309 *Ibid.*, p. 60-61.

310 Os nomes dos estudantes dos quais havia sido solicitada a qualificação pela SII/SPI eram o presidente do DA/CBM, Idelbrando Muniz de Almeida (Paraíba); o vice-presidente, Lauro Ferreira Pinto Neto; a secretária-geral, Denise Ribeiro de Carvalho; a 1ª secretária, Ludmila de Oliveira; o tesoureiro-geral, Pedro Carlos de Souza Neto; a tesoureira-adjunta, Maristela Alves Silva; e o secretário cultural, Wellington Coimbra.

311 Geração Gota D'Água: Memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país. Universidade Federal do Espírito Santo 1976–1980. Coordenador Paulo Roberto Fabres, 2009.

Goiabeiras. De fato, a eleição daquela chapa havia sido, até aquele momento, o maior avanço obtido pelos setores de dentro da Ufes que se opunham à política repressiva da ditadura. Obviamente que todo esse processo foi acompanhado de perto pelos órgãos de repressão do regime militar.

A chapa Gota D'Água era presidida pelo então jornalista e estudante de Direito Joaquim Silva, conhecido como Kinkas, que mais tarde se notabilizaria como um dos principais advogados dos sindicatos de trabalhadores mais combativos do ES. A campanha para as eleições foi acirrada e teve muita repercussão na mídia local, já que outras duas chapas de perfil conservador disputavam a diretoria da entidade: Opção e Despertador. Os recortes das matérias se encontram arquivados no volumoso dossiê sobre o DA/CCJE existente no Fundo DOPS da APEES.

Na edição de 2 de outubro de 1976 do jornal *A Gazeta*, os integrantes da chapa Gota D'Água denunciaram a existência de um “complô” para impedir a sua vitória nas eleições do DA. De acordo com eles, as outras duas chapas teriam se unido para dar continuidade à “alienação” dos universitários do CCJE. Na matéria, que não abre aspas para nenhum integrante individual da chapa, seus membros falam na defesa das reivindicações dos estudantes e da reabertura do DCE, fato considerado “impossível” pelos integrantes das outras duas chapas.

Nossa ideia é fazer uma geração do Gota D'Água no diretório do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. A primeira administração será voltada para o aspecto integração e a programação de trabalho para ser executado será feita gradativamente, observando-se a aceitação dos universitários. A partir dessa interação, conseguiremos a adesão dos outros diretórios e, fortalecidos, conseguiremos a reabertura do diretório central, já que na verdade, não existe documento legal na universidade que prove o seu fechamento, de direito. O Diretório Central da Ufes está fechado apenas de fato e, portanto, a qualquer momento, por força dos dispositivos legais da própria universidade, ele poderá ser reaberto.³¹²

A chapa Gota D'Água venceu as eleições e a documentação existente no acervo do DOPS/ES indica que as ações promovidas durante sua gestão, e a que se seguiu depois, foram monitoradas de perto pelos órgãos de repressão. Há indicativos, inclusive, do uso de escutas telefônicas e violação de correspondência de integrantes das duas diretorias. A gestão Gota D'Água procurou cumprir o que prometeu, realizando um forte trabalho de rearticulação e aglutinação do ME, estimulando, inclusive, a vitória de chapas de perfil progressistas em outros DAs, como no CEG e CBM.

312 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 3. BRESAPEES, DES.0.ME,Ufes.3, p. 488.

Durante sua gestão, foi criado o jornal *O Grito*, que como no caso do jornal do DA/CBM, era mimeografado e possuía anúncios de papelarias, livrarias e outros estabelecimentos comerciais, que ajudaram a viabilizar uma periodicidade relativamente regular para a publicação. Além de Kinkas, que era o presidente, integravam a executiva do DA/CCJE na gestão Gota D'Água o vice-presidente Robson Moreira, o Chicô; a secretária-geral Judith Lopes; a 1ª secretária Maria da Penha Daher; o tesoureiro-geral Eneias Lobo Diniz; e o tesoureiro-adjunto Paulo Fabris.

Pouco tempo depois da posse da chapa Gota D'Água, o Serviço de Investigação e Informação do DOPS encaminhou ao 38º BI, à EAMES, ao DPF, à SESP, à PM/2 e a outras agências o Informe nº 24/76-SII-DOPS/ES, de 1º de dezembro, em que fez uma apreciação sobre a nova diretoria do DA/CCJE e traz “denúncias” contra Kinkas e Robson Moreira ³¹³.

Em 30 de março de 1977, por meio da Informação nº 241/77-SI/SR/PF/ES, o SI/DPF alertou as outras agências, inclusive o SNI do Rio de Janeiro e o Serviço de Informações da Superintendência da PF daquele mesmo estado, que o presidente do DA/CCJE tinha aumentado sua atividade naquele mês. De acordo com o documento, Kinkas tinha pedido ao também universitário Heitor Manuel Lopes de Moraes que no dia 8 de março ligasse para um telefone do Rio de Janeiro, no qual ele falou com o cineasta Orlando Bonfim Neto ³¹⁴, para que esse avisasse ao cartunista Ziraldo que “topamos o negócio e esperamos ele aqui no dia 04 ³¹⁵”.

De acordo com os agentes, outros três telefonemas foram feitos de Vitória para Orlando Bonfim nos dias 9 e 10 do mesmo mês. No segundo deles, teriam pedido para avisar Ziraldo que ele seria levado para a Associação Universitária de Venda Nova. Durante muitos anos, a realização da Festa dos Universitários de Venda Nova foi uma tradição, mesmo antes da emancipação do município serrano, um evento que era organizado pelos estudantes que haviam nascido lá e se mudado para Vitória com o objetivo de estudar na Ufes.

Agentes da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES) difundiram entre os demais órgãos da comunidade de informações, entre os quais o Centro de Informações da Marinha (CIM) do Rio de Janeiro, um informe datado de 17 de maio de 1977, que alertava sobre a realização naquele dia, na II Mostra

313 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 3. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.3, p. 488.

314 Filho do militante do PCB Orlando Bonfim Jr., desaparecido pela ditadura, no Rio de Janeiro, em outubro de 1975.

315 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS, Caixa 21, Dossiê 13. BRESAPEES, DES.O.ME, Ufes.13.

de Teatro da Ufes, de uma passeata de estudantes, prevista para acontecer depois da apresentação da peça “De como conquistar um coronel sem fazer força”, de Milson Henriques, encenada pelo grupo de teatro do DA/CCJE ³¹⁶.

O protesto sairia da Praça Costa Pereira, às 21 horas, um horário meio improvável para realização de manifestações. Mas, de acordo com o documento, o objetivo da passeata seria a solidariedade às manifestações estudantis que estavam ocorrendo em São Paulo e Salvador (BA), e contaria com o apoio de diversos professores da Ufes, entre os quais João Batista Herkenhoff, que além de docente era juiz de Direito, e Lauro Calmon Nogueira da Gama, também professor do curso de Direito.

Em 30 de maio de 1977, os agentes da EAMES também se encarregariam de repassar às outras agências, inclusive ao CIM, pelo Encaminhamento nº 5/77, o panfleto “O modelo econômico e os direitos humanos”, que havia sido apresentado na Semana de Direitos Humanos realizada em 1975, e que estava sendo “largamente” distribuído no *campus* da Ufes ³¹⁷. O documento também foi difundido pela PF por meio da Informação nº 434/77-SI/SR/DPF/ES, produzida na mesma data ³¹⁸.

Em 17 de junho de 1977, a PM/2 mandou difundir junto ao 38º BI, ao DPF, à Central de Informações da SESP (CI/SES) e ao DOPS a Informação nº 245/77-PM/2 cópia de um panfleto do DA/CCJE, por meio do qual o Conselho Estudantil – formado pelos DAs da Ufes e pelos representantes estudantis nos órgãos colegiados da Universidade, cuja formação havia sido impulsionada por proposta daquela entidade – convidava os estudantes, professores, profissionais liberais, políticos, jornalistas, representantes de entidades de classe e o público em geral para um culto ecumênico que seria realizado na Catedral Metropolitana, em intenção aos 98 estudantes presos e indiciados pela PF, por ocasião da tentativa de realização do III Encontro Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte, no dia 4 do mesmo mês ³¹⁹.

Em 22 agosto de 1977, o SII/DOPS enviou ao 38º BI, à EAMES, à PF e à CI/SESP, pelo Encaminhamento nº 12/77-SII-DOPS/ES, além do número novo do jornal *O Grito*, a cópia da Carta Aberta dirigida ao ministro de Educação e Cultura, assinada por quatro dos sete DAs existentes então na Ufes (CCJE, CBM, CT e CP) e pelo DA da Fafabes. O documento pedia mais verbas para a educação, a extinção dos atos e leis repressivas da ditadura, como os DLs 228 e 477, a libertação de colegas presos

316 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS, Caixa 21, Dossiê 13. BRESAPEES, DES.0.ME, Ufes.13, p. 17.

317 Id. Acervo DOPS, Caixa 22, Dossiê 03. BRESAPEES, DES.0.ME, Ufes.3, p. 17-19.

318 Ibid., p. 21.

319 Ibid., p. 15.

e a revogação da punição contra estudantes da UnB – bem como a destituição de seu reitor –, a abolição da censura e a defesa das liberdades democráticas ³²⁰.

A distribuição da carta aberta foi, pelo menos desde o fechamento do DA da Faculdade de Medicina, um dos atos políticos mais ousados feitos pelas entidades estudantis da Ufes. Em 23 de agosto de 1977 seria o Dia Nacional de Luta dos Estudantes, que se movimentavam para reconstruir a UNE, com manifestações em vários estados, principalmente em São Paulo, onde o secretário de estado de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, mandou a PM ocupar as ruas da cidade, promovendo uma repressão violenta e diversas prisões na capital paulista.

No início de outubro de 1977, a PF impediu o embarque de 72 estudantes da Ufes para o Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (Eneco), que seria realizado durante aquele mês. No dia 18 de outubro, o DA/CCJE realizou uma assembleia geral dos estudantes para protestar contra a proibição, que foi acompanhada por agentes do SII/DOPS. De acordo com o relatório dos agentes, enviado ao 38º BI, à Eames, à PF, à PM/2 e à ATICI/SESP, na assembleia, realizada em local aberto, vários estudantes criticaram duramente os órgãos de segurança por atentarem contra o direito de ir e vir, que eram violados desde o golpe de 1964 ³²¹.

De acordo com o relatório, enviado pela Informação nº 245/77-SII-DOPS/ES, a assembleia contou com a participação de mais de 300 estudantes, e decidiu enviar para a imprensa um memorial denunciando as arbitrariedades cometidas pelos órgãos de segurança. Os agentes registraram a presença de Kinkas, Gildo Ribeiro, Adauto Santos Pedrinha, Estanistau Kostka Stein e “demais elementos pertencentes ao CCJE e Centro Biomédico”.

A REABERTURA DO DCE DA UFES

A escassez de documentos da Aesi/Ufes no período compreendido entre 1977 e 1985 chamou a atenção da CVUfes, uma vez que coincide com a fase de redemocratização do país e de rearticulação dos movimentos de contestação à ditadura militar, em especial o ME. Em parte, como é possível verificar no último trecho deste Relatório, a explicação para a ausência desses documentos foi respondida por um dossiê encontrado no acervo do SNI no Arquivo Nacional, o qual mos-

320 DIA Nacional de Luta leva polícia a ocupar São Paulo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 ago. 1977, p. 15.

321 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 22. Dossiê 3. BRESAPEES, DES.0.ME,Ufes.3, p. 33.

tra que parte da documentação foi incinerada por iniciativa do próprio chefe da Aesi/Ufes, Alberto Monteiro, que ainda levou outra parte para a sua própria residência depois da extinção do órgão.

Por outro lado, a CVUfes localizou uma ampla documentação sobre a Ufes em outros órgãos de vigilância, especialmente junto aos acervos do DOPS/ES e do SNI custodiados, respectivamente, no APEES e no Arquivo Nacional, em suas sedes em Brasília e no Rio de Janeiro. Essa documentação, em especial do período de maior mobilização do ME e do início de organização dos movimentos reivindicatórios de professores e funcionários da Ufes, que passaram a ter as suas próprias entidades de representação e a realizar as primeiras greves nacionais de suas categorias, também fazem emergir alguns elementos importantes de análise.

Sobre os documentos do DOPS/ES, inicialmente podemos afirmar que a maior parte deles é formada por recortes de jornais locais, cópias de panfletos, cartas-programas e cartazes de chapas que disputam eleições de entidades e outros documentos produzidos por elas. É possível também encontrar alguns relatórios elaborados por agentes designados para acompanhar assembleias e manifestações realizadas pelos estudantes, principalmente no caso dos órgãos ligados à Polícia Civil.

Outra observação importante é que os trabalhos dos agentes do DOPS/ES e também do Serviço de Inteligência da PM (PM-2), nesse período, parecem praticamente se limitar ao acompanhamento e monitoramento das ações dos movimentos, sem se aprofundar nas nuances e em suas características próprias.

No mesmo sentido, outro elemento que emerge da análise da documentação encontrada no acervo do DOPS/ES é que, a partir de 1979, começou a escassear e se tornou raro o envio para os órgãos estaduais de informes, pedidos de busca e documentos produzidos pelas agências federais da “comunidade de informações”, como o SNI, a PF, o CENIMAR, o DOI-CODI, o 38º BI e até da própria Aesi/Ufes.

Da mesma forma, são raros no acervo do DOPS/ES os documentos difundidos pela chamada Seção de Inteligência da Polícia Militar (PM/2), o que não significa que os agentes desta última estivessem inativos. Muito pelo contrário. Sabe-se, por exemplo, que o teor de alguns relatórios produzidos parece confirmar a prática de que a PM/2 tinha o costume de infiltrar agentes no ME e nas manifestações.

No âmbito da estrutura do ES, em especial no período do último governador nomeado pela ditadura militar, Eurico Rezende (1979-1982), a documentação encontrada na APEES mostra que o setor de inteligência era composto basicamente por três agências: a Assessoria Técnica de Informação e Contra Informação da SESP (ATICI), ligada ao Gabinete do então secretário de estado de Segurança

Pública, general José Parente Frota; o Serviço de Inteligência e Informação da Superintendência de Polícia de Investigações Especiais (SII/SPI), que fazia parte da estrutura da PC, e a 2ª Sessão da PM/2 (PM/2/2.01).

No dossiê referente ao DCE/Ufes, o documento mais antigo é de 24 de abril de 1976, pelo qual o 38º BI alerta outras agências (PM, SESP e 3ª CSM) para uma tentativa de influência sobre o movimento estudantil local, principalmente por meio da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e dos universitários do Estado de São Paulo. De acordo com os agentes, as duas entidades mais visadas pelos “subversivos” eram os DAs do CT e do CBM, que estavam recebendo, com frequência, documentos enviados pelos DCEs da UFBA e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR/SP), relativos às reivindicações feitas junto ao MEC ³²².

O processo de reorganização do ME da Ufes ainda era embrionário, mas qualquer tipo de movimentação por parte dos estudantes era motivo de preocupação. Assim, segundo outro dossiê existente no acervo do DOPS, em 14 de novembro de 1977 a Seção de Informações da Superintendência Regional da PF (SI/PF) comunicou aos demais órgãos que um informante havia alertado sobre reuniões de universitários que estavam acontecendo em “dias incertos”, entre os pavilhões próximos do Centro de Artes e no antigo Centro de Estudos Brasileiros, muitas vezes embaixo das castanheiras que existiam no local.

No rastro da luta pela redemocratização do país e dos progressos obtidos no ano anterior ao processo de reorganização do ME, com a vitória em vários DAs de chapas que tinham uma perspectiva progressista, em especial no CCJE, no CBM e no CT, onde se concentravam o maior número de estudantes, o ano de 1978 seria marcado pela reabertura do DCE/Ufes. Esse processo de rearticulação e massificação das mobilizações estudantis, que não se restringia à Ufes, provocou grande movimentação por parte dos agentes das agências de informação.

No início do ano, em 10 de janeiro de 1978, a SI/PF enviou a diferentes órgãos repressivos, como a Central de Informações da PF (CI/PF), a Agência Rio de Janeiro do SNI (ARJ/SNI), o I Exército, o 38º BI, a Capitania de Portos (CP), o DOPS e a SESP, cópias de um boletim que havia sido distribuído na véspera, na Escola Técnica Federal (ETFES), aos candidatos às vagas do vestibular da Ufes pelos DAs da Universidade, que usava até histórias em quadrinhos para criticar e denunciar a política educacional da ditadura ³²³.

322 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 1. BRESAPEES, DES.O.ME.Ufes.01, p. 2.

323 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 21. Dossiê 1.

As informações sobre as atividades da Comissão Pró-DCE foram difundidas pela SI/PF à ARJ/SNI, ao comando do I Exército, à 2ª Brigada de Infantaria do Rio de Janeiro, ao 38º BI, à CP/ES e à Escola de Aprendizes-Marinheiros (EAMES), por meio da Informação nº 1238/78-SI/SR/DPF/ES, de 18 de setembro ³²⁴. De acordo com o informe, a Comissão Pró-DCE havia sido criada em 31 de agosto daquele ano, depois de diversas reuniões que vinham sendo realizadas desde novembro de 1977 por membros de vários DAs da Ufes.

Segundo o documento, a comissão havia sido formada em uma assembleia e era composta por 14 estudantes de vários centros da Ufes, sendo dois deles pertencentes à Faculdade de Agronomia de Alegre. Citando uma reportagem publicada pelo jornal *A Gazeta*, os agentes destacaram a participação na comissão dos estudantes Luiz Rabello Arantes ³²⁵ e Evandro Alceu Braga, estudantes do CT; Maria Ângela Coser, do CEG; Lauro Ferreira e Wellington (Lelo) Coimbra, estudantes do CBM; e Paulo César Hartung Gomes e Neivaldo Bragato, do CCJE ³²⁶.

Dois dias depois, em 20 de setembro de 1978, os agentes da PF produziram mais um informe (Informação nº 1267/78-SI/SR/DPF/ES), também com ampla divulgação entre as agências de informação, sobre um ciclo de debates intitulado “Realidade Brasileira”, que havia sido promovido pela comissão Pró-DCE entre os dias 12 e 15 de setembro daquele ano, com a participação de conferencistas de dentro e de fora do Espírito Santo.

O informe registra que o evento contou com a participação maciça de lideranças estudantis e concentrou um grande número de universitários nos dias das palestras. Foi anexada ao informe uma série de panfletos e publicações distribuídas na ocasião, assim como recortes dos jornais locais ³²⁷. Na programação, entre os palestrantes, estavam o bispo Dom Tomás Balduino, coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o juiz João Batista Herkenhoff, o advogado e ex-presos político Ewerton Montenegro Guimarães e o educador e teólogo Carlos Alberto Libâneo Christo (Frei Betto).

Como dissemos, a partir de 1978, o SNI passaria a monitorar de forma mais

BRESAPEES, DES.O.ME.Ufes, p. 122-128.

324 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 21. Dossiê 1.

BRESAPEES, DES.O.ME.Ufes.01, p. 6.

325 O nome correto era Luiz Rebelo Arantes, estudante de Engenharia Elétrica, que se destacaria como líder da corrente trotskista Liberdade e Luta.

326 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Caixa 21. Dossiê 1. BRESAPEES, DES.O.ME.Ufes.01, p. 6.

327 *Ibid.*, p. 12-13.

intensa as atividades do ME na Ufes. Em relação ao Espírito Santo, o documento registra a programação da “Semana dos Calouros”, realizada na Ufes entre os dias 13 e 16 de março de 1978; a reunião da Comissão Organizadora do Encontro de Estudantes de Economia, ocorrida em Vitória nos dias 18 e 19 do mesmo mês; e, no dia 28 de março, a realização de um culto ecumênico na Catedral Metropolitana em memória aos dez anos do assassinato do secundarista Edson Luiz de Lima Souza, morto pela repressão em 1968.

No final de 1978, as ações do ME capixaba voltariam a ser citadas pela Agência Central do SNI no Parecer Especial nº 13/19/AC/78, de 13 de dezembro de 1978³²⁸, que fez uma retrospectiva sobre as atividades do ME em todo o país durante o ano, e traça as perspectivas para o ano seguinte. De acordo com o documento, no segundo semestre de 1978, os movimentos estudantis haviam se apresentado de forma mais coordenada e organizada e levantavam novas “bandeiras”, como a anistia, a volta dos banidos e cassados, o fim das prisões e torturas, o fim do arrocho salarial, a criação do Partido Socialista (PS), a liberdade sindical e o direito de greve, melhores condições de ensino e mais verbas para a educação.

No que diz respeito ao ME do Espírito Santo, o documento registra movimentos realizados no CBM e na antiga Fafabes, onde ocorrera uma greve em apoio a funcionários da Faculdade, e protestos em defesa do projeto de regulamentação da profissão de biomédico. Também relata que, nos dias 3 e 4 de julho de 1978, a Comissão Organizadora do Encontro de Estudantes de Administração (Coeead) se reuniu na capital capixaba.

No dia 25 de agosto de 1978, segundo o documento, uma assembleia geral reunindo estudantes de Medicina, Odontologia, Biologia e Farmácia³²⁹ foi realizada na Ufes em apoio à “Semana Nacional por melhores condições de ensino” e pela regulamentação da profissão de biomédico. No dia 30 de agosto, ele registra a realização de uma reunião dos estudantes para discutir a proposta de reabertura do DCE.

O SNI também registrou a realização do ciclo de debates intitulado “Realidade Brasileira”, promovido pela Comissão Pró-DCE/Ufes entre os dias 12 a 15 de setembro de 1978, no auditório do antigo Colégio do Carmo, bem como a realização das eleições que marcaram a reabertura do DCE, ocorridas em 9 de dezembro de 1978.

Em 17 de maio de 1978, agentes do Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CISA/RJ) encaminharam à AC/SNI, pelo Informe nº

328 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. AC-ACE – 056/79.

329 Não existia curso de Farmácia na Ufes naquela época. Provavelmente, alunos da FAFABES, especialmente do DA daquela faculdade, participaram do ato.

124/CISA/RJ, um minucioso relatório referente a uma reunião realizada no Sindicato dos Bancários, no dia 7 do mesmo mês, com o objetivo de discutir a formação de uma seção do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) no Espírito Santo. De acordo com o documento, a reunião foi coordenada pelo jornalista Jô Amado, diretor do jornal *Posição*, alvo de constante vigilância por parte dos órgãos de informação.

O relatório informa que participaram da reunião representantes do clero, estudantes, professores, arquitetos, jornalistas e políticos do MDB, quase todos com seus nomes citados no informe. Entre os estudantes que tiveram os nomes informados, estavam o presidente e o vice-presidente do DA/CCJE Neivaldo Bragato e Estanislau Kostka Stein, respectivamente.

O monitoramento dos professores também se manteve. A Agência Curitiba do SNI remeteu para a ARJ/SNI e para a AC/SNI, em 2 de agosto de 1978, pelo Encaminhamento nº 767/740/ACT/78, registros sobre a auxiliar de ensino do Departamento de Matemática da Ufes, Liliam Jeanete Galarda, que pretendia cursar doutorado na Universidade de Paris/França. O documento discriminou o histórico da docente entre 18 de fevereiro 1966 e 7 de agosto de 1978, advertindo que ela havia participado de movimentos estudantis e sido integrante do PCB ³³⁰.

Em 28 de novembro de 1978, a ARJ/SNI produziu a Informação nº 139/119/ARJ/78 sobre o Movimento Estudantil, tendo em anexo um quadro demonstrativo dos grupos estudantis da área e suas tendências ideológicas. Sobre a Ufes, foram citados os seguintes grupos: Construção, Ação Popular Estudantil (APE), Liberdade e Anistia, Retornando, Frente de Libertação Estudantil e Reconstrução. Entretanto, esses nomes correspondiam, na verdade, às chapas que haviam concorrido às eleições do DCE realizadas em 9 de novembro ³³¹.

Nesse dia, o DCE da Ufes realizou suas primeiras eleições desde que havia sido fechado em 1969, com a participação de cerca de 70% dos estudantes. Como destacamos, cinco chapas participaram do pleito, sendo eleita, com maioria absoluta, a chapa Construção, presidida pelo então estudante de Economia Paulo Cesar Hartung Gomes. A reabertura do DCE marcaria uma nova etapa na organização política dos estudantes da Ufes, com a ampliação das mobilizações pelos diversos centros e cursos ³³².

330 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. ACT-ACE 1712/81.

331 Id. AC-ACE-115758/78.

332 BAPTISTA, Leonardo. Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB no Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985). Dissertação (Mestrado em História), PPGHIS/Ufes, 2016.



Paulo Hartung, Anselmo Tose e Maria Angela Coser (de frente), no Congresso de Reconstrução da UNE, 1979, em Salvador. Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI-Ufes).

Em 28 de fevereiro de 1980, a Agência de Belo Horizonte do SNI (ABH/SNI) citou o DCE da Ufes no Informe nº 94/320/ARJ como uma das entidades estudantis que teriam recebido propaganda “adversa” vinda da Tchecoslováquia – Editora Problemas da Paz e do Socialismo³³³. Em 15 de abril de 1980, a AC/SNI-MS difundiu a Informação nº 40/80/DSI/MS, sobre a realização da VII Semana Nacional de Saúde Comunitária (SESAC) no *campus* de Goiabeiras, entre 30 de março e 5 de abril de 1980, promovida por entidades estudantis da Ufes, da Emescam, da FAFABES e do SIMES, com a participação da UNE. De acordo com o documento, o evento teve sua finalidade “desvirtuada”, ao passar a discutir temas políticos³³⁴.

Os documentos do SNI produzidos naquele ano mostram uma preocupação muito grande por parte dos órgãos da “comunidade de informações” com atividades de Perly Cipriano, que, depois de libertado da prisão, havia regressado para Vitória e retomado a intensa militância política que sempre caracterizou sua vida, especialmente no que se refere à organização no recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) no Espírito Santo. Naquele momento, as agências se mostram especialmente

333 Id. ABH_ACE_2138.

334 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. AC_ACE_6888_80.

preocupadas com uma possível influência do ex-presos político no ME da Ufes.

Assim, em 23 de janeiro de 1980, os agentes do CISA/RJ divulgaram o Informe nº 47/CISA/80, relatando que Cipriano havia se reunido, no dia 22 de dezembro de 1979, das 15 às 17 horas, com integrantes da diretoria do DCE/Ufes, destacando os nomes de Luiz Cláudio Ceolin Tose (Shaolin), Sandra Fagundes Moreira da Silva e outras pessoas. De acordo com o documento, a reunião havia acontecido na residência da professora do curso de Comunicação Social da Ufes e colaboradora do jornal alternativo *Posição* Tânia Mara Corrêa Ferreira. O documento informa até o endereço completo e o número do telefone da professora. Ainda segundo o documento, na reunião, Perly Cipriano teria “orientado” os membros do DCE sobre o modo de conduzir o ME durante o ano de 1980³³⁵.



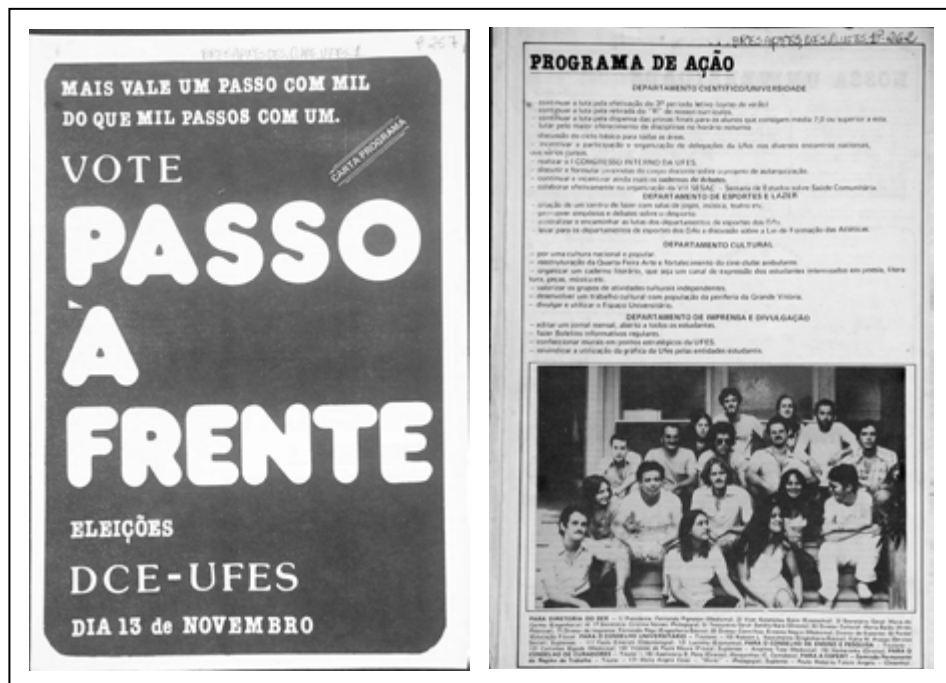
O então estudante de Odontologia da Ufes, Perly Cipriano (em pé à direita), e outros presos políticos.

É bem possível que o documento produzido pelos agentes da Aeronáutica tenha orientado outros informes preparados naquele período pelos agentes de demais órgãos de repressão sobre as atividades do ex-presos político. Em 22 de abril

335 Id. BR_AN_BSB_VAZ_071_0076.

de 1980, os agentes do DSI/MEC relataram, por meio do Informe nº 40/80/10/DSI/MEC, que o ex-líder estudantil, “conhecido subversivo, tendo participado de assaltos a bancos em alguns Estados”, encontrava-se em Vitória e estaria “orientando” o ME, principalmente o DCE da Ufes 336.

A suposta “orientação” de Perly Cipriano ao ME local foi reiterada num outro documento, dessa vez produzido por agentes da ARJ/SNI. De acordo com a Informação nº 47/116/ARJ/80, de 23 de maio de 1980, produzida por agentes do SNI, o ex-presos político estaria atuando no Diretório Acadêmico da Ufes e, junto com o presidente da UNE, “um certo Benedito” e “um tal de Juca”, que seria do Rio de Janeiro 337, estariam de viagem marcada para São Mateus, com a missão de obter a adesão do bispo local, Dom Aldo Gerna, ao PT 338.



Propaganda das chapas para eleição do DCE/Ufes. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo: DOPS/ES).

336 Id. AC_ACE_6683_80.

337 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI: ARJ_ACE_2837_80.

338 Id. ARJ_ACE_2837_80.

Sobre a diretoria do DCE da Ufes, em 14 de março de 1980, os agentes do CISA/RJ enviaram a resposta em referência ao Pedido de busca nº 118/CISA/RJ/79, de 16 de novembro de 1979, divulgando, com muitos meses de atraso, que a chapa Alternativa havia derrotado a chapa Passo a Frente na disputa pela entidade ³³⁹. Sobre as organizações políticas a que estariam ligados os membros da diretoria da entidade, em 23 de julho de 1980, os agentes da Aeronáutica divulgaram o Informe nº 338/CISA-RJ, afirmando que Luiz Cláudio Ceolin Tose (Shaolin), eleito presidente do DCE e estudante de Engenharia, e Sandra Fagundes Moreira da Silva, estudante de Medicina e também integrante da diretoria entidade, seriam militantes do MEP.

Em 10 de junho de 1980, a ARJ/SNI transmitiu para a AC/SNI a Mensagem Direta nº 84/70/ARJ/80, enviando informações sobre os estudantes da Ufes Luiz Arantes e Ernesto Negriz Neto, que haviam integrado duas das cinco chapas que concorriam às eleições diretas para a diretoria da UNE no final de 1979 ³⁴⁰. A Superintendência Regional da PF/ES enviou o Informe nº 200/80-SI/SR/DPF/ES, de 21 de agosto de 1980, para difundir a informação de que os estudantes Carlos Alberto Peixoto Lobo e Claudio Luiz Zanotelli, o segundo, vice-presidente do DCE/Ufes, tinham ligação com o grupo Centelha, da UFMG, de tendência trotskista ³⁴¹.

O ato público realizado em Vitória para protestar contra os atentados terroristas que estavam sendo promovidos por grupos ligados ao órgão de repressão foi também difundido pela SI/PF/ES por meio do Informe nº 231/80-SI/SR/DPF/ES, de 5 de setembro de 1980, que anexou ao relatório cópias de panfletos distribuídos no evento e recortes de matérias publicadas pelos jornais locais A Gazeta e A Tribuna.

O informe registrou a grande participação de estudantes da Ufes, bem como a de representantes do DCE e da Associação dos Docentes da Universidade (Adufes). De acordo com os agentes, o ato foi presidido pelo professor da Ufes Kleber Frizzera, e a passeata foi orientada por membros do DCE, pelo ex-presos político Perly Cipriano, por Kleber Frizzera e por Marize Inês Barcelos Costa ³⁴². O relatório ainda cita a participação do então presidente da Adufes, Antônio Roberto Beling Neto, e lista o nome de nada menos do que 21 lideranças estudantis ³⁴³.

339 Id. BR_AN_BSB_VAZ_071_008.

340 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI: ARJ_ACE_2837_80.

341 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI: ARJ_ACE_2837_80.

342 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI: ARJ_ACE_2837_80.

343 Foram citados no informe os nomes dos estudantes Carlos Alberto Peixoto Lobo (representante estudantil no Conselho Universitário e diretor do DCE/Ufes), Claudio Luiz Zanotelli (vice-presidente do DCE/Ufes), Luiz Cláudio Ceolin Tose (presidente do DCE/Ufes), Juvêncio Dias Filho (diretor científico do DCE/Ufes), Alfredo C. Feitosa (representante estudantil no Conselho Universitário / DCE/Ufes), Sandra Fagundes Moreira da Silva (tesoureira do DCE/Ufes), Sara

A PARTICIPAÇÃO DA UFES NAS GREVES NACIONAIS DOS ESTUDANTES E PROFESSORES DE 1980

A ARJ/SNI também produziu um relatório sobre as manifestações ocorridas no Espírito Santo no mês de setembro de 1980, especialmente a greve dos estudantes e a paralisação dos professores da Ufes, como parte do movimento nacional promovido pela UNE. Mas, em relação a outros documentos também citados neste relatório, causa estranheza a existência de graves erros de informação, como mostram os documentos produzidos pela SI/PF/ES, citado anteriormente, e pelas agências estaduais – também abordados neste relatório – sobre os mesmos episódios.

Por meio do Encaminhamento nº 18/80-ATICI/SESP/ES, de 19 de setembro de 1980, os agentes enviaram ao então secretário de estado da Segurança Pública, general José Parente Frota, um dossiê contendo relatórios referentes aos principais eventos ocorridos durante a mobilização, bem como panfletos, informativos de entidades e recortes de jornais³⁴⁴. O processo registra que o dossiê foi enviado para o então governador Eurico Rezende, em 22 de setembro de 1980.

No informe, o maior destaque foi dado para o ato público realizado na Praça Oito, em 12 de setembro de 1980, com a participação de cerca de duas mil pessoas e a presença do líder comunista Gregório Bezerra, que se encontrava em visita ao estado. O agente que acompanhou a manifestação registrou que “elementos faziam a segurança de Gregório Bezerra, entre os quais estava Paulo Hartung, ex-presidente do DCE”. O agente destacado para acompanhar o ato público observou que “Paulo Hartung parecia estar armado, pois usava um blusão e segurava um volume na altura da cintura”.

O documento também registrou a realização do “enterro” simbólico do MEC, feito pelos estudantes em frente ao Palácio Anchieta, depois do ato público na Praça Oito. Mas, um dos fatos mais curiosos do relatório do agente é que, ao des-

Rodrigues Coelho (secretária geral do DCE/Ufes), Nísio Gomes Souza (representante estudantil no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão / DCE/Ufes), Ernesto Negris Neto (2º vice-presidente do DA/CBM), Róbson J. Cogo (representante estudantil no Conselho de Curadores / DCE/Ufes), Róbson L. Nascimento (estudante da Ufes), Fernando João Pignaton (estudante de Medicina/Ufes), José de Arimathéia Campos Gomes (presidente do DA/CCJE), Antônio Fernando Pego Silva (vice-presidente do DA/CEG), Izabel Cristina Novaes (presidente do DA/CP), Maria Lúcia Chequer Soares (estudante de Economia/Ufes), Magda Maria B. da Costa (representante estudantil no Conselho Universitário / DCE/Ufes e estudante de Educação Física), Maria Tereza (estudante da Ufes e representante das Comunidades Eclesiais de Base – Cebs), Valmir Castro Alves (estudante de Direito/Ufes), Rosa Stein (estudante de Serviço Social/Ufes) e Ester (estudante de Economia/Ufes).

344 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 21. Dossiê 1. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.1, p. 73-109.

crever o debate, promovido na noite do mesmo dia pela Comissão de Mobilização Popular do PMDB, o qual foi realizado no auditório do antigo Colégio do Carmo, com a participação de Gregório Bezerra e do ex-presidente da UNE, Aldo Arantes, ele registra que teve que se retirar do local, pois sua presença havia sido notada por um “elemento” jornalista, que fazia a cobertura da SESP para um jornal local.

A greve também teve parte de suas atividades acompanhadas por agentes da SII/SPI, como mostra um outro processo encontrado no dossiê do DCE³⁴⁵. No caso, a chefia da Superintendência de Investigações Especiais da Polícia Civil, determinou que o chefe da Seção de Operações Especiais, Demerval Silva, e o detetive Lucas Miranda, fossem até a Praça Oito acompanhar a movimentação.

No primeiro relatório produzido pelos agentes do órgão, eles informam que, no dia 11 de setembro, haviam constatado, na Praça Oito, apenas a existência de faixas de pessoas que tocavam tambores e expunham livros e de estudantes que mediam a pressão arterial de pessoas que passavam pelo local, sem citar o nome de nenhum dos manifestantes. O segundo relatório refere-se às atividades do dia 12 de setembro de 1980: o ato público na Praça Oito, a realização do sepultamento do MEC em frente ao Palácio Anchieta e o debate no auditório do Colégio do Carmo, com a presença de Gregório Bezerra.

No caso do SII/SPI, os relatórios são muito mais sucintos. Sequer há referência à participação nos eventos de Aldo Arantes. Também não há qualquer menção à equipe que fazia segurança de Gregório Bezerra. O número de panfletos e recortes anexados ao processo também é menor. De qualquer maneira, ele também foi enviado ao secretário José Parente Frota. No entanto, ao contrário do anterior, não há registro de que ele tenha chegado às mãos do governador Eurico Rezende.

A greve dos estudantes foi decretada na assembleia realizada no dia 3 de setembro de 1980 e durou 20 dias, sendo encerrada apenas numa assembleia realizada no dia 22. Isso porque parte das lideranças estudantis da Ufes defendeu a manutenção da greve mesmo com o encerramento do movimento nacional coordenado pela UNE, o que provocou uma acirrada disputa entre as correntes que atuavam no ME na época, episódio sobre o qual também fazemos menção neste relatório.

Os docentes haviam decidido fazer mais uma paralisação parcial, que durou entre os dias 8 e 15 de setembro³⁴⁶. Semanas depois, no dia 24 de novembro de 1980, os professores da Ufes aderiram à primeira greve nacional por tempo inde-

345 APEES. FUNDO DOPS. Caixa 2. DOSSIÊ 13. BRESAPEES, DES.0.ME,Ufes.13, p.52-59.

346 PROFESSORES decidem paralisar. Boletim Adufes. Vitória, set. 1980, p. 01

terminado promovida por docentes das universidades federais durante a ditadura militar ³⁴⁷. O movimento se prolongaria até o dia 12 de dezembro do mesmo ano ³⁴⁸. A partir daí, a discussão entre os estudantes passou a ser sobre o calendário de reposição de aulas e aplicação de provas.

PM REPRIME ATO CULTURAL PELA RETOMADA DA CASA DOS ESTUDANTES

No início do ano de 1981, também houve grande repercussão – apesar de ter ocorrido num período de férias – da violenta repressão por parte da tropa de choque da PM de um ato cultural promovido pelo DCE em 6 de janeiro, em defesa da retomada do patrimônio da Casa do Estudante Capixaba (CEC). O ato cultural acontecia na praça Costa Pereira e, de acordo com os jornais da época, transcorria de forma pacífica e com a participação de cerca de 800 pessoas, até o momento em que 50 policiais militares chegaram armados com cassetetes, escopetas, metralhadores e bombas de gás lacrimogênio, para acabar com a manifestação, transformando o local numa verdadeira praça de guerra. Em declarações dadas à imprensa por um tenente conhecido como Rubens e um outro militar identificado como Paulo César Costa, os quais comandavam a operação, eles alegaram que o secretário de Segurança Pública, José Parente Frota, havia determinado que o ato político fosse impedido “a qualquer custo”, pois ele havia baixado uma portaria que proibia manifestações populares no local ³⁴⁹.

No dia seguinte à violenta repressão ao ato cultural, o superintendente de investigações especiais, major Sebastião Gonçalves Pereira, enviou ao delegado especializado em Ordem Política e Social a CI/SESP/SPI/GAB nº 2/82, determinando que fosse instaurada uma sindicância, com o objetivo de investigar o descumprimento da Portaria nº 128-N/81, baixada por Parente Frota.

347 PROFESSORES da Ufes aderem a greve geral. A Gazeta. Vitória, 22 nov. 1980, p. 06

348 PROFESSORES terminam greve em todas as universidades. A Gazeta. Vitória, 12 dez. 1980

349 POLÍCIA reprime estudantes. A Tribuna. Vitória, 7 de janeiro de 1981, p. 6, e POLÍCIA reprime ato público do DCE. A Gazeta. Vitória, 7 de janeiro de 1981, p. 5.



Manifestação estudantil em defesa da Casa do Estudante Capixaba, no centro de Vitória, 1981, Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo: DOPS/ES).

O major Pereira indicou no documento como “líderes-representantes” a serem ouvidos pelo delegado: o presidente e o primeiro secretário do DCE, respectivamente, Estanislau Kostka Stein e José Arimathéa Campos Gomes; o presidente da UPES³⁵⁰ José Maria Coutinho; e Ildeberto Muniz, paraíba, representando o Sindicato dos Médicos (Simes). Para o superintendente, o objetivo dos responsáveis pelo ato público foi “desobedecer a uma determinação expressa, contido em norma legal, para achincalhar as autoridades policiais e seus agentes, e mesmo o signatário da citada norma (Parente Frota), e, em consequência, atingindo o governo”³⁵¹.

Os quatro representantes das entidades foram intimados para prestar declarações e, no dia 11 de janeiro de 1981, compareceram ao DOPS acompanhados de jornalistas, quatro advogados, do deputado federal Max Mauro, do deputado estadual Néilson Aguiar e da vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), Mirtes Belivacqua Corradi, bem como de representante de várias outras entidades³⁵².

350 A União dos Professores do Espírito Santo (UPES) antecedeu a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes).

351 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21, BRESAPEES, DES.O.ME.Ufes.01, p. 550.

352 *Ibid.*, p. 547.



Faixas da manifestação estudantil em defesa da Casa do Estudante Capixaba, no centro de Vitória, 1981, Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo: DOPS/ES).

UM MARCO NA MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL DA UFES: A GREVE E A OCUPAÇÃO DO RU EM 1982

O ano de 1982 seria caracterizado por um clima de efervescência política ainda maior na Ufes, como resultado do aprofundamento da crise causada pela falta de recursos na Universidade. No início do ano, uma portaria baixada pelo então ministro da Educação da ditadura ³⁵³, general Rubem Ludwig, havia determinado o corte dos subsídios para os restaurantes das universidades federais, um brutal reajuste dos preços das refeições e a realização de reajustes semestrais da alimentação ³⁵⁴. Toda a mobilização na Ufes contra tais medidas foi acompanhada de perto pelos órgãos estaduais que compunham a “comunidade de informações”.

A assembleia geral de 11 de março de 1982, realizada no ginásio da Ufes, que parece ter dado início à mobilização, foi monitorada por agentes do ATICI/SESP, os quais, por meio de um relatório datado de 15 de março ³⁵⁵, informaram que os

353 Portaria nº 3/82-MEC, de 6 janeiro de 1982.

354 No caso da Ufes, o preço das refeições passaria de Cr\$ 25 para Cr\$ 130,00 para estudantes da Universidade não classificados como “carentes”.

355 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS, Caixa 21. BRESAPEES, DES.O.ME.Ufes.01, p. 310-313.

estudantes haviam decidido rejeitar a Portaria nº 3/82 e exigir a manutenção dos subsídios para a alimentação e a suplementação de verbas para o RU. Além disso, segundo o informe, foi definido que os estudantes tentariam negociar com a Reitoria um novo preço para as refeições que tivesse como limite o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos 11 meses anteriores.

O relatório também registrou a participação, na assembleia, do então presidente da Adufes, Elizardo Vasquez, e apontou a existência de uma polarização entre as duas chapas que concorreriam às eleições do DCE: Ação Conjunta e Arrastão. De acordo com o agente, que não identifica a qual correntes políticas estariam ligadas as chapas, a diretoria do DCE, que dirigia a mesa e era ligada à chapa Ação Conjunta, estaria boicotando as propostas dos estudantes ligados à chapa Arrastão, o que teria ocasionado a insatisfação e o esvaziamento da plenária.



Propaganda da chapa Ação Conjunta para eleição do DCE/Ufes. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo: DOPS/ES).

O ATICI/SESP produziu um relatório sobre a segunda assembleia geral, realizada na manhã de 17 de março, bem como sobre a passeata que ocorreu à noite

no centro da cidade ³⁵⁶. Num outro relatório ³⁵⁷, a policial civil Alcilúcia Pereira Penha, agente indicada pelo chefe da SII/SPI para acompanhar a manifestação, informa que a passeata realizada no Centro teria reunido apenas 150 estudantes. Para os jornais *A Gazeta* ³⁵⁸ e *A Tribuna* ³⁵⁹, 300 estudantes estavam presentes na passeata e no ato público, que foi encerrado com a queima simbólica da portaria do ministro-general Rubem Ludwig.

O segundo jornal, inclusive, registrou a presença “discreta” de um agente e dois fotógrafos do DOPS na manifestação. O número reduzido de estudantes na passeata, em comparação com os 1.500 que haviam participado da assembleia, no *campus* de Goiabeiras, pela manhã, foi explicado pelo próprio agente do ATICI³⁶⁰ como resultado da decisão do reitor Rômulo Penina, que havia adiado para o dia 25 de março a aplicação da Portaria nº 3/82.

A SII/SPI produziu relatório sobre outra assembleia geral, em 24 de março de 1982, que contou com a participação de três mil estudantes e com a presença de um representante da Reitoria. O representante do reitor apresentou uma proposta que previa a permanência da gratuidade das refeições para os estudantes carentes que já possuíam esse direito; o preço de Cr\$ 30 para o restante dos carentes; de Cr\$ 60 para os estudantes não considerados carentes, mas que usavam o RU diariamente, e de Cr\$ 130,00 para os demais estudantes da Ufes.

Em 11 de maio de 1982, a ATICI difundiu o Informe nº 22/82-ATICI/SESP/ES ³⁶¹, que dá a dimensão da crise que a Ufes enfrentava na época: os estudantes de Clínica Protética do curso de Odontologia estavam em greve há três meses por falta de material e de condições higiênicas nos laboratórios. Com o apoio do DA/CT, os estudantes da turma da disciplina de Centrais Elétricas, do curso de Engenharia Elétrica, haviam lançado um manifesto de apoio ao professor Antônio Sérgio de Souza, que teria sido discriminado num concurso realizado no CT por seu posicionamento político. Os estudantes dos cursos de Administração e Psicologia haviam entrado em greve devido à falta de professores, e os estudantes do curso de Letras também ameaçavam paralisar as atividades.

Ainda de acordo com o informe, no dia 17 de maio, seria iniciado um congresso

356 *Ibid.*, p. 157-159.

357 *Ibid.*, p. 170-171.

358 PASSEATA de estudantes reúne 300. *A Gazeta*. Vitória, 18 mar. 1982, p. 1.

359 PASSEATA marca repúdio a aumento de bandeirão. *A Tribuna*, 18 mar. 1982.

360 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21, BRESAPEES, DES.O.ME.Ufes.01, p. 158-159.

361 *Id.* Caixa 21, Dossiê 13. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.13, p. 62.

para discutir “A crise da Universidade Brasileira”, com a participação do DCE e da Adufes, além da União dos Professores do Espírito Santo (Upes) e do Sindicato dos Professores (Sinpro), o qual representava os professores da rede privada de ensino.

O congresso, segundo o documento, seria encerrado com a presença do então presidente da “extinta” UNE, Javier Alfaya ³⁶². Por sinal, o congresso foi acompanhado de perto pelos agentes da ATICI, que produziram, em 24 de maio, um relatório sobre todas as atividades realizadas durante o evento ³⁶³.

No dia seguinte, 19 de agosto de 1982, de acordo com o Informe 40/82-ATICI/SESP/ES ³⁶⁴, quando a Reitoria anunciou a confirmação do aumento dos preços do bandeirão para Cr\$ 70, os estudantes ocuparam as instalações do RU, “ordeira e pacificamente”, como assinalaram os agentes. Porém, imediatamente, cumprindo determinação da Reitoria, os funcionários do RU também se afastaram de suas funções e foram substituídos por estudantes que haviam sido previamente escalados. De acordo com o informe, os funcionários do RU do CBM, em Maruípe, haviam aderido ao movimento dos estudantes, continuando a servir as refeições, mas recuaram e deixaram suas posições depois, diante das ameaças de demissão. No *campus* de Alegre, os estudantes também ocuparam o RU local e, diante do seu fechamento, decidiram deflagrar a greve pela manutenção dos Cr\$ 50,00 e mandar uma caravana para acompanhar o movimento no *campus* de Goiabeiras.

Os agentes da ATICI informaram que cerca de 100 estudantes estavam garantindo as atividades do RU e que o número estava aumentando. Além disso, segundo eles, o RU possuía víveres que garantiriam o seu funcionamento por um mês, com o almoxarifado também tomado pelos estudantes ³⁶⁵. Essa foi a última grande mobilização produzida pelo ME da Ufes até o fim da ditadura.

A PRISÃO DE ESTUDANTES NA VISITA DO GENERAL-PRESIDENTE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO

Os protestos protagonizados pelos estudantes da Ufes, durante uma visita realizada ao estado em 1982 pelo último general-presidente da ditadura militar, João Batista Figueiredo, produziram um episódio inusitado. De fato, durante a

362 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 13. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.13, p. 63.

363 Ibid., p. 69-76.

364 Ibid., p. 22.

365 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Acervo DOPS. Caixa 21. Dossiê 8. BRESAPEES, DES.O.ME,Ufes.8, p. 23.

manifestação realizada na manhã do dia 8 de setembro de 1982, uma semana depois do encerramento da greve na Universidade, dois estudantes ligados ao movimento estudantil foram presos por estarem portando faixas e vaiando o general-presidente.

Durante a madrugada do mesmo dia, quatro outros estudantes, que nada tinham a ver com os protestos, haviam sido presos por homens de uma viatura da Polícia Militar, em uma área próxima ao Hortomercado, na região da Praia do Suá, acusados de danificar faixas e cartazes que homenageavam o general-presidente. Todos foram mandados para o DOPS, onde foram ouvidos pelo delegado titular, Darli Araújo ³⁶⁶. Eram eles os estudantes Rogério Moreira Vieira, Vitorino Maciel Cavalcanti, Edmar Dias Gonçalves e Paulo César Netto Bezerra. Na delegacia, eles se juntaram aos estudantes Carlos Antônio Fundão Farias (Direito) e Renato Perim Colistete (Economia), respectivamente, diretor de Esportes do DCE e presidente do CA de Economia, os quais haviam sido presos na manifestação. Todos tiveram que prestar declarações ³⁶⁷.

Alguns dias depois, em 15 de setembro de 1982, o SII/SPI enviou as cópias dos termos de declarações dos estudantes detidos para as outras agências de informação, entre os quais o 38º BI e a CP/ES, por meio do Encaminhamento nº 6/82-SII/SPI/ES ³⁶⁸. Nesse caso, documentos encontrados no acervo do DOPS mostram que a Aesi/Ufes também solicitou, em 10 de setembro, informações sobre a prisão de Carlos Antônio Fundão Farias e Renato Perim Colistete, para a qual foram enviados os termos de declarações de ambos ³⁶⁹.

A prisão de Renato Perin Colistete e Carlos Antônio Fundão Farias na manifestação contra o general-presidente também foi difundida pela Agência Central do SNI (AC/SNI) em 21 de setembro de 1982, pelo Encaminhamento nº 23/19/AC/82. De acordo com o informe, os estudantes foram detidos quando portavam faixas contestatórias e proferiam “slogans” de apoio aos partidos de oposição, sendo liberados após prestarem depoimento na Superintendência da Polícia Federal ³⁷⁰.

366 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Caixa 22, BRESAPEES.DES.0.ME,Ufes.13, p. 86-97.

367 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Caixa 22, BRESAPEES.DES.0.ME,Ufes.13, p. 99-105.

368 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Caixa 22, BRESAPEES.DES.0.ME,Ufes.13, p. 85.

369 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Caixa 22, BRESAPEES.DES.0.ME,Ufes.13, p. 106-108.

370 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. AC_ACE_28744_82.

O MOVIMENTO PELAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA REITOR EM 1983

Em 1983, as entidades representativas dos estudantes, professores e funcionários se uniram pela primeira vez numa mobilização em favor das eleições diretas para a escolha do reitor da Ufes e contrária ao processo indireto previsto pela legislação, que estabelece a elaboração pelos Órgãos Colegiados Superiores da Universidade de uma lista tríplice a ser submetida à Presidência da República. A mobilização previa a realização das eleições nos dias 15 e 16 de junho de 1983. Depois disso, a proposta das entidades era pressionar os representantes dos órgãos colegiados para que referendassem o nome escolhido pela comunidade universitária.



Estudantes se reúnem no campus de Goiabeiras para ouvir palestra da professora Marilena Chauí.

Um relatório do DOPS/ES, de 19 de maio de 1983, informa que a campanha pelas eleições diretas para reitor havia sido lançada naquela data, com um “comício” realizado em frente ao Restaurante Universitário, no *campus* de Goiabeiras, que contou com a presença da professora da Universidade de São Paulo (USP), Marilena Chauí. Cerca de 500 estudantes participaram do “comício”, no qual haviam discursado os presidentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Associação dos Docentes (Adufes) e da Associação dos Funcionários (Afufes), e o

professor Vitor Buaiz. O documento ainda informa que, na tarde do mesmo dia, Marilena Chauí iria presidir um debate com os estudantes, e que pessoas ligadas ao curso de Odontologia, que estavam em greve há várias semanas, haviam distribuído um documento sobre o movimento ³⁷¹.

Para a disputa da Reitoria, 15 professores se apresentaram como candidatos nas eleições organizadas pelas entidades: Marcelo Antônio Basílio ³⁷², Rogério Vello, Joaquim Beato, Aloísio Krohling, Ivantir Antônio Borgo, Kleber Frizzera, Néelson Piotto, Roberto Beling, Sebastião Edvar, Luiz Sérgio Ferreira, Sebastião Gomes Ferreira, Doracy Marino Costa, José Pires Martins, João Oscar Moreira Carneiro e José Gilson Estevão.

O projeto de eleições acabou sendo frustrado, já que o pleito teve que ser adiado em função da adesão da Adufes e da Afufes ao movimento nacional de greve dos servidores públicos federais. A Reitoria então se aproveitou do esvaziamento da Universidade para manter o pleito indireto, com a indicação de uma lista sêxtupla. De acordo com um relatório da ATICI, datado de 6 de julho de 1983, as diretorias do DCE e da Adufes entraram em contato com o reitor Rômulo Augusto Penina para tentar adiar as eleições para meados de agosto, mas não conseguiram.

Em 24 de junho, ao tomarem conhecimento da decisão de Penina em levar à frente o processo indireto, o DCE, a Adufes e a Afufes fizeram manifestações de protesto em frente ao prédio da Reitoria no dia marcado para a oficialização da lista sêxtupla pelos conselhos superiores ³⁷³. O documento registra que nenhum dos candidatos da lista oficial estava inscrito na proposta das eleições diretas. Foram eles: Romualdo Gianordoli (sub-reitor de Planejamento), João Batista Maia (sub-reitor Administrativo), Fausto Edmundo Lima Pereira (diretor do CBM), José Antônio Abi Zaid (diretor do CT), Luiz Flores (diretor do CCJE) e Hégner Araújo (sub-reitor de Assuntos Comunitários).

A lista sêxtupla foi oficializada com os votos de 55 integrantes dos conselhos Universitário; de Ensino, Pesquisa e Extensão; e de Curadores. O mais votado foi Gianordoli, com 40 votos, seguido de Abi Zaid e João Batista Maia, que obtiveram 39 votos. Luiz Flores e Hégner Araújo tiveram 38 votos e Fausto Edmundo 37 vo-

371 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 22. DOSSIÊ 11. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.11, p. 42.

372 O programa de campanha de Marcelo Basílio foi anexado a um relatório de 17 de junho de 1980. APEES. FUNDO DOPS. Caixa 22. Dossiê 11. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.11, p. 61-63.

373 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 22. DOSSIÊ 11. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.11, p. 35.

tos³⁷⁴. No final, apesar de Gianórdoli ter sido o mais votado, a ditadura preferiu escolher José Antônio Abi Zaid.

Nos pleitos seguintes, a Universidade passaria a adotar o sistema de pesquisa à comunidade para a indicação dos nomes a serem ratificados pelos conselhos superiores na lista a ser enviada ao Ministério da Educação e à Presidência da República.

DENÚNCIA CONTRA O REITOR RÔMULO AUGUSTO PENINA

Tendo ocupado vários cargos na cúpula da administração da Ufes aos longo dos anos, o então reitor Rômulo Augusto Penina foi denunciado aos órgãos de informação do regime sob a acusação de ter um acordo com comunistas. Em 7 de junho de 1982, a 2ª Brigada de Infantaria do Rio de Janeiro difundiu, entre o CIE e a ARJ/SNI, um documento confidencial relativo a “informes” chegados àque-la agência, de que, na época em que fora sub-reitor de Assuntos Comunitários, Penina teria feito um pacto com “elementos” atuantes na esquerda, em troca de apoio nas eleições da Sub-Reitoria Comunitária, prometendo que, se eleito, iria ajudá-los no que fosse possível.

De acordo com o documento, Penina teria chegado a oferecer passagens ao grupo de teatro Ponto de Partida, para que viajassem com mais oito estudantes em 27 e 28 de janeiro de 1979, para apresentação de duas peças montadas pelo grupo na cidade de Americana/SP. Outro fato que, segundo os agentes da 2ª Brigada de Infantaria confirmaria os informes sobre o reitor, seria a admissão do jornalista Renato Viana Soares como professor da Ufes, e de Lúcia Chequer, então no PCB, cunhada de Paulo César Hartung Gomes, também do PCB, na Sub-Reitoria Comunitária.

Por fim, os militares denunciam a admissão que julgaram irregular do jornalista e cineasta Antônio Carlos de Oliveira Neves, conhecido como Toninho Neves, “acusado” de ter viajado em 1968 para Moscou, onde estudou na Academia de Artes Cinematográficas da União Soviética, e de ter voltado em 1971 casado com a soviética Valentina Ivanovna Krupnova. Também foi denunciada a admissão tida como irregular de Jussara Martins Albernaz, que tinha o nome de solteira de Jussara Lins Martins, e tratada na denúncia como “Juju Piquete” ou “Paula”, como acusada de pertencer ao PCdoB.

Não houve nenhum indicativo concreto sobre as “irregularidades” apontadas

374 Ibid., p. 35-36.

em tais contratações, a não ser o fato de os quatro citados serem, na época, conhecidos por sua militância na esquerda capixaba. A conclusão do documento é reveladora:

“Embora não se conheça o inteiro teor do pacto estabelecido com a esquerda e até onde a esquerda pode ajudá-lo, o certo é que o reitor PENINA tem favorecido, sobremaneira, a atuação esquerdista naquela Universidade”³⁷⁵.

Sem dúvida, as acusações feitas pela 2ª Brigada de Infantaria são inconsistentes, expressando muito mais uma insatisfação de ordem política por parte dos militares, em função do tratamento considerado condescendente que Penina estaria dando às mobilizações de estudantes, professores e técnicos-administrativos da Ufes. Se havia insatisfação ou má vontade de setores ligados ao regime, especialmente da área militar, isso talvez possa explicar, pelo menos em parte, o agravamento dos problemas orçamentários e financeiros vividos pela Ufes durante o período do primeiro mandato de Rômulo Penina³⁷⁶.

A desconfiança de setores da ditadura em relação a Penina é reforçada pela análise da Informação nº 316/115/Cisa-RJ, emitida em 14 de outubro de 1983 pelo Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (Cisa/RJ). O documento avalia a eficiência administrativa dos reitores das universidades do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. De acordo com os agentes, não havia, no Centro, dados que envolvessem Penina em atos ligados às esquerdas. Entretanto, de acordo com o informe, o quadro interno da Ufes, segundo os registros existentes no Cisa-RJ, apontavam um “domínio” e “instrumentalização” das entidades estudantis da Universidade desde 1980.

A Adufes, segundo os agentes, também era dominada por elementos esquerdistas, predominantemente do PCB e do PCdoB. Além disso, eles apontaram uma palestra feita para estudantes no CCJE, em outubro de 1981, pelo embaixador sandinista da Nicarágua no Brasil, que falou sobre a luta de guerrilhas em seu país e a sua importância, estimulando “sutilmente” essa prática como uma ação a ser imitada.

“Não se tem conhecimento de que qualquer medida coibidora fosse adotada pelo Reitor da Ufes”. Além disso, o documento registra que, quando os estudantes fizeram, em julho de 1982, manifestações contrárias à majoração dos preços das refeições do RU, o reitor procurou se escudar nas orientações do MEC para

375 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. ARJ_ ACE-6444_82, p. 2-3.

376 Rômulo Augusto Penina voltaria a ser eleito reitor da Ufes em 1987, indicado pela consulta ampla à comunidade universitária, a primeira realizada na história da Universidade.

tomar decisões relativas aos problemas internos da Ufes.

O documento do Cisa/RJ contém uma série de equívocos erros de informação, especialmente em relação ao domínio do PCB e PCdoB sobre a Adufes. O PCdoB no Espírito Santo sequer tinha, na época, atuação no movimento docente da Ufes. O PCB, por seu lado, não tinha hegemonia entre a categoria, e somente conseguia participar das diretorias da Associação quando participava de composições.

Em relação ao movimento estudantil, como já enfatizado neste relatório, no período entre 1978 e 1983, o PCB até chegou a ser a maior força política individualmente, mas mantinha disputa com outras correntes políticas ligadas ao PT, que se uniam contra ele, tornando equilibrada a concorrência pela hegemonia nas entidades estudantis. De qualquer maneira, documentos da 2ª Brigada de Infantaria e do Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (Cisa/RJ) mostram que os militares tinham “perdido a confiança” em Rômulo Penina, que, ao longo da ditadura, havia exercido os cargos de chefe do Gabinete da Reitoria, sub-reitor de Assuntos Comunitários e reitor.

ÚLTIMOS ANOS DA DITADURA MILITAR: FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E ESTUDANTES DA UFES SOB O OLHAR DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO

Os documentos encontrados no acervo do DOPS/ES mostram que o monitoramento das mobilizações promovidas por professores e funcionários da Ufes a partir de 1980, ano em que aconteceram as primeiras greves e paralisações dos docentes, foi muito menos intenso do que as dos estudantes, pelo menos no que se refere aos órgãos estaduais da área de informações. No caso dos professores, os diversos dossiês são compostos principalmente por recortes de jornais e cópias das publicações da Adufes e da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), criada no início de 1981, com apenas alguns poucos relatórios produzidos pelas agências de informação.

A CVUfes localizou, no dossiê do DOPS referente aos movimentos de professores, funcionários e estudantes, recortes de jornais alusivos à prisão do então presidente da Adufes, Benedito Tadeu César, por policiais federais e militares, ocorrida na tarde de 23 de outubro de 1983³⁷⁷. A prisão ocorreu num domingo e o pretexto foi a apreensão de cartazes e panfletos que se encontravam no carro do

377 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 22. DOSSIÊ 11. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.11, p. 168.

professor, enguiçado dois dias antes, e que havia ficado parado durante dois dias a 400 metros de sua casa, em Manguinhos, no município de Serra.

Tudo começou, de acordo a versão dada pela PM ao jornal *A Gazeta*, depois que o Centro de Operações da PM (COPOM) recebeu um telefonema denunciando que um Opala branco quebrado, aberto e cheio de “propaganda subversiva” estava parado em frente à Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). O Comandante do Policiamento da Capital, coronel Mayr Ramalhok, relatou que uma equipe foi deslocada para a região e “constatou” a veracidade das informações, momento em que o proprietário do veículo (Tadeu César) apareceu. “Imediatamente encaminhamos o material apreendido e o carro para o Departamento da Polícia Federal, onde existe a competência que requer o assunto”, contou ³⁷⁸.

O presidente da Adufes, que participava de uma confraternização na sua casa em homenagem ao nascimento do filho, estava de bermuda e camiseta quando foi preso, permanecendo detido entre 15h30 e 22h30. Na sede da PF, ele foi interrogado pelo delegado Agnaldo Cassiano Barbosa. O material “subversivo” apreendido eram exemplares do jornal e de cartazes da recém criada Central Única dos Trabalhadores (CUT), boletins da Adufes, materiais da Pró-CUT Estadual, folhetos referentes a uma análise da política educacional do governo, uma pasta do congresso da Associação Nacional dos Docentes realizado em Fortaleza (CE), e livros e apostilas usadas em suas aulas na Ufes.

Um porta-voz da Superintendência da PF/ES chegou a declarar ao jornal *A Gazeta* que Tadeu César poderia ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) ou na Lei de Greve, de acordo com a análise que seria feita por um delegado “especialista”. O presidente da Adufes contou que o delegado da PF não permitiu que ele telefonasse para a sua família para avisar que havia sido preso e o interrogou sobre a ilegalidade da CUT, o porquê do material se encontrar em seu carro e se as reivindicações feitas ao Governo Federal eram justas e seriam atendidas ³⁷⁹.

Barbosa ainda teria afirmado, segundo Tadeu César, que, se tivesse tomado conhecimento da reunião de confraternização que ocorria na sua casa, no momento em que seu carro estava sendo abordado pelos policiais militares, também teria revistado o local, já que para ele se tratava de uma “reunião subversiva”. No dia seguinte, Tadeu César deu uma entrevista para denunciar a ilegalidade da prisão e anunciar o envio de um ofício ao então governador, Gerson Camata,

378 POLÍCIA diz que professor pode ser enquadrado na LSN. *A Gazeta*. Vitória, 25 out. 1983.

379 PRESIDENTE da ADUfes diz que foi preso sem mandado e quer apuração. *A Gazeta*. Vitória, 25 out. 1983.

e ao secretário de estado da Segurança Pública, Dirceu Cardoso, para que fossem apuradas as irregularidades ocorridas durante a sua prisão, já que ele havia sido conduzido para a Superintendência da PF e interrogado, ficando preso, sem que houvesse qualquer mandado judicial para tanto.

Produzida pela DSI/MEC, a Informação nº 9025/2690/80/10/83/DSI/MEC, data de 30 de abril de 1983, trata de um tema frequente entre os agentes do sistema de informação: a “infiltração comunista” na Universidade. O documento registrou a realização na Ufes, no período de 14 a 18 de março de 1983, da “Semana em comemoração ao centenário de morte de Karl Marx”, organizada pelo professor e chefe do Departamento de Filosofia João Pedro de Aguiar. Os palestrantes do evento, segundo o documento, foram os também professores da Universidade Izildo Corrêa Leite, Carlos Bússola, José Weber Freire Macedo, João Carlos Peixoto Pereira e Admardo Serafim de Oliveira ³⁸⁰.

Diversas agências de informações continuaram acompanhando as disputas pela diretoria do DCE. Em 11 de agosto de 1983, a CISA/RJ difundiu o Informe nº 200/125/CISA/RJ, referente às eleições da entidade, realizadas nos dias 4 e 5 maio de 1983. Os agentes relataram que haviam participado da disputa as chapas Oposição (formada por elementos ligados à Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista – ORM-DS) e à Organização Socialista Internacionalista (OSI), Rasgando a Fantasia (com “elementos” da tendência Correnteza e independentes), Antes que seja tarde (PCB), Monárquica/Arautos do Rei (anarquista) e Viração (PCdoB), com a vitória da primeira. O documento informou os nomes que compunham a nova diretoria do DCE e a que cursos da Ufes eles pertenciam

Em 12 de julho de 1984, a SII/SPI difundiu, entre o 38º BI e o Gabinete da Chefia de Polícia Civil, o Informe nº 44/84 – SII/SPI/SESP, que tratava de assembleia dos professores realizada naquele ano, durante a greve nacional da categoria. O documento citou, apenas pelo primeiro nome, os 11 docentes escolhidos para a comissão responsável pela organização de uma manifestação que seria realizada no dia 17 de julho ³⁸¹.

A CVUfes localizou dois outros documentos do SII/SESP sobre o mesmo movimento da categoria. Tratam-se dos Informes nºs 47/84 e 48/84 – SII/SPI/SESP, ambos de 18 de julho de 1984. O primeiro trata da manifestação que ocorreu na véspera, com a realização de uma passeata e de ato público no Centro de Vitória.

380 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. AC_ACE_35123_83.

381 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 22, p. 73-74.

O documento relata que a Praça Oito havia sido cercada pela PM para impedir a concentração dos manifestantes, proibida pelo então secretário de estado da Segurança Pública, o ex-senador Dirceu Cardoso, mas que foi posteriormente liberada por ordem do então vice-governador José Moraes (PMDB) ³⁸².

Descritivo, o Informe nº 47/84 registra a presença de aproximadamente 700 manifestantes, a maioria professores e estudantes da Ufes, e a lista de oradores que fizeram uso da palavra durante o ato público: Arthur Viana (presidente do DCE); Nilton Gomes (presidente do Sindicato dos Médicos); Standard Silva (diretor da CUT); Eugênia Raizer (presidente da Adufes); Antônio Celso (diretor da Adufes); João Recla (presidente da Associação dos Funcionários da Ufes - Afufes); os deputados estaduais Rose de Freitas (PMDB), Salvador Bonomo (PMDB) e João Miguel Feu Rosa (PDS); os jornalistas Roberto Tinoco (sic) e Dilson Ruas; Fábio Correia Dutra; e os professores Cícero e Kleber, ambos sem citar o sobrenome. O relatório também fez uma síntese de alguns dos discursos feitos ³⁸³.

É interessante notar, no caso dessa manifestação, que no mesmo dossiê foi encontrado um raro relatório produzido por agentes do 38º BI. O documento dos agentes do Exército é mais detalhado do que o de seus colegas da SESP: cita desde o nome do oficial da PM que coordenou as viaturas que estavam à frente da passeata, até as palavras de ordem gritadas pelos manifestantes. O Informe nº 252 – S/2, datado de 18 de julho de 1984, difundido também entre a 2ª Brigada de Infantaria do Exército, no Rio de Janeiro, e o SI/SR/DPF/ES, aponta a presença de apenas 200 pessoas, contra as 700 do relatório dos agentes do SII/SPI ³⁸⁴.

O documento descreveu ainda o uso de uma pick up Kombi para servir de planque, e corrige informações referentes a alguns dos oradores do ato público, como do então presidente do Sindicato dos Jornalistas, Edivaldo Euzébio (Tinoco) dos Anjos, e do professor Kleber Perim Frizzera. Também acrescentou à lista os nomes do professor Carlos Eduardo Zanata, citado como o primeiro orador, Perly Cipriano (PT), Mariza Barcelos Costa (Sindicato das Assistentes Sociais), Denise de tal (sic) (Associação Profissional dos Enfermeiros), Luiz Vital (UEE) e Euclides Piccoli (Comitê de Luta Contra o Desemprego).

Também foram registradas no documento a distribuição de exemplares do jornal *Tribuna da Luta Operária* e a presença de diversas lideranças sindicais, estu-

382 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 22. Dossiê 11. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.11, p. 80-81.

383 Ibid., p. 8-81.

384 Id. Dossiê 10. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.11, p. 82-83.

dantis e populares, citando os nomes de Ana Maria Doimo, Adalberico de Souza Lima, Benedito Tadeu César, Cláudio Luiz Zanotelli, Clóvis Rui Coelho e Silva, Dilvo Peruzzo, Délio Luiz Magalhães de Faria, Darcione Antônio de Carvalho (que discursou em nome da Upes), Elizardo Corral Vasquez, José Emerson Pombal de Barros, Fernando Luiz Herkenhoff Vieira, Glória Maria Lourenço, Huber Paulo Coimbra, Izildo Corrêa Leite, Luciane Moreira de Oliveira, Lúgia Maria Oliveira Pinto Viana, Luciano Magno Costalonga Varejão, Mirian dos Santos Cardoso, Maria Auxiliadora da Silva Fernandes, Juan Oscar de Gatica, Pedro José Bussinger, Paulo Roberto Soldatelli, Renato Viana Soares, Reinaldo Centoducatte, Romildo Monteiro Andrade, Roberto Brochado de Abreu, Roberto Antônio Belling Neto, Rita Meriguetti, Tânia Ferreira Coelho e Vitor Buaiz.

Em 9 de junho de 1984, a ARJ/SNI difundiu a Informação nº 69/19/ARJ/84, sobre a realização do Congresso de Reconstrução da União Estadual dos Estudantes do Espírito Santo (UEE-ES) entre os dias 27 e 29 de abril de 1984, no antigo auditório de Cineclube da Ufes. O documento informa que a diretoria provisória seria formada pelo então presidente do DCE/Ufes, Arthur Sérgio Rangel Viana e Ozenildes Rodrigues (Baiano), na Coordenação Geral; Henrique Reblin (Coordenação de Finanças), Agenor Soares (Coordenação de Imprensa), Marcelo Siano e Luiz Vital (Coordenação de Patrimônio); Francisco Senna e Moacir Serrano (Coordenação de Mobilização), Wallace Bonicinha (Coordenação da Região Norte) e Tadeu (Coordenação da Região Sul) ³⁸⁵.

Em 13 de julho de 1984, pelo Informe nº 133/16/AC/84AC/SNI, relacionado à viagem de profissionais da área médica a Nicarágua, foi informado que, da Ufes, seria enviada a enfermeira Sara Rodrigues Coelho, ativa ex-militante do ME da Universidade, onde teria chegado a ocupar o cargo de secretária-geral do DA do CBM ³⁸⁶.

Em 6 de março de 1985, no apagar das luzes do regime militar, os agentes da ATICI difundiram para os outros órgãos da comunidade de informações que atuavam no estado um relatório sucinto do IV Congresso da Andes, realizado em Vitória, com a participação de 240 professores universitários de todo o Brasil, destacando trechos da resolução aprovada na plenária final do evento e o nome de dirigentes de várias associações de docentes do país ³⁸⁷.

Em julho de 1985, mesmo depois da posse do presidente José Sarney, a Agência

385 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI: ARJ_ ACE_10947_84.

386 Id. AC_ ACE_42867_84.

387 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 22. DOSSIÊ 09. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.09, p. 5.

Central do SNI continuou a emitir documento sobre a Ufes. Assim, em 23 de julho de 1985, a Agência Central do SNI, por meio do Informe nº 109/10/DSI/MEC/85³⁸⁸, difundiu os nomes e os cursos dos estudantes que haviam sido eleitos para a nova diretoria do DCE/Ufes³⁸⁹.

A EXTINÇÃO DA AESI/UFES

Em 1986, a prisão de estudantes no *campus* de Goiabeiras e um pedido de jarra e copos feito por Alberto Monteiro para servir à ASI permitiram que integrantes do DCE e da comunidade universitária da época descobrissem, surpresos, que a Aesi ainda existia e funcionava nas dependências da Ufes, desencadeando uma mobilização para exigir que o reitor José Antônio Abi Zaid extinguisse definitivamente o órgão. Na época, o governo do presidente José Sarney havia determinado a desativação das Aesis/ASIs das universidades, cujas atribuições passaram para as Delegacias Regionais do MEC (DEMEC), inclusive no Espírito Santo.

Um dossiê da ASI da então estatal Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), hoje Arcelor Mittal Tubarão, encontrado no acervo do SNI, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro³⁹⁰, permitiu elucidar, parcialmente, o que aconteceu com a Aesi/Ufes e parte da documentação produzida pelo órgão. Um documento do SNI, sem data, informou que a Aesi/Ufes continuava operando num prédio e com funcionários da Universidade, embora fora do *campus*.

Em 5 de agosto de 1986, o ministro da Educação Jorge Bonhausen baixou a Portaria nº 576/86, que determinou a extinção das ASIs das universidades federais. No entanto, segundo o informe, o ainda chefe da Aesi/Ufes, Alberto Monteiro, recusava-se a deixar as atividades de informação e, na impossibilidade de exercê-la em dependências da Ufes, ou da Demec, propôs desenvolver as atividades em sua própria residência, causando espanto nos próprios integrantes da comunidade de informações. “Tal tipo de colaboração, contudo, requer seja tratada com certa

388 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI: AC_ACE_51075_85

389 A chapa eleita, uma composição entre as correntes de esquerda que atuavam no ME da Ufes, era formada por Coordenação Geral: Alexandre de Oliveira Fraga (Administração) e Wilson Hisasi Nachi (Física); Secretaria: Marcelo Siano Lima (Direito) e Sérgio Vidigal Caliani (Psicologia); Tesouraria: Cristina Maria Q. Carneiro (Direito) e Dionary Sarmento e Silva (Economia); Departamentos – Imprensa: Franklin Pereira Neto (Comunicação), Comunitário: Maria da Penha Vilella dos Santos (Artes), Acadêmico: Marco Valério Magalhães (Engenharia Elétrica), e Cultura: José Antonio Chalhub Júnior (Arquitetura).

390 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI: Informe nº 144/86-ASI/CST.

cautela, em face de não estar explicitada nas normas vigentes”³⁹¹.

Outro documento contido no mesmo informe talvez esclareça porque parte do acervo da Aesi/Ufes simplesmente não foi localizado pela CVUfes, especialmente os documentos produzidos no período das maiores mobilizações na Universidade, deflagradas por estudantes, docentes e trabalhadores, estes dois últimos segmentos agora organizados por meio de entidades de caráter sindical e em nível nacional, o que não acontecia até então.

Um certo agente B7J.1 – código típico da comunidade de informação utilizado para preservar o sigilo sobre a identidade de seus integrantes – do SNI relatou ter atendido a uma solicitação verbal do chefe da ASI/DEMEC/ES (Alberto Monteiro) e, na residência dele, manuseou pastas contendo documentos sobre o “Movimento Educacional” no Espírito Santo. Segundo o informe, as pastas haviam sido separadas do acervo pelo próprio chefe da ASI/Demec, e por um funcionário, em razão de um possível interesse de B7J.1.

De acordo com o documento, o restante do material havia sido simplesmente “incinerado”. Ainda segundo o documento, “foi notado que a documentação apresentada a esta B7J.1 era muito antiga, predominando documentos da década de 1970. Mesmo impedida de funcionar em dependências da Demec e da Ufes, segundo o seu chefe, não deixará [de exercê-la], pois desenvolverá as atividades em sua residência”. O informe relata que as dependências e os funcionários da Ufes que estavam à disposição da Aesi haviam sido devolvidos, e que o chefe da Aesi reassumira as atividades de professor de Educação Moral e Cívica³⁹².

No mesmo dossiê, outro documento produzido pela própria ASI/CST, mostra que a mobilização na Ufes pelo fim definitivo das atividades da Aesi na Universidade causava preocupações na “Comunidade de Informações” do estado. De acordo com o Informe nº 144/86-ASI/CST, desde o final de 1983, a Aesi/Ufes era motivo de várias reportagens no jornal *A Gazeta* e de muitos comentários no *campus*.

O informe relata que muitos professores, funcionários e estudantes, até então, pensavam que a Aesi/Ufes estava desativada, mas o seu funcionamento foi tornado público por um inquérito administrativo, que apurou a prisão de estudantes no *campus* de Goiabeiras. Com base nesse relatório, o jornal *A Gazeta* publicou

391 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI: Informe nº 144/86-ASI/CST.

392 Alberto Monteiro era professor da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), que correspondia, no âmbito das universidades, à Educação Moral e Cívica, ministrada obrigatoriamente nas escolas de ensino básico. Na Ufes, os professores de EPB eram vinculados a uma coordenação própria.

uma matéria em 14 de julho de 1986, com o título “Ufes ignora inquérito sobre serviço de informação”. Em 19 de julho, foram publicadas, respectivamente, as matérias com os títulos “Diretório quer o fim da ASI”, e, “Serviço de informação funciona, mas ninguém sabe quem o mantém”.

No informe, a ASI/CST relatou que, em 26 de agosto de 1986, os estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), liderados por membros do DCE ligados à “esquerda radical”, haviam ocupado as dependências da ASI local, permitindo que os arquivos daquela Assessoria fossem tomados por eles, “com graves prejuízo para a atividade de informações”³⁹³.

No Informe nº 144/86-ASI/CST, datado de 15 de setembro de 1986, os agentes da estatal reiteraram sua preocupação com a situação da Aesi/Ufes, e com a possibilidade de que fossem repetidos no Espírito Santo os episódios ocorridos na UFC. De acordo com eles, a divulgação do relatório da Comissão de Inquérito da Ufes, tornando pública a existência da Aesi e de agentes federais matriculados como estudantes na Universidade, havia criado uma situação de “muita agitação”.

A ASI/CST relata que a campanha política dentro do *campus* da Ufes, onde um professor era candidato a governador pelo PT e outro a deputado federal pelo mesmo partido³⁹⁴, vinha se “radicalizando” em algumas ocasiões, nas quais já teria sido apresentada a proposta de invasão da Aesi/Ufes – uma informação completamente falsa, de acordo com integrantes da diretoria do DCE da época. “Essa sugestão não tem sido debatida mais amplamente, no entanto não foi descartada como absurda”.

ALBERTO MONTEIRO: O HOMEM DA REPRESSÃO NOS CAMPI DA UFES

“Elemento do regime”, “porta-voz dos militares”, “informante dos órgãos de segurança”, “nome tenebroso”, “representante dos órgãos de repressão”, “ligado aos militares”. Essas são algumas das expressões usadas sem maiores rodeios por estudantes, professores e funcionários que passaram pela Ufes, ao se referirem ao ex-professor e ex-chefe da Aesi/Ufes Alberto Monteiro, talvez o personagem mais controverso e polêmico que atuou dentro da Universidade durante o período da ditadura militar.

O nome de Alberto Monteiro está sempre e diretamente associado à vigilância, ao monitoramento e à repressão a todas as tentativas de contestação do regime militar e de defesa da democracia nos *campi* da Ufes. Trata-se mesmo de uma

393 ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI. Informe nº 144/86-ASI/CST.

394 Tratavam-se, respectivamente, dos professores Arlindo Vilaschi (governador) e Vitor Buaiz (deputado federal).

referência comum em todos os depoimentos colhidos por esta Comissão da Verdade, como o elemento principal da máquina repressiva montada pela ditadura dentro da Universidade.

De fato, a citação do nome do ex-professor não ocorre por acaso, já que ele comandou a Aesi/Ufes desde a sua criação, em 1971, até a extinção definitiva do órgão, em 1986. De 19 de junho a 12 de setembro de 1970, ele fez parte, em Vitória – ao lado de figuras proeminentes no Espírito Santo, como o cientista e ecologista Augusto Ruschi, o então futuro governador Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), o empresário da área de transportes e ex-deputado federal Camilo Cola e os ex-reitores da Ufes Alaor de Queiroz Araújo, Rômulo Augusto Penina e Máximo Borgo Filho –, da primeira turma do Curso de Estudos de Política e Estratégia (CEPE), que concluiu o “I Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento”³⁹⁵, oferecido pela Delegacia no Estado do Espírito Santo da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG/ES)³⁹⁶.

Na ficha de inscrição do curso, datada de 8 de junho de 1970, constam algumas informações básicas sobre a sua trajetória e um currículo anexado, com data de 2 de dezembro de 1969, contendo seu histórico profissional até ali. Alberto Monteiro nasceu na capital do estado em 30 de setembro de 1931. cursou o primário na Escola Maria Arcina Santos e o ensino médio no Ginásio Salesiano Nossa Senhora da Vitória. Em 7 de dezembro de 1957, formou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) da antiga Faculdade de Direito do Espírito Santo.

Antes de entrar para o quadro de servidores da Ufes, atuou como gerente da Firma João Monteiro & Cia. Ltda. de 1953 até 1957. O seu currículo registra, também, a conclusão de cursos de Contabilidade (Guarda Livros), Relações Públicas, Administração e Chefia, Opinião Pública e Liderança, Comunicação e Administração, Introdução à Moderna Técnica de Administração e Seminário de Administração³⁹⁷.

Em 1972, Alberto Monteiro diplomou-se no Curso de Informações (CI)³⁹⁸, da Escola Superior de Guerra (ESG)³⁹⁹. Segundo o Decreto nº 55.791, de 23 de feve-

395 Diplomados no Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento em 1970. Disponível em: <<http://www.adesges.org.br/cursos-real-vitoria/01%20Relacao%20dos%20Adesguianos%20-%20I%20CEPE%20de%20Vitoria.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

396 A Delegacia no Estado do Espírito Santo foi instalada oficialmente em 29 de junho de 1970.

397 MONTEIRO, Alberto. Curriculum Vitae, I CEPE, Vitória, 1970. Acervo da Delegacia no Estado do Espírito Santo, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG/ES).

398 Diplomados do CI Sesquicentenário da Independência. Disponível em: <<http://www.esg.br/index.php/br/93-diplomados/112-1972>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

399 Criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa.

reio de 1965, que reativou o CI, o referido curso tinha “a finalidade de cooperar no estudo e desenvolvimento de uma doutrina de Segurança Nacional e preparar civis e militares para funções relacionadas com as Informações”⁴⁰⁰. O Curso de Informações foi extinto a partir de 1º de janeiro de 1973⁴⁰¹.

Alguns arquivos da época, e que constam no sistema administrativo da Ufes, referem-se ao CI, como a autorização do afastamento de Alberto Monteiro, a concessão de diárias para participar do curso no Rio de Janeiro voltado para a área de segurança⁴⁰², além da comunicação, em outro processo, da sua atuação como estagiário do CI⁴⁰³. Em fevereiro de 1981, Alberto Monteiro tornou-se o terceiro delegado da história da seção da ADESG no Espírito Santo, ocupando o cargo até outubro de 1987, quando se afastou por motivos de saúde⁴⁰⁴. Durante o mandato de Alberto Monteiro como delegado, a ADESG/ES realizou apenas três ciclos de estudos, sendo os de 1982 e 1986 realizados em Vitória, e o de 1985 em Cachoeiro de Itapemirim.

DOCUMENTOS SOBRE ALBERTO MONTEIRO NO DOPS

A CVUfes encontrou no acervo do DOPS/ES um importante documento produzido pela SI da Superintendência Regional da PF, onde fica demonstrado que o próprio Alberto Monteiro era monitorado. O motivo da ação teve origem devido à sua amizade com o então deputado federal, e depois senador, Dirceu Cardoso, responsável pela federalização da Ufes em 1961. Embora tenha apoiado o golpe militar de 1º de abril de 1964, Cardoso foi um dos fundadores do MDB e se elegeria senador pela legenda oposicionista em 1974.

Em 26 de janeiro de 1978, o Serviço de Informações da PF/ES tratou de difundir à Central de Informações da PF (CI/PF), à Agência Rio de Janeiro do SNI (ARI/SNI), ao Comando do I Exército, ao 38º BI, à Eames, à ATICI, ao SII e à PM uma informação passada pelo Serviço de Informações da 3ª Circunscrição de Serviço Militar (Info nº 07/78 – S/1 – 3º CSM, de 20 de janeiro de 1978), cujo teor foi transcrito na íntegra:

400 Decreto nº 55.791, de 23 de fevereiro de 1965. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=89770&norma=115428>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

401 Decreto nº 70.958, de 9 de agosto de 1972. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70958-9-agosto-1972-419557-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

402 Nº processo: 002426/1972-94. CX. Arquivo: 923. Setor Origem: Sistema de Arquivo – Siarq.

403 Nº processo: 002530/1972-14. CX. Arquivo: . Setor Origem: Sistema de Arquivo – Siarq.

404 Histórico da ADESG/ES. Disponível em: <<http://www.adesges.org.br/adesges.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

Essa AI tem conhecimento sobre as relações de amizade entre o Dr. ALBERTO MONTEIRO, chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informações da Ufes, com o Senador Dirceu Cardoso, do MDB. Consta que o Dr. ALBERTO MONTEIRO em épocas anteriores fazia ligações entre a universidade e o SNI, fornecendo informações contraditórias⁴⁰⁵.

Segundo outro documento do acervo do DOPS, em 14 de fevereiro de 1979, Alberto Monteiro requereu, junto à Superintendência da Polícia Civil (SPC), um atestado de ideologia política “para fins de tiro ao alvo”. No requerimento, foi informada a sua condição de funcionário público federal, sua filiação, endereço e o número do documento de identificação⁴⁰⁶.

Além do Informe nº 13/78-SI/SR/DPF/ES, também foi anexado um recorte do *Jornal da Cidade*, de 16 de outubro de 1974, o qual noticia que o então candidato a suplente de senador pelo MDB, e professor do curso de Direito da Ufes, Ferdinand Berredo de Menezes, iria mover uma ação por crime eleitoral contra Antônio Carlos Pimentel Mello, líder da Arena Jovem na Grande Vitória⁴⁰⁷. O líder da Arena Jovem havia acusado Berredo de ter mentido ao dizer que havia participado da assinatura pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, da lei que federalizou a Ufes. Na declaração, Berredo lista o nome de Alberto Monteiro como uma das testemunhas de sua participação na solenidade, o que certamente causou desconfiança entre os agentes das diversas agências de informação.

A TRAJETÓRIA DE ALBERTO MONTEIRO NA ADMINISTRAÇÃO DA UFES

O futuro chefe da Aesi fez parte do grupo dos primeiros servidores do quadro administrativo da Universidade⁴⁰⁸ e passou por diversos cargos e funções durante a sua trajetória. Para se ter uma ideia, a ata da primeira reunião do Conselho Universitário da UES federalizada foi produzida por ninguém menos que Alberto Monteiro, em 1962.

405 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 38. BRESAPPES. DES.O.INV.Ufes.10. p. 1.

406 Ibid.

407 Na década anterior, quando ainda era estudante, Antônio Carlos Pimentel foi ligado a partidos de esquerda e atuou no ME. Anos mais tarde, seria Procurador Geral do Estado na administração do ex-governador José Ignácio Ferreira (1999-2002).

408 Sessão solene em homenagem aos 60 anos de fundação da Ufes realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo em 8 de maio de 2014. Ata disponível em: <http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/ata_sessao_plenaria/Solene_08_08.05.2014.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2015.



Da esquerda para direita: Camilo Cola, Alberto Monteiro, Tenente Coronel Vinícius e dois não identificados. Fonte: Delegacia no Estado do Espírito Santo, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG/ES).

Durante o ano de 1961, segundo o currículo anexado à sua ficha de inscrição no curso da ADESG/ES, ele atuou como procurador da UES para assuntos relacionados a problemas administrativos da federalização. Até 8 de junho de 1970, ele exerceu os seguintes cargos: assistente de administração, secretário geral (1962 até 1964), chefe da Seção de Divulgação e Propaganda (1964 até 1965), diretor da Divisão de Divulgação e Propaganda e Expansão Cultural e, de 1965 até a data em que se inscreveu no curso, subchefe do Gabinete do Reitor.

Alberto Monteiro finalizou o currículo informando que coordenou os “Cursos Populares”, ministrados nas favelas de Vitória de 1962 a 1965, bem como o “Projeto Bandeiras”, a “Ação Cívico Social” desenvolvida em Porto de Santana, município de Cariacica, e que exerceu a coordenação regional da “OPEMA”, ligada ao Ministério dos Transportes.

O sistema administrativo da Ufes também apresenta algumas informações sobre a sua trajetória como servidor, e suas ações frente à Aesi/Ufes. Num processo

relativo ao ano de 1971, consta uma autorização de afastamento para ir “[...] a Colatina tratar de assuntos relacionados com a Aesi [...]”.⁴⁰⁹ Existem ainda outros pedidos de diárias e solicitação de suprimentos para manutenção de segurança e informação em 1974⁴¹⁰. O processo nº 001321/1979-67, e outros sete de 1980, também tratam de suprimentos de fundos para a Aesi.

Alberto Monteiro se aposentou em dois cargos na Ufes; em 24 de junho de 1982, como assistente administrativo, e em 8 de agosto de 1991, como professor. O ex-chefe do órgão de informação da Universidade faleceu em 2011, sem nunca prestar contas dos atos cometidos durante seu período como chefe da Aesi/Ufes.

EX-ESTUDANTES DA UFES DENUNCIAM ALBERTO MONTEIRO

Paralelo às informações sobre cargos e funções exercidas na Ufes, são muitos os depoimentos que remetem à trajetória de Alberto Monteiro dentro da Universidade, principalmente no que se refere ao período da ditadura militar. Livros e veículos de comunicação também produziram, ao longo do tempo, matérias especiais sobre o período, e em muitas delas o nome de Alberto Monteiro foi citado. No acervo recolhido pela CVUfes, foram encontrados documentos com o carimbo e a assinatura de Alberto Monteiro.

O ex-estudante de Odontologia e ex-vereador Perly Cipriano é um dos ex-estudantes da Ufes que denuncia Alberto Monteiro:

[A Universidade] criou um sistema de alcaguetagem dos mais graves. [...] [Alberto Monteiro] Era inicialmente funcionário da universidade; montou um sistema de alcaguetagem com o Exército, com policiais e com o chamado Dops e vivia vasculhando a vida do estudante. Havia medo. As pessoas até para namorar tinham um pouco de medo, porque não sabiam se a namorada podia estar ou não envolvida com essa situação. Esse sistema de alcaguetagem até recentemente ainda existia. Já fiz muitas denúncias sobre isso e sempre cito. Não quero que persigam as pessoas, mas cada um tem que assumir o que fez. Mesmo quem mudou de posição⁴¹¹.

O célebre e extinto jornal alternativo capixaba *Posição*, que circulou entre 1976

409 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Sistema de Arquivo. Cx. Arquivo 889. Processo nº 006031/1971-15. CX. Arquivo: 889.

410 Id. Cx. Arquivo 1310. Processo nº 004721/1974-47.

411 PEREIRA, Valter Pires et al. Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura, 2005, p. 148.

e 1979⁴¹², tinha uma linha editorial contrária à ditadura militar e, numa de suas edições, teceu críticas à atuação de Alberto Monteiro na Ufes:

É que Posição, além de tudo, também se metia a cutucar diretamente a ditadura. Em abril de 77, o Supercensor expunha os faniquitos de Alberto Monteiro, advogado e assessor de Segurança da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Monteiro via conspiração até na própria sombra e ainda mais em palestras, bailes estudantis, recepções de calouros. O Supercensor também dedurava ao regime os estudantes “subversivos”.⁴¹³

Por sua vez, o ex-estudante e ex-professor da Ufes Renato Viana Soares afirma que Alberto Monteiro era “informante dos órgãos de segurança” e diz que foi ele quem montou, junto com o ex-reitor Manoel Ceciliano Abel de Almeida Filho, o Manoelito, “todo o processo farsa para desapropriar ilegalmente o patrimônio estudantil existente aqui no estado”.⁴¹⁴

O ex-presidente da UEE Jayme Lanna Marinho, em depoimento à CVUfes, relatou as dificuldades para efetivação de sua contratação como professor da Universidade em 1971, mesmo tendo passado em primeiro lugar no concurso público realizado para preenchimento do cargo. Segundo ele, o seu processo de contratação ficou preso numa comissão de inquérito liderada por Alberto Monteiro e, somente dois anos depois de ter sido aprovado no concurso, ele conseguiu ser definitivamente efetivado⁴¹⁵. O professor aposentado se refere ao chefe da Aesi/Ufes como “porta-voz dos militares” e relata ainda que, atuando como professor, ele tinha que pedir autorização ao SNI e ao próprio Alberto Monteiro para realizar qualquer atividade ou viajar a trabalho.

O ex-presidente da UEE também poderia incluir em sua lista o então professor da Faculdade de Odontologia da Ufes Moacir Lofêgo, titular da 1ª cadeira de Clínica Odontológica, que enviou um expediente dirigido ao diretor da unidade, professor João Luiz Horta Aguirre, manifestando-se contra a sua contratação e denunciando Lanna Marinho como “subversivo”. Uma cópia do documento foi

412 RESENDE, Lino Geraldo. *Mídia, ditadura e contra hegemonia: a ação do jornal Posição no Espírito Santo*. 2006, 173 fls. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

413 ALVES, Henrique. *Ditadura? Somos contra! Século Diário*, Vitória, abri. 2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/16240/13/reportagem-especialbrditadurajj-somos-contra-1>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

414 Depoimento de Renato Vieira Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim e à Comissão da Verdade da Ufes em 24 de novembro de 2014.

415 Depoimento de Jayme Lanna Marinho à Comissão da Verdade da Ufes em 16 de abril de 2012.

encontrada pela CVUfes no acervo do DOPS/ES, anexado a um expediente difundido pela Superintendência da PF/ES entre o comando do 3º BC, a CP/ES, a PM e a Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública (CI/SSP/ES), com data de 23 de setembro de 1971 ⁴¹⁶.

Contrariado porque a 1ª cadeira de Clínica Odontológica não havia sido contemplada por nenhuma das três vagas que haviam sido liberadas pela Reitoria para serem preenchidas por meio de concurso público, Lofêgo acusou o então diretor da Faculdade de ter reservado uma delas para Jayme Lanna Marinho, “líder da subversão estudantil no Espírito Santo e que foi detido pelo Comando Militar na eclosão do movimento revolucionário de 31 de março de 1964, que impediu que o Brasil caísse nas garras do comunismo” ⁴¹⁷.

No documento, Lofêgo se declara “admirado” com a “coragem”, chocado com a “falta de patriotismo”, e diz que “abomina” a suposta proteção dada pelo diretor da Faculdade a Lanna Marinho, tratado por ele como “elemento”. Lofêgo citou as declarações do professor Sebastião da Silva Marreco, em depoimento prestado na Comissão de Inquérito montada na Faculdade de Odontologia logo depois do golpe de abril de 1964, na qual o então diretor da unidade apontou Lanna Marinho como “suspeito” de participação em movimentos de cunho “esquerdista ou comunista”.

Estaria sendo conivente com V.Sa. se, na qualidade de presidente da Comissão de Inquérito que em 1964 apurou as atividades subversivas em nossa escola, não bradasse o alarma em nome dos meus sentimentos democráticos e de amor à Pátria, que estremece de alegria pelos feitos heroicos de seus filhos, mas prostrase (sic) envergonhada diante de atitudes envergonhadas como a sua. Daí a minha advertência Senhor Diretor ⁴¹⁸.

No final do documento, em tom de ameaça, Lofêgo responsabiliza o diretor da Faculdade e o professor Onestaldo Nunes de Souza pelas consequências de uma possível contratação de Lanna Marinho, e avisa que enviaria cópias do documento para o reitor da Ufes e para os “órgãos de segurança do Estado”.

Em entrevista ao jornal *A Gazeta*, ao relembrar sua prisão e as torturas que sofreu no 38º BI em dezembro de 1972, quando da queda dos militantes do PCdoB

416 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 22. DOSSIÊ 10. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.10, p. 2-5.

417 Ibid., p. 3.

418 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo DOPS. Caixa 22. DOSSIÊ 10. BRESAPES, DES.O.ME, Ufes.10, p. 4.

no Espírito Santo, a ex-estudante de Medicina Elisabeth Madeira também citou as perseguições sofridas dentro da Universidade: “Também respondi a inquérito na Ufes, baseado no Decreto 477, debaixo de constrangimentos, ameaças, agressões por parte de Alberto Monteiro, encarregado do setor de informações políticas”⁴¹⁹.

O ex-estudante de Economia da Ufes Jorge Luiz de Souza, em depoimento à CVUfes e à Comissão Estadual da Verdade/ES, também preso naquela ocasião, conta que, após ter ficado um ano na prisão, encontrou dificuldades para colar grau em 1973, ocasião em que o reitor Máximo Borgo Filho e Alberto Monteiro se negaram a recebê-lo:

[...] ele era o esquema de espionagem na Universidade, mas ação direta dele não vi em momento algum. Quer dizer, houve como eu disse, essa tentativa de me impedir de fazer a prova, depois não queria me colar grau, foi uma coisa, eu via, ele estava na outra sala lá e falou: ‘eu não recebo esse cara’. Eu vi isso. Aí eu assinei lá o papel sem que ele visse, mas aí um distrato pessoal, uma coisa assim, mais era do reitor, dele eu nunca vi, e que eu saiba ele nunca apareceu no quartel.⁴²⁰

Carlos Sala Pissinalli, ex-estudante do curso de Medicina, cita o chefe as Aesi/Ufes como “elemento do regime”. Marcelo Paes Barreto, filho de Manoel Xavier Paes Barreto Filho, reitor da Ufes nomeado por João Goulart, e exonerado do cargo após o golpe de 1º de abril de 1964, refere-se a Alberto Monteiro como uma pessoa “ligada aos militares”, “covarde” e que fingia ser amigo do seu pai.

Laura Coutinho, ex-estudante de Odontologia, presa quando da queda dos militantes da Ala Vermelha em 1971, relatou que o chefe da Aesi se recusou a abonar suas faltas do tempo em que ficou na prisão e o citou como “representante dos órgãos de repressão” na Universidade. Outro ex-estudante, Robson Moreira, o Chicó, afirmou que aconteceram atividades estudantis contra Alberto Monteiro: “fizemos muitas ações contra o Alberto Monteiro, um policial cuja missão era reprimir os estudantes por qualquer tipo de manifestação. A gente vivia uma época de ditadura, mas não se calava”⁴²¹.

419 TOMAZELLI, Rondinelli. Ditadura no Espírito Santo: um inferno que castigou vidas. Portal Gazetaonline, Vitória, nov. 2014. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/11/noticias/politica/1501578-ditadura-no-espírito-santo-um-inferno-que-castigou-vidas.html>. Acesso em: 15 jun. 2015.

420 Depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim-CEMVOB e à Comissão da Verdade da Ufes em 20 de março de 2015.

421 MOREIRA, Robson. Geração Gota d'Água: Memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país. Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. 2007. Entrevista concedida a Paulo Fabris, Vitória, 4 maio 2007.

Numa reportagem publicada em 1988 pela extinta revista *Agora*, sobre os líderes estudantis de 1968 no Espírito Santo, o juiz do trabalho e atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES), José Carlos Risk, disse que foi perseguido por Alberto Monteiro durante muito tempo. De acordo com Risk, entre 1974 e 1978, ele deu aulas na Ufes e, sob a acusação de que era “subversivo”, Alberto Monteiro não permitiu que ele fosse contratado ⁴²².

REPERCUSSÃO NA IMPRENSA DAS AÇÕES NO INTERIOR DA UNIVERSIDADE

Uma reportagem publicada na edição de setembro de 1979 da extinta revista *Espírito Santo Agora* tratou das perseguições ocorridas na Ufes no período da ditadura e denunciou o papel desempenhado por Alberto Monteiro, ainda em plena atividade naquela época, num momento em que o país ainda caminhava na trilha da redemocratização, mas em que as arbitrariedades dos homens do regime começaram a ser denunciadas.

Na ocasião, o ex-estudante do curso de Direito da Ufes Arlon José de Oliveira disse que Alberto Monteiro obrigava os estudantes a chamá-lo de “capitão” e que ele “[...] chegou a ameaçar, com arma em punho, os estudantes que planejavam a Semana de Medicina, realizada anualmente nas faculdades de todo o país”. ⁴²³ Arlon disse ainda que, em média, havia três agentes da repressão em cada classe e que eles ingressavam no curso de Direito sem vestibular, sendo todo o esquema montado por Alberto Monteiro:

Essa repressão funcionava por um esquema diabolicamente montado pelo sr. Alberto Monteiro, que é um indivíduo extremamente arrogante para os que estão abaixo dele, e subserviente para aqueles que estão acima dele. Nada tenho de particular contra ele, quero que isso fique bem claro. Ao contrário, tenho até muita pena, fomos colegas de infância - estudamos juntos no Salesiano - mas ele sempre demonstrou sua personalidade mesquinha. Foi um estudante médico, que nunca se destacou, e posso afirmar que sua maior frustração foi não ter conseguido ser oficial do Exército; devido à sua baixa estatura, nunca pôde ingressar numa escola militar ⁴²⁴.

Em outro trecho da matéria, ainda baseada em depoimentos, a revista descreve mais arbitrariedades praticadas por Alberto Monteiro:

422 LÍDERES estudantis de 1968: onde estão? Revista *Agora*, Vitória, mar. 1988, p. 21.

423 MEMÓRIAS da repressão. Revista *Espírito Santo Agora*, Vitória, set. 1979, p. 15.

424 MEMÓRIAS da repressão, Revista *Espírito Santo Agora*, Vitória, set. 1979, p. 15.

A inclinação de Alberto Monteiro pela disciplina militar não visava apenas os expoentes do movimento estudantil. Segundo universitários da época, toda a comunidade acadêmica foi atingida, direta ou indiretamente, pelas peripécias do “capitão”. Houve ocasiões, por exemplo, em que ele exigiu que se apresentasse atestado de quitação com o serviço militar ao final do curso, caso contrário os estudantes não receberiam diploma. Longas filas se formaram, na Sub-Reitoria Acadêmica, para atender a formalidade pela segunda vez, porque o certificado de reservista é solicitado por ocasião do vestibular, e naturalmente incorporado à documentação, no ato da matrícula. Os estudantes se revoltaram, mas 40 policiais bem armados garantiram a tranquilidade no Campus ⁴²⁵.

A mesma reportagem da *Espírito Santo Agora* contém, também, uma rara entrevista concedida por Alberto Monteiro, na qual a revista registra que o entrevistado era uma pessoa hábil em conduzir a conversa, a fim de evitar assuntos polêmicos.

Nada do que dizem por aí é verdade. Sou um homem simples, que convive amigavelmente com os estudantes porque deposito neles a confiança de um futuro melhor. Mas assumo o cumprimento de meu dever dentro da universidade e compreendo que isso possa causar antipatias ⁴²⁶.

De acordo com a reportagem, Alberto Monteiro mostrou-se indignado ao ser comparado a um “carrasco”:

Alberto Monteiro parece bastante interessado em desfazer a imagem que se tem dele. “Um verdadeiro carrasco?” queixou-se, indignado, “quando eu sempre me limitei a cumprir minha função, que é a de informar ao reitor os assuntos de seu interesse e os de segurança nacional? O que ocorreu daí em diante é da competência dos mais altos escalões do SNI” ⁴²⁷.

Importante assinalar que a reportagem foi produzida dias após a promulgação da Lei de Anistia. Alberto Monteiro se mostrava contrário à volta dos anistiados à cena política, com a justificativa de que “é necessário dar chance aos jovens, porque possuem ideias novas e jamais cairão nos erros da antiga geração” ⁴²⁸. Por fim, segundo a revista, mesmo Alberto Monteiro interessado em passar uma imagem oposta ao que era dito sobre sua personalidade, ainda restava nele a esperança de que a abertura política, na época, não fosse tão ampla:

Em tempos de distensão, é natural que Alberto Monteiro se preocupe com sua

425 Ibid.

426 NOTORIAMENTE desativado, Revista *Espírito Santo Agora*. Vitória, set. 1979, p. 16.

427 Ibid.

428 NOTORIAMENTE desativado, Revista *Espírito Santo Agora*. Vitória, set. 1979, p. 16.

popularidade. Porque o próprio prédio onde funciona a Assessoria de Segurança e Informação da Ufes reflete a decadência de uma estrutura repressiva que não é mais acionada quando os estudantes gritam por anistia, ou se reúnem para angariar fundos de greve para operários, ou quando professores vêm a público denunciar manobras. Talvez por guardar ainda uma esperança de recuo na abertura, é que o gabinete de Alberto Monteiro mantém o retrato presidencial de Ernesto Geisel ainda na parede, ignorando teimosamente os tempos que correm ⁴²⁹.

429 NOTORIAMENTE desativado, Revista *Espírito Santo Agora*. Vitória, set. 1979, p. 16.

CONCLUSÕES

A Portaria nº 478, de março de 2013, que instituiu a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, estabeleceu a obrigação de apresentação, no final das atividades da CVUfes, de um relatório contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, conclusões e recomendações. Em face de tal incumbência, apresentaremos a seguir as principais conclusões alcançadas após a atividade de investigação desenvolvida, bem como as recomendações que se impuseram a partir desse trabalho.

CONCLUSÕES

O resultado das investigações conduzidas pela CVUfes possibilita apresentar as conclusões de ordem geral que se seguem.

1. A CVUfes, nos seus 30 meses de atuação, identificou em diversas fontes existentes (como fundos de arquivos públicos estaduais, o Arquivo Nacional e documentos encontrados nas dependências da Universidade) que, por ter sido o espaço mais monitorado pelos órgãos do aparelho repressivo no Espírito Santo, a comunidade acadêmica da Ufes foi, sem dúvida nenhuma, um dos setores que mais sofreu os efeitos na repressão política no estado durante a ditadura militar (1964 a 1985).

2. Ocorreram episódios de violações dos direitos humanos que atingiram, aproximadamente, 90 cidadãos e cidadãs, entre estudantes, funcionários e professores da Universidade, em inúmeras situações ocorridas no período da ditadura militar, durante quatro ondas repressivas que atingiram a Ufes.

3. Entre as violações de direitos humanos pesquisadas, destacam-se aquelas relacionadas aos seguintes perfis: graves torturas físicas e psicológicas; prisões ilegais; enquadramento na legislação repressiva (Atos Institucionais, Lei de Segurança Nacional, Decreto 477, etc.); invasão e fechamento da sede do DCE/Ufes e de outras entidades estudantis; censura e violação de comunicações; vigilância, controle e perseguição política, com suspensões, expulsões, demissões, recusas de contratação, de matrícula e de viagens para eventos e pesquisas; proibição de livros e de imprensa, restrições à liberdade de reunião, de manifestação política, de funcionamento das entidades estudantis, de ideias e de organização.

4. A partir da análise dos depoimentos – obtidos pela CVUfes em audiências

públicas e em sessões reservadas –, identificamos que o Espírito Santo foi utilizado como centro de tortura, principalmente o quartel do 38º BI (antigo 3º BC), durante a ditadura militar.

5. Com base nos depoimentos, verificou-se que, no 38º BI – de 1964 até 1973 –, foram empregadas as seguintes técnicas de tortura contra estudantes e professores da Universidade: privação de sono, privação de alimentos e água, simulação de fuzilamento, choques elétricos, espancamento, violência sexual, confinamento em espaços sem luz e utilização de animais (cobra e cachorros).

6. Destacar ainda que houve interferência direta e indireta na autonomia universitária durante esse período. Assim, registrar os nomes dos reitores da Ufes que foram nomeados pela ditadura: Fernando Duarte Rabelo, Alaor de Queiroz Araújo, Máximo Borgo, Manoel Ceciliano de Almeida, Rômulo Augusto Penina e José Antônio Abi Zaid.

7. Outra constatação é que, entre os integrantes da comunidade universitária, foram as militantes estudantis os alvos preferenciais, ou seja, as mulheres sofreram os mais violentos e graves efeitos da repressão política que atingiu a Ufes. Foi possível concluir, com base na análise do conjunto documental e das informações dos depoimentos, que, durante a ditadura militar, foi estruturado um aparato burocrático repressivo, operando em redes internas e externas à Universidade, que envolveram órgãos como a DSI/MEC, o SNI, o CIE, o CISA, o CENIMAR, a DOPS/ES e a PF/ES. Ainda comprovamos que a ASI/Ufes funcionou entre 1971 e 1986, e que, durante esse período, o órgão de informação foi chefiado pelo ex-servidor público federal Alberto Monteiro.

RECOMENDAÇÕES

Diante de tais conclusões, a CVUfes apresenta suas recomendações, que visam à defesa da democracia e à preservação do direito à memória, à verdade e à informação.

1. Reparação simbólica de todos os estudantes, trabalhadores e professores da Universidade que sofreram perseguição política, tortura, expulsão ou demissão durante a ditadura militar.

2. Localização e abertura dos acervos de órgãos de segurança e informação ainda não depositados no Arquivo Nacional, entre os quais os da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no ES, dos centros de informação das Forças Armadas e da Secretaria de Segurança Pública do ES, e da DSI/MEC.

3. Criação de um Memorial (ou outro elemento simbólico análogo) na Ufes, em memória das vítimas da ditadura militar e em homenagem aos que foram atingidos por violência durante aquele período.

4. Mudança de nome em possíveis locais que atualmente homenageiam antigos dirigentes que aderiram à ditadura militar em todos os *campi* da Ufes.

5. Revisão de homenagens universitárias e títulos concedidos pela Ufes a apoiadores ou autoridades da ditadura.

6. Identificação, no Regimento da Ufes, de eventuais permanências autoritárias (ligadas, por exemplo, à expulsão disciplinar ou por rendimento deficiente, ou outras formas de perseguição e restrição política), com vistas à sua supressão.

7. Promoção do uso do acervo documental que deu suporte à pesquisa da CVUfes, em especial dos documentos da ASI/Ufes, no aprendizado e na prática de pesquisa por professores e estudantes de vários cursos (entre outros, História, Direito, Ciências da Informação, Comunicação, Antropologia, Ciência Política), bem como na realização de projetos coletivos e interdisciplinares de pesquisa.

8. Destinação do acervo constituído pelos trabalhos da CVUfes para entidades de guarda/pesquisa documental, com acesso público e publicação permanente do material pesquisado no portal: www.comissaoverdade.ufes.br.

9. Estímulo a produções audiovisuais, editoriais e jornalísticas que apurem as transgressões aos direitos humanos no período 1964-1988 por meio de editais de fomento, cursos de formação e premiações. Incentivar ainda o levantamento de dados sobre momentos históricos importantes e pouco conhecidos de resistência à ditadura militar.

10. Promoção de atividades de extensão universitária que propiciem o contato e o debate com estudantes dos ensinos fundamental e médio em torno de questões ligadas à temática da Comissão.

11. A criação de uma comenda por parte da Universidade, denominada Professor Aldemar de Oliveira Neves, a ser entregue anualmente em sessão solene realizada pelo colendo Conselho Universitário da Ufes, para homenagear todos os que se destacaram na defesa da democracia e dos direitos humanos no âmbito da instituição e do Espírito Santo.

12. Revisão da interpretação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), para assegurar a responsabilização dos agentes do Estado perpetradores de graves violações de direitos humanos entre 1964 e 1988.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

2ª BdaInf – 2ª Brigada de Infantaria da Selva

38º BI – 38º Batalhão de Infantaria

3ª CSM – 3ª Circunscrição de Serviço Militar

3º BC – 3º Batalhão de Caçadores

AN – Arquivo Nacional

ABE/SNI – Agência de Belém do Serviço Nacional de Informação

Abin – Agência Brasileira de Informações

AC/SNI – Agência Central do Serviço Nacional de Informações

Adesg – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

Aesi – Assessoria Especial de Segurança e Informação

AFUfes – Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Espírito Santo

AI – Ato Institucional

Andes – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior

AP – Ação Popular

APA/SNI – Agência de Pará do Serviço Nacional de Informações

APE – Ação Popular Estudantil

Apees – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Aperj – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APML – Ação Popular Marxista Leninista

ARE/SNI – Agência de Recife do Serviço Nacional de Informações

ARJ/SNI – Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações

Arsi – Assessoria Regional de Segurança e Informações

ASI – Assessoria de Segurança e Informações

ASP/SNI – Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações

Atici/Sesp – Assessoria Técnica de Informação e Contra Informação da Secretaria de Estado de Segurança Pública

CA – Centro Acadêmico

Cafru – Conselho de Administração e Funcionamento do Restaurante Universitário

CAL – Centro Acadêmico Livre

CAR – Centro de Artes

CBA – Comitê Brasileiro da Anistia

CBMES – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo

CBM – Centro Biomédico
CCE – Centro de Ciências Exatas
CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais
CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CE – Centro de Educação
CEB – Conselho de Entidades de Base
Ceci – Casa dos Estudantes de Cachoeiro de Itapemirim
CEFD – Centro de Educação Física e Desportos
CEG – Centro de Estudos Gerais
Cenimar – Centro de Informações da Marinha
Cepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CES/CFE – Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação
Ceunes – Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CGI – Comissão Geral de Investigações
CI – Curso de Informações
CI/PF – Central de Informações da Polícia Federal
CI/SESP – Central de Informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública
CI/SSP – Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública
CIE – Centro de Informações do Exército
Cisa – Centro de Informações da Aeronáutica
CMV – Câmara Municipal de Vitória
CNV – Comissão Nacional da Verdade
Comar – Comando-Geral de Operações Aéreas
Copom – Centro de Operações da Polícia Militar
CP – Centro Pedagógico
CP/ES – Capitania dos Portos do Espírito Santo
CR – Circunscrição de Recrutamento
Crub – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSN – Comissão de Segurança Nacional
CST – Companhia Siderúrgica Tubarão
CT – Centro Tecnológico
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVUfes – Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo
DA – Diretório Acadêmico
DAS – Direção e Assessoramento Superior

DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEC – Departamento de Educação e Cultura
Demec – Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura
Deops – Delegacia Especializada de Ordem Política e Social
DL – Decreto-Lei
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna
Dops – Delegacia de Ordem Política e Social
DPF – Departamento da Polícia Federal
DSI – Divisão de Segurança e Informação
DSI/MEC – Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura
DSI/MJ – Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça
Eames – Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo
ESG – Escola Superior de Guerra
ETFES – Escola Técnica Federal
EUA – Estados Unidos da América
Fafabes – Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo
Fafi – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FCAA – Fundação Ceciliano Abel de Almeida
FMP – Frente de Mobilização Popular
G-11 – Grupo dos 11
GT – Grupo de Trabalho
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
Iapi – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
Inamps – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Ipase – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado
IPM – Inquérito Policial Militar
JCI – Junta Coordenadora de Informações
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LSN – Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MJ – Ministério da Justiça
MPM – Ministério Público Militar
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRM – Movimento Revolucionário Marxista
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
Neaad/Ufes – Núcleo de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Espírito Santo
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCDP – Organização Comunista Democracia Proletário
OCML-PO – Organização de Combate Marxista Leninista Política Operária
ORM/DS – Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista
OSI – Organização Socialista Internacionalista
PS – Partido Socialista
PC – Polícia Civil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PF – Polícia Federal
PM – Polícia Militar
PM-2 – Serviço de Inteligência da Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PRP – Partido Republicano Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PST – Partido Socialista dos Trabalhadores
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
R-4 – Comitê Regional 4
RU – Restaurante Universitário

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência
Sesac – Semana de Saúde Comunitária
Sesp – Secretaria de Estado de Segurança Pública
SFIIC – Serviço Federal de Informações e Contra Informações
SI/CP – Seção de Informação da Capitania dos Portos
SI/DPF – Serviço de Informações da Polícia Federal
Siarq/Ufes – Sistema de Arquivo da Universidade Federal do Espírito Santo
Sici/DSI – Seção de Informações e Contra Informações da Divisão de Segurança e Informação
SII/Dops – Serviço de Investigação e Informações da Delegacia de Ordem Política e Social
SII/SPI – Superintendência de Investigações e Informações da Superintendência de Polícia de Investigações Especiais
Simes – Sindicato dos Médicos do Espírito Santo
Sinpro – Sindicato dos Professores
Sisbin – Sistema Brasileiro de Inteligência
Sissegim – Sistema Nacional de Segurança Interna
SNI – Serviço Nacional de Informação
STM – Superior Tribunal Militar
TRE-ES – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
TJES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo
TRT-ES – Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo
Ubes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEE – União Estadual de Estudantes
UES – Universidade do Espírito Santo
Ufam – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Umes – União Municipal dos Estudantes Secundaristas
UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

Upes – União dos Professores do Espírito Santo

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Usaid – United States Agency for International Development

UVV – Universidade de Vila Velha



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

